

ALFA
Revista de Linguística

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Sandro Roberto Valentini

Vice-reitor

Sergio Roberto Nobre

Pró-Reitor de Pesquisa

Carlos Frederico de Oliveira Graeff

Apoio:

PROPe
Pró-Reitoria de Pesquisa



**Programa de Pós-Graduação em
Estudos Linguísticos/UNESP**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

ALFA
Revista de Linguística

ISSN 1981-5794 (ONLINE)

Alfa	São Paulo	v.63	n.2	p.233-470	2019
------	-----------	------	-----	-----------	------

Alfa: Revista de Linguística
UNESP – Univ Estadual Paulista,
Pro-Reitoria de Pesquisa
Rua Quirino de Andrade, 215
01049-010 – São Paulo – SP
alfa@unesp.br

Editora responsável
Rosane de Andrade Berlinck

Odilon Helou Fleury Curado
Sebastião Carlos Leite Gonçalves

Assessoria de Informática
Luiz Borges

Editoria Executiva
Alessandra Del Ré
Alvaro Luiz Hattner
Carlos Eduardo Mendes de Moraes
Erotilde Goreti Pezatti
Luciane de Paula
Marina Célia Mendonça
Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner

Revisão Geral
Ana Carolina Freitas Gentil Cangemi

Capa
Adriana Bessa Damman

Assessoria Técnica
Sandra Pedro da Silva

Diagramação
Eron Pedrosa Januskevitz

Conselho Editorial

Ângela Cecília Souza Rodrigues (USP), Ataliba Teixeira de Castilho (USP), Bento Carlos Dias da Silva (UNESP), Christian Hudelot (CNRS), Christian Lehmann (Universität Erfurt), Daniel Leonard Everett (University of Manchester), Dermeval da Hora (UFPA), Diana Luz Pessoa de Barros (USP), Edair Gorski (UFSC), Eduardo Calil (UFAL), Esmeralda Vailati Negrão (USP), Ester Miriam Scarpa (UNICAMP), Fábio Lopes da Silva (UFSC), Freda Indurski (UFRS), Gladis Massini Cagliari (UNESP), Helena Hatsue Nagamine Brandão (USP), Ieda Maria Alves (USP), Ingedore G. V. Koch (UNICAMP), Jacques Fontanille (Université de Limoges), Jacyntho Luís Brandão (UFMG), João Azenha Júnior (USP), João Wanderlei Geraldi (UNICAMP), John Lachlan Mackenzie (ILTEC), John Robert Schmitz (UNICAMP), José Borges Neto (UFPR), Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP), Kees Hengeveld (Universidade de Amsterdã), Laurent Danon-Boileau (Paris V – CNRS), Leda Bisol (PUC-RS), Leonor Scliar Cabral (UFSC), Lúcia Teixeira (UFF), Luiz Carlos Travaglia (UFU), Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG), Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP), Maria Helena de Moura Neves (UNESP), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Maria Marta Pereira Scherre (UnB), Mariângela Rios de Oliveira (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Sérgio de Moura Menuzzi (UFRGS), Seung Hwa Lee (UFMG), Sirio Possenti (UNICAMP), Vera Lúcia Paredes Pereira da Silva (UFRJ), Zélia de Almeida Cardoso (USP).

Revisores da versão em Língua Inglesa

Alvaro Luiz Hattner (UNESP), Deusa Maria de Souza-Pinheiro Passos (USP), Maralice De Souza Neves (UFMG), Marina Santana Zorzetto (University of Ottawa), Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner (UNESP) e Melissa Alves Baffi Bonvino (UNESP).

Publicação quadrimestral/Quarterly publication

Alfa: Revista de Linguística / Universidade Estadual Paulista. – Vol. 1
(1962)– . – São Paulo : UNESP, 1962–
Quadrimestral
A partir de 2014 a publicação passa a ser apenas *Online*.
ISSN eletrônico: 1981-5794

Ficha catalográfica elaborada pela equipe da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp – Araraquara.

Os artigos publicados na Alfa: Revista de Linguística são indexados por:
The articles published in Alfa: Revista de Linguística are indexed by:

BLL – Bibliography of Linguistic Literature; CLASE – Cich-Unam – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; Francis Database; IBZ – International Bibliography of Periodical Literature in the Humanities and Science Galé; LLBA – Linguistic and Language Behavior Abstracts; MLA – International Bibliography; ProQuest; SciELO – Scientific Electronic Library Online

APRESENTAÇÃO

Temos a satisfação de apresentar a nossos leitores o segundo número de 2019 da Alfa, composto por oito artigos, originais na conjunção de temáticas, abordagens e propostas.

Os três primeiros compartilham o foco na dimensão discursiva da linguagem. Brait explora *discursos de resistência*, particularmente da esfera literária, mostrando como a relação entre textos e paratextos – que ela sugere poder ser de duas vias – tece e desvela vozes e acontecimentos. Pistori elabora um diálogo entre a antiga retórica (aristotélica e platônica) e a Análise Dialógica do Discurso, e defende uma aliança entre as duas abordagens para o estudo do discurso e da argumentação. Com base em uma investigação etnográfica virtual – de páginas feministas do Facebook, Biondo se propõe discutir as relações entre ideologias de gênero e de língua(gem), problematizando as possíveis convergências entre hegemonias nos dois domínios.

O quarto artigo deste número nos leva para uma região do planeta caracterizada por uma situação linguística extremamente complexa, com um índice altíssimo de multilinguismo, a Oceania. Silva discute as políticas linguística de seus vários países e territórios, que foram delineando fronteiras, “de línguas, de sentidos, de memória”, entre línguas com *status* sociolinguísticos diversos (colonizadoras, autóctones, de imigração).

Vasconcelos, Scarpa e Dodane analisam a aquisição de expressões negativas na fala de duas crianças, uma brasileira e uma francesa. A caracterização comparativa do processo permite identificar semelhanças, que apontam para princípios gerais para além da especificidade de cada caso isolado. As autoras destacam o papel de gestos e vocalizações na construção do sentido e a gradual inclusão de outros elementos linguísticos nos enunciados, além de apontarem para uma ordem de emergência nas funções desempenhadas pelas partículas negativas, que se inicia pela categoria *rejeição/recusa*.

Passamos da aquisição de língua materna para o universo da aquisição de língua estrangeira no contexto telecolaborativo. O estudo de Rampazzo e Aranha se baseia em longa experiência com práticas de teletandem, no âmbito do projeto *Teletandem Brasil: Línguas Estrangeiras para Todos*, a partir da qual se propõe discutir a aplicabilidade do conceito de comunidade a esse contexto específico. A caracterização das interações e práticas leva as autoras a identificar critérios que sustentam a validade do conceito nesse contexto.

Encerrando este número, temos dois artigos em que a dimensão semântica está em foco. O texto de Basso analisa a expressão ‘de volta’ no português brasileiro, a partir

das perspectivas da semântica e da pragmática formais. Considerando a expressão um “modificador de eventos de tipo contradirecional”, o autor discute as suas várias possíveis interpretações e conclui propondo uma análise semântica unificada de suas leituras.

Ferreira e Rammé também tratam de uma propriedade semântica – a causalidade, mas para tal adotam um modelo teórico recente – a Nanossintaxe, aplicando-o na análise do comportamento de verbos do português brasileiro. Os autores mostram que essa abordagem permite identificar restrições e chegar a generalizações sobre a natureza sintático-semântica dessa propriedade e fornece elementos para a inclusão dessa propriedade em uma representação formal da estrutura sintática.

A variedade de temas e perspectivas teórico-metodológicas que compõem esse número, uma característica constante nas páginas da Alfa, representa nosso compromisso de espelhar os desenvolvimentos recentes dos estudos linguísticos, cada vez mais diversificados e interdisciplinares. Ou talvez, e também, investigações tão diversificadas quanto a própria natureza multifacetada de nosso objeto de estudo.

Boa leitura!

SUMÁRIO / CONTENTS

ARTIGOS ORIGINAIS/ORIGINAL ARTICLES

- Discursos de resistência: do paratexto ao texto. Ou vice-versa?
Discourses of resistance: from paratext to text, or vice versa?
Beth Brait.....243

- Retórica, argumentação e análise dialógica do discurso
Rhetoric, argumentation and dialogic discourse analysis
Maria Helena Cruz Pistori265

- Ideologias de gênero e ideologias de língua(gem) em páginas feministas do facebook
Gender ideologies and language ideologies on facebook feminist pages
Fabiana Poças Biondo.....295

- Política linguística na Oceania: nas fronteiras da colonização e da globalização
Language policy in Oceania: in the frontiers of colonization and globalization
Diego Barbosa da Silva317

- Expressões negativas na fala de uma criança brasileira e uma criança francesa: estudo de casos
Negative expressions in the speech of one Brazilian and one French child. Functions and prosodic characteristics
Angelina Nunes de Vasconcelos, Ester Scarpa e Christelle Dodane.....349

- Revisitar o conceito de comunidade para discutir sua aplicação a contextos telecolaborativos
Revisiting the concept of community to foster its applicability to telecollaboration
Laura Rampazzo e Solange Aranha.....373

- Sobre a semântica de ‘de volta’: um exercício em contradirecionalidade
On the semantics of ‘de volta’: an exercise on counterdirectionality
Renato Miguel Basso397

- O papel dos núcleos baixos na interpretação de causalidade em português brasileiro: algumas notas sobre decomposição de eventos, F-Seq e nanossyntax
The role of low heads in the causative interpretation in brazilian portuguese: some notes on event composition, F-Seq and nanosyntax
Thayse Letícia Ferreira e Valdilena Rammé.....421

▪ ÍNDICE DE ASSUNTOS	453
▪ <i>SUBJECTS INDEX</i>	455
▪ ÍNDICE DE AUTORES / <i>AUTHORS INDEX</i>	457
▪ NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	459

ARTIGOS ORIGINAIS /
ORIGINAL ARTICLES

DISCURSOS DE RESISTÊNCIA: DO PARATEXTO AO TEXTO. OU VICE-VERSA?

Beth BRAIT*

- RESUMO: O objetivo desta pesquisa é discutir estratégias de *discursos de resistência* que tomam como objeto de enfrentamento à ditadura militar vigente no Brasil no período compreendido entre as décadas 1960 e 1980, cujas sequelas se fazem sentir até hoje. Dentre esses discursos, que não cessam de emergir em diversas esferas, por meio de diferentes gêneros, o discurso literário será entendido como um dos que, mobilizando memória individual e coletiva, pela via de documentos e/ou relatos, procura *desacobertar* e fazer conhecer os efeitos devastadores dos *anos de chumbo*. Com base em fundamentação teórica oferecida pela perspectiva dialógica do discurso, as narrativas *K. Relato de uma busca* (KUCINSKI, 2012) e *Os visitantes* (KUCINSKI, 2016b), do jornalista e escritor Bernardo Kucinski, são consideradas como sequência discursiva articulada, na medida em que a segunda retoma a primeira, instaura uma interação polêmica e possibilita a observação dos valores em tensão que organizam o todo e delinham faces de um projeto discursivo e do sujeito que o enuncia. Para efeito deste artigo, é destacada a relação dialógica estabelecida entre textos e paratextos, uma das estratégias do discurso literário de resistência que, pela instauração de vozes, busca respostas para acontecimentos escamoteados e para formas possíveis de presentificá-los pela linguagem.
- PALAVRAS-CHAVE: Enunciados de resistência. Paratexto. Estilística discursiva. Heterodiscurso. Prosa brasileira. Bernardo Kucinski.

Considerações necessárias

[...] o que passou efetivamente passou, mas há alguma coisa que não passa, alguma coisa que passa sem passar completamente, perpétuo presente em rotação.

Octavio Paz (1984, p.239)

Aqueles eram mesmo anos inverossímeis.

Julián Fuks (2015, p.136)

Se hoje os tempos estão confusos e difíceis, com profundo estranhamento diante de vozes que parecem desconhecer as agruras vividas pelo país em tempos ditatoriais,

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem e Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária. São Paulo – SP – Brasil. Departamento de Linguística. bbrait@uol.com.br. ORCID: 0000-0002-1421-0848.

basta voltar a discursos motivados pela recente ditadura militar brasileira, que teve seu início há pouco mais de meio século (1964), com duração de mais de duas décadas. Em relação a ela, não cessam de emergir discursos de diferentes esferas que, mobilizando a memória, via documentos e/ou relatos, pouco a pouco *desacobertam*, fazem conhecer e expõem os efeitos devastadores daqueles *anos de chumbo*, que se fazem sentir até hoje. Ainda há mortos insepultos, ocultados especialmente pelo discurso oficial, assim como pela frágil política de desvendamento dos intrincados subterrâneos do poder militar e de seus apoiadores. Uma prova dessa *história que nunca acaba* é o documento escrito por William Egan Colby, em 11 de abril de 1974, quando era diretor da Agência Central de Inteligência (CIA), e que os brasileiros tomaram conhecimento recentemente: 10 de maio de 2018.

Essa prova oficial escancara uma terrível realidade em relação ao presidente Ernesto Geisel, que governou o Brasil de 1974 a 1979. Embora ninguém tivesse ilusões em relação aos presidentes da época do regime militar, atribuía-se a ele o fato de seu governo ter sido *marcado pelo início de uma abertura política e pela amenização do rigor do regime militar brasileiro*. Essa ideia está exposta em muitos livros de história, manuais, repetindo-se continuamente como “fato”. De acordo com esse documento, entretanto, que vem a público após 44 anos de sua redação, Geisel não apenas sabia das atrocidades do regime que temia uma mudança democrática e procurava retardá-la por meio da tortura e do extermínio, mas era conivente com o que acontecia, tendo autorizado a continuidade da política de assassinatos de adversários.

É nesse sentido que os discursos sobre a ditadura atuam, ainda hoje, como uma forma de resistência, proclamando que “o que passou efetivamente passou, mas há alguma coisa que não passa, alguma coisa que passa sem passar completamente, perpétuo presente em rotação”, para utilizar as palavras de Otávio Paz (1984, p.239). Se um documento oficial, assinado por uma autoridade internacional de inteligência, tem legitimidade e poder para impor uma mudança nos registros da história brasileira, outros discursos, sem a dimensão oficial de uma prova incontestável, encontram formas de apontar para versões da história dessa recente ditadura militar que estão, no mínimo, perdidas entre as profundas e ocultas dobras do discurso oficial.

Dentre esses discursos, que se constituem por meio de diferentes gêneros, com circulação em diferentes esferas, o literário será tomado aqui como aquele que mantém “relação de reciprocidade e interdependência entre os diversos campos da cultura” (BAKHTIN, 2017, p.11-12) e “se revela, antes de tudo na unidade diferenciada da cultura da época de sua criação” (BAKHTIN, 2017, p.16). Isso significa que, por meio do discurso literário de resistência, algumas particularidades da cultura brasileira de ao menos dois momentos estarão em jogo, em tensão, tocando-se no limiar, nas fronteiras temporais, espaciais, sociais, afetivas. Ou seja, dimensões que sofreram a intervenção da ditadura, sendo por ela afetadas, se defrontam com documentos e discursos atuais que enfrentam e confrontam o doloroso passado. Juntando-se a isso o fato de que os gêneros, artísticos ou não, “acumulam formas de visão e assimilação de determinados aspectos do mundo” (BAKHTIN, 2017, p.16), a enunciação da resistência, o enunciado

concreto que a sustenta e concretiza, e que inclui necessariamente o objeto que a propulSIONA (no caso os desmandos fatais, alucinados e inverossímeis dos tempos da ditadura), debate-se entre ao menos dois polos em intersecção, em tensa interação.

De um lado, a necessidade do resgate, da reconstituição de acontecimentos que precisam ser falados, escritos, descritos, analisados de forma a serem conhecidos, reconhecidos, divulgados e, se possível, compreendidos na complexidade de suas várias dimensões. Esse processo se dá por meio da memória de um sujeito, social, histórico, discursivo, e pode ser auxiliada ou fundamentada por documentos e/ou depoimentos de outras memórias enunciadas. De outro, como consequência dessa necessidade vital, histórica, ética, há o aspecto que diz respeito à linguagem a ser mobilizada para realizar o resgate dos fatos dolorosos, momento enunciativo-discursivo que, invariavelmente, aponta para a quase impossibilidade do falar sobre eles, de lhes dar existência por meio de palavras.

Essas razões acabam por definir as particularidades do gênero assumido pela *prosa de resistência* que pode oscilar entre a tentativa de relato documental e a estetização, ficcionalização de um passado que se reflete e refrata no hoje, no agora e, perversa e permanentemente, coloca o enunciatador no centro de uma luta também com a linguagem, com as palavras, com os gêneros. Pela força dessa contingência, nos discursos literários de resistência, a linguagem é tematizada de várias maneiras, expondo a (in)capacidade do sujeito enunciatador e do próprio discurso de tocar esse “acabado que não cessa de continuar”, pontificado por sequelas, por vestígios. Por vezes, aí se inclui a culpa e a insegurança discursiva dos que, tendo sobrevivido, assumem o dever de enunciar, na tentativa de presentificar a ausência dos mortos e os horrores do regime. O gênero consolida-se, dessa perspectiva, em um entre lugar, limiar situado nas fronteiras entre o biográfico, o autobiográfico, o autoficcional, o autodiscursivo e a ética coletiva de resgate de vivências insuportáveis, de forma a expor, também, a resistência oferecida pela linguagem. As lutas e estratégias do enunciatador para empreender o possível resgate de acontecimentos, a trabalhosa e quase impossível tarefa enunciativo-discursiva de presentificação desse passado, o fazem assumir a condição de um sujeito histórico, social, cultural, coletivo, quando, a bem da verdade, ele é, sem qualquer alibi, uma das vozes a transitar entre as várias outras mobilizadas pelos discursos que se cruzam no enunciado.

Para fundamentar uma abordagem dialógica desse complexo *discurso literário de resistência*, que toma como motivo um passado que ecoa e persiste de forma trágica no presente, uma das chaves está na *estilística do gênero romanesco, estilística dos gêneros da prosa literária* ou *estilística sociológica*, constituída por meio da reflexão ético-estética que Mikhail Bakhtin (1895-1975) propôs e desenvolveu na quase totalidade de suas obras e, de maneira especial, em *O discurso no romance*, escrito possivelmente entre 1934-1935, e aqui recuperado pela tradução de Paulo Bezerra.¹ Esse ensaio oferece

¹ Esse texto já estava traduzido para o português, fazendo parte da coletânea *Questões de literatura e de estética. A teoria do romance* (BAKHTIN, 1988). Existe uma nova tradução brasileira, feita diretamente do russo por Paulo Bezerra, cujo primeiro volume intitula-se *Teoria do romance I: A estilística* (BAKHTIN, 2015).

elementos para uma reflexão a respeito de formas discursivas da prosa, de maneira a auxiliar o reconhecimento, nos discursos literários brasileiros de resistência, de estratégias encontradas pelo sujeito que resiste e que povoa seu enunciado de múltiplas vozes, do passado e do presente, harmônicas ou díspares, decisivas para a construção de um tempo-espaço e dos sujeitos que aí atuam e/ou atuaram.

O discurso no romance é o ensaio que trata a prosa literária de maneira bastante original, especialmente no que se refere à capacidade desse gênero trazer para dentro do discurso, artisticamente constituído, o diálogo social das linguagens, o plurilinguismo (ou heterodiscurso como aparece na tradução mais recente),² a luta entre as forças centrípetas, orientadas para a *centralização verboideológica*, para a singular unidade/identidade de uma língua, e as forças centrífugas, constituídas pelas alteridades das múltiplas línguas/linguagens em movimento num dado momento histórico, produtoras da *descentralização verboideológica*. Ao discutir a necessidade de uma estilística sociológica ou estilística do discurso, capaz de dar conta de pontos de vista em constante tensão, conjunto de valores e maneiras de exprimi-los, esse texto de Bakhtin contribui decisivamente para uma reflexão a respeito de discursos contemporâneos de resistência, das vozes e posicionamentos axiológicos que os concretizam. Além das contribuições advindas diretamente desse trabalho, outras noções desempenharão aqui um importante papel, caso de *enunciado*, *enunciado concreto*, *enunciação*, *autoria*, *texto* e *paratexto*, fundamentais nesta discussão e que, no devido momento, serão explicitados e mobilizados.

Faces de um discurso de resistência

A partir dos pressupostos teóricos e metodológicos acima destacados, este trabalho discute resultados de pesquisas que dão continuidade à leitura, pela perspectiva dialógica do discurso³, de textos da literatura brasileira contemporânea, voltados para o período da ditadura militar dos anos 1960-1980⁴. Dentre os muitos e significativos autores, cuja obra se caracteriza como prosa de resistência, o jornalista Bernardo Kucinski apresenta uma produção ficcional, assinada B. Kucinski, que se oferece como importante discurso literário contemporâneo de resistência e de enfrentamento do que ainda sangra, causa dor, repulsa, e até mesmo *insegurança discursiva* àqueles que sobreviveram ao terror e, também por isso, se impõem o dever de *enunciar*. A trilogia composta por *K. Relato de*

² A diferença entre o termo *plurilinguismo*, mais difundido no que se refere à pluralidade de vozes que constituem um discurso, e *heterodiscurso*, é que este último pretende destacar o *acento discursivo social*. Em Breve glossário de alguns conceitos-chave, Paulo Bezerra, dentre outros aspectos, inclui a etimologia do termo em russo e afirma que na terminologia bakhtiniana “trata-se de um heterodiscurso social que traduz a estratificação interna da língua e abrange a diversidade de todas as vozes culturais em sua dimensão histórico-antropológica” [...] (BEZERRA, 2015, p.247).

³ A esse respeito, consultar Brait (2006).

⁴ Este artigo configura-se como um dos resultados do projeto de pesquisa *Fundamentos e desdobramentos da perspectiva dialógica para a análise de discursos verbais e verbo visuais*, que conta com apoio da bolsa PQ do CNPq (Proc. 303643/2014-5). Outros resultados podem ser verificados em Brait (2015, 2016a; 2016b).

uma busca (KUCINSKI, 2011; 2012; 2014a; 2016a), *Você vai voltar para mim e outros contos* (KUCINSKI, 2014b) e *Os visitantes* (KUCINSKI, 2016b) configura um conjunto discursivo interdependente, concretizado por temática específica em relação aos anos de chumbo e pelas formas encontradas para que vozes institucionais e individuais se defrontem, se confrontem, aí incluída a voz do sujeito-enunciador e suas estratégias de variada e tensa presença. Nesse sentido, as três obras podem ser consideradas, em conformidade com a concepção bakhtintiana de linguagem, um *enunciado concreto*.⁵

O *enunciado concreto*, ao menos em seu acabamento provisório representado por essa trilogia, possibilita a observação dos valores em tensão que organizam o todo, delineando o acesso ao projeto discursivo do sujeito que, pela memória e pela linguagem, busca no passado respostas para acontecimentos escamoteados e sujeitos que “foram desaparecidos”. A resistência ao discurso oficial, vigente e duradouro, caracteriza essa trilogia em que ficção, memória e resistência partem de fatos doloridos e concretizam uma dimensão estético-ideológica, uma rede discursivo fundamental para se pensar em um determinado momento da história brasileira. Por meio da evocação de diferentes vozes, o discurso literário de resistência se quer e se faz história (*estória* como diria João Guimarães Rosa) e História no sentido não ficcional. Essa tensa relação exige do discurso de resistência o apontar para fora, denunciando e expondo acontecimentos recuperados pela memória e, ao mesmo tempo, a incessante busca de uma materialidade linguístico-discursiva capaz de assumir essa dupla orientação característica do gênero. Dentre as múltiplas estratégias mobilizadas para esse fim, basta, por exemplo, observar a expressão “foram desaparecidos”, utilizada ao longo da narrativa *K*. A substituição linguística do termo “desapareceram” por “foram desaparecidos” deflagra o embate entre duas vozes, entre dois discursos em tensão: o oficial, aquele que confere aos desaparecidos a condição de sujeitos ativos de uma ação (desaparecer), e o de resistência, que expõe, linguisticamente, a condição passiva, subjugada, sem escolha e sem defesa dos que foram existencialmente *subtraídos*. A troca, pela força da linguagem, expõe outro sujeito para a assombrosa ação, por meio da qual “as pessoas desapareciam sem deixar vestígios” (KUCINSKI, 2012, p.27). No segundo episódio de *K*, intitulado Sorvedouro de pessoas, o narrador afirma:

[...] Um senhor levantou-se, disse que viera de Goiânia especialmente para a reunião. Seus dois filhos, um de vinte anos e outro de apenas dezesseis, foram desaparecidos. Esse senhor gaguejava, parecia em estado catatônico. Foi o primeiro a usar a expressão “foram desaparecidos” (KUCINSKI, 2012, p.26, destaque do autor).

Esse é apenas um exemplo dos inúmeros recursos mobilizados para resistir linguística, discursiva, literária e existencialmente ao discurso oficial, na tentativa

⁵ O conceito de enunciado concreto, envolvendo enunciado/enunciação, está presente no conjunto da obra de Bakhtin e o Círculo. Além das obras-fonte, é possível recorrer a dois trabalhos que as discutem especificamente: Souza (2002) e Brait & Melo (2010).

de desmascarar e desmontar suas perversas estratégias de linguagem, de narração e explicação de “fatos”, como se não bastasse sua incontestável força bruta. O que não é tarefa fácil, como se observa nessa trilogia de B. Kucinski.

A questão do gênero também é um aspecto fundamental para a compreensão dos discursos de resistência. A forte relação interna e temática entre gênero e realidade é um aspecto ao qual Pável Medviédev (2012), do Círculo de Bakhtin, trata com grande propriedade. Em um dado momento ele afirma:

Cada gênero é capaz de dominar somente determinados aspectos da realidade, ele possui certos princípios de seleção, determinadas formas de visão e de compreensão dessa realidade, certos graus na extensão de sua apreensão e na profundidade de penetração nela.

[...] Cada um dos gêneros [...] é um complexo sistema de meios e métodos e domínio consciente e de acabamento da realidade. [...] São as formas do enunciado [...] que desempenham o papel essencial na tomada de consciência e na compreensão da realidade. (MEDVIÉDEV, 2012, p.196 e p.198).

As considerações de Medviédev ajudam a entender as características do discurso de resistência aqui discutido e o gênero por ele assumido. Os três textos apresentam-se como gênero que ocupa um entre lugar, uma fronteira, limiar entre o testemunho, a biografia, a autobiografia, a autoficção, tomando como matéria aquilo que se oferece como dor, terror, penumbra, no passado e no presente, implicando, constitutivamente, a dificuldade do fazer-se *verbo*. *Enunciar* significa enunciar-se no e pelo discurso que, nesse caso, embora fincado em raízes individuais, se oferece como metonímia de memórias, dores e perdas de outros *eus* disseminados no coletivo. Para dar existência e concretude a esse lugar *genérico*, ocorre, dentre outras significativas coisas, uma relação de grande originalidade entre o primeiro texto da trilogia, intitulado *K, relato de uma busca*, e o terceiro, *Os visitantes*. Essa especificidade, a ser esclarecida adiante, implicou uma decisão metodológica no sentido de um recorte, de forma que essas duas obras constituirão o *corpus* a ser trabalhado neste artigo, sem prejuízo do enunciado concreto de resistência formado pela trilogia.

K. é a história do desaparecimento de Ana Rosa Kucinski Silva, professora de Química da USP, irmã do autor na vida real, e seu marido, Wilson Silva, ambos militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização revolucionária comandada por Carlos Marighela. O pai, Meir Kucinski, escritor de língua ídiche, imigrante judeu polonês, que morreu em 1976, assume, na narrativa, o papel de narrador. *Os visitantes*, por sua vez, escrito cinco anos após a primeira edição de *K.*, aparece como um *post scriptum* a *K.*, uma espécie de pesadelo de um escritor, na medida em que várias das personagens, presentes na narrativa sobre a busca e o desaparecimento que motivaram a escritura de *K.*, batem à porta de sua casa para reclamar de falhas, ausências,

imprecisões. O narrador-personagem, no papel de *escritor*, também reclama muito da recepção da obra, como se observa no início do primeiro episódio, intitulado “A velha com o número no braço”:

Atendi o interfone irritado. Muito irritado. Acabara de ler o jornal e, de novo, não havia referência alguma à novela, sequer uma notinha no canto da página. O porteiro disse: É uma senhora chamada Regina. Eu não me lembrava de nenhuma Regina. Perguntei-lhe o que ela queria. Diz que é sobre um livro, respondeu. Pensei: quem sabe, finalmente, uma jornalista querendo me entrevistar. E mandei subir. [...] O senhor é o escritor deste livro sobre a professora de química que desapareceu? Sem esperar minha resposta, continuou: Um livro forte e bem escrito, mas tem um erro muito feio que o senhor escritor precisa corrigir (KUCINSKI, 2016b, p.11-12).

Não apenas por essa senhora, mas por todos os demais que protagonizam cada episódio, a obra *Os visitantes* poderia, aparentemente, indicar um relato de reclamações, com base na recepção da obra *K*. Observa-se, entretanto, que a questão motivadora de um novo discurso literário de resistência é o complexo discurso pautado entre *invenção* e *acontecimento* (história e estória), aspecto que, como já indicado, exerce papel fundamental no gênero, impondo, de certa forma, uma ética discursiva que enunciador deixa transparecer no *ato verbal*, no *evento discursivo*. Situado entre o individual e o coletivo, o passado e o presente, os acontecimentos e a memória ficcionalizada, o enunciador continua sob a égide dessa ética discursiva, que não cessa com o enunciado publicado. Ao contrário, a obra em circulação possibilita o surgimento de vozes discursivas configuradas justamente a partir da recepção, entendida como o coletivo dos leitores. Ao se colocar como parte desse coletivo, também o autor poderá, na condição de leitor de sua própria obra, sentir-se levado a rever detalhes de sua enunciação, relativizada, fragilizada ou contestada em diferentes pontos, por diferentes receptores. E parece que esse é o motor da existência dessa nova enunciação, desse novo enunciado intitulado *Os visitantes*, que tematiza *acontecimento* e *invenção* presentes em *K*., voltando como um incômodo bumerangue contra particularidades da escritura. E o enunciador, reinicia o jogo história e estória, mobilizando *personagens* a partir de supostos *leitores* de carne e osso.

O retorno de um escritor a uma de suas obras, de maneira a tematizá-la, explicá-la, justificá-la, não é exatamente uma novidade, encontrando outras ocorrências na tradição literária. Em *Pós-escrito a O nome da rosa* (ECO, 1985), por exemplo, escritor e medievalista italiano Umberto Eco se propõe a explicar “As origens e o processo de criação do livro mais vendido em 1984”, como anuncia a capa. No primeiro tópico, intitulado “O título e o sentido”, ele afirma:

Desde que escrevi *O nome da rosa*, chegam-me muitas cartas de leitores perguntando o que significa o hexâmetro latino final, e por que esse hexâmetro deu origem ao título. Respondo que se trata de um verso de *De contemptu mundi* de Bernardo Morliacense, um beneditino do século XII, que constitui uma variação sobre o tema do *ubi sunt* (como, posteriormente, o verso de Villon: *mais où sont les neiges d'antan*) com a diferença que, ao *tópos* corrente (os grandes de outrora, as cidades famosas, as belas princesas, tudo se esvai no nada), Bernardo acrescenta a ideia de que de todas as coisas desaparecidas só nos restam puros nomes. Recordo que Abelardo usava o exemplo do enunciado *nulla rosa est* para mostrar como a linguagem pode falar tanto das coisas desaparecidas quanto das inexistentes. Dito isso, deixo que o leitor tire suas próprias conclusões (ECO, 1985, p.7).

A escolha desse trecho inicial de *Pós-escrito a O nome da rosa* não é um acaso,⁶ evidentemente. Nele, Umberto Eco, para responder a uma pergunta objetiva de um leitor, trata de algumas questões que estão em jogo nas obras em exame neste artigo. De um lado a questão prática dos leitores que, por meio de cartas (e poderiam ser *e-mails*, resenhas, entrevistas, etc.) se voltam para o escritor, tendo como objeto a obra publicada, de maneira geral, ou detalhes, curiosidades, indagações que, do ponto de vista dessa recepção, só ele poderá responder, esclarecer, explicar. Isso pode de fato ter acontecido a Bernardo Kucinski após a publicação de *K.*, dada a força temática e discursiva da obra. Além disso, entretanto, a discussão, na obra de Eco, sobre o hexâmetro que deu origem ao título aponta ao menos para dois aspectos constitutivos e exacerbados em *K.* e *Os visitantes*, e que estão assim enunciados pelo autor de *O nome da rosa*: “[...] de todas as coisas desaparecidas só nos restam puros nomes [...] a linguagem pode falar tanto das coisas desaparecidas quanto das inexistentes” (ECO, 1985, p.7). Sem dúvida é uma clara menção à história e estória, ficção e realidade, parâmetros que ao serem postos em diálogo disseminam-se pelo universo do discurso, constituindo e alterando escritor e leitor. Nesse sentido, Eco vai além de uma simples explicação do título, alertando o leitor para o fato de que, mesmo sendo um pesquisador, um medievalista, sua obra transita entre *acontecimento e invenção*. A partir daí, os demais tópicos (*Contar o processo, Quem fala, Construir o leitor*, dentre outros) seguem o ritmo erudito e didático de Eco, satisfazendo curiosidades dos leitores sobre os ingredientes de *O nome da rosa* e do discurso literário em geral.

A obra *Os visitantes*, por sua vez, não é um escrito teórico-didático cuja finalidade seria explicar de forma lógica e racional a obra *K.*, sua origem, seu processo de criação. Trata-se de um discurso de ficção que de fato (re)visita *K.*, estabelecendo com ela uma interlocução polêmica. Por meio da estratégia de instauração de um enunciador-escritor

⁶ A única coincidência aqui não prevista, e que em certo sentido causa desconforto, é o termo *rosa*, nome próprio em Kucinski e comum e estratégico, do ponto de vista da discussão da linguagem, em Eco.

e personagens-visitantes-leitores, a narrativa retoma personagens, questões, informações e, especialmente, a ética discursiva do escritor e possíveis esquecimentos constitutivos da memória, do discurso, da enunciação. O que, no fundo, não deixa de ser uma forma de (re)escrever o já escrito, o que foi enunciado, agora pela via de diferenciadas vozes da recepção que, em última análise, é uma dimensão temporal que transforma o autor-criador em leitor de sua própria escritura e o joga no redemoinho do heterodiscurso social, cultural, histórico que ele mesmo mobilizou. Espécie de *continuidade* do anterior, esse novo discurso literário de resistência se assume como enfrentamento do já dito, apontando para as dúvidas do sujeito enunciador, para o inacabamento e para as lacunas de seu dizer em relação a *fatos, acontecimentos*, dizeres que incomodaram profundamente os *visitantes*.

Ao expor as fraturas do dito, esse *alter-discurso* intitulado *Os visitantes* apresenta-se como o *outro* em relação a *K.*, evidenciando armadilhas da linguagem e, de forma muito especial, as que minam o discurso que se debate entre memória individual e coletiva, assim como esquecimentos individuais e coletivos (será que há outra possibilidade no mundo da linguagem?). Nesse ponto, é preciso admitir que tanto Eco quanto Kucinski tematizam o processo de criação, sua produção, sua recepção e, da mesma forma que a matéria tratada pelo discurso literário de resistência, esse também se debate *entre um acabado que não acaba*. Sem assumir o gênero didático (bem longe disso), o enunciado de Kucinski implica um movimento de escuta triangulada entre escritor-obra-leitor, estabelecendo, para tanto, uma interlocução, uma interação polêmica entre as duas obras. Com isso, mais uma vez o discurso exhibe, por outro ângulo, a força e importância da linguagem que *pode falar tanto das coisas desaparecidas quanto das inexistentes*.

Dada a singular relação entre *K.* e *Os visitantes*, o enunciado concreto que configura o discurso de resistência será aqui composto por esses dois textos e, também, por seus paratextos autorais. A ideia do enunciado concreto, conforme concebido pelos pensadores do Círculo de Bakhtin, inclui o que se designa em outras perspectivas como *paratextos*, textos que se avizinham do texto principal, caso do título, subtítulos, dedicatórias, epígrafes, prefácio, posfácio, etc. e que, segundo vários teóricos, abrem caminho para o leitor adentrar os meandros do texto principal. No *corpus* específico escolhido para discussão neste artigo, e a partir do que foi apresentado até aqui, *K. Relato de uma busca* e *Os visitantes* se oferecem como alteridades constitutivas, um em relação à identidade do outro. A pergunta que se coloca, daqui em diante, é como diferenciar, nesse caso (se é que é possível), o texto principal de seu paratexto. A resposta a essa questão, em uma pesquisa que toma a relação texto-paratexto como uma das estratégias do discurso de resistência, deve considerar, inicialmente, alguns aspectos teóricos para, em seguida, analisar a paratextualidade e sua função no enunciado concreto que implica as duas obras.

Em termos teóricos, não apenas Gérard Genette (1982) tratou dessa questão e tem sido retomado ainda hoje em inúmeros trabalhos, mas muitos outros estudiosos se voltam para a importância dos diferentes paratextos escolhidos e/ou assinados pelo

autor de determinada obra (paratextos autorais), assim como para os que fazem parte da produção do livro e são inseridos pelo editor (paratextos editoriais). As observações de Sabiá (2005, p.9), em artigo dedicado ao estudo do paratexto de algumas obras literárias mexicanas, ajudam a reiterar a ideia de que o segmento textual designado *paratexto* funciona como lugar e percepção de singularidades e camadas da interação autor/obra/ leitor/leitura.

Os leitores não entram diretamente em contato com o texto ficcional, mas entram de forma mediatizada. Essa mediatização se inscreve no marco global da lógica comunicacional e pragmática que subjaz a toda obra literária e se efetua por meio de uma série de instrumentos e estratégias que são compreendidas como “paratexto”. Esse termo se refere a um conjunto de produções, da ordem do discurso e da imagem, que acompanham o texto, o introduzem, o apresentam, o comentam e condicionam sua recepção [...] [funcionando como] elos da estratégia de inscrição do autor e do leitor em uma situação interativa (SABIA, 2005, p.9, grifo do autor, tradução nossa).⁷

De certa forma, é como se o autor, tendo finalizado sua enunciação criadora, tendo posto um ponto final em seu discurso, ainda quisesse exercer controle sobre a situação, chamando a atenção do leitor, antecipando coisas que ele irá encontrar durante a leitura. Ou, conforme o caso, interferindo no que foi narrado, por meio de um posfácio. Se assim é, o paratexto autoral não pode ser considerado algo descartável, uma excrescência em relação ao texto principal. Ele é uma intervenção do autor em direção a seu interlocutor, ele diz muito sobre o que o autor espera com esses acenos, com esses gestos significativos que antecipam o texto principal e sua leitura. Trata-se de uma espécie de *antessala interativa*, por meio da qual o leitor adentra a obra. Assim sendo, pela perspectiva dialógica, considera-se que os paratextos, de fato, fazem parte do enunciado concreto. No caso do *corpus* deste artigo, os paratextos implicam, mesmo antes da leitura dos textos principais, enunciador e leitor/interlocutor em uma situação interativa instigante, funcionando como importante estratégia antecipadora das diversas faces da *resistência* discursiva. Os segmentos que se apresentam como paratextos apontam, como se verá, para a dimensão temática e para os embates com a linguagem, evidenciando a quase impossibilidade de dizer o que se oferece como (in)dizível. E é deles, enquanto estratégia dos discursos de resistência escolhidos, que este artigo se ocupa.

⁷ No original: *Los lectores no entramos nunca en contacto con el texto novelesco de modo directo sino de forma mediatizada. Esta mediatización se inscribe en el marco global de la lógica comunicacional y pragmática que subyace a toda obra literaria y se efectúa por medio de una serie de instrumentos y estrategias que se engloban bajo el nombre de “paratexto”. Tal término se refiere a un conjunto de producciones, del orden del discurso y de la imagen, que acompañan al texto, lo introducen, lo presentan, lo comentan y condicionan su recepción [...] ellos en una estrategia de inscripción del autor y del lector en una situación interactiva.*

Paratexto, tradição e ruptura

O texto *K* está sendo trabalhado a partir de sua 2ª edição (KUCINSKI, 2012), publicada pela Editora Expressão Popular e que ainda não trazia o subtítulo *Relato de uma busca*. Nessa edição, antes de iniciarem-se os vinte e nove fragmentos, capítulos não numerados ou contos curtos, concisos, que tem como fio condutor um pai que tenta esclarecer o desaparecimento, nos anos 1970, sem deixar qualquer rastro, de dois jovens - sua filha e o marido -, destacam-se três paratextos autorais, significativos para a discussão das especificidades do discurso de resistência: uma dedicatória, três epígrafes e uma mensagem explicitamente dirigida ao leitor: *Caro leitor*. Nas edições posteriores, eles foram eliminados ou parcialmente colocados, assim como as ilustrações de Enio Squeff. Embora desempenhando um papel importante na produção de sentidos e na recepção (o artista fez os desenhos na condição de leitor) as ilustrações não serão consideradas neste artigo, uma vez que, apresentando-se ao longo do texto verbal, implicam verbo-visualidade, ou seja, uma articulação palavra/desenho que mereceria uma análise diferenciada no que diz respeito à produção de sentidos e a autoria do enunciado como um todo.⁸ Também não será tratada a sequência em que o autor agradece nominalmente aos que o apoiaram, incluindo sua mulher, com críticas e sugestões, uso do iídiche e dos mapas de ruas de Varsóvia, ajuda na fala dos desamparados.

Considerando que o discurso de resistência está sendo caracterizado, dentre outros aspectos, pela capacidade de mobilizar vozes sociais, também os paratextos serão observados sob esse ângulo, ou seja, enquanto *heterodiscursos*. Cada um por si e também em conjunto, eles enunciam, põem em movimento, discursos de resistência, no sentido de delinear o alvo a quem o enunciador vai se contrapor, o objeto da resistência, estabelecendo, ao mesmo tempo, uma parceria com o leitor. Trata-se de um *diálogo velado*, que qualifica o leitor como capaz de, antecipadamente, compreender importantes faces que motivam e sustentam o discurso que ele terá pela frente. Nesse momento, o enunciador acena com dizeres seus e de outros enunciadores, que ele traz para dentro de seu discurso, aí incluídas significativas vozes da tradição literária de língua portuguesa.

A *dedicatória* de *K*. (KUCINSKI, 2012, p.5) é o primeiro lugar em que a voz do autor criador se faz presença, por meio de delicados versos:

Às amigas, que a perderam;
De repente;
um universo de afetos se desfez.

⁸ A concepção de texto que fundamenta as reflexões aqui desenvolvidas tem origem nos trabalhos de Bakhtin e do Círculo. Eles entendem texto não apenas como expressão verbal (escrita ou oral), mas concretizado a partir de diferentes planos de expressão, o que possibilita o entendimento de texto *visual*, *musical*, etc. Além disso, o texto deve ser percebido como dimensão semiótico-ideológica, atualizada por um sujeito coletivo ou individual, situado, pertencente a um contexto, a uma cultura, em diálogo com interlocutores/discursos presentes, passados e futuros. Ver a respeito: Bakhtin (2016) e Brait (2016c).

Sintoma da brutalidade dos acontecimentos, do desaparecimento, do abalo irreversível de um amplo universo do qual a desaparecida era protagonista, a dedicatória antecipa ao leitor o fato de que o discurso estará ancorado, ao mesmo tempo, na história pessoal e na História compartilhada pelo coletivo.

As epígrafes (KUCINSKI, 2012, p.11), por sua vez, também antecipam algumas faces do discurso que se inicia a partir da dedicatória, incluindo, desde já, a dificuldade do sujeito enunciador para concretizá-lo. Nesse sentido, discursos de três grandes escritores da língua portuguesa são convocados: João Guimarães Rosa, Fernando Pessoa e Mia Couto. Ainda que não se faça aqui uma análise detalhada de cada trecho, das particularidades das obras em que eles se encontram e de seus autores, assim como de seus significados nas narrativas de origem e no diálogo com tantas outras, é possível afirmar, a partir dessas epígrafes, que o discurso de resistência que o leitor terá pela frente, longe de ser unicamente um testemunho sobre uma época da história e da cultura brasileira, embora o seja com uma imensa força, lidará, também com muito vigor, com questões discursivas que dizem respeito a (im)possibilidades do narrar e da recuperação das vivências a serem narradas.

Inicialmente, cabe a um excerto de *Grande sertão: veredas* apontar para a construção e para as dificuldades do conhecimento pretendido pelo discurso:

Conto ao senhor é o que eu sei e o senhor não
sabe; mas principal quero contar é o que eu não
sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba.
(ROSA, 1968, p.175).

Um enunciador em primeira pessoa dirige-se diretamente a seu interlocutor, tratado por “senhor”, para apresentar questões que dizem respeito ao contar, ao que ele quer narrar, às relações entretecidas entre quem conta e quem escuta/lê, especialmente no que se refere aos saberes e aos não saberes de cada um. Trata-se de um jogo de identidade/ alteridade/complementaridade entre sujeitos, objetos do conhecimento, autor/leitor, dimensões engendradas pelo discurso, dada sua natureza inescapavelmente interativa. Nesse sentido, o enunciador que acolhe a epígrafe, ao evocar a tradição, que coloca essas questões, também nela se insere. Ao fazer estória, se faz História, como confirmam as demais epígrafes.

Não é a dor que já não pode crer
Que m’oprime, nem a de não saber,
Mas apenas [e mais] completamente o horror
De ter visto o mistério frente a frente,
De tê-lo visto e compreendido em toda
A sua finalidade de mistério.
(PESSOA, 1969, p.460).

A evocação de seis versos da XXVII estrofe do poema Mistério do Mundo (Primeiro Fausto, Primeiro Tema), de Fernando Pessoa, articula-se à primeira epígrafe para acrescentar, a partir de uma postura profundamente alegórica, a questão da dor, da opressão, do horror relacionado à visão e compreensão do mistério (impossível de ser explicado racionalmente), Uma visão filosófica, articulada ao testemunho e, ao mesmo tempo, à impossibilidade de enunciá-lo.

Acendo a história,
me apago a mim.
No fim destes escritos, serei,
de novo uma sombra sem voz.
(COUTO, 2015, p.14).

Pela terceira vez, um enunciador em primeira pessoa, dentro dos mesmos rastros do contar, da escrita e de seu papel, traz à tona a questão da história/estória que, ao iluminar-se pela voz do sujeito enunciador, apaga-o, tornando-o uma *sombra sem voz*, num movimento pendular entre o singular e o universal, o individual e o coletivo. O jogo existente entre os termos *acendo*, *apago*, *sombra* e a reiteração das formas do pronome de primeira pessoa – *me* e *a mim* – remetem, poética e tragicamente, à finalidade da escrita e à condição de ser ela, enquanto evento-voz, maior que o enunciador que a tornou luz, visibilidade, escuta. Ao recuperar Mía Couto, o sujeito enunciador de *K.* encontra mais um lugar na tradição literária para antecipar aspectos decisivos do enunciado com o qual o leitor se defrontará em seguida: a relação constitutiva entre contar uma história e atingir a História, ser história e, concomitantemente, ser História. Mas nessa terceira epígrafe, ele vai um pouco mais além. A localização do excerto na narrativa fonte permite observar duas coisas, como se verá a seguir:

Quero pôr os tempos, em sua mansa ordem, conforme esperas e sofrências. Mas as lembranças desobedecem, entre a vontade de serem nada e o gosto de me roubarem do presente. Acendo a estória, me apago a mim. No fim destes escritos, serei de novo uma sombra sem voz.
(COUTO, 2015, p.14).

Os dois períodos anteriores ao trecho escolhido como epígrafe dizem respeito, explicitamente, à questão do querer de um enunciador, seu desejo de ordenar o tempo de esperas e de *sofrências* e, concomitantemente, à vontade própria das lembranças que o roubam do presente. Esses aspectos remetem aos movimentos internos da escritura. Sem dar espaço a esse trecho, o enunciador de *K.* vai direto ao movimento de claro/escuro desencadeado pela relação escritura/escritor, interferindo graficamente na citação que não está transcrita como prosa, mas como verso. Ao inserir a citação em forma de poema e não de prosa, ele estabelece um diálogo co-autoral com o escritor citado, exibindo sua leitura interpretativa. Além do recorte do discurso de outrem, no fio de

uma sintaxe que trabalha a favor do projeto discursivo em processo, o enunciador se inscreve no discurso citado, mudando seu gênero e, de uma certa maneira, assinando-o.

Se a linguagem é um elemento que possibilita o contar, desentranhando mundos, as três epígrafes, em sua proximidade temática, se dão como *heterodiscursos*, no sentido de vozes estético-sociais enunciadas a partir da diversidade da língua portuguesa (Brasil, Portugal e África), assim como do posicionamento axiológico de seus enunciadores. Escrevendo na mesma língua que se faz *outra*, cada sujeito enuncia relações com a vida, sociedade, cultura, memória, esquecimentos e, na condição de enunciadores, com as (im)possibilidades de (re)presentar inerentes à linguagem, aos discursos em circulação.

No conjunto dos paratextos de *K.*, mais um deve ser destacado (ele não aparece na íntegra em edições posteriores), pela mesma força de antecipação revelada pelas epígrafes:

Caro leitor:

Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu. Deixei que lembranças fluíssem diretamente da memória, na forma como lá estavam, há décadas soterradas, sem confrontá-las com pesquisas, sem tentar completa-las ou lapidá-las com registros de época. Há referências a documentos em apenas duas histórias e somente como recurso narrativo.

Depois, valendo-me da fabulação, levei essas recordações a cenários imaginados; juntei situações ocorridas em tempos diferentes, algumas idealizei do quase nada e preenchi lacunas de esquecimento e os bloqueios do subconsciente com soluções inventadas.

Cada fragmento ganhou uma forma independente dos demais, não na ordem cronológica dos fatos e sim na exumação imprevisível desses despojos de memória, o que de novo me obrigou a tratar os fatos como literatura, não como História.

A unidade se deu através de *K.* Por isso, o fragmento que o introduz inicia o conjunto, logo após a abertura. E o que encerra suas atribulações está quase no final. A ordem dos demais fragmentos é arbitrária, apenas uma entre as várias possibilidades de ordenamento dos textos. (KUCINSKI, 2012, p.13).

Nesse contato explícito com o leitor, invocado textual e afetivamente (Caro leitor) (KUCINSKI, 2012, p.13), o autor criador da narrativa ficcional que em breve se iniciará, apresenta-se como a voz do autor empírico e afirma: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”. Daí em diante, de forma bastante didática explica a gênese e as características de sua enunciação, esclarecendo que recorreu muito pouco a documentos e, quando o fez, foi somente como *recurso narrativo*; que lidou com

lembranças, recordações, memória, esquecimentos, bloqueios do subconsciente, mas que se socorreu da *fabulação*, criando cenários, situações idealizadas ou acontecidas em tempos diferentes, preenchendo lacunas e inventando soluções. Até mesmo a ordem do discurso, a articulação dos fragmentos é explicada como uma das possíveis, excetuando a entrada do pai que se dá em lugares precisos.

Antecipando-se às interpretações que poderiam ser realizadas pelo leitor, às leituras possíveis, uma voz de autoridade máxima, a do próprio *autor*, baliza o caminho, confundindo o leitor e empurrando-o para o um entre lugar que só o enunciado e o gênero por ele assumido podem esclarecer (se é que podem!): “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”. O jogo *invenção* e *acontecimento* (estória e história), explicado em detalhes nesse paratexto, na verdade parece mais uma forma de dizer que é impossível, pela linguagem, separar essas duas instâncias, fatalmente imbricadas, e de forma muito especial em narrativas que, no presente, procuram trazer o passado, abrir um espaço de linguagem em que acontecimentos devem ser falados para ganharem existência e serem compreendidos.

Em *K.*, além dos paratextos apresentados, há uma particularidade na sintaxe textual do conjunto representado pelos vinte e nove fragmentos, com conseqüências enunciativas e discursivas que indiciam, sinalizam, formas de presença autoral diferenciada e suas relações alteritárias. O primeiro fragmento, intitulado “As cartas à destinatária inexistente” (KUCINSKI, 2012, p.15-17), e o último, “Post Scriptum” (KUCINSKI, 2012, p.177), estabelecem uma fratura sintático-semântica no conjunto, funcionando como moldura em relação aos demais. Ambos estão escritos em primeira pessoa do singular, no presente, destacados em itálico, localizados e datados: “São Paulo, 31 de dezembro de 2010”. Esse destaque, sem dúvida, remete à autoria, que na luta pela possibilidade do dizer (entre o ser e a sombra), se introduz como mais uma voz, que se intromete para abraçar o *narrado*. Os vinte e sete fragmentos emoldurados, enunciados em terceira pessoa por *K.*, o pai, aquele que empreende e assina a busca, acolhem essa voz, esse heterodiscurso, que *se diz* a partir de um espaço e de um tempo que possibilitou a dolorosa *enunciação*. Se os paratextos em forma de dedicatória, epígrafes, etc., têm o objetivo de alertar o leitor sobre a natureza do que se enuncia e de quem enuncia, os dois fragmentos, inicial e final, acenam mais uma vez nessa mesma direção, sublinhando e embaralhando *invenção* e *acontecimento*.

Também em *Os visitantes*, a voz do *autor* se apresenta, em primeiro plano, por meio de duas epígrafes, uma dedicatória e um alerta ao leitor.

As epígrafes (KUCINSKI, 2016b, p.5) são poderosas assertivas, incluindo as fontes que as geraram. A primeira, “Desçamos e confundamos a língua deles, para que um não entenda o outro”, foi escolhida no texto sagrado (Gênesis, 11, 7)⁹, justamente no momento em que se impinge aos homens a condição da *incomunicabilidade*, por oposição ao que seria uma língua única, de perfeito entendimento entre todos. A segunda, “Os fatos são escassos, as palavras numerosas” (S.Y. Agnon) vem de um dos mais

⁹ Disponível em: <https://bibliaportugues.com/genesis/11-7.htm>. Acesso em: 6 set. 2019.

importantes escritores da literatura hebraica: Shmuel Yosef Agnon (1888-1970), prêmio Nobel de literatura em 1966. Tanto uma como a outra remetem à relação vida-linguagem, língua-incompreensão, excesso de palavras para a escassez de fatos, *plurilinguismo* em lugar de uma *língua única*. A referência à confusão disseminada entre os homens pela multiplicidade de línguas, de linguagens, se junta à reflexão de um grande escritor, cuja obra se caracteriza justamente por lidar, dentre outros importantes aspectos, com o conflito existente entre a linguagem e a vida. Não por acaso, o *visitante* que inicia a narrativa, protagonizando o primeiro *conto*, a primeira reclamação, é uma judia:

É sobre o holocausto, o senhor escritor escreveu que os alemães registravam todas as pessoas que matavam, mas isso não é verdade! [...] a maioria ia direto para a câmara de gás [...] Eu disse que lamentava. Ela disse: De que adianta o senhor escritor lamentar? O senhor escritor precisa corrigir; como está é um desrespeito aos milhões que foram desaparecidos (KUCINSKI, 2016b, p.12 e p.13).

A proximidade temática com as epígrafes de *K.* estabelece um forte *parentesco* sintático e semântico entre os dois textos. Destaca-se nesse segundo, entretanto, a ideia da incompreensão linguística, anátema divino, maldição da qual o homem não pode se libertar. Essa condição humana é agravada pelo fato de que quanto mais o homem lida com a linguagem, sua forma de compreensão e relação com a vida, mais a abundância das palavras ofusca os fatos. Dessa forma, o que resta a um autor criador, a um enunciador, senão lidar com palavras, socorrer-se da linguagem, mas, ao mesmo tempo, duvidar de seu discurso, constantemente colocado à prova, confrontado a fatos a ele inacessíveis, acontecimentos, lembranças, esquecimentos e até documentos? E é justamente isso que o leitor encontrará nos doze *contos* que compõem *Os visitantes*. Eles remetem a fragmentos específicos de *K.*, contestados pelos impiedosos visitantes que desafiam o escritor a ser fiel à *realidade* e/ou ao que eles consideram ser a realidade.

Esse novo discurso de resistência (nos vários sentidos aqui já indicados) é um *discurso sobre o discurso*, um *enunciado sobre o enunciado*, em certo sentido uma estratégia que o enunciador encontrou, pela metáfora dos visitantes, para *enunciar* e *enunciar-se* novamente, para expor-se, (re)visitando seu discurso anterior em busca das *falhas*, das *faltas* apontadas pela recepção (da qual ele faz parte) como uma nova oportunidade para tocar *os famigerados fatos*.

A página seguinte (KUCINSKI, 2016b, p.6) foi reservada unicamente à dedicatória. Bem embaixo, no que corresponderia à última linha da página, lê-se: “Em memória de Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva”. De forma explícita, portanto, esse novo discurso de resistência à ditadura militar brasileira, e da difícil tarefa de confrontá-la pela linguagem, está dedicado nominalmente às duas pessoas, muito próximas do autor, que *foram desaparecidas*, que motivaram *K. Relato de uma busca* e que, nesse momento da nova enunciação estão, por assim dizer, *encontradas*. O parentesco com o paratexto de *K.* evidencia-se por meio da enunciação mais direta, explícita, possibilitada

por um novo tempo de *desacobertamentos*. Se em *K.* a obra está dedicada “às amigas que *a* perderam”, em *Os visitantes*, os sujeitos do desaparecimento estão nomeados e a expressão “em memória” lhes dá a visibilidade necessária para demonstrar que a busca teve um final.

Em *Os visitantes* há também uma espécie de alerta ao leitor (KUCINSKI, 2016b, p.9), afirmando e antecipando a natureza do relato que está por vir:

Tudo aqui é invenção,
mas quase tudo aconteceu.

Como se observa, o gesto em direção ao leitor não vem mais, como em *K.*, por meio de um texto de mais de meia página, intitulado “Caro leitor”. Radicalmente mais enxuto, o paratexto caracterizador da narrativa aparece em formato de dois versos. A assertiva nele contida resume-se ao essencial do que estava na primeira linha do paratexto de *K.*: “Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”. O formato assumido agora é ainda mais perturbador e certo, conferindo à narrativa, de forma antecipada, um pertencimento maior, e primeiro, ao campo da invenção: “Tudo aqui é invenção”. Ao sujeito *tudo*, o mesmo da obra anterior, agora segue-se o dêitico *aqui*, em lugar de “neste livro”. Essa diferença, fundamental do ponto de vista da enunciação, instala o enunciador em pleno espaço enunciativo. Da perspectiva linguística, a oração principal deixa claro que a narrativa está ancorada na invenção e que também o enunciador e sua natureza participam dessa instância ficcional. Essa assertiva, entretanto, após a vírgula que a separa do restante do período, é seguida da adversativa *mas* que a relativiza, a confronta e, de certa maneira, a desestabiliza, introduzindo o *acontecimento* no mundo da fabulação, ainda que modalizado pelo advérbio *quase*: “mas quase tudo aconteceu”. Essa sinalização perturbadora, somada às epígrafes, embaralha mais uma vez *invenção* e *acontecimento*, ainda que nessa ordem, credenciando especialmente à linguagem do autor criador as dificuldades de expor as *vivências*. Caberá aos *visitantes* revelar as armadilhas do gênero assumido pelo escritor-personagem visitado e a ele, na condição de enunciador, de autor-criador, mobilizá-los no sentido de retomar a escritura da dor, do horror, tomando o novo discurso como mais uma tentativa de, pelo discurso literário, pela *estória*, exibir a *história*.

Também nesse novo discurso de resistência a questão da autoria se coloca para além das epígrafes e da dedicatória. Diferentemente de *K.*, o relato se dá em primeira pessoa, colocando como enunciador o *escritor*, que simula ser o escritor empírico de *K.*, mas que deixa abundantes marcas enunciativas e discursivas para o leitor perceber que ele é mais uma personagem, mais um visitante que se junta aos demais para discutir as (im)possibilidades de acontecimentos *fazerem-se verbo*, no caso, o enunciado concreto formado pelas duas obras e a tentativa de dizer, metonimicamente, os horrores ditatoriais.

O último fragmento, intitulado “Post mortem” (KUCINSKI, 2016b, p.76-83), também tem uma localização temporal diferenciada em relação ao anterior, intitulado “O visitante derradeiro” (KUCINSKI, 2016b, p.69-75), como aconteceu em *K.*: “Passaram-

se dois anos”. Nesse momento, além de fazer referência a fatos contemporâneos relacionados aos desaparecimentos - “O instituto de Química deu-se conta de sua dupla ignomínia. Pediu desculpas públicas e ergueu um marco em homenagem à professora desaparecida. A Comissão da Verdade concluiu seu relatório sem nada descobrir” (KUCINSKI, 2016b, p.76), inclui, a transcrição, na íntegra, de entrevista concedida por agente da repressão “que sabe o que aconteceu”, e que escreveu um livro contando tudo. O último parágrafo, entretanto, reinstaura o imaginário sobre a dúvida daqueles que, ainda hoje, não acreditam nos horrores perpetrados pelo regime militar:

Um truque. O jovem procurador disse que é um truque, que é mentira, que não aconteceu, que os corpos não foram incinerados num forno de assar melaço. Eu e minha ex sabíamos que era verdade. Sempre soubemos (KUCINSKI, 2016b, p.83).

Considerações finais

Os discursos literários de resistência aqui escolhidos poderiam mostrar muito mais do que se viu em termos de estratégias para, *na e pela linguagem*, fazer aflorar as atrocidades vividas ao longo dos anos da ditadura militar brasileira, assim como a dificuldade para apresentá-las, presentificá-las. O amplo conjunto da prosa brasileira de resistência, escrita durante e após os anos de chumbo, desempenha esse papel com grande qualidade, diversidade, poder de testemunho e força de documento estético-existencial. Muitos historiadores, críticos de literatura e analistas de discurso se debruçam sobre essas obras, dada a importância do conjunto para reflexões históricas, discursivas, literárias. Neste artigo, entretanto, a partir da perspectiva dialógica da linguagem, o objetivo foi mobilizar um aspecto desse discurso de resistência, recortado em *paratextos*. Esses segmentos textuais muitas vezes são ignorados pelo leitor, que nem os vê, no afã de chegar diretamente ao texto principal, ou pelo editor, que os acha abundantes, explicativos demais, desnecessários. Nesta leitura, o objetivo foi reconhecer neles uma das estratégias do discurso de resistência.¹⁰ Não uma estratégia ausente da tradição literária, mas um recurso discursivo presente em muitas outras obras e momentos e cuja função é ser um espaço antecipador (ou continuador) em que a linguagem sinaliza questões que serão (ou foram) tratadas, de forma explícita ou não, pelo texto considerado principal. O paratexto configurado pela dedicatória, pelas epígrafes, por exemplo, faz parte, também, de outros tipos de discurso, caso do discurso acadêmico, como demonstram teses, dissertações, artigos, capítulos e livros.

Os paratextos incluídos como *corpus* deste artigo, como foi possível observar, introduzem, metonimicamente, a temática a ser abordada, problematizando a relação

¹⁰ No texto *Sobras e sombras de memórias da resistência* (BRAIT, 2015), foram estudados os paratextos e suas funções na obra *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão (1976).

vida/linguagem, invenção/acontecimento, tanto em *K.* como em *Os visitantes*, dando uma medida de como diferentes vozes são presentificadas e tecidas para construir o discurso de resistência representado por essas duas obras da trilogia de B. Kucinski. Esses paratextos, parte constituinte do enunciado concreto, ao mesmo tempo em que orientam, desnorream o leitor e o empurram para dentro de cada obra e da relação entretida entre elas. Ao adentrar as duas narrativas, o leitor perceberá que, embora cada uma se sustente como construção discursiva, a relação entre elas será a mesma estabelecida entre um texto e seus paratextos num dado enunciado concreto. Esta é, sem dúvida, a ruptura fundamental em relação ao que se concebe como paratexto.

K. Relato de uma busca é um enunciado sem o qual será impossível compreender a existência de *Os visitantes*. Nesse sentido, *K.* pode ser considerado um paratexto em relação a essa segunda *enunciação*. Mas o vice-versa também é verdadeiro: *Os visitantes* fazem o leitor voltar a *K.* e reler, de uma nova maneira, o que lá foi enunciado. Dadas as questões sobre autoria/alteridade constitutivas, ligadas aos heterodiscursos mobilizados, dentre eles os paratextos, e à dificuldade de conhecer e fazer conhecer *fatos*, o valor desse enunciado de resistência, representado pelas duas obras, faz do diálogo entre elas uma reflexão que vai além dos que *foram desaparecidos* para, pelo discurso literário de resistência, apontar para o hoje e para uma memória necessária e coletiva que parece escapar perigosamente.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq, Processo PQ 303643/2014-5, a possibilidade de desenvolver mais esta pesquisa.

BRAIT, B. Discourses of resistance: from paratext to text, or vice versa? *Alfa*, São Paulo, v. 63, n.2, p.243-263, 2019.

- *ABSTRACT: This research aims to discuss the strategies used in discourses of resistance that confront the military dictatorship that ruled Brazil from the 1960s to 1980s and whose effects are still present today. These discourses never cease to surface in different spheres through different genres. Among them we find the literary discourse, which mobilizes individual and collective memory through documents and/or reports and is thus understood as one of the discourses that seek to unveil and make known the devastating consequences of the years of lead. Theoretically based on concepts offered by the dialogical perspective of discourse, K: Relato de uma busca [K: A Search Report] (2012) and Os visitantes [The Visitors] (2016), written by journalist and writer Bernardo Kucinski, are analyzed as an articulated discourse sequence, insofar as the latter resumes the former, establishes a polemic interaction between them and makes it possible to find the values in tension that organize the whole sequence and design an outline of a discursive project and of the subject that utters it. For the purpose*

of this article, we underscore the dialogical relationship that is established between texts and paratexts, one of the strategies of the literary discourse of resistance that, through the establishment of voices, seeks answers to concealed events and to possible ways of making them present through language.

- **KEYWORDS:** *Utterances of resistance. Paratext. Discourse stylistics. Heterodiscourse. Brazilian prose. Bernardo Kucinski.*

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas.** Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2017.

BAKHTIN, M. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. *In:* BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso.** Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016. p.71-107.

BAKHTIN, M. O discurso no romance. *In:* BAKHTIN, M. **Teoria do romance I: A estilística.** Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015. p.19-241.

BAKHTIN, M. O discurso no romance. *In:* BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: A teoria do romance.** Trad. Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Ed. da UNESP; HUCITEC, 1988. p.71-210.

BEZERRA, P. Breve glossário de alguns conceitos-chave. *In:* BAKHTIN, M. **Teoria do romance I: A estilística.** Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015. p.243-249.

BRAIT, B. La escena que retorna: memoria y escritura. *In:* ARAN, P. O. (org.). **La herencia de Bajtín: Reflexiones y migraciones.** Córdoba, Argentina: Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, 2016a. p.173-201.

BRAIT, B. Vozes entre as dobras da autoria. **Revista da ABRALIN**, Curitiba, v. 15, p.53-82, 2016b.

BRAIT, B. O texto nas reflexões de Bakhtin e o Círculo. *In:* BATISTA, R. O. (org.). **O texto e seus contextos.** São Paulo: Parábola, 2016c. p. 13-30.

BRAIT, B. Sobras e sombras de memórias da resistência. *In:* VÁZQUEZ, R. B.; SAMARTIM, R.; FEIJÓ, E. J. T.; BRITO-SEMEDO, M. (ed.). **Estudos da AIL em Literatura, História e Cultura Brasileiras.** Santiago de Compostela; Coimbra: AIL Editora, 2015. v. 1. p.43-52.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. *In:* BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2006. p.9-31.

BRAIT, B.; MELO, R. de. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. *In:* BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave.** São Paulo: Contexto, 2010. p.61-78.

- BRANDÃO, I. de L. **Zero**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Brasília/Rio, 1976.
- COUTO, M. **Terra sonâmbula**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2015.
- ECO, U. **Pós-escrito a O nome da Rosa**. Trad. Letizia Z. Antunes e Álvaro Lorencini. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FUKS, J. **A resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- GENNETE, G. **Palimpsestes**: La littérature au second degré. Paris: Ed. du Seuil, 1982.
- KUCINSKI, B. **K**. Relato de uma busca. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.
- KUCINSKI, B. **Os visitantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.
- KUCINSKI, B. **K**. Relato de uma busca. 3. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014a.
- KUCINSKI, B. **Você vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: CosacNaify, 2014b.
- KUCINSKI, B. **K**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- KUCINSKI, B. **K**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MEDVIÉDEV, P. N. Os elementos da construção artísticas. *In*: MEDVIÉDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários**: introdução crítica a uma poética sociológica. Trad. Sheila C. Grillo; Ekaterina V. Américo. São Paulo: Contexto, 2012. p.193-207.
- PAZ, O. **O labirinto da solidão**. Trad: Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PESSOA, F. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1969.
- ROSA, J. G. **Grande sertão**: veredas. 6.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- SABIÁ, S. Paratexto: títulos, dedicatorias y epígrafes en algunas novelas mexicanas. **Espéculo**: Revista de estudios literários, Madrid, n. 31, 2005. Disponível em: <https://webs.ucm.es/info/especulo/numero31/paratext.html>. Acesso em: 6 set. 2019.
- SOUZA, G. T. **Introdução à teoria do enunciado concreto de Bakhtin/Voloshinov/Medvedev**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

Recebido em 9 de junho de 2018

Aprovado em 16 de novembro de 2018

RETÓRICA, ARGUMENTAÇÃO E ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO

Maria Helena Cruz PISTORI*

- RESUMO: Este texto propõe um diálogo entre a antiga retórica e análise dialógica do discurso, baseada na obra de Mikhail Bakhtin e o Círculo. Busca observar como os ensinamentos retóricos ecoam no pensamento bakhtiniano, buscando convergências e divergências entre ambos. Primeiramente, o diálogo proposto é com a retórica aristotélica, a seguir com as críticas de Platão a seu uso e funcionamento. Nosso objetivo é compreender as relações e possibilidades dialógicas entre a retórica e a obra do Círculo, defendendo a produtividade da aliança entre esses dois aportes teóricos na compreensão e produção do discurso e da argumentação. Considerando que são várias as concordâncias, mas também as críticas em relação à retórica encontradas naquela obra, é importante compreendê-las para que a aliança teórica se dê em bases epistemológicas confiáveis e seja produtiva.
- PALAVRAS-CHAVE: Retórica. Argumentação. Bakhtin e o Círculo. Aristóteles. Platão.

Natureza dialógica da consciência, natureza dialógica da própria vida humana. A única forma adequada de expressão verbal da autêntica vida do homem é o diálogo inconcluso. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal.

Mikhail Bakhtin

A dialogia, ou o dialogismo, é conceito amplamente aceito nas teorias da linguagem há um bom tempo. Sob diferentes nomes, ainda que com nuances diversas – polifonia, dialogismo, heterogeneidade constitutiva ou mostrada, intertextualidade, interdiscursividade, o dialogismo como princípio constitutivo de *sentidos* de diferentes discursos tem sido bastante estudado sob variadas perspectivas teóricas. Marco no reconhecimento da importância da noção foi a descoberta da obra bakhtiniana no

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo - SP - Brasil. mhcpist@gmail.com. ORCID: 0000-0003-0751-3178.

Ocidente, especialmente por meio dos escritos da semioticista búlgara Julia Kristeva – os primeiros, em 1967 (cf. FIORIN, 2008). Compreendido de forma ampla - não apenas a interação face a face –, o diálogo é a realidade fundamental da língua, ocorrendo na interação discursiva entre enunciados concretos, tanto orais como impressos. Como afirma Volóchinov (2017, p.219-220, grifo do autor):

Todo enunciado, por mais significativo e acabado que seja, é apenas um momento da comunicação discursiva ininterrupta (cotidiana, literária, científica, política). No entanto, essa comunicação discursiva ininterrupta é, por sua vez, apenas um momento da *constituição* ininterrupta e multilateral de uma dada coletividade social. Disso surge um problema importante: o estudo do elo entre a interação concreta e a situação extraverbal mais próxima e, por meio desta, a situação mais ampla. As formas desse elo são diversas e cada uma delas condiciona as diferentes significações que as situações adquirem em momentos variados (por exemplo, esses elos variam em conformidade com cada um dos momentos das situações da comunicação artística ou científica). *A comunicação discursiva nunca poderá ser compreendida nem explicada fora dessa ligação com a situação concreta.*

Ao propormos este diálogo entre a obra bakhtiniana e a retórica, é importante iniciarmos com o destaque a esse conceito, pois, em ambos os aportes teóricos, estamos tratando de *comunicações discursivas* - tidas como *ações*, situadas cultural, histórica e socialmente. Nas trocas de discursos entre enunciados/enunciadores, os *sentidos* se constroem e se constituem por meio de *relações dialógicas*, sempre avaliativas, visto que os enunciados expressam posicionamentos (BAKHTIN, 2008).

Muito se tem estudado e comentado a respeito das fontes filosóficas do pensamento de Bakhtin e o Círculo; ou de seus interlocutores. Menos se tem falado acerca de suas possíveis filiações e/ou aproximações com a retórica. É numa linha de tradição e permanência, ainda que com rupturas e agora sob novos olhares, que se insere este estudo, propondo um diálogo entre o pensamento bakhtiniano e a antiga disciplina. A retórica é a mais antiga disciplina do mundo ocidental que se interessou pelos estudos do discurso, exercendo uma forte influência também na literatura ao longo do tempo. Por mais de dois mil e quinhentos anos, desde o séc. V aC, constituiu-se o centro da educação do homem livre, tanto na Grécia como em Roma. Ainda durante todo o Império Romano, vamos reconhecer os estudos retóricos vivos e presentes, parte do *Trivium*, ao lado da Gramática e da Dialética, ora nos mosteiros e abadias medievais, ora nas chancelarias reais; mais adiante, nas universidades. Reconhecidos como essenciais à educação do homem, tais estudos nasceram intimamente ligados à democracia grega, mas raramente evoluíram em conexão com a ideia de que a palavra e seu uso pudessem ser acessíveis a todos.

De fato, no decorrer de sua existência de mais de dois milênios e meio, a retórica se alterou continuamente, imbricando-se ora com a dialética, ora com a lógica, ora com a poética. No alvorecer dos modernos estados, após a Idade Média, a retórica continua ativa e presente até, ao menos, meados do séc. XIX. Se, a partir daí, contudo, o desprestígio da antiga disciplina se acentua – é preciso reconhecer que desde Platão é vista com desconfiança! -, o que indubitavelmente se enfatiza a partir das luzes e o reconhecimento da razão cartesiana, baseada na evidência racional, isso não significou necessariamente seu desaparecimento. Permanece na educação por mais um longo tempo, identificada como tal ou influenciando grandemente o ensino da escrita até o princípio do séc. XX (ou até hoje...)¹

Também já se falou suficientemente de sua deslegitimação ao longo dos séculos e posterior ressurgimento, refundação ou mesmo revitalização. Ou ainda sobre como vem readquirindo, se não o antigo prestígio, ao menos o reconhecimento de sua importância a partir, sobretudo, de 1958, com o *Tratado da argumentação*, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, e *Os usos do argumento*, de Stephen Toulmin, da mesma data. E é nesse ponto que começamos a promover um diálogo entre a antiga disciplina e a análise dialógica do discurso, concebida a partir da obra de Bakhtin e o Círculo². Vivendo na mesma época e partilhando praticamente um mesmo meio filosófico e acadêmico, a rejeição a uma herança racionalista e cartesiana - e mais especificamente positivista, constitui-se um primeiro aspecto comum a Mikhail Bakhtin (1895-1975)³ e a Chaïm Perelman (1912-1984)⁴, criador da nova retórica. Realmente, segundo Brandist (2015), era *de rigueur* rejeitar o positivismo na URSS, onde era tratado como algo análogo

¹ No Brasil, a eliminação da retórica e poética como matérias de ensino ocorre na última década do séc. XIX, mas “resíduos e sobrevivências” são claramente discerníveis no século XX, conforme aponta o minucioso estudo de Acizelo de Souza (1999). Na França, Philippe Breton (1999, p.133) acusa seu desaparecimento como disciplina de ensino nos liceus em 1902.

² Há importantes traduções recentes da obra de Mikhail Bakhtin e o Círculo. De modo geral, aqui optamos pelas citações das traduções diretamente do russo, a partir das traduções recentes. Algumas vezes, no entanto, especialmente nas referências de O discurso no romance (BAKHTIN, 1993b, 2015), utilizamos a tradução mais antiga, também realizada a partir do russo.

³ Em 1929, data de publicação de *Marxismo e filosofia da linguagem*, Valentin Volóchinov (1895-1936), do assim chamado Círculo de Bakhtin, já rejeitava o positivismo, ao criticar a “[...] compreensão positivista do empírico: o culto do ‘fato’ que não é compreendido do ponto de vista dialético, mas como algo inabalável e firme.” (VOLÓCHINOV, 2017, p.84; cf. ainda a nota de rodapé 3). Cf. ainda: “Nos domínios da poética, da história da literatura (da história em geral, das ideologias), e também num grau significativo na filosofia da palavra, nenhum outro enfoque é possível. Nestes domínios, o mais árido, o mais plano positivismo não pode tratar a palavra de um modo neutro como uma coisa e aqui eu devo não apenas me referir à palavra, mas também falar com ela, a fim de penetrar no seu sentido ideológico, acessível apenas a uma cognição dialógica - que inclui tanto sua valorização como sua resposta.” (BAKHTIN, 1993b, p.151).

⁴ Perelman, no ensaio *Lógica jurídica e nova retórica* afirma: “A concepção positivista tinha como consequência inevitável restringir o papel da lógica, dos métodos científicos e da razão a problemas de conhecimento puramente teóricos, negando a possibilidade de um uso prático da razão. Opunha-se, por isso, à tradição aristotélica, que admitia uma razão prática, que se aplica a todos os domínios da ação, desde a ética até a política, e justifica a filosofia como a busca da sabedoria.” (PERELMAN, 1998, p.136). Ou ainda ao opor *Lógica ou retórica* (PERELMAN, 1997, p.89): “Hoje que perdemos as ilusões do racionalismo e do positivismo, e que nos damos conta da existência das noções confusas e da importância dos juízos de valor, a retórica deve voltar a ser um estudo vivo, uma técnica da argumentação nas relações humanas e uma lógica dos juízos de valor.”

a fetiche, por coletar fatos a partir de interesses próprios e impor um determinismo natural vulgar aos fenômenos sociais.

Filósofos ambos⁵ - Bakhtin e Perelman -, na busca de uma lógica dos julgamentos de valor, Perelman parte da filosofia moral para os estudos que dão origem à nova retórica, o que o leva ao encontro das antigas retórica e dialética aristotélicas. Segundo ele, é o modelo cientificista do conhecimento que se esgota, motivando a ruptura e a não aceitação do cientificismo como adequados a sua investigação. Os primeiros estudos de Bakhtin também são dedicados à filosofia moral, ao projeto de desenvolvimento de uma filosofia primeira, que rejeita como verdade uma concepção composta de momentos gerais e universais, separada e contraposta ao singular e subjetivo, irreiterável e irrepitível (cf. PONZIO, 2010, p.16-17): “Cada valor que apresente validade geral se torna realmente válido somente em um contexto singular.”, afirma Bakhtin (2010, p.90).

Na realidade, se numa rápida apreensão de suas obras esses autores podem nos revelar similaridades, examinando-as mais detidamente observamos que caminham em direções distintas, mas com um destaque contínuo e bastante acentuado no que se refere à importância dada aos valores: a obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) expressa a preocupação de um lógico desejoso de compreender, sobretudo, um raciocínio fundado em valores do preferível, do provável e do razoável, tão válido como aquele baseado na lógica racional. O pensamento bakhtiniano também é todo estruturado em torno da questão dos valores, em relação à cultura, à vida, ao conhecimento: “Viver significa ocupar uma posição axiológica em cada momento da vida, significa firmar-se axiologicamente.” (BAKHTIN, 2006a, p.174). Poderíamos continuar traçando esses paralelos, mas, daqui em diante, nosso diálogo será com a retórica, a antiga disciplina, que tanto serviu de ponto de partida para os estudos perelmanianos como, sem dúvida, participou da formação dos membros do Círculo. E afirmamos isso levando em consideração as vezes em que é mencionada com pouco entusiasmo na obra bakhtiniana.

Nós fomos formados pela retórica. Perelman, Bakhtin e os membros do Círculo também. Na contemporaneidade, alguns, como Mosca (2001), vão abordar as diferentes disciplinas da linguagem, aquelas que buscam os efeitos de sentido por ela criados, ou as ações que ela promove, ou novas classificações de figuras, ou mesmo novas compreensões do fenômeno argumentativo, como desdobramentos da velha retórica. Segundo a autora, seriam as retóricas de ontem e de hoje. Mais recentemente, Fiorin apresenta uma obra que retoma os estudos sobre a argumentação, destacando que vai estudá-la no discurso e que o modo de funcionamento real de todo discurso é o dialogismo. Sem descartar a antiga disciplina, ele ressalta a importância de “herdar a retórica”, o que significa “lê-la à luz dos problemas teóricos enunciados na atualidade” nos estudos discursivos (FIORIN, 2015, p.26). É na esteira desses dois autores que empreendemos este estudo, mostrando que a obra bakhtiniana e, especialmente, a vertente que tem sido chamada de Análise Dialógica do Discurso (BRAIT, 2006, 2008), também poderia ser considerada um novo desdobramento da retórica.

⁵ Bakhtin se define como filósofo e pensador a Duvakin (não filólogo) (BAKHTIN; DUVAKIN, 2008, p.45).

A intensa revitalização dos estudos retóricos que temos vivido ultimamente tem produzido inúmeros trabalhos acadêmicos em áreas como a filosofia, o direito e as letras (linguística, literatura e letras clássicas), e suas interfaces. Mas, se ao longo de sua história a prática retórica foi considerada (1) uma técnica (*arte*, no sentido clássico), isto é, um conjunto de regras para a criação do discurso persuasivo; (2) um objeto de ensino; (3) uma ciência, no sentido de um estudo sistemático dos recursos da linguagem (cf. GUIRAUD, 1970, p.35-36); (4) um “[...] corpo de prescrições morais, cujo papel é policiar (isto é, permitir ou limitar) os ‘distanciamentos’ da linguagem passional.” (BARTHES, 1975, p.149); (5) uma prática social, que dá às classes privilegiadas o poder da palavra; (6) uma prática lúdica, composta de “[...] jogos, paródias, alusões eróticas, brincadeiras escolares e costumes próprios dos estudantes.” (cf. BARTHES, 1975, p.148-149), são os dois (ou três) primeiros aspectos que sobressaem no ensino da retórica na Antiguidade grega e romana, e são eles que os ligam a uma prática da cidadania democrática. No entanto, hoje as diferentes teorias do discurso que têm estudado a argumentação, fazem-no preferentemente sob um viés mais teórico que prático, visando à sua compreensão e funcionamento e menos às questões de formação para a cidadania, tão presente em suas origens (VIDAL, 2011). Assim, ao constatarmos a penetração atual e constante do pensamento bakhtiniano⁶ em nossa educação, consideramos importante examinar como a obra bakhtiniana dela trata e as contribuições que podem oferecer aos estudos da argumentação. E a primeira constatação seria, talvez, que muito provavelmente a viram, nas palavras de Barthes (1975, p.149), como “[...] uma prática social, que dá às classes privilegiadas o poder da palavra.” Desenvolveremos adiante esse ponto.

Neste estudo, pois, nosso foco será a apresentação das possibilidades dialógicas entre a retórica e a teoria do discurso do Círculo de Bakhtin, buscando as contribuições que a segunda pode oferecer aos estudos da argumentação. Inicialmente é importante lembrar que, muito do que aparece no trabalho de Aristóteles como específico da comunicação retórica aparece em Bakhtin como característico de toda comunicação discursiva. Na obra do Círculo, o *discurso* é compreendido em sua *integridade concreta e viva*, situado espacial e temporalmente, com um autor e um destinatário; seu sentido é dado na interação do verbal com o extraverbal (Cf. BAKHTIN, 2008, 2016b; VOLÓCHINOV, 2017). Quase o mesmo acontecia na retórica antiga, que também tratava do discurso situado, cada gênero se dedicando a situações, interlocutores, tema e finalidades concretas e definidas. Para ambas a linguagem é ação. E o discurso (ou enunciado concreto), no sentido bakhtiniano, está fora do alcance da linguística, conforme bem lembra Volóchinov (2017, p.194): “O máximo que a linguística pode abarcar é a construção de um período composto. Já a construção de um enunciado inteiro, a linguística deixa para outras disciplinas: a retórica e a poética.”

⁶ Considera-se “obra bakhtiniana” o conjunto de textos produzidos por Mikhail Bakhtin e um grupo de estudiosos de diferentes áreas, dentre os quais se destacam, no âmbito dos estudos da linguagem, Valentin N. Volóchinov e Pavel Medviédiev (Cf. BRAIT, 2008, entre outros).

No entanto, não são apenas as aproximações que permitem o diálogo proposto entre a teoria dialógica do discurso e a retórica. Há importantes conceitos na obra do Círculo que se revelam especialmente úteis na compreensão e análise da argumentação e persuasão discursivas, como *entonação apreciativa, discurso autoritário e internamente persuasivo, bivocalidade*, entre outros. Quanto ao último, é preciso lembrar a crítica de Bakhtin à bivocalidade nos gêneros retóricos que, segundo ele, não é profunda, “permanecendo nos limites de sistema linguístico único” (BAKHTIN, 1993b, p.128; 2015, p.114) e construindo-se basicamente sobre discordâncias (BAKHTIN, 1993b; 2006a, 2008). Isto é, segundo o Círculo, o fato de o discurso retórico partir de controvérsias constituiria apenas um dos aspectos da argumentação, pois o fenômeno discursivo comporta uma visão mais ampla e contextualizada social, espacial e historicamente, com o reconhecimento das ideologias em jogo. Além disso, Bakhtin critica o fato de a retórica não admitir o heterodiscurso (plurilinguismo)⁷, o que redundaria numa visão estática da língua, tomada como um sistema linguístico único sem relação com as “forças históricas que estratificam a linguagem” (BAKHTIN, 1993b, p.128; 2015, p.114); e destaca o monologismo das formas composicionais retóricas⁸, por vezes fundamental e constitutivo delas, “direcionadas para o ouvinte e sua resposta” (BAKHTIN, 2015, p.53). Ainda assim, em outros trechos da obra, ele relativiza o monólogo, apontando a não existência do monólogo absoluto, e destaca as diferenças entre monólogo⁹ e diálogo.

Naturalmente, há diferentes abordagens possíveis quando se propõe este diálogo, mas há um primeiro aspecto que pode deixar o pesquisador um tanto desconfortável: é o fato de Bakhtin e os autores do Círculo se expressarem, muitas vezes, com desconfiança em relação à retórica. Abordaremos este ponto na primeira parte deste artigo, na proposição do diálogo bakhtiniano com a tradição retórica aristotélica¹⁰; na segunda parte, propomos um diálogo com a crítica de Platão à retórica, e ainda possíveis relações com a dialogia.

⁷ Sobre a importância do *heterodiscurso* (na tradução anterior, de Fornoni Bernardini et al, *plurilinguismo*), diz ele: “É necessário que o heterodiscurso sacuda a consciência cultural e sua linguagem, penetre em seus núcleos, relativize e livre da ingênua indiscutibilidade o sistema basilar de linguagem da ideologia e da literatura.” (BAKHTIN, 2015, p.169).

⁸ A questão do monologismo do discurso retórico continua sendo bastante polêmica, ou seja, depende de como compreendemos dialogismo/monologismo e, ainda, de como compreendemos aquilo que vai se denominar o “discurso retórico”, questão para a qual também não existe consenso, lembra-nos Bialostosky (2004, p.393): “O fato de Bakhtin ter colocado o discurso retórico do lado do monologismo em sua distinção fundamental entre discursos monológicos e dialógicos provocou Halasek (1998) a demonstrar como a retórica é mais dialógica do que Bakhtin admite; Walzer (1997) e Murphy (2001) a reafirmar seu monologismo essencial, e Dentith (1997) a negar a distinção entre discurso dialógico e monológico”. [His placement of rhetoric on the monologic side of his fundamental distinction between dialogic and monologic discourse has provoked Halasek (1998) to show that rhetoric is more dialogic than Bakhtin allows, Walzer (1997) and Murphy (2001) to reaffirm its essential monologism, and Dentith (1997) to deny the distinction between dialogic and monologic discourse altogether].

⁹ Sobre as diferenças entre monólogo e diálogo, vale consultar o ensaio Diálogo I. A questão do discurso dialógico, escrito por Bakhtin em 1950, e recentemente traduzido para o português por Paulo Bezerra (BAKHTIN, 2016b, p.113-124).

¹⁰ Parte deste item foi publicada anteriormente no periódico argentino *Rétor* (PISTORI, 2013, p.60-85). No entanto, como o objetivo deste artigo é recuperar tanto a tradição aristotélica quanto a platônica no diálogo da retórica com a obra bakhtiniana, optamos por manter, neste item, parte essencial daquele texto.

Ao propor tais diálogos, nosso objetivo será observar como essas diferentes contribuições teóricas podem, em conjunto, ser produtivas para se compreender a produção, circulação e recepção de discursos expressos verbal ou verbo-visualmente. Esta aliança, porém, deve ser feita cuidadosamente, levando em consideração o modo como os membros do Círculo entenderam a retórica. Por isso, a proposta de verificação da tradição retórica na obra bakhtiniana, tanto a retórica aristotélica como a de Platão. De fato, defendemos que, embora possamos nos surpreender, em alguns momentos, com um posicionamento mais negativo e crítico em relação à antiga disciplina (ou até por causa dele...), essa eventual aliança certamente pode contribuir para a análise e compreensão de enunciados concretos; e, por consequência, cooperar para o ensino da argumentação no sentido de formadora de uma cidadania crítica e responsável.

Diálogo I: o pensamento bakhtiniano e a tradição retórica aristotélica

Iniciamos o diálogo pela retórica aristotélica, sobre a qual se alicerça tudo o que foi desenvolvido posteriormente, na medida em que o Estagirita foi o responsável tanto por sua sistematização quanto por reconhecer-lhe um espaço entre a dialética e a analítica, conciliando os pares antitéticos sobre os quais disputavam Platão e os sofistas: verdadeiro-verossímil, *episteme-doxa*¹¹. Observamos alguns aspectos de coerência e complementaridade entre a antiga disciplina e a teoria do discurso do Círculo de Bakhtin, sem deixar de reconhecer a especificidade e a contextualização de cada uma delas; depois, as discordâncias. Inicialmente, notemos que, em sua *Retórica*, Aristóteles (384 a.C. - 322 a.C.) define a antiga disciplina apenas no capítulo II: “a capacidade de descobrir os meios de persuasão no tratamento de qualquer assunto” (ARISTÓTELES, 1355b), pois o primeiro, além de observações introdutórias ao tratado, é dedicado justamente a mostrar-lhe a utilidade no convívio social. E, nessa medida, são questões valorativas que a justificam:

A retórica é útil, porque o verdadeiro e o justo são, por natureza, melhores que seus contrários. Donde se segue que, se as decisões não forem proferidas como convém, o verdadeiro e o justo serão necessariamente sacrificados: resultado este digno de censura. (ARISTÓTELES, 1355a).

¹¹ Em sua *Retórica*, o Estagirita reuniu e organizou em uma totalidade coerente as descobertas de seus antecessores, procurando reparar os danos a ela causados pela posição de Platão. Os conhecimentos necessários – a *Analítica*; dos prováveis – da *Dialética*; e da opinião – a *Retórica*, dando à última um estatuto próprio: ela assume características de uma arte/*techne*, no sentido que a Antiguidade dá ao termo, sem prejudicar a filosofia e distinguindo-se dela. Fica claro, então, que o objetivo da retórica não é encontrar a verdade, necessária ou provável, mas persuadir um determinado público a partir da verossimilhança. Ela passa a comportar, a partir daí, um estudo lógico e não mais empírico da argumentação, uma psicologia das paixões e dos caracteres, e uma estilística, tudo visto sob uma perspectiva filosófica. Desprega-se a *episteme*, objeto da filosofia, da *doxa*, objeto da retórica. E Aristóteles delas separa ainda a dialética, tratada nos *Tópicos*, que também é da competência de todos os homens, mas baseia-se no provável, nas opiniões “geralmente aceitas”, que “todo mundo admite, ou a maioria das pessoas, ou os filósofos – em outras palavras: todos, ou a maioria, ou os mais notáveis e eminentes.” (100 b 20). Cf. Crítica de Platão, em Pistori (2001, p.43-47).

[...] seria absurdo que a incapacidade de defesa física fosse desonrosa, e o não fosse a incapacidade de defesa verbal, uma vez que esta é mais próxima do homem do que o uso da força física. (ARISTÓTELES, 1355a).

No pensamento bakhtiniano, as questões valorativas ligam-se não apenas à palavra, mas à própria vida: “Viver significa ocupar uma posição axiológica em cada momento da vida, significa firmar-se axiologicamente.” (BAKHTIN, 2006a, p.174), afirma Mikhail Bakhtin em O autor e a personagem na atividade estética (BAKHTIN, 2006a); além disso, elas percorrem intensamente todos os textos do Círculo. Exemplificando brevemente: em *Marxismo e filosofia da linguagem*, publicado na Rússia em 1929, Volóchinov (2017) trata do conteúdo do signo e da ênfase valorativa que acompanha todo conteúdo. Afirma ainda: “Não existe um enunciado sem avaliação. Todo enunciado é antes de tudo uma *orientação avaliativa*. Por isso, em um enunciado vivo, cada elemento não só significa mas também avalia.” (VOLÓCHINOV, 2017, p.236, grifo do autor). Afirmarções como essas, que atestam a concepção do Círculo a respeito da inseparabilidade entre expressão e avaliação, encontram-se em diferentes momentos da obra bakhtiniana. Desde os textos da década de 1920 a encontramos, como vemos abaixo, em trecho de *Para uma filosofia do ato responsável* (1920/1924):

[...] a palavra não somente denota um objeto como de algum modo presente, mas expressa também com a sua entonação (uma palavra realmente pronunciada não pode evitar de ser entoada, a entonação é inerente ao fato mesmo de ser pronunciada) a minha atitude avaliativa em relação ao objeto [...] (BAKHTIN, 2010, p.85).

No conhecido ensaio, O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas, publicado em 1976, lemos:

Todo enunciado pretende a justiça, a veracidade, a beleza e a verdade (o enunciado figurado), etc. Esses valores dos enunciados também não são determinados por sua relação com a língua (como sistema puramente linguístico), mas por diferentes formas de relação com a realidade, com o sujeito falante e com outros (alheios) enunciados (particularmente com aqueles que são avaliados como verdadeiros, belos, etc.). (BAKHTIN, 2006c, p.329; 2016b, p.100).

Esse destaque e ligação entre entonação e avaliação, presente em toda a obra bakhtiniana, também pode ser conferido na *Retórica* de Aristóteles. Como sabemos, os primeiro e segundo livros tratam da descoberta das provas, dos argumentos – é a *inventio*; no livro III, o filósofo grego trata das outras três operações de construção do discurso persuasivo: a *dispositio*, a *elocutio* e a *actio* (ou *pronunciatio*). Destaca, então,

a importância da entonação no proferimento do discurso, afirmando que, embora tal questão possa ser considerada “vulgar”¹², ela é necessária, pois “[...] a retórica está relacionada com a opinião pública ... Pois o que é justo é que deve ser almejado num discurso, mais do que não desagradar ou agradar.” (*Retórica*, 1404a):

A pronúncia assenta na voz, ou seja, na forma como é necessário empregá-la *de acordo com cada emoção* (por vezes forte, por vezes, débil ou média) e como devem ser empregues os tons, ora agudos, ora graves ou médios, e também quais os ritmos *de acordo com cada circunstância*. Daí que, em qualquer método de ensino, seja necessário que haja algo referente à expressão; pois, no que respeita a demonstrar algo com clareza, *há uma certa diferença entre exprimirmo-nos deste ou daquele modo*. (ARISTÓTELES, 1404a).

A esse respeito, Bialostosky (2004)¹³ realiza um paralelo bastante interessante entre o pensamento bakhtiniano e o aristotélico, afirmando que, em sua teoria do discurso, Bakhtin inverte a hierarquia das operações da retórica aristotélica, reabilitando a operação que ela menos valoriza - a *actio*, e subordinando a mais importante - a *inventio*, às demais, *dispositio*, *elocutio* e *actio (delivery)*. Ele dá primazia à enunciação em si mesma, o que significa que poderíamos afirmar que elabora uma teoria da *actio/pronunciatio*, mais do que uma teoria da *inventio*, como fez o filósofo grego. Outro importante aspecto a discernir é que, se a retórica foi primeiramente oral, na obra bakhtiniana não há uma separação rígida entre a cultura oral e escrita, vinculando os autores a linguagem ao ato ético e responsável, com qualidade sonora - a entonação (cf. BUBNOVA, 2011).

Outra questão que observamos, ainda no primeiro capítulo da *Retórica*, são as atribuições ao discurso de uma função de *resposta* a uma situação dada: diz Aristóteles que tal compreensão se liga à “justiça”: “[...] para que nos não escape o real estado da questão e para que, sempre que alguém argumentar contra a justiça, nós próprios estejamos habilitados a refutar os seus argumentos.” (ARISTÓTELES, 1355a). Aliás, tal recomendação é evocada por Bakhtin (2015, p.53, 1993a, p.89): “Todas as formas retóricas, monológicas estão, por sua construção composicional, direcionadas para o ouvinte e sua resposta. Costuma-se até considerar essa diretriz fixada no ouvinte como peculiaridade constitutiva basilar do discurso retórico.” Na sequência do mesmo texto, Bakhtin equipara essa característica do discurso retórico ao diálogo corrente:

¹² “Vulgar” no sentido de que “o juiz [é] uma pessoa simples” e a “arte” é tão comum que a “maioria das pessoas fazem-no [o discurso retórico] um pouco ao acaso, sem discernimento” (*Retórica*, 1354a).

¹³ Cf. Bialostosky (2004, p.383-408). Na realidade, o autor ainda mostra interessantes conexões entre a *Poética* e a análise que Bakhtin realiza da obra de Dostoiévski, a partir das próprias relações que Aristóteles produz entre a retórica e a poética. A esse respeito, ver Bialostosky (2016).

São próprios do diálogo corrente e da retórica também o registro composicionalmente expresso e a resposta do ouvinte, assim como toda e qualquer palavra direcionada para a interpretação responsiva, mas essa diretriz não se particulariza num ato independente e não é ressaltada em termos composicionais. *A interpretação responsiva é uma força essencial que participa da formação do discurso*, sendo ainda uma interpretação ativa, sentida pelo discurso como resistência ou apoio que o enriquecem. (BAKHTIN, 1993a, p.89, 2015, p.53-54, grifo nosso).

Também há, no ensaio que se denominou Diálogo I., a questão do discurso dialógico:

A questão é bem mais complexa com o discurso dialógico: ao analisarmos uma réplica, *devemos considerar a influência determinante do interlocutor e seu discurso, que se exprime na relação do próprio falante com o interlocutor e sua palavra*. O elemento lógico-objetal da palavra torna-se o palco do encontro de interlocutores, a arena da formação dos seus pontos de vista e apreciações. (BAKHTIN, 2016c, p.123, grifo nosso).

No entanto, é bom lembrar que, como Aristóteles, na compreensão do posicionamento do outro Bakhtin amplia a questão, mais uma vez recorrendo à questão axiológica: “É impossível uma compreensão sem avaliação. Não se pode separar compreensão e avaliação: elas são simultâneas e constituem um ato único integral” (BAKHTIN, 2006e, p.378; 2017, p.36), porque essa compreensão é dialógica, é resposta a outros enunciados na cadeia ininterrupta de enunciados concretos, ainda que não seja expressa de forma nítida (BAKHTIN, 2006a, p.298; 2016a, p.59).

Outra noção que relaciona e aproxima a retórica e a teoria dialógica do discurso é a de *gêneros* do discurso, claramente exposta no conhecido ensaio Os gêneros do discurso, de 1951-1953 (BAKHTIN, 2006a, p.261-306; 2016a, p.11-70), mas presente nos textos bakhtinianos desde a década de 1920¹⁴. Atualmente é adotada no ensino de línguas nos documentos oficiais e, conseqüentemente, nos manuais didáticos. Pesquisadores como Machado (2008) e Rojo (2008) já se debruçaram sobre o modo como as concepções de gêneros retóricos e poéticos da Antiguidade dialoga com a noção bakhtiniana, que retoma aspectos como tema, finalidade, situacionalidade e auditório, também tratados pelos gregos.

Quanto ao modo como os sentidos se constituem no enunciado, num artigo de 1926, “A palavra na vida e na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica”, cuja autoria é disputada (VOLOCHÍNOV/BAKHTIN), novamente encontramos ecos da antiga retórica:

¹⁴ Ver Brait e Pistori (2012).

[...] a situação extraverbal não é tão somente a causa externa da enunciação, nem atua sobre esta como uma força mecânica externa. Não; *a situação forma parte da enunciação como a parte integral necessária de sua composição semântica*. Portanto, uma enunciação da vida real, enquanto um todo pleno de sentido, se compõe em duas partes: 1) de uma parte realizada verbalmente e 2) do subentendido. É por isso que se pode comparar uma enunciação da vida real com um “entimema” (VOLOCHÍNOV/BAKHTIN, 2011, p.157, grifo do autor).

É a abordagem bakhtiniana do *discurso* como enunciado concreto, situado espacial e temporalmente, com um autor e destinatário, cujo sentido emana da interação do verbal com o extraverbal. Mas, nesse trecho, ela é apresentada por meio de uma terminologia retórica. Evoca-se o *entimema*, o silogismo retórico e mais simples, em que uma das premissas está subentendida: “o ouvinte restabelece-a por si próprio” (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1357a, 10-21), afirmava Aristóteles. Como mais uma vez podemos perceber, o enunciado retórico, que pode ser feito um pouco ao acaso por pessoas comuns (ARISTÓTELES, *Retórica*, 1354a), aproxima-se bastante do conceito de enunciado concreto, da língua viva, objeto de reflexão na obra bakhtiniana.

Neste diálogo de concordâncias e coerências, poderíamos ainda lembrar como tanto para a retórica antiga como para a teoria dialógica conteúdo/forma (*res/verba*) não se separam na constituição do sentido. No livro III, Aristóteles afirma: “Será necessário, agora, discorrer sobre a expressão. É que, na verdade, não basta *possuir o que é preciso dizer*, mas torna-se também forçoso expor o assunto de *forma* conveniente; e isto contribui em muito para mostrar de que tipo é o discurso” (ARISTÓTELES, 1404a, grifo nosso). Novamente, em *A palavra na vida e na poesia*, Volochínov afirma que “A forma em si não deve ser forçosamente agradável [...]; a forma deve ser uma *valoração convincente* do conteúdo” (VOLOCHÍNOV/BAKHTIN, 2011, p.169). E Bakhtin, tratando justamente de O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária, afirma:

O conteúdo representa o momento constitutivo indispensável do objeto estético, ao qual é correlativa a forma estética que, fora dessa relação, em geral, não tem nenhum significado (BAKHTIN, 1993a, p.35, grifo do autor).

[...] o conteúdo e a forma se interpenetram são inseparáveis, porém, também são indissolúveis para a análise estética, ou seja, são grandezas de ordem diferente: para que a forma tenha um significado puramente estético, o conteúdo que a envolve deve ter um sentido ético e cognitivo possível, a forma precisa do peso extra-estético do conteúdo, sem o qual ela não pode realizar-se enquanto forma (BAKHTIN, 1993a, p.37).

As ressonâncias da retórica no pensamento bakhtiniano, tal como vimos apresentando, são várias e variadas. Há ainda muitas referências diretas e positivas, como no ensaio “O discurso no romance” (BAKHTIN, 1993b) escrito entre 1934-35, cujo destaque aos estudos retóricos é evocado como prescrição e base da crítica literária e da estilística tradicional. Acreditamos, então, que os diálogos até aqui apresentados comprovam a afirmação anterior de que a antiga retórica, sem dúvida, foi uma das fontes de formação e pesquisa dos membros do Círculo. Contribuíram para ela também, sem dúvida, a convivência que mantiveram com intelectuais classicistas, e até o interesse pela oratória neste primeiro período da revolução russa, assim como a criação do Instituto Palavra Viva (Institut zhivogo slova, IZhS): no título, *slovo* mais uma vez aproxima a retórica dos membros do Círculo, pois o vocábulo é utilizado com o sentido do grego *logos*¹⁵.

Tratemos, agora, de forma mais pontual, das discordâncias entre o pensamento bakhtiniano e a retórica. E, para isso, nada melhor, a nosso ver, do que buscarmos a compreensão de um texto bastante fragmentário, de 1943. Sem tradução para o português, é mencionado pelos estudiosos de Bakhtin por meio da frase que o inicia: “Retórica, na medida de sua falsidade...” No espanhol, a tradutora Tatiana Bubnova o nomeou: *Acerca del amor y el conocimiento en la imagen artística* (BAJTIN, 1997)¹⁶. Esses apontamentos fragmentários, escritos depois de *O discurso no romance*, constam da publicação das obras completas em russo editadas por Bocharov e Gogotishvili a partir de 1996: *Sobranie sochinenii, tom 5: Raboty 1940-kh – nachala 1960—kh godov - 12/X/1943*¹⁷, onde também aparecem sem título, reconhecidos também pela primeira frase [*Ritorika, meru svoei Izhivosti...*]. O texto é riquíssimo, mas vamos tratar apenas de alguns pontos dele neste espaço. De início, é a oposição entre discurso retórico e discurso romanescos que se estabelece.

Retórica, na medida de sua falsidade [*Izhivost'*], tende a produzir justamente o medo ou a esperança. Isso pertence à essência das palavras retóricas (já a retórica antiga realçava os afetos semelhantes). A (verdadeira) arte e o conhecimento buscam, ao contrário, uma liberação desses sentimentos. Ainda que de modos distintos, a tragédia e o riso realizam essa liberação.

A fusão do louvor e da injúria como a suprema objetividade artística (a voz da totalidade) (BAJTIN, 1997, p.138, tradução nossa)¹⁸.

¹⁵ Sobre esse aspecto ver Pistori (2013) e Brandist (2012).

¹⁶ Esse título, a nosso ver, ofusca uma parte importante de seu conteúdo, justamente a parte que se refere à retórica.

¹⁷ BAKHTIN, Mikhail. [Ritorika, meru svoei Izhivosti...] In *Sobranie sochinenii, tom 5: Raboty 1940-kh – nachala 1960—kh godov* [Obras Completas em Sete Volumes, vol.5. Trabalhos da década de 1940 ao começo de década de 1960], ed. S. G. Bocharov; L. A. Gogotishvili, Moscow, 1996]. (BAJTIN, 1997).

¹⁸ Na tradução espanhola: *La retórica, en la medida de su falsedad [Izhivost']*, tiende a producir justamente el miedo o la esperanza. Lo cual es parte de la esencia de la palabra retórica (ya la retórica antigua subrayaba los afectos

Bakhtin destaca negativamente a capacidade retórica de causar medo ou esperança, “na medida de sua falsidade”. O apelo às emoções – ao *pathos* - é uma das possibilidades de prova na retórica, um argumento (ao lado do *ethos* e do *logos*). Logo, realmente “pertence à essência das palavras retóricas” desde a Antiguidade. De forma diferente, o conhecimento e a arte, segundo Bakhtin, buscam a “liberação desses sentimentos”, a tragédia e o riso são libertadores, têm a capacidade de fundir “louvor e injúria” e “neutralizar a mentira”, afirma ele adiante (BAJTIN, 1997, p.141). O discurso da arte - da literatura - se opõe à “falsidade”, à “mentira, [que é] diretamente proporcional à violência” (BAJTIN, 1997, p.141, tradução nossa)¹⁹. O texto dialoga fortemente com aqueles da década de 1920, Arte e responsabilidade [1919], O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária [1923/1924] e O autor e o herói na atividade estética [1924/1927], nos quais Bakhtin relaciona intensamente conhecimento, ética e estética. Ao longo do texto, a “falsidade” retórica, a violência e a mentira continuam distantes da arte (da literatura):

A palavra quer influir de fora, determinar desde o exterior. Na própria tarefa de convencimento está incluído um elemento da pressão externa [...]

A palavra não sabe a quem serve, chega da obscuridade e desconhece suas raízes. Sua seriedade está vinculada ao medo e à violência. O homem autenticamente bom, desinteressado e amoroso, porém, não tomou a palavra, não se realizou nas esferas da vida cotidiana, não tocou a palavra organizada, infectada pela violência e a mentira, este homem não se fez escritor. (...) A palavra era mais forte do que o homem, ele não poderia ser responsável, enquanto permanecia no poder da palavra, ele se sentia um estranho porta-voz da verdade alheia, permanecia sob um poder supremo (...). O processo criativo é sempre um processo de violência, realizado pela verdade sobre a alma. A verdade nunca esteve próxima do ser humano até agora, ela nunca veio a ele a partir de dentro, [sempre veio] de fora, ela sempre foi propriedade. Sendo revelação, nunca foi sincera, sempre silenciava algo, se rodeava de mistério e, conseqüentemente, de violência. Triunfando sobre o homem, a verdade era a violência, o homem não era seu filho. Não se sabe quem tem a culpa disso, a verdade ou o homem? O homem se encontra com a verdade acerca de si mesmo como se fosse com uma força débil. (BAJTIN, 1997, p.142-143, tradução nossa)²⁰.

semejantes). El arte (verdadero) y el conocimiento buscan, por el contrario, una liberación de tales sentimientos. Aunque por caminos distintos, la tragedia y la risa realizan esta liberación.

La fusión de la alabanza y la injuria como suprema objetividad artística (la voz de la totalidad) (BAJTIN, 1997, p.138).

¹⁹ Na tradução espanhola: *El elemento de la mentira, directamente proporcional a la violencia.* (BAJTIN, 1997, p.141).

²⁰ Na tradução espanhola: *La palabra quiere influir desde fuera, determinar desde fuera. En la propia tarea de convencimiento está incluído un elemento de la presión exterior. (...) La palabra no sabe a quién sirve, llega de la*

Como podemos observar, o texto continua colocando em oposição à arte uma palavra que é mais forte que o homem, que não lhe pertence, que vem do exterior e o domina, uma palavra pela qual ele não é responsável: é a palavra autoritária, do poder, da Igreja, tratada por Bakhtin em *A pessoa que fala no romance* (BAKHTIN, 1993b). O homem (bom) ainda não tem a palavra, ela lhe é estranha, porque “infectada pela violência e a mentira”, e pertence a poucos. Na continuação, Bakhtin apresenta também o processo criativo como um processo de violência, mas exercido pela verdade sobre a alma. Essa ética da verdade, possibilitada pela arte, se opõe à mentira e à violência da palavra autoritária que ameaça. Assim, de um lado há o poder, com a pretensão de definir a verdade do mundo a partir do exterior, a partir dele mesmo, sem perceber que os sentidos ocorrem em situação; um poder que carece de dialogicidade e de inconclusividade, pois “um todo *concluído* não pode ser visto desde o interior, apenas do exterior” (BAJTIN, 1997, p.145, grifo do autor, tradução nossa)²¹. É desse lado, do poder institucionalizado que nomeia o mundo, que Bakhtin posiciona a retórica, na medida em que a vê como palavra organizada, da falsidade, propriedade de poucos:

A mentira retórica. A mentira em uma imagem artística. A mentira nas formas da seriedade (sua fusão com o medo, a ameaça e a violência). No entanto, não existe uma forma de força (poderio, poder) sem um ingrediente necessário da mentira. (BAJTIN, 1997, p.146, tradução nossa)²².

Do outro lado, Bakhtin coloca a arte, que liberta e permite a possibilidade de participação dialógica de todos na realidade ética. E esse posicionamento se coaduna com seu interesse por obras surgidas em momentos de desintegração de sistemas ideológicos verbais estáveis, onde pôde germinar a prosa romanesca justamente por ter ocorrido a transformação histórica; coaduna-se ainda com seu interesse pelo heterodiscurso e pela interação poliglótica, e com sua crítica ao “caráter ingenuamente irrefutável do sistema linguístico básico da ideologia e da literatura” (BAKHTIN, 1993b, p.165; 2015, p.169),

oscuridad y desconoce sus raíces. Su seriedad está vinculada con el miedo y la violencia. El hombre auténticamente bueno, desinteresado y amoroso todavía no ha tomado la palabra, no se ha realizado en las esferas de la vida cotidiana, no ha tocado la palabra organizada, infectada por la violencia y a la mentira, este hombre no se hace escritor. (...) La palabra solía ser más fuerte que el hombre, él no podía ser responsable, al encontrarse en el poder de la palabra; se sentía el vocero de la verdad ajena, en cuyo poder supremo se encontraba (...). El proceso creativo es siempre el proceso de violencia que la verdad comete sobre el ama. La verdad nunca ha sido, has ahora, consanguínea del hombre, nunca le ha llegado desde su interior; siempre desde el exterior. Siempre ha sido una posesora. Siendo revelación, la verdad nunca ha sido sincera; siempre callaba algo, se rodeaba de misterio y, por lo tanto, de violencia. Triunfando sobre el hombre, la verdad era violencia, el hombre no era su hijo. No se sabe quién tiene la culpa de eso, la verdad o el hombre. El hombre se encuentra con la verdad acerca de sí mismo como con una fuerza mortecina. (BAJTIN, 1997, p.142-143).

²¹ Na tradução espanhola: *un todo concluído no puede ser visto desde el interior, sino tan sólo desde el exterior.* (BAJTIN, 1997, p.145).

²² Na tradução espanhola: *La mentira retórica. La mentira em uma imagem artística. La mentira en las formas de la seriedad (su fusión con el miedo, la amenaza y la violencia). Todavía no existe una forma de fuerza (poderio, poder) sin un ingrediente necesario de la mentira.* (BAJTIN, 1997, p.146).

que trata a língua como única, “ptolomaica”, excluindo o plurilinguismo. Coaduna-se, enfim, com o momento em que viveu Bakhtin, um tempo de transformações históricas na nascente URSS, que não conheceu procedimentos políticos democráticos tais como vividos no Ocidente, mas que possibilitou o diálogo entre novos setores da população, camadas anteriormente sem acesso à alfabetização e à arte.

E, para finalizar este item, retomamos aqui dois trechos da importante leitura que Ken Hirschkop (1999) realiza da obra bakhtiniana em *Mikhail Bakhtin. An aesthetic for democracy* [Mikhail Bakhtin. Uma estética para democracia], que, a nosso ver, bem expressam a ligação entre o pensamento bakhtiniano e a democracia:

Bakhtin não escreve sobre língua e cultura *sub specie aeternitatis* mas sobre língua e cultura que decididamente romperam com as formas tradicionais: uma língua vernácula, por meio da qual todos têm o direito de falar, e na qual nenhum falante detém a autoridade absoluta; por meio dela os sujeitos devem aderir a um código moral que elaboraram juntos (HIRSCHKOP, 1999, p.viii, tradução nossa).

[...] concepções de linguagem e discurso [bakhtinianos] estruturam princípios democráticos de dentro, informando os próprios padrões críticos que utilizamos no acesso às democracias existentes reais. (HIRSCHKOP, 1999, p.45, tradução nossa)²³.

Se considerarmos esses aspectos, encontramos mais um ponto de convergência entre a retórica, em seus primórdios fortemente ligada à democracia grega, e o pensamento bakhtiniano. As transformações sofridas pela antiga disciplina ao longo dos séculos, principalmente sua institucionalização, podem justificar o modo como essa herança foi absorvida e integrada aos estudos bakhtinianos.

Diálogo II: o pensamento bakhtiniano e a retórica em Platão

[...] *quem não conhece a verdade mas só alimenta opiniões, transformará naturalmente a arte retórica numa coisa ridícula que não merece o nome de arte.*

Platão (1996, 262 c)

Se pensamos no diálogo que estamos propondo entre a antiga retórica e o pensamento bakhtiniano, devemos, ainda que brevemente, examinar também como os

²³ No original: *Bakhtin does not write about language and culture sub specie aeternitatis but a language and culture which have decisively broken with traditional forms: a vernacular language, in which all have a right to speak, in which no speaker holds absolute authority, and where subjects should adhere to a moral code they elaborate together. ... conceptions of language and discourse structure democratic principles form within, informing the very critical standards we use in assessing actually existing democracy.* (HIRSCHKOP, 1999, p.viii e p.45).

textos de Platão ecoam na obra dos russos. E, inicialmente, não podemos ignorar que, em termos de retórica, Aristóteles responde a seu mestre Platão de forma discordante; complementar, talvez. E esse diálogo se reflete e refrata no modo como Bakhtin e o Círculo também respondem aos gregos (e a tantos que os sucederam), constituindo novos elos na cadeia constitutiva do pensamento retórico. Num primeiro momento, porém, lendo o início do texto citado no item anterior: “Retórica, na medida de sua falsidade, aspira a causar exatamente medo ou esperança [...]” (BAJTIN, 1997, p.138), imaginamos que é à imagem da retórica como um discurso emocional e manipulador, vazio e mentiroso que Bakhtin se refere. Aliás, àquele já criticado por Platão... Mas, com certeza, não é apenas a esse aspecto da retórica que Bakhtin e o Círculo se referem ao longo de sua obra, nem é apenas esse o aspecto com o qual dialogam com a antiga disciplina. Esse, porém, é o primeiro ponto que vamos aqui destacar; o segundo será a própria concepção bakhtiniana de *dialogia*, por meio do exame da retórica de Platão ou, mais propriamente, da retórica em Platão.

Retórica, na medida de sua falsidade...

Na realidade, nos tempos de Platão (428/427 a.C. - 348/347 a.C.), há pouca clareza nas definições dos termos *filosofia*, *retórica* e *sofística*, pouco se distinguindo as duas últimas entre si²⁴. A distinção parece ocorrer por meio das “virtudes da alma do filósofo”, que encarna as virtudes morais (McCOY, 2010, p.13). “Platão parece menos preocupado em oferecer definições do filósofo e do sofista do que contrastar, por meio do conflito dramático, a pessoa do filósofo, Sócrates, com uma série de sofistas e retóricos” (McCOY, 2010, p.11)²⁵.

A personagem Sócrates, tal como o herói dostoiévskiano analisado por Bakhtin (2008, p.87), “[...] não é apenas um discurso sobre si mesmo e sobre seu ambiente imediato, mas também um discurso sobre o mundo [...]” Da mesma forma, tanto para o Sócrates de Platão como para Dostoiévski, segundo Bakhtin (2008, p.87), a “verdade sobre o mundo [...] é inseparável da verdade do indivíduo.”

²⁴ Edward Schiappa (1990) propõe que o próprio termo “retórica” foi cunhado por Platão durante a composição do *Górgias*, por volta de 385 a.C. Justifica sua posição afirmando que a arte retórica não foi conceituada como tal até o séc. IV a.C. Lembra ainda que o termo não foi utilizado por Protágoras, Górgias, cujos trabalhos tinha como foco o *logos*, nem por Heródoto, que era muito conhecedor do trabalho dos sofistas.

²⁵ Ver Bréhier (2004, p.99): Na Grécia de então, o filósofo não se definia absolutamente na relação com outros gêneros de especulações científicas ou religiosas, mas sim por sua relação e suas diferenças com o orador, o sofista, o político. A filosofia é a descoberta de uma nova forma de vida intelectual que não pode afinal se separar da vida social. [*Dans la Grèce d'alors, le philosophe ne se définit nullement par rapport aux autres genres de spéculations, scientifiques ou religieuses, mais bien para son rapport et se différences avec l'orateur, le sophiste, le politique. La philosophie est la découverte d'une nouvelle forme de vie intellectuelle, qui ne peut au reste se séparer de la vie sociale.*] Ver ainda Pagotto-Euzebio (2018, p.5) [sobre o papel de Isócrates no ensino de retórica, que denominava filosofia: “O mais fácil, aparentemente óbvio, seria dizer que Isócrates era um professor de retórica. No entanto, não foi assim que ele denominou sua atividade. Sem nunca ter utilizado a palavra retórica (*rhetoriké*) em suas obras, o fato de Isócrates usar o termo *philosophía* para definir seu trabalho nos obriga, de algum modo, a reconsiderar o sentido dessas palavras no contexto educativo e cultural da Atenas do século IV a.C.”]

As polêmicas em torno da retórica, sobre seu papel social e, sobretudo, a respeito do conteúdo ensinado pelos retores, ocorrem desde a época em que se inicia seu ensino (séc. V a.C.), com os sofistas. Nosso conhecimento a respeito dos sofistas, todavia, é composto de poucos fragmentos e notícias doxográficas e, sobretudo, por meio dos diálogos de Platão, como nos lembra Henri-Irinée Marrou (1990), historiador da educação na Antiguidade. Platão admite a retórica, mas considera a busca da verdade - a *episteme*, muito superior à opinião - a *doxa*, que é propensa a enganos, está a serviço da maioria e suas seduções levam à degenerescência. Conforme Sócrates afirma no *Fedro*, “[...] quem não conhece a verdade mas só alimenta opiniões, transformará naturalmente a arte retórica numa coisa ridícula que não merece o nome de arte.” (PLATÃO, 1996, 262 c). Poderíamos dizer que é a “boa retórica” que Platão admite, uma retórica “filosófica”, que busque a verdade²⁶.

Na defesa da “boa” retórica, em *Górgias* ou *A oratória* - diálogo da juventude (ou de transição à maturidade, o primeiro da segunda fase de seus trabalhos)²⁷ - cujo tema é exatamente a retórica, essa questão se apresenta com bastante clareza. Górgias define sua arte como o poder de, pela palavra, convencer os juizes no tribunal, os senadores no conselho e os eclesiastas. Sócrates, também personagem do diálogo, afirma, então, que ela é produtora de persuasão e lhe indaga sobre o objeto da persuasão. Deixa o sofista embaraçado, pois ele acaba afirmando que a oratória pode servir a fins justos e injustos; que é “uma prática que não se conta absolutamente entre as atividades nobres” (PLATÃO, 1970, 463 a); “...uma prática não racional” (PLATÃO, 1970, 465 a); “... visa ao mais agradável e não ao melhor...” (PLATÃO, 1970, 464 e). Em resumo, a finalidade desse diálogo de Platão é mostrar, pelas palavras de Sócrates, que a formação cultural alicerçada na eloquência política, ao invés de educar, destrói todo o senso moral. Outros, ainda, como *O sofista* (s/d), retomam essa crítica.

E é esse aspecto dos diálogos socráticos de Platão - de ação ética e responsável sobre a formação do outro - que nos evoca posicionamentos encontrados nos textos iniciais de Mikhail Bakhtin, aqueles que buscam uma *prima filosofia*, como *Arte e responsabilidade* e *Para uma filosofia do ato responsável*, mais axiológicos que ontológicos (FARACO, 2017). No diálogo que propomos, sabemos que a questão do ato com valor ético em Bakhtin certamente não se relaciona diretamente com a questão da boa e da má retórica em Platão. No entanto, corroborando a possibilidade e pertinência de tal aproximação, lembramos suas palavras: “(H)istoricamente a linguagem desenvolveu-se a serviço do pensamento participante e do ato, e somente nos tempos recentes de sua história começou a servir o pensamento abstrato.” (BAKHTIN, 2010, p.84).

²⁶ Segundo Barilli (1985), o objetivo de Platão é precisamente tirar à maioria o direito de arbitrar, de escolher, de decidir; seu posicionamento é antidemocrático, investe contra o senso comum. Para ele, o papel do filósofo é prioritário, e o único digno do sábio, pois a *doxa* não pode ser ciência nem técnica, na medida em que é propensa a enganos; ela está a serviço da maioria e suas seduções levam à degenerescência.

²⁷ De modo geral, os diálogos de Platão são classificados em três ou quatro períodos, por ordem de juventude, maturidade e velhice. Do primeiro período, os diálogos da juventude, são: *Hípias Menor*, *Laques*, *Cármides*, *Lísias*, *Entipron*, *Íon*, *Hípias maior*, *Protágoras*, *Apologia*, *Crítón* e o primeiro livro da *República*, *Górgias*, *Mênón*, *Eutidemo*, *Crátilo*, *Menexeno*. Do segundo período, os diálogos da maturidade: *Fédon*, *Banquete*, *Fedro*, *A República*, *Teeteto*, *O sofista* (às vezes, considerado da velhice); da velhice: *Crítas*, *Leis*, *Filebo*, *Político*, *Timeu* (cf. CHAUI, 2002).

O ato ético e responsável, o pensar de modo participante (BAKHTIN, 2010, p.67, p.69, p.79, entre outras passagens) estão presentes nos diálogos socráticos e nesses textos bakhtinianos, que defendem ser o próprio juízo cognitivo valorativo, não separando ética, conhecimento e estética: “[...] aquilo que o conhecimento pressupõe não é uma *res nullius*, mas a realidade do ato ético em todas as suas variantes e a realidade da visão estética.” (BAKHTIN, 1993a, p.30). É na “[...] integração do domínio ético e do domínio cognitivo no interior do seu objeto que se encontra a bondade singular da estética, sua benevolência: a estética como que nada seleciona, divide, abole, nada repele, de nada se desvia.” (BAKHTIN, 1993a, p.33). Nas palavras de Faraco,

Interessa-lhe [a Bakhtin] a vida vivida na perspectiva de uma consciência que age responsável e participativamente. (...) Assim, viver é agir responsabilmente a partir de si e em correlação com o outro (cf. PFA), é posicionar-se axiologicamente (cf. A&H), é participar do diálogo aberto, do simpósio universal (cf. PFA). Três verbos ativos – agir, valorar, interagir – tecem o viver.

[...]

Na interação vista pelo olhar bakhtiniano, não se trocam mensagens, mas se dialogizam axiologias. (FARACO, 2017, p.52 e p.55).

Para Bakhtin (BAJTIN, 1997, p.138), o diálogo sempre axiológico que ocorre na interação verbal perderia o sentido de contribuição ao juízo cognitivo (ético e estético) se fundamentado na “falsidade” retórica, pois as concepções teórico-filosóficas expressas num objeto estético ligam-se ao mundo concreto do ato humano - “estão obrigatoriamente ligadas ao elemento ético do conteúdo, ao mundo do ato, ao mundo do acontecimento [...] o que é *verdadeiro* do ponto de vista cognitivo torna-se elemento da realização ética” (BAKHTIN, 1993a, p.41, grifo nosso).

A dialogia e a “superação do modelo monológico de mundo; seus embriões no diálogo socrático”

O segundo aspecto do diálogo entre Platão e o pensamento bakhtiniano refere-se a possíveis conexões entre a noção de *dialogia* e, especialmente, os *diálogos socráticos*, tantas vezes abordados por Bakhtin em seus estudos do romance. Na realidade, alguns dos diálogos socráticos tratam da retórica, mas nenhum se constitui um dos gêneros retóricos tradicionais. Bakhtin trata deles, em vários momentos de sua obra, por considerá-los uma das raízes do gênero romanesco²⁸. Segundo ele, o gênero diálogo

²⁸ Na coletânea denominada *Questões de Literatura e estética*. A teoria do romance, encontramos vários deles: Especialmente em Formas do Tempo e do Cronotopo no romance (Ensaio de poética histórica). Mas também em Da pré-história do discurso romanesco; Epos e romance; em O discurso no romance (Duas linhas estilísticas do romance

socrático pertencia a um campo especial da literatura, denominado sério-cômico (em oposição aos gêneros sérios, como a epopeia, a tragédia, a história...). Dele o filósofo russo afirma: “O *diálogo socrático*, que substituiu o diálogo da tragédia, é o primeiro passo na história do gênero romanesco. Mas ele era só um diálogo, *quase* uma forma apenas externa de dialogismo” (BAKHTIN, 2006d, p.346, grifo nosso).

Como sabemos, a prática do *diálogo*, que funcionou como *gênero* na disseminação da filosofia e da própria retórica, por muitos séculos esteve ausente das reflexões filosóficas, mas o reconhecimento de sua importância ressurgiu no séc. XX não apenas na Rússia, mas também em diferentes autores como Hans-Georg Gadamer, Martin Buber e Mikhail Bakhtin e o Círculo, que é o que aqui nos interessa. Em termos da utilização do conceito de *diálogo* para a compreensão da linguagem, Irina Ivanova (2011), no artigo “O diálogo na linguística soviética dos anos 1920-1930”, mostramos as aproximações entre os trabalhos de Voloshinov, Jakubinsky e Brait (2013) retoma o conceito de diálogo para mostrar de que maneira, no século XX, ele passa a integrar os estudos da linguagem, ganhando consistência e diversidade em diferentes tendências. Acrescenta aos autores citados o nome de Emile Benveniste, alertando para o fato de que

[...] encontrar a valorização de diálogo dentro dos estudos da linguagem, assim como sua metamorfose em dialogismo, significa, portanto, discutir a passagem de uma linguística da língua para uma linguística do discurso, momento em que esses dois conceitos desempenham papel decisivo. Considerando que o conceito de diálogo e a necessidade de teorizar sobre ele é uma das marcas da linguística do século XX, presente em várias tendências teóricas, o recorte aqui estabelecido busca apoio em alguns fundadores dessa concepção: Émile Benveniste (1906-1976), Lev Jakubinskij (1892-1945), Valentin Voloshinov (1895- 1936) e Mikhail Bakhtin (1895-1975). O contato com alguns dos trabalhos desses autores oferece elementos para observar como a concepção de diálogo produz uma nova visão de língua, de linguagem, explicitando-se, num certo momento, como dialogismo. (BRAIT, 2013, p.98).

O gênero “diálogo socrático”, estudado por Bakhtin, foi praticado não apenas por Platão, mas ainda por Xenofonte, Antístenes, Ésquines, Alexameno e outros, embora tenham chegado até nós apenas aqueles escritos por Platão, Xenofonte e fragmentos dos escritos por Antístenes. No prefácio de uma das edições dos *Diálogos* de Platão (NUNES, 1980, p.6, grifo nosso), Nunes também esclarece:

européu); em Reformulação do livro sobre Dostoiévski (2006d; Adendo 2, 2008). É preciso lembrar que o tradutor Paulo Bezerra, com a Editora 34, tem dado nova organização aos artigos e ensaios bakhtinianos. Assim, a *Teoria do romance I*. A estilística constitui-se atualmente a versão mais recente da tradução diretamente do russo do ensaio O discurso no romance.

Não foi ele [Platão] o criador do diálogo socrático, senão um dos primeiros a cultivar esse gênero literário e o seu mais notável representante. Depois dele, a partir de Aristóteles, digamos, Sócrates cede o seu posto de diretor dos debates e desaparece do cenário, assumindo o autor da peça a responsabilidade da exposição corrida de suas ideias, sem o recurso das perguntas e respostas concisas, tão do gosto de Sócrates e tão bem ilustrado nos *primeiros escritos* de Platão. Da obra de Aristóteles perdeu-se toda essa *parte literária*; mas, por intermédio de Cícero, que ainda chegou a conhece-la, podemos fazer uma ideia de como seriam redigidas. A parte dialogada é muito reduzida; de regra, o autor da peça expõe em discursos longos suas próprias ideias.

Quase um gênero memorialístico, o diálogo socrático registra a lembrança das palestras reais proferidas por Sócrates, organizadas numa breve narração; é dessa forma que Bakhtin o compreende como uma das fontes do romance, uma “variedade dialógica de desenvolvimento do romance”, ao lado da sátira menipeia. Não é um gênero retórico, mas “carnavalesco-popular”, nitidamente enraizado no estágio oral daquela sociedade grega.

Bakhtin (1993e) se aprofunda no tratamento dos diálogos socráticos e mostra entusiasmo e admiração pelo gênero, por exemplo, no ensaio Epos e romance (Sobre a metodologia do estudo do romance). Segundo ele, o diálogo socrático alia à filosofia a incipiente formação romanesca: “Temos um documento notável que reflete o nascimento simultâneo do conceito científico e da nova personagem romanesca na arte literária em prosa. Trata-se dos ‘diálogos socráticos’. Tudo é característico neste gênero magnífico, nascido no final da Antiguidade clássica.” (BAKHTIN, 1993e, p.414). Nas palavras de Bréhier (2004, p.96, tradução nossa): “Os diálogos socráticos são tanto um exame das pessoas quanto um exame de suas opiniões; muitas vezes, o interesse é maior na pessoa.”²⁹ Em Platão a própria composição dialógica está em contraposição à retórica: os diálogos se constituem como o encontro de almas através de intervenções curtas, sem digressões ou elementos estranhos, num esforço analítico de decomposição dos discursos, sem o objetivo de vencer o adversário. Seu papel é apenas inquirir ou pôr à prova o interlocutor, fazendo-o ver se está ou não de acordo consigo mesmo, diferentemente do discurso retórico, pronunciado por uma só pessoa.

No entanto, em termos de dialógica, essas reflexões são válidas, sobretudo, para os diálogos da primeira e segunda fase, pois, nos diálogos tardios, o método se aproxima mais da retórica, ainda que a estrutura se mantenha: isto é, os diálogos não mais são inconclusos, como os dos primeiros períodos, mas chegam a uma “verdade” ética e moral. A esse respeito, assim se expressa Bakhtin (2008, p.125):

²⁹ No original: *Les dialogues socratiques sont, en effet, pour le moins autant un examen des personnes qu'un examen de leurs opinions: l'intérêt porte même plutôt sur le premier que sur le second.* (BRÉHIER (2004, p.96).

Nos diálogos do primeiro e do segundo período da obra de Platão, o reconhecimento da natureza dialógica da verdade ainda se mantém na própria cosmovisão, filosófica, se bem que em forma atenuada. Por isso, os diálogos desse período ainda não se convertem em método simples de exposição das ideias acabadas (com fins pedagógicos) e Sócrates ainda não se torna o “mestre”. Mas no último período da obra de Platão isso já se verifica: o monologismo do conteúdo começa a destruir a forma do “diálogo socrático”. Mais tarde, quando o gênero do diálogo socrático” passa a servir a concepções dogmáticas do mundo já acabadas de diversas escolas filosóficas e doutrinas religiosas, ele perde toda a relação com a cosmovisão carnavalesca e se converte em simples forma de exposição da verdade já descoberta, acabada e indiscutível, degenerando completamente numa forma de perguntas-respostas de ensinamento de neófitos (catecismo).

Em *Protágoras*, diálogo socrático do primeiro período entre os que poderiam ser considerados antes éticos que filosóficos, encontramos:

- Parece-me bem o que o dizes, Crítias. *É, de facto, necessário que, aqueles que assistem a discussões destas ouçam ambos os interlocutores, de modo imparcial, mas não passivo - é que são coisas diferentes.* É preciso ouvir os dois do mesmo modo, mas não atribuir a cada um o mesmo valor, antes mais ao mais sábio e menos ao mais ignorante. Pela minha parte, Protágoras e Sócrates, suponho que concordarão em discutir sobre os argumentos mas sem contender. (PLATÃO, 337, 337b, grifo nosso).

Percebemos aí tanto a crítica de Platão à retórica que busca vencer o adversário, como mesmo um embrião do que Bakhtin chamará de “compreensão responsivo ativa”. De fato, os diálogos do primeiro e segundo períodos de Platão são menos monológicos ou dogmáticos do que aqueles dos períodos seguintes. São conhecidos como “diálogos aporéticos”, ou seja, fazem o levantamento de diferentes modos de se conceituar as virtudes – como a coragem, a piedade, a amizade... - o tema principal deles, denunciam a fragilidade dessas conceituações, mas deixam a questão aberta, inconclusa. Isto é, além de mais *éticos* que filosóficos, eles parecem ao leitor textos inacabados. No estudo de *Protágoras*, inclusive, era comum que se abordassem as duas posições a respeito das virtudes – a de Sócrates e a de Protágoras, pois uma não se sobrepõe à outra, eram equipolentes. Dessa forma, percebia-se que tanto Sócrates como os sofistas contribuía para o resultado do questionamento, um híbrido cultural que junta a virtude tradicional da coragem à sabedoria e também (implicitamente) às outras virtudes cívicas. Lembrando Bakhtin, ao tratar do problema do conteúdo da obra de arte: “A realidade do conhecimento não é acabada e está sempre aberta.” (BAKHTIN, 1993a, p.32).

James P. Zappen (2004), em *The rebirth of dialogue. Bakhtin, Socrates and the rhetorical tradition* nos lembra de que o Sócrates de Bakhtin é diferente da visão que dele temos na tradição filosófica ocidental. Não é um retor, mas é um “*respondente*”, não um perguntador, mas um *questionador*.” (ZAPPEN, 2004, p.37, grifo nosso)³⁰.

Bakhtin nos convida para uma leitura alternativa do diálogo socrático como uma interação livre e criativa das ideias de Sócrates e dos sofistas contra o cenário dialogizado de outras ideias – como uma interação de ideias dentro dos textos, entre os textos em sua relação contextual mútua, e dentro dos textos, situados em seu contexto histórico extratextual. Assim, neles ressoam as vozes de Homero, Simonides, Péricles, Tucídides, do próprio Platão... (ZAPPEN, 2004, p.67)³¹.

Vejamos um pequeno trecho em que Bakhtin coloca esta questão:

O ponto de partida [do diálogo socrático] é a atualidade, as pessoas da época e as suas opiniões. A partir disto, desta atualidade de muitas vozes e línguas, da experiência e do conhecimento pessoais, realiza-se a orientação no mundo e no tempo (inclusive no passado absoluto da lenda). Mesmo um pretexto fútil e fortuito (e isto era canônico para o gênero) serve como ponto de partida aparente e imediato para o diálogo: como que realçando o ‘dia de hoje’ e a sua conjuntura fortuita (um encontro fortuito, etc.). (BAKHTIN, 1993e, p.415-416).

Bakhtin nos lembra de que, no diálogo socrático, a busca dessa “verdade” não oficial e não acabada, por meio do diálogo, ocorre por meio da síncri – confrontação de diferentes pontos de vista, e da anácri – provocação do outro para externar suas próprias ideias. Eram “os métodos pelos quais se provocavam as palavras do interlocutor, levando-o a externar sua opinião e externá-la inteiramente” (2008, p.126). Dessa forma, o teste das ideias, sua contestação e a criação de novas ideias por meio do diálogo desafia o discurso monológico das pessoas que simultaneamente sustentam ideias culturais conflitantes.

O gênero se baseia na concepção socrática da natureza dialógica da verdade e do pensamento humano sobre ela. O método dialógico de busca da verdade se opõe ao monologismo *oficial* que se pretende *dono de uma*

³⁰ No original: “*Bakhtin’s Socrates is not a rhetor but a respondent, not an answerer but a questioner.*” (ZAPPEN, 2004, p.37).

³¹ No original: “*Bakhtin, however, invites an alternative reading of the Socratic dialogue as a free and creative interplay of the ideas – as an interplay of ideas within the texts, between the texts in their contextual relationships to each other, an within the texts as situated in their extratextual historical context. Thus situated, the Socratic dialogues resonate with the voices of other people – of Homer and Simonides, Pericles and (perhaps Plato) Thucydides.*” (ZAPPEN, 2004, p.67).

verdade acabada, opondo-se igualmente à ingênua pretensão daqueles que pensam saber alguma coisa. A verdade não nasce nem se encontra na cabeça de um único homem; ela nasce *entre os homens*, que juntos a procuram no processo de sua comunicação dialógica. (BAKHTIN, 2008, p.125, grifo nosso).

E esse modo de ver os diálogos socráticos de Platão os aproxima da concepção bakhtiniana de *dialogia*, que considera toda comunicação discursiva parte de um diálogo ininterrupto, cada enunciado o “elo da cadeia muito complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 2016a, p.26), englobando produções escritas ou orais de qualquer tipo. Da mesma forma, toda compreensão é ativa, avaliativa e contém o germe de sua resposta.

Enfim, ao retomar as reflexões acerca das concepções de retórica presentes em Bakhtin e Platão, podemos afirmar que, embora haja uma concordância entre ambos no tocante à rejeição de uma retórica que não esteja atenta aos preceitos éticos, essa concordância cessa quando, no Platão dos terceiro e quarto períodos, como diz Bakhtin (2008, p.125), o dogmatismo e “o monologismo do conteúdo começa a destruir a forma do ‘diálogo socrático’.” Por outro lado, a compreensão dos diálogos socráticos do Platão do primeiro e segundo períodos, tal como Bakhtin os apresenta, com certeza constitui-se uma contribuição à compreensão da *dialogia* bakhtiniana e do próprio diálogo inconcluso que ele constata em toda comunicação.

Conclusão

Este estudo - um exercício dialógico - constituiu-se como uma compreensão responsivo-ativa da obra bakhtiniana por quem teve, anteriormente, forte ligação com os estudos retóricos, preferentemente com a retórica antiga. Quer dizer, a cada leitura dos autores do Círculo, sempre pareceu haver neles essa possibilidade de diálogo com os ensinamentos retóricos, já que o discurso verbal é inevitavelmente orientado para discursos anteriores, tanto do próprio autor quanto de outros, como parte da ininterrupta cadeia de comunicação discursiva ao longo da história. Como visto, é um estudo realizado a partir do ponto de vista discursivo, e não filosófico (o que também poderia ser feito).

Destacamos que, a nosso ver, essa abordagem permite a compreensão dos estudos dialógicos em continuidade com os estudos retóricos, incorporando-os³². E permite, ainda, a compreensão do modo como o aporte teórico, levantado na obra do Círculo, tem a possibilidade de contribuir aos estudos da argumentação. Mais ainda, acreditamos que há, no pensamento bakhtiniano, apresentado como uma teoria dialógica do discurso, potencialidades evidentes para o ensino da argumentação, especialmente no sentido da proposição de visões e compreensões mais abertas (inacabadas) da realidade, não

³² Alguns exemplos: Pistori (2018, 2016, 2015, 2013).

meramente dicotômicas (criticadas em Bakhtin como a bivocalidade pouco profunda dos gêneros retóricos). E isso é especialmente importante, tanto porque sabemos que tem sido constante a inserção do pensamento bakhtiniano nos estudos da educação, como porque frequentemente há uma tendência social à polarização de posicionamentos.

Se, na contemporaneidade, os estudos retóricos e argumentativos têm sido menos ligados aos aspectos práticos e educativos da antiga disciplina, um enfoque bakhtiniano levanta possibilidades de reflexões para a ampla formação da cidadania ética e responsável, com tentativas da superação dos aspectos negativos indicados por Platão (e Bakhtin), com a incorporação de aspectos positivos lembrados por Aristóteles (e Bakhtin). Além disso, se, para Bakhtin, conforme apontamos, o conhecimento e o manejo da retórica estavam ligados a uma cultura oficial, quando vista a partir do pensamento bakhtiniano em seu todo, o ensino da argumentação pode (e deve) levar-nos à apropriação da palavra: a produtividade de aliança desses aportes teóricos na compreensão de discursos, em qualquer de suas expressões, deve ir além de uma prática social que confine o poder do discurso, em sua produção, circulação ou recepção, a uma pequena parcela da sociedade.

Agradecimentos

Este trabalho foi elaborado, em grande parte, durante o período de pós-doutorado (2010-2015) no Programa de Pós-Graduação Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem – PEPG-LAEL – PUC/SP. Sendo assim, primeiramente agradeço ao LAEL, pelo acolhimento que permitiu a continuidade de meus estudos e, especialmente, à minha supervisora de Pós-Doutorado, Beth Brait; agradeço ainda à FAPESP e ao CNPq, cujo auxílio ampliou as possibilidades de pesquisa; aos colegas com quem debati meus trabalhos durante esses últimos anos, não só os do LAEL, mas também aqueles dos grupos de pesquisa: GP/CNPq Linguagem, Identidade e Memória e GERAR/USP, Grupo de Estudos de Retórica e Argumentação; e, finalmente, ao Prof. José Luiz Fiorin, que gentilmente leu e debateu comigo o trabalho.

PISTORI, M. Rhetoric, argumentation and dialogic discourse analysis. *Alfa*, São Paulo, v. 63, n.2, p.265-293, 2019.

- *ABSTRACT: This paper proposes a dialogue between the ancient rhetoric and the dialogic discourse analysis, based on the works of Mikhail Bakhtin and the Circle. It pretends to examine how rhetoric lessons echoes in Bakhtinian thoughts, seeking for convergences and divergences between both of them. First of all, it presents the dialogue with Aristotelian rhetoric; then, with Platonian critics to its use and functioning. Our goal is to grasp the relations and dialogic possibilities between these two theoretical contributions, arguing the productivity of the alliance of them to comprehend and produce discourse and argumentation. Considering both rhetoric and Bakhtinian thoughts agree in different points, but also disagree in many*

others, it is important to understand how it occurs, so the proposed theoretical alliance can be grounded on strong and productive epistemological bases.

- **KEYWORDS:** *Rhetoric. Argumentation. Bakhtin and the Circle. Aristotle. Platon.*

REFERÊNCIAS

ACÍZELO SOUZA, R. **O império da eloquência:** retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ; EdUFF, 1999.

ALEXANDRE JUNIOR, M. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. *In:* ARISTÓTELES. **Retórica.** 3.ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior; Trad. e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 3.ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética.** Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, [19-].

BAJTIN, M. M. Acerca del amor y el conocimiento en la imagen artística. *In:* BAKHTIN, M. **Hacia una filosofía del acto ético:** de los borradores y otros escritos. Comentários de Iris M. Zavala y Augusto Ponzio; Trad. del russo de T. Bubnova. Rubí. Barcelona: Anthropos; San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1997. p.138-147. [1943].

BAKHTIN, M. Fragmentos dos anos 1970-1971. *In:* BAKHTIN, M. **Notas sobre literatura, cultura e ciências humanas.** Organização, tradução, posfácio e notas de Paulo Bezerra; notas da edição russa de Serguei Bocharov. São Paulo: Ed. 34, 2017. p.21-56. [1970-1971].

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In:* BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso.** Tradução, organização, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2016a. p.11-69. [1951-1953].

BAKHTIN, M. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. *In:* BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso.** Tradução, organização, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2016b. p.71-110. [1951-1953].

BAKHTIN, M. Diálogo I: a questão do discurso dialógico. *In:* BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso.** Tradução, organização, posfácio e notas de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2016c. p.113-124. [1997]

BAKHTIN, M. O discurso no romance. *In:* BAKHTIN, M. **Teoria do romance I:** a estilística. Tradução, prefácio, notas e glossário de Paulo Bezerra; Organização da edição russa Serguei Bocharov e Vadim Kójinov. São Paulo: Ed. 34, 2015. p.19-241. [1934-1935].

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. [1920-1924].

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 4.ed. rev. e amp. Trad. de Paulo Bezerra Rio de Janeiro: Forense, 2008. [1963].

BAKHTIN, M. O autor e a personagem na atividade estética. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006a. p.3-192. [1924-1927].

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006b. p.261-306. [1951-1953].

BAKHTIN, M. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006c. p.307-336. [1959-1961].

BAKHTIN, M. Reformulação do livro sobre Dostoiévski. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006d. p.337-357. [1977].

BAKHTIN, M. Apontamentos de 1970-1971. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. do russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2006e. p.367-392. [1970-1971].

BAKHTIN, M. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. *In*: BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 3.ed. Trad. Aurora Fornoni Bernadini *et al.* São Paulo: Unesp: Hucitec, 1993a. p.13-70. [1924].

BAKHTIN, M. O discurso no romance. *In*: BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 3.ed. Trad. Aurora Fornoni Bernadini *et al.* São Paulo: Unesp: Hucitec, 1993b. p.71-210. [1934-1935].

BAKHTIN, M. Epos e romance. *In*: BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 3.ed. Trad. Aurora Fornoni Bernadini *et al.* São Paulo: Unesp: Hucitec, 1993c. p.397-428. [1941].

BAKHTIN, M.; DUVAKIN, V. **Mikhail Bakhtin em diálogo – Conversas de 1973 com Viktor Duvakin**. Trad. de Daniela Miotello Mondardo, a partir da edição italiana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

BARILLI, R. **Retórica**. Trad. Graça Marinho Dias. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

BARTHES, R. A retórica antiga. *In*: COHEN, J. *et al.* **Pesquisas de retórica: Seleção de ensaio da revista Communications**, n.10. Trad. Leda Pinto Mafra Iruzum. Petrópolis: Vozes, 1975. p.172-231.

BIALOSTOSKY, D. Aristotle's Rhetoric and Bakhtin's Discourse Theory. *In*: JOST, W.; OLMSTED, W. (ed.). **A companion to rhetoric and rhetorical criticism**. Malden: Oxford; Carlton: Blackwell Publishing, 2004. p.383-408.

BIALOSTOSKY, D. **Mikhail Bakhtin**: Rhetoric, Poetics, Dialogics, Rhetoricity. Anderson: Parlor Press, 2016.

BRAIT, B. Tradição, permanência e subversão de conceitos nos estudos da linguagem. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, n.34, p.91-121, jan./jun. 2013.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. *In*: BRAIT, B. (org.) **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008. p.9-31.

BRAIT, B. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. **Gragoatá**, Niterói, n.20, p.47-62, 2006.

BRAIT, B.; PISTORI, M. H. C. A produtividade do conceito de gênero em Bakhtin e o Círculo. **Alfa**, São Paulo, v.56, n.2, p.371-401, 2012.

BRANDIST, C. A virada histórica de Bakhtin e seus antecedentes soviéticos / Bakhtin's Historical Turn and Its Soviet Antecedents. Trad. B.L-D. E MHCP. **Bakhtiniana**, São Paulo, v.11, n.1, p.18-41, jan./abr. 2015.

BRANDIST, C. Rhetoric, agitation and propaganda: reflections on the discourse of democracy (with some lessons from Early Soviet Russia) (Brandist). *In*: RADUNOVIC, D.; BAHUN, S(ed.). **Language, ideology, and the human**: new interventions DusanRadunovi? Sanja Bahun: Routledge, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/288748315_Rhetoric_agitation_and_propaganda_Reflections_on_the_discourse_of_democracy_with_some_lessons_from_early_Soviet_Russia. Acesso em: 10 set. 2019.

BRÉHIER, E. **Histoire de la philosophie**. Paris: Quadrige: Presses Universitaires de Frances, 2004.

BRETON, P. **A manipulação da palavra**. São Paulo: Loyola, 1999.

BUBNOVA, T. Voz, sentido e diálogo em Bakhtin. Trad. Roberto Leiser Baronas e Fernanda Tonelli. **Bakhtiniana**, São Paulo, v.6, n.1, p.268-280, ago./dez. 2011.

CHAUÍ, M. **Introdução à história da filosofia**. 1 - Dos pré-socráticos a Aristóteles. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARACO, C. A. Bakhtin e filosofia. **Bakhtiniana**, São Paulo, v.12, n.2, p.45-56, maio/ago. 2017.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FIORIN, J. L. Interdiscursividade e intertextualidade. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008. p.161-193.

GUIRAUD, P. **A estilística**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

HIRSCHKOP, K. **Mikhail Bakhtin: an aesthetic for democracy**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

IVANOVA, I. O diálogo na linguística soviética dos anos 1920-1930. Trad. Dóris Arruda C. da Cunha e Heber de O. Costa e Silva. **Bakhtiniana**, São Paulo, v.6, n.1, p.239-267, ago./dez. 2011.

MACHADO, I. Gêneros discursivos. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008. p.151-166.

MARROU, H.-I. **História da educação na Antiguidade**. Trad. Mário Leônidas Casanova. São Paulo: EPU, 1990.

McCOY, M. **Platão e a retórica de filósofos e sofistas**. Trad. Livia Oushiro. São Paulo: Madras, 2010.

MOSCA, L. Velhas e novas retóricas: convergências e desdobramentos. *In*: MOSCA, L. (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 2.ed. São Paulo: Humanitas: FFLCH/USP, 2010. p.17-54.

NUNES, C. A. Prefácio. *In*: PLATÃO. **Diálogos**. Vol. III-IV. Protágoras. Górgias. O banquete. Fedão. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980. p.5-39.

PAGOTTO-EUZEPIO, M. S. Isócrates, professor de filosofia. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 44, p.1-13, 2018.

PERELMAN, C. **Lógica jurídica: nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERELMAN, C. Lógica e retórica. *In*: PERELMAN, C. **Retóricas**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p.57-91.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: A nova retórica**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PISTORI, M. H. Ethos e pathos no discurso do Ministro-Relator do Supremo Tribunal Federal. **Bakhtiniana**, São Paulo, v.13, n.1, p.71-93, jan./abr. 2018.

PISTORI, M. H. Relações dialógicas e persuasão. **Linha D'Água**, São Paulo, v.29, n.2, p.173-193, dez. 2016.

PISTORI, M. H. Discurso jurídico e imagens. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v.17, n.2, p.597-618, jul./dez. 2015.

PISTORI, M. H. C. Mikhail Bakhtin e Retórica: um diálogo possível e produtivo. **Rétor**, Buenos Aires, p.60-85, 2013. Disponível em: http://www.revistaretor.org/pdf/retor0301_pistori.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

PISTORI, M. H. C. **Argumentação jurídica**: Da antiga retórica a nossos dias. São Paulo: LTR, 2001.

PLATÃO. Fedro. *In*: PLATÃO. **Diálogos**. Tradução direta do grego por Jorge Paleikat. 20. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. p.129-183.

PLATÃO. Protágoras. *In*: PLATÃO. **Diálogos**. Vol. III-IV. Protágoras – Górgias – O banquete – Fedão. Trad. de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980. p.43-108.

PLATÃO. **Górgias ou A oratória**. Tradução, apresentação e notas de Jaime Bruna. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

PLATÃO. **O sofista**. Tradução do grego de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. Rio de Janeiro: Tecnoprint, [19-].

PONZIO, A. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. *In*: BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos, SP: Pedro & João, 2010. p.9-38.

ROJO, R. Gêneros de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: Um retorno ao trivium? *In*: SIGNORINI, I. (org.). **[Re]Discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 73-108.

SCHIAPPA, E. Did Plato coin Rhetorike?. **The American Journal of Philology**, Baltimore, v.111, n.4, p. 457-470, Winter 1990.

VIDAL, G. La dimensión política de la retórica griega. **Rétor**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 85-104, 2011.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VOLOCHÍNOV, V. (BAKHTIN, M. M.). A palavra na vida e na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica. *In*: VOLOCHÍNOV, V. N.; BAKHTIN, M. M. **Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p.147-181.

ZAPPEN, J. P. **The rebirth of dialogue. Bakhtin, Socrates and the rhetorical tradition**. Albany: State University of New York Press, 2004.

Recebido em 14 de setembro de 2018

Aprovado em 24 de janeiro de 2019

IDEOLOGIAS DE GÊNERO E IDEOLOGIAS DE LÍNGUA(GEM) EM PÁGINAS FEMINISTAS DO FACEBOOK

Fabiana Poças BIONDO*

- **RESUMO:** O trabalho tematiza a questão das relações entre ideologias de gênero e ideologias de língua(gem), de modo a problematizar a hipótese de convergências entre hegemonias linguísticas e a ordem hegemônica de gênero, fixada pela tradição etnocêntrica ocidental. A partir de exemplos de duas comunidades ativistas feministas da rede social Facebook, investigadas desde 2013 em um estudo etnográfico virtual, o trabalho focaliza a função metapragmática exercida por comentários de participantes dessas comunidades. Orienta-se pela compreensão da linguagem como ação social (BAUMAN; BRIGGS, 1990), pelos conceitos de “ideologia de linguagem” (WOOLARD, 1998), de “conflito discursivo” (BRIGGS, 1996) e de “ataque metapragmático” (JACQUEMET, 1994) e pela apreensão dos processos de construção de identidades em suas relações com as disputas de poder e controle na interação e no mundo social (SIGNORINI, 1998; MOITA LOPES, 2010). Nesses espaços-tempos, as hegemonias de gênero/sexualidade e as hegemonias linguísticas aparecem interligadas, atendendo aos propósitos de (des)credibilização de argumentos, (não) preservação da face e (re)orientação das interações. Isso ocorre sobretudo nas tentativas de normatização do uso da língua(gem), que invocam um modelo cultural escolarizado e estabelecem relação entre esse modelo e a capacidade dos sujeitos de compreensão das questões em discussão, sobre gênero e sexualidade.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Ideologias de gênero. Ideologias de linguagem. Ataque metapragmático. Conflito discursivo. Facebook.

Introdução

Este trabalho apresenta parte de um estudo etnográfico virtual realizado desde janeiro de 2013 em páginas da rede social Facebook caracterizadas pela militância a favor das causas feministas e anti-homo/trans/lesbofóbicas. Inicialmente, a observação dessas páginas, como “lurker”,¹ deu-se com o objetivo de analisar os significados sobre gênero e sexualidade (co)construídos pelos participantes e melhor compreender

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, Campo Grande - MS - Brasil. fabibiondo@gmail.com. ORCID: 0000-0002-0443-4987.

¹ Uma espécie de “espreitador cultural” (*a cultural lurker*), um leitor que não realiza postagens – cf. sentido dado ao termo pela Etnografia Virtual de Hine (2000, p.24).

a dinâmica da (des)construção de identidades em práticas de uso da linguagem contemporânea.² No entanto, o acompanhamento diário dos *posts* e das interações nos levou também à observação de que alguns comentários de participantes nos debates revelavam função metapragmática, ou seja, “função tanto de descrever e avaliar quanto de condicionar e orientar os usos da língua na interação oral ou escrita” (SIGNORINI, 2008, p.117). Mais especificamente, recontextualizavam regulamentações grafocêntricas institucionalizadas sobre a língua, ao mesmo tempo em que revelavam normas socioculturalmente estabelecidas sobre gênero e (re)orientavam a interação nesses espaços.

A observação dessa dinâmica permitiu-nos configurar uma nova questão que julgamos de interesse ao campo aplicado dos estudos da linguagem e a qual focalizamos neste trabalho: a função metapragmática exercida por alguns comentários de participantes e a hipótese de relacionamento entre hegemonia linguística e outras ordens hegemônicas estabelecidas, como as de gênero e sexualidade fixadas pela tradição etnocêntrica ocidental. E, para lidar com essa questão, nossa imersão nesses espaços passou a ser guiada pelas seguintes questões de investigação: Que ideologias de língua(gem) estão presentes nas páginas? Que ideologias de gênero³ estão presentes nas páginas? De que forma uma e outra (ideologias de gênero e de língua/gem) se relacionam nessas páginas?

Diante dos múltiplos dispositivos linguísticos e socioculturais mobilizados pelos participantes em suas performances de uso da língua, que exibem também variadas conotações ideológicas, trazemos para discussão, neste trabalho, os “conflitos” (BRIGGS, 1996) e os “ataques metapragmáticos” (JACQUEMET, 1994) relacionados a dois valores culturais interligados e extremamente presentes nas páginas estudadas: 1) os conceitos de masculinidade/feminilidade e 2) os ideais de língua padrão e de correção linguística.

Inicialmente, apresentamos a metodologia da pesquisa, uma breve contextualização das páginas feministas do Facebook estudadas e, na sequência, passamos às bases teóricas; finalmente, trazemos para discussão duas sequências geradas por duas publicações feitas pelos moderadores nas páginas “Moça, você é machista” e “Diários de uma feminista”. Como pretendemos mostrar, os embates não apenas instanciam um modelo cultural normativo e escolarizado de uso da língua, como também revelam o estabelecimento de relações entre esse modelo, as ideologias ligadas ao gênero/à sexualidade e a capacidade dos sujeitos de compreender e participar das questões em discussão.

² Resultados dessas análises foram publicados em Biondo (2015) e em Biondo e Signorini (2015).

³ Usamos o sintagma “ideologias de gênero”, neste estudo, para nos referir a quaisquer questões ideológicas e relações de poder que permeiam a hegemonia do masculino e da heterossexualidade em nossa sociedade. Usamos a expressão, ainda, e deliberadamente, para nos contrapor à sua apropriação pejorativa no Brasil, atualmente, por meio da qual se desqualifica o próprio campo de estudos de gênero.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa foi realizada em oito páginas do Facebook que se caracterizam como ativistas das causas de gênero. Seis dessas páginas foram acompanhadas desde janeiro de 2013 e outras duas páginas foram adicionadas à investigação em junho de 2016. Em comum, as oito páginas se denominam como “comunidade” e apresentam objetivo de militância/ativismo contra o preconceito, a desigualdade e todas as formas de violência de algum modo ligadas às causas das minorias focalizadas: em geral mulheres, homossexuais e transexuais; mas também negros, crianças e outros tidos como marginalizados. Todas essas páginas são públicas e podem ser curtidas e seguidas por qualquer usuário do Facebook. A partir da Etnografia Virtual (HINE, 2000), acompanhamos diariamente as discussões nas páginas, apenas observando (*lurker*), sem escrever postagens.

A Etnografia Virtual, conforme Hine (2000), tem como foco a imersão do pesquisador em espaços online de interação, bem como as relações entre esses espaços e os off-line. Tem suas bases na etnografia tradicional, mas, ao deslocar seus interesses para o ambiente online, exige que esta seja reconfigurada, sobretudo no que diz respeito às percepções do espaço, do lugar, do tempo e da identidade. Tais percepções, na Etnografia Virtual, precisam ser guiadas pela situação específica a ser investigada, bem como pelo contexto sociocultural – em sintonia com o modo como a própria pesquisa é compreendida nessa perspectiva.

De modo simples, pode-se dizer que todos esses construtos (espaço, lugar, tempo e identidade) só existem, em tal perspectiva, como um “campo de relações” estruturado em função dos aspectos culturais e sociais de uma dada situação específica, nunca anteriores à prática, nunca como conceitos preestabelecidos e fixados (HINE, 2000). Além disso, tempo e espaço estão em situação de determinação, constituindo-se como “espaço-tempo” – sempre definido pela ação social em curso, amparado por uma riqueza de recursos materiais e discursivos e imerso nas relações de poder (LEANDER; MCKIM, 2010). Na investigação de espaços-tempos online, como os das páginas do Facebook analisadas neste estudo, Hine (2000) acredita que é necessário dar grande importância à linguagem e à interação estabelecida, no lugar da imersão prolongada do pesquisador em campos físicos que constitui a etnografia tradicional.

As páginas feministas investigadas

Para este trabalho, selecionamos duas das oito páginas que compõem o nosso *corpus*: “Moça, você é machista” e “Diários de uma feminista”. A escolha por essas duas páginas justifica-se por elas apresentarem o maior número de curtidas e de seguidores à época das análises aqui apresentadas (Tabela 1). A primeira foi criada em abril de 2012 e é definida apenas como uma “página criada por teóricos *queer* feministas”; já a segunda foi criada em outubro de 2014 e é apresentada como uma “página feminista

interseccional-marxista” que publica, “além de textos e posts didáticos, conteúdos de humor feminista: contradiscurso e ironia”.⁴ No quadro abaixo, apresentamos os dados dessas comunidades referentes ao recorte temporal definido para a coleta de registros deste trabalho (junho a setembro de 2017):

Quadro 1 – Dados sobre as duas páginas feministas investigadas no estudo

		Moça, você é machista	Diários de uma feminista	
		860 mil curtidas; 851 mil seguidores	741 mil curtidas; 740 mil seguidores	
2017	Posts	Temáticas abordadas	Posts	Temáticas abordadas
Junho	20	pedofilia, doutrinação religiosa,	202	pedofilia, inversão de
Julho	15	estado laico, aborto, estupro,	0	estereótipos, machismo, padrões
Agosto	24	política atual, homofobia,	53	de beleza femininos, homofobia,
Setembro	12	transfobia, estereótipos e	197	política atual, racismo,
TOTAL	71	violência contra a mulher, machismo, queer, racismo, etc.	452	misandria, etc. (a grande maioria com deboche e ironia)

Fonte: Elaboração própria.

Os *posts* em que focamos neste texto são aqueles que apresentaram o maior número de reações (Curtir, Amei, Haha, Uau, Triste, Grr), de comentários e de compartilhamentos, nos meses selecionados, dentre aqueles que apresentavam comentários de função metapragmática relacionados aos valores culturais de masculinidade/feminilidade e de correção linguística.⁵ A escolha desses *posts* foi motivada, ainda, pelo fato de que eles exibem parte representativa dos embates de natureza metapragmática que configuram ideologias de gênero e de linguagem nesses espaços-tempos da globalização.

Ideologias de língua(gem) e metapragmáticas da língua em uso

Conforme lembrou Woolard (1998), a forma como definimos o que é língua ou linguagem define também nossa relação com o universo sociocultural, pois revela o modo como compreendemos a organização dos seres humanos como indivíduos, em suas instituições e interrelações. A despeito das diversas formas de compreensão do conceito de *language ideology* em diversas tradições de pesquisa, a autora opta por defini-lo como “representações, explícitas ou implícitas, que interpretam o cruzamento entre a linguagem e os seres humanos em um mundo social” (WOOLARD, 1998, p.4).

⁴ Informações disponíveis nas páginas estudadas. Dados atualizados em 12/10/2017, às 17h45.

⁵ Ambas as páginas apresentavam alto fluxo interacional nos meses investigados. Em alguns *posts* da comunidade “Moça, você é machista”, as reações chegavam 10 mil, os comentários a mais de 800 e os compartilhamentos a 30 mil. Já na comunidade “Diários de uma feminista”, alguns *posts* atingiram mais de 5 mil reações, mais de 500 comentários e de mil compartilhamentos.

Language ideology é apreendido por Woolard (1998), portanto, em sua relação com um conjunto de crenças e noções compartilhadas sobre a estrutura e racionalização de uma língua, em suas articulações com os aspectos socioculturais. Nesse sentido, a autora lembra que o termo pode ser tomado como “ideologia linguística”, “ideologia de língua” ou “ideologia de linguagem”, formas que ela compreende como intercambiáveis, embora algumas tradições de uso estabeleçam separação entre elas. No caso deste trabalho, interessa-nos particularmente uma tradição de estudos, advindos da antropologia linguística, que se concentra na ideia de ideologia linguística, focalizando a análise de estruturas linguísticas em seus aspectos sociais e discursivos. Em geral, tais estudos tomam por base o conceito de metapragmática, que se apresenta tanto por meio de comentários explícitos quanto de comentários implícitos na reflexão e no uso da linguagem (SILVERSTEIN, 1979).

Em trabalho mais recente, publicado no Brasil, Moita Lopes (2013, p. 20) chamou a atenção para a natureza discursiva da língua, discutindo o conceito de ideologia linguística a partir de sua relação com os modelos socioculturais da linguagem em uso pelos falantes e escritores do “português no nosso caso” e do português dos estudiosos do campo da linguagem. Para o autor, “as ideologias linguísticas são múltiplas e advém de perspectivas políticas, culturais e econômicas específicas” (MOITA LOPES, 2013, p. 21), estruturando-se a partir de práticas sócio-historicamente situadas e relacionadas inclusive às perspectivas epistemológicas de seu tempo. Em assim sendo, defende o autor, as ideologias linguísticas podem responder a interesses de grupos sociais específicos e só podem ser apreendidas localmente. Desse modo, “qualificar um modo de falar de língua é uma decisão política, um dado antropológico, um produto ideológico por excelência” (BAGNO, 2013, p. 323).

Para Signorini (2008, p.119), as ideologias linguísticas são sistemas culturais de ideias e de crenças que fazem parte das nossas práticas sociais e que os falantes articulam para avaliar o uso linguístico, do ponto de vista moral e político, de tal forma que elas acabam por delimitar “a inclusão/exclusão dos falantes em redes, práticas e instituições”. Elas se relacionam, portanto, aos discursos de função metapragmática, ou seja, aqueles que, de forma direta ou indireta, explícita ou implícita, acabam por “descrever, avaliar, condicionar e orientar” os usos da língua em interações sociais (SIGNORINI, 2008, p.117). Para a autora,

as metapragmáticas da língua em uso num dado espaço/tempo são sempre heterogêneas e dinâmicas em diferentes graus porque resultam da sinergia de um aglomerado de fatores inter-relacionados, que vão desde a propriedade reflexiva da própria língua, associada às capacidades metalinguística e metacomunicativa dos falantes, até as dimensão sócio-histórico-cultural e político-ideológica das práticas de uso oral e escrito da língua e dos discursos sobre como são/como devem ser os usos linguísticos na interação social. (SIGNORINI, 2008, p.119).

São essas metapragmáticas, segundo a autora, que orientam as disputas político-ideológicas que compõem as avaliações dos falantes sobre a língua em uso nas interações. Sejam tais disputas explicitadas ou não, elas respondem por descrever e regulamentar o que tem ou não valor, é ou não adequado, pode ou não ser dito/escrito por determinadas pessoas ou grupos, em função das “circunstâncias contextuais” e de redes sociais de poder e de autoridade (SIGNORINI, 2008).

As disputas de natureza político-ideológica que ocorrem em interações especificamente localizadas, das quais trata a autora, evidenciam o caráter de ação social (BAUMAN; BRIGGS, 1990) da língua em uso. Sendo esta de natureza espaço-temporal situada, política e ideológica, sua natureza reflexiva torna-se essencial para que se possa agir com a língua e sobre ela, em diversas situações sociointeracionais do nosso dia a dia (SIGNORINI, 2008). No que segue, tratamos particularmente de disputas discursivas e de ações reflexivas de uso da língua denominadas “conflitos” e “ataques metapragmáticos”.

“Conflitos” e “ataques metapragmáticos”

Conforme lembrou Briggs (1996), o processo de diferenciar um “Outro” a partir de um “Eu” é crucial não apenas para a construção de identidades, mas também para a organização de comunidades. Nas páginas ativistas do Facebook investigadas, as disputas discursivas exibem claramente esse processo, em um contexto de confronto por meio do qual os participantes (re)negociam, a todo tempo, o seu universo social, (re)definindo e (des)construindo suas identidades sexuadas e generificadas no contato com a alteridade (BIONDO; SIGNORINI, 2015).

Tais páginas chamam a atenção, portanto, para o que Briggs (1996) nomeou “conflitos” discursivos. Para o autor, é o processo conflituoso, o impasse, que importa para a exibição das formações sociais: “é no contexto do confronto - quando as pessoas negociam seu universo social e entram no discurso sobre isso - que o caráter desse sistema é revelado” (BRIGGS, 1996, p.5). A negociação do universo social via embates/conflitos ideológicos que se dão na interação social é discutida por Briggs (1996) também em relação ao caráter de ação social impresso no uso da linguagem. Nesse sentido, o autor fala da necessidade de que se compreenda, em definitivo, que o uso da linguagem não apenas reflete, mas também constitui relações de poder e de dominação. Isso pode ser identificado observando-se as estratégias de manipulação utilizadas por interactantes no conflito, de forma consciente ou não, para atingir interesses que lhe são próprios, por um lado, e para estabelecer normas e regras, por outro.

Um caso ilustrativo dessas estratégias de dominação sociointeracionais é apresentado por Jacquemet (1994), ao lidar com o contexto de tribunal. Como mostra o autor, os participantes de um embate no tribunal geralmente fazem grandes malabarismos no uso da linguagem, visando estrategicamente proteger sua própria face ou derrubar um oponente. O fazem, ainda, imbuídos de valores comunitários locais, códigos de honra e demais

recursos que são mobilizados com o objetivo de embutir credibilidade ao que se diz e dominar a interação. Nesses casos, os envolvidos recorrem a recursos sociointeracionais e a valores culturais, usando conceitos sociais como o de masculinidade, por exemplo, para galgar respeito e gerenciar as impressões desejadas. Em geral, o fazem a partir do que Jacquemet (1994) nomeou “ataques metapragmáticos”, em performances de linguagem organizadas em função de determinadas ideologias. Ao produzir seus efeitos na consciência do falante individual e na percepção das relações interpessoais, alguns usos linguísticos se revelam como uma verdadeira “exibição ideológica”, funcionando, em alguns contextos, como um “ataque metapragmático”.

Mas, para que um comentário metalinguístico possa ser considerado como um ataque metapragmático, é preciso avaliar seu efeito perlocutivo na situação específica em que ocorre. Apenas a intenção do falante não é suficiente; é preciso que o destinatário ou o público reconheça, na conversa (de forma direta) ou por meio de posturas afetivas (forma indireta), as mudanças comunicativas em jogo (como o silêncio, a retirada/ruptura interacional, ou reações dramáticas, etc.) para que se tenha, de fato, um evento metapragmático (JACQUEMET, 1994).

De todo modo, são os recursos explícitos de metalinguagem, sejam eles reconhecidos como ataques metapragmáticos ou não, que moldam e estruturam o contexto situacional a partir do qual interpretamos a realidade social. Trata-se de ação que envolve a definição de limites comunicativos responsáveis por determinar “quem está ‘dentro’ e quem está ‘fora’ (identidade social), quem ‘tem’ e quem não ‘tem’ (variações sociais e de classe), quem ‘pode’ e quem não ‘pode’ (estrutura de poder)”, como bem lembrou Jacquemet (1994, p.303).

Ideologias de gênero e performatividade

Em um contexto sociocultural caracterizado pela transitoriedade e incompletude das identidades, facilmente identificável no acentuado contato com a alteridade que configura os espaços-tempos da globalização, as comunidades feministas do Facebook trazidas para discussão neste trabalho são representativas da multiplicidade de discursos, culturas e sociabilidades que entram em confronto e (re)definem identidades em tais espaços-tempos (BIONDO, 2015).

Para Moita Lopes (2010), sobretudo por conta da internet, que amplia as possibilidades de contato com o Outro, está se tornando a cada dia mais difícil reduzir as identidades a significados únicos, sendo necessário compreendê-las a partir de uma complexidade de posicionamentos, desestabilizando categorias essencialistas e caminhando para um movimento de “pós-identidades”. É nessa direção que caminha a epistemologia feminista pós-moderna, ao promover a desestabilização das categorias de mulher, gênero e patriarcado e ao problematizar as noções de poder que as constituem (SARDENBERG, 2002; NARVAZ; KOLLER, 2006, entre outros).

Enquanto vertente do feminismo pós-moderno, a teoria da *performatividade* do gênero (BUTLER, 2003[1990]; LOURO, 2008; MOITA LOPES, 2007) permite um olhar para a identidade em sua relação com a linguagem, pois se desenvolveu fundamentada na teoria dos atos de fala de Austin (1962) e em seus desdobramentos nas teorias da performance, que ganharam destaque nos anos 70/80. Compreender o uso da linguagem como ação social implica, entre outras coisas, na valorização do significado indicial, em detrimento do referencial ou simbólico, em um olhar atento às relações entre contexto micro e macro de processos comunicativos, aos usos dinâmicos e situados da língua. Abre-se espaço, portanto, à investigação de significados outros que não os já fixados pela tradição etnocêntrica ocidental, permitindo o questionamento da ordem hegemônica sobre língua(gem) e sociedade (BAUMAN; BRIGGS, 1990).

É sob essa perspectiva que atua a teoria da performatividade de gênero, questionando a “norma de inteligibilidade do gênero” (BUTLER, 2003[1990], p. 39) fixada pela cultura moderna, que busca estabelecer uma relação objetiva entre sexo, gênero e comportamento social: se alguém nasce “mulher”, deve ter comportamento e traços tidos como “femininos” e se relacionar com um “homem”. Essa norma é subvertida por Butler (2003[1990]) quando ela afirma que as identidades de gênero não existem de forma independente da ação social, mas só podem ser construídas performativamente, por meios dessas ações e das estruturas de poder que as sustentam: “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003[1990], p. 48).

Assim, mesmo que em uma determinada cultura algumas identidades de gênero não sejam consideradas “lógicas”, por conta da norma estabelecida, é a existência dessa mesma norma que permite que a subvertamos, questionando suas regulações e apresentando outras vias para pensar identidades de gênero. Dessa forma, tais identidades só podem ser tomadas no interior das expressões ideológicas em que estão imersas – sejam essas expressões binaristas e compulsórias (macho/fêmea; homem/mulher; heterossexual/homossexual); sejam elas transcendentais, movidas por instabilidades, por ressignificações e pelo questionamento da formação de poder que sustenta a hierarquia dos gêneros.

De todo modo, as expressões e construções de gênero costumam ser guiadas por performances de linguagem, segundo Butler (2003[1990]). Para a autora, ao enunciarmos “é uma menina”, quando do nascimento de um bebê, estamos agindo nomeando essa criança e iniciando um processo de “ser menina” no mundo social. Abre-se, então, um conjunto de pressupostos ideológicos sobre a mulher que passam a regular sua existência, pautados em normas e em regras pré-definidas para este lado do binário. Já ao ensaiar outras possibilidades (performances) para o ser mulher, amplia-se o campo para a subversão e a ressignificação dessas normas. Sob tal perspectiva, o gênero é sempre uma construção, sujeito a instabilidades, e se dá ao longo de toda uma vida, continuamente, de modo infundável. Essa construção, por sua vez, ocorre por

meio de diversas experiências de aprendizagens e de práticas sociais, num processo que é “minucioso, sutil, sempre inacabado” (LOURO, 2008, p.18).

Embates metapragmáticos nas páginas feministas

Os participantes das interações nas páginas do Facebook investigadas, em geral fazem malabarismos com dois tipos de estratégias: as que servem para afirmar e defender os propósitos e ideais ativistas dessas páginas e as que se direcionam a questionar e a desestabilizar esses ideais. Tais estratégias se organizam por meio de diversos recursos metadiscursivos, que vão desde a retomada e avaliação de enunciados anteriores feitos por um mesmo participante até observações e críticas a enunciados escritos por outros participantes. Em última instância, elas respondem ainda pela dinâmica interacional desses espaços, que, segundo observaram Biondo e Signorini (2015), caracterizam-se pela disputa e pela acomodação de opiniões, crenças e visões de mundo, nas muitas tentativas de (des)estabilização de noções essencialistas sobre o que é culturalmente permitido ao ser homem e ao ser mulher em nossa sociedade.

Nesses embates, observamos que os participantes se utilizam de códigos socioculturais sobre as questões de identidade tematizadas nas páginas, de códigos estabelecidos nas próprias páginas e de estratégias comunicativas relacionadas ao ideal de “credibilidade”, para alcançar três objetivos interrelacionados: dar confiabilidade a argumentos apresentados; desautorizar argumentos; dominar a interação. E, para atingir esses objetivos, lançam mão de variados dispositivos socioculturais, em performances linguísticas organizadas em função das conotações ideológicas impressas nas páginas. Para analisar tais dispositivos e performances na enunciação estabelecida nas páginas feministas, pautamo-nos, ainda, no conceito de indexicalidade, o qual permite indicar a relação entre tais performances, seus aspectos discursivos e os aspectos históricos, sociais e culturais que mobilizam e aos quais dão visibilidade (BLOMMAERT, 2006).

A indexicalização é um construto teórico-analítico por meio do qual podem se analisar os recursos semióticos como índices, guiando o processo de significação simultaneamente por meio de escalas micro e macro contextuais. Assim, conforme Silverstein (2003), as marcas/índices linguísticos passíveis de serem apreendidos localmente na enunciação sinalizam as ações dos participantes nela envolvidos, e estão sempre pautadas por convenções e projeções de natureza textual, semiótica e social. A interpretação de uma determinada situação discursiva é, portanto, sempre contextualizada, e sinaliza (indexica) aspectos culturais locais e compartilhados. Dessa forma, o que chamamos de “fato indexical” relaciona-se com as normas de uso e as regras sociais indicadas por determinados signos, pois todo e qualquer signo indexical é capaz de criar e de pressupor contextos específicos, apontando para tais contextos e para as regularizações que os caracterizam (SILVERSTEIN, 2003).

Dois dos dispositivos socioculturais apreensíveis via indexicalidade mais utilizados pelos participantes das comunidades feministas, e que nos interessam particularmente

aqui, são: 1) os ligados aos conceitos sociais de masculinidade/feminilidade; 2) os relacionados ao ideal de língua padrão e de correção linguística. Ambos são valores culturais bastante recorrentes nas estratégias comunicativas desses espaços, servindo tanto ao objetivo de dar confiabilidade quanto de desabonar opiniões e argumentos. É o que demonstra o exemplo abaixo, transcrito da página “Moça, você é machista”:

Figura 1 – Publicação feita pelo moderador da página “Moça, você é machista”.



Fonte: <https://www.facebook.com/MocaVoceEMachista/>. Acesso em: 14 out. 2017.

Exemplo 1 - comentários⁶

Tadeu: Nao tenho nenhum amigo q tem filhos, nenhum caiu no golpe da barriga 😊

Talita: Adivinha pq nenhum dos seus amigos têm filhos 😊,)

Caren: Queridinho, Punheta não engravida ninguém. Todo mundo sabe que seus abiguinhos bolsominions são virgens e provavelmente nunca deixarão de ser. E não adianta descarregar a frustração de vocês nas mulheres, eu sei que é mais fácil culpar as feministas, a internet, a sociedade mas não adianta tapar o sol com a peneira: vocês são ridículos e mesmo que conseguissem uma mulher para transar não saberiam o que fazer com ela nos 10 segundos de empolgação. Agora vai fazer o dever de casa antes que mamy te coloque de castigo. Paspalho.

Denise: Migo, é porque comer o bumbunzinho dos parça não engravida ninguém.

Tadeu: Oi? Kkkkkkkkkm quando a sexualidade entrou em pauta? Que legal, só falar algo pra uma fêmea mimizenta q não concorda, q os comentarios sobre sexualidade começa kkkkkkkk como se gay nao tivesse amigos heteros... melhorem femeas frustradas

Carla: Jesus....a humanidade está realmente perdida... golpe da barriga, fêmeas frustada. Deus, me diga por que não criou limite para ignorância e intolerância humana?

⁶ A partir dos critérios de exclusão de comentários semelhantes e dos que fugiam à temática do *post*, transcrevemos apenas alguns dos 62 comentários feitos a esse *post*, de 27 de junho a 8 de outubro de 2017. A partir desses critérios e por questão de espaço, também omitimos partes de alguns comentários, marcando a omissão por: [...]. Todos os nomes dos participantes foram substituídos e os comentários transcritos da mesma forma como aparecem nos originais.

Helena: Para de falar merda fio. Golpe da barriga? Coitados de vcs, tão inocentes! Nem sabem como se faz um filho, como se evita...

Tadeu: Quem nao sabe evitar filho é burro... coitada das mulheres, nunca engravidaram pra segurar macho ne?! So na minha sala conheço umas 5 ... macho burro tem q se fuder msm

Deise: BURN!

Ana: Uma pessoa de minoria (gay) destilando preconceito. Menino, você precisa aprender a viver! Reseta esse ódio de mulher pq tá bem deplorável.

Tadeu: Deplorável quando uma “minoria” acha q todaa tem q swr igual, colocando sempre essa “minoria” como santa imaculada... daí quando tu fala q mulher nao é santa, que existe mulher tão sem vergonha quanto homem, é odio por mulher... santa paciência

Ana: Não imaculei nada. Só penso que quem sente na pele o preconceito instaurado socialmente pelo que é simples e fisiologicamente poderia ter mais empatia. Você não falou que mulher não é santa, você taxou as mulheres de serem tão dependentes de macho a ponto de dar ‘golpe’ da barriga. Te contar, Você é muito jovem ainda, dá tempo de ter empatia e também de entender que as mulheres não concentram a sua vida em dar golpe em omi ou fazer deles o centro de suas vidas. Beijás

Tadeu: Ana vc sabe que existe casos de mulher engravidar pra segurar macho, e não são poucos... como eu disse na minha sala são 5... dois dos casos sao bem.proximos a mim, mas o que vcs gostam de fazer é colocar a mulher como santa e o homem o malvadao... igual os próprios gays, gays santos e heteros malvadao, gay provoca ate levar uma coça, pra depois gritar homofobia... exiate sim motivação diferente pra violência em gays e mulheres... mas eles participar dessa “minoria” não faz eles santos. Empatia eu tenho com a dona maria q apanhou do marido, da melissa que está na prostituição por falta de oportunidade, pq uma mulher trans na empresa, estraga a empresa, para o próprio feminismo que se fala tanto de empatia, ridicularizar falando q é um homem maquiado e vai chamar ela por nome social sim...

Vânia: Golpe da barriga é ótimo kakakaa ta bom criança. Você já provou que é um dos homens citados. Toma aqui seu biscoitinho

Ana: Minha Deusa, vai aprender a escrever suas opiniões e depois você volta. Nem entendi nada do que você disse acima. Como disse a moça, pega teu biscoitinho de macho, um leite quente e vai nanar criança.

Tadeu: Mímimi vai aprender a escrever kkkk alem de td é sinica kkkkkkk

Ana: Cínica 🤔😏

Tadeu: Como vc preferir 😊

Anita: Tô vendo o golpe da barriga onde o pai do bebê mora com os pais, não tem ensino médio, não tem emprego e não tem onde cair morto... puta golpe da barriga esse!!! Kkkkkk 🙄

Tadeu: O golpe da barriga é so algo financeiro? Kkkkkkkkk

Ivo: Vcs são todos muito mal educados viu, que discussão horrível de ler...

Tadeu: Ivo a minha educação depende da sua educação...

No exemplo, a postagem compartilhada pelo moderador em junho de 2017 inicia uma discussão sobre a temática do aborto, dirigindo-se em forma de deboche aos homens que estavam se manifestando contrários na página. O deboche pode ser inferido pela escolha da construção lexical não reconhecida HOMI (variante OMI), muito comumente utilizada nas comunidades para se referir aos homens considerados machistas e imaturos. A imaturidade é um valor social da ordem de indexicalidade bastante mobilizado, aliás, na discussão que se segue, conforme se pode ver nos comentários transcritos acima, em que as participantes Caren, Denise, Ana e Vânia se valem de recursos linguísticos como o diminutivo (“abiquinhos”, “bumbunzinho”, “biscoitinho”) e de elementos que remetem ao campo semântico da infância (“leite quente”, “amiguinhos”, “nanar”, “criança”, “mammy” e “bolsominions”) para desacreditar os argumentos de Tadeu, tido como um exemplo de “omi” (“Você já provou que é um dos homens citados”) a que se dirigem muitos dos comentários da comunidade – os que se opõem às ideias nela defendidas, em geral por mulheres, e que são considerados machistas.

É Tadeu, aliás, quem garante a instauração do conflito discursivo, logo no primeiro comentário ao *post*, ao se posicionar contrariamente aos ideias da comunidade e mobilizar uma expressão bastante usada para ofender as mulheres, acusadas de engravidar para “dar um golpe” – no caso, “segurar” um homem (“Nao tenho nenhum amigo q tem filhos, nenhum caiu no golpe da barriga 😊”). E, em outros momentos da discussão, ao utilizar de outras expressões que significam nessa direção, indexicando valores machistas que remetem à cultura patriarcal (“segurar macho”; “mulher não é santa”; “santa imaculada”; “macho burro”) ou às acusações em geral feitas a mulheres feministas (“fêmea mimizenta”; “femeas frustradas”).

Em forma de reação aos comentários de Tadeu, Talita, Caren, Denise, Helena, Carla, Deise, Ana e Vânia recorrem a recursos linguísticos e interacionais diversos, na tentativa de desacreditar o “omi” que provocou o conflito, quando desestabilizou o argumento do *post*. Além do uso do diminutivo, chama a atenção o recurso aos valores da ordem de indexicalidade de ignorância e de intolerância humana, utilizado por Carla (“Deus, me diga por que não criou limite para ignorância e intolerância humana?”); da inversão de responsabilidades tradicionalmente atribuídas à mulher, na cultura do patriarcado, como se vê no próprio *post* feito pela moderadora, que levanta a questão da corresponsabilidade do homem pelos seus filhos (“Quando um amiguinho de vcs diz q não vai assumir filho ou atrasa pensão vcs também fazem esse escândalo?”); da referência ao conceito de misoginia, feita por Ana (“Reseta esse ódio de mulher pq tá bem deplorável”).

O recurso ao diminutivo e ao próprio valor de imaturidade, por sua vez, relaciona-se a um outro valor indexical, extremamente mobilizado nas comunidades feministas estudadas: o de masculinidade. No exemplo transcrito da comunidade Você é machista, toda a discussão é enquadrada em forma de “ataque” à masculinidade de Tadeu e de seus “amiguinhos”, não apenas pelo uso do diminutivo, mas também pelo questionamento

de suas “performances” sexuais, por Caren (“seus abiquinhos bolsominions são virgens e provavelmente nunca deixarão de ser; mesmo que conseguissem uma mulher para transar não saberiam o que fazer com ela nos 10 segundos de empolgação”) e, sobretudo, pelo uso do gênero marcado, por Ana, para se dirigir a Tadeu (“Minha Deusa”). No caso deste último recurso, que nos interessa mais particularmente aqui, ao violar claramente uma regra da língua portuguesa que é, em si mesma, reveladora de normatizações linguísticas e sociais de gênero, o comentário de Ana funciona como um “ataque metapragmático”, aludindo à masculinidade de Tadeu e funcionando como afronta às religiões conservadoras, que costumam representar Deus como figura masculina. Convencionalmente, o gênero gramatical não marcado é um índice linguístico morfológico normalmente utilizado para referir-se a sujeitos do sexo masculino, enquanto o gênero marcado, por desinência, convencionou-se como referência a sujeitos do sexo feminino. Ao violar essa regra, chama-se a atenção para o valor indexicalizado de feminilidade tradicionalmente relacionado pejorativamente aos homossexuais e para o valor cristão da figura masculina.

O ataque metapragmático é estabelecido ainda, por Ana, no mesmo comentário em que se dirige no feminino a Tadeu, quando ela faz uso explicitamente de um outro valor de indexicalidade para questionar e desacreditar os argumentos de seu interlocutor: o de normalização/correção linguística. Nesse caso, chama a atenção o fato de Ana relacionar a capacidade de Tadeu de escrever coerentemente suas opiniões e o direito que ele tem de participar da discussão/da comunidade (“vai aprender a escrever suas opiniões e depois você volta”), bem como a avaliação pessoal que ela faz da forma como Tadeu escreve, com base em sua própria capacidade de compreensão (“Nem entendi nada do que você disse acima”). Nesse momento, fica claro que ideologias linguísticas de correção e purismo da língua, tradicionalmente escolarizadas, relacionam-se às ideologias de gênero nas comunidades investigadas, de modo a estabelecer que aqueles que não dominam a ordem hegemônica de correção linguística também não dominariam, automaticamente, questões ideológicas e conhecimentos sobre gênero e sexualidade.

Os ataques metapragmáticos são confirmados ainda na conversa, pelo próprio destinatário, quando Tadeu retoma o comentário de Ana, debochando e acusando-a de cinismo (“Mimimi vai aprender a escrever kkkk além de td é sinica kkkkkk”). Logo na sequência, porém, Ana volta a corrigir a escrita de Tadeu, dessa vez recorrendo a uma regulamentação grafocêntrica/ortográfica para mostrar que a palavra usada por Tadeu para xingá-la deve ser escrita com a letra C e com acento gráfico na vogal i (“Cínica 🤪”). O faz, ainda, de forma debochada, como se infere pelo uso do emoji com a piscadinha.

A partir desse momento, a discussão se enfraquece e são feitos apenas quatro ou cinco comentários curtos e sem grandes argumentações ou ataques, até que ela se encerre, como se pode ver nas transcrições dos comentários. Assim como em vários outros exemplos de interações nas comunidades investigadas, esse é um desdobramento bastante comum: os ataques metapragmáticos desestabilizam a discussão e, embora sejam feitas tentativas de mantê-la em terreno firme, pela utilização de discursos de autoridade, exemplos,

elementos espaciais e temporais da ordem do real e “confiável”, entre outros, em geral eles levam a um enquadre da conversa no nível da passionalidade, com xingamentos, deboches, pouca argumentação e retirada interacional de interlocutores. Isso é ainda mais evidente, nas páginas feministas, quando os ataques remetem explicitamente a valores da ordem de indexicalidade correção e normalização linguística. Esses, em geral, respondem também por uma tentativa de definir quem tem e quem não tem o “direito” de participar das interações nesses espaços-tempos da globalização.

Curioso notar, nesses casos, que geralmente o uso da ideologia linguística de correção e normalização é mobilizado indexicalmente justamente pelas feministas e defensoras dos valores das comunidades. Do mesmo modo, são elas que, normalmente, estabelecem os ataques metapragmáticos – embora quase sempre em defesa, a partir da instauração de um conflito discursivo pelos que se enquadram contrariamente aos ideais feministas. Contrariando a própria dinâmica da pluralidade que orienta e constitui as lutas pela subversão das noções hegemônicas de gênero em espaços ativistas, a língua é tomada, pelas feministas, de modo totalitário e homogêneo, remetendo a uma ideologia linguística pautada em valores normativos e escolarizados. Parece-nos, portanto, que a defesa da pluralidade e a resistência à ordem hegemônica estabelecida, nesses espaços, ainda não chegou na língua.

Figura 2 – Publicação feita pelo moderador da página “Diários de uma feminista”.



Fonte: <https://www.facebook.com/diariosdeumafeminista/>. Acesso em: 14 out. 2017.

Exemplo 2 - comentários⁷

Valmir: 30%????? Fonte: carta capital, quebrando o tabu, blablabla...

Beatriz: Quem é a senhorita pra desmerecer o trabalho dos funcionários da carta capital?

Valmir: É “senhor”, Beatriz. Eu sei q vcs são confusos com a própria sexualidade e como devem tratar os gêneros, com suas doenças mentais de esquerda, mas pela foto percebe-se que sou homem. O “trabalho” da Carta Capital é lamber e polir o saco do Lula e promover toda agenda da esquerda no Brasil. Não estou desmerecendo, eles fazem o trabalho muito bem, criando desinformação, mentindo, caluniando pessoas, espalhando cultura de esgoto.

Beatriz: E a senhora pode provar essa acusação sobre eles?

Valmir: Beatriz, não enquanto vc não aprender a ter algum respeito. Vcs exigem respeito, mas na hora de se dirigir a uma pessoa ficam com essa porrinha... se falar comigo direito, falo com vc direito. Se continuar a faltar com respeito, vá à merda.

Beatriz: Enquanto vc for escrota eu vou debochar da sua cara 🙄💔 Além do seu argumento vir apenas do fato de não concordarem com a sua visão política, vc não é absolutamente ngm com intelecto e conhecimento o suficiente pra falar assim de alguém que estudou pra fazer o que faz. Se manque, imunda.

Valmir: Beatriz, ok, eu vou dar a sua resposta, mesmo vc sendo uma escrota do caralho e faltando com respeito, só pq é divertido fazer vcs passarem vergonha. Todo mundo sabe que a porra da Carta Capital é esquerdista. Quer falar de intelecto? <https://oglobo.globo.com/.../odebrecht-emprestou-verba...>

Valmir: Folha tb noticiou, seu animal. <http://www1.folha.uol.com.br/.../1875168-lula-e-mantega...>

Beatriz: Entao pq a carta capital é de esquerda eles tem menos créditos que a palavra de um professor de piano? ATA LKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKKK

Beatriz: Como provar que a carta capital nao tem credibilidade: Pega uma notícia dizendo que em 2007 um político ajudou financeiramente.

Valmir: Foi no meu perfil pessoal fuçar minha vida???? huahuahua vc é mais vulgar e escrota do que esperava! Eu não sou o assunto, retardada! Eu não tenho site, não promovo porra nenhuma! Foda-se se sou professor de piano, esse não é o argumento. Vc reclamou que queria que eu provasse a acusação, eu dou a prova e vc muda o argumento pra quem tem mais crédito!!!! Caralho, é de fuder a lógica heim!!!! Quem recebe propina NÃO TEM CRÉDITO, sua imoral cretina, não interessa minha vida particular, eu não perguntei a sua, quero q vc se foda, se for professora ou prostituta, caguei. Queria a prova, tá aí.

Beatriz: Muito prostituta sim ❤️💔 Na vdd vc nn provou absolutamente nd. E o que ser vulgar tem a ver com abrir uma ft de perfil e ler comentários?

⁷ Usando os mesmos critérios de seleção do exemplo 1, transcrevemos apenas parte dos 32 comentários feitos, de 19 a 20 de setembro, no *post*.

Valmir: Beatriz “um político”?? Vc é analfabeta ou só cretina mesmo? Eu disse q a revista puxa saco do Lula e tem delação mostrando que Lula deu dinheiro. Não é “um político” qualquer, vc pode fingir demência, mas não é um político qualquer. Bom, já dei atenção demais pra vc. Estava sendo babaca, e mesmo assim respondi, vc conseguiu ser mais babaca e mudou o argumento por pura diarréia mental.

Beatriz: O dia que vc conseguir provar realmente que os funcionários da carta capital dão notícias falsas vc vai poder TENTAR debater. E pq ficou tão putinha? Tá infeliz com a sua vizinha de professor?

Beatriz: Ue gente, Lula não é político não? Que estranho

Valmir: Tem tudo a ver. O debate só é debate no campo das ideias. Qd vc começa a fuçar a vida das pessoas pra ter argumento, vc é um animal baixo, vulgar, e burro que não tem capacidade de argumentar sobre o assunto, acha q tem q vencer pela depredação pessoal. Enfim. A prova tá aí. Não gostou, enfia o dedo e se rasga. Não tenho mais o q responder pra vc. Adios.

Beatriz: “Diarréia mental” BERRO

Como uma pessoa tão tapada consegue ensinar algo a alguém? KKKKKKKKKKKKKKKL

Beatriz: Ta ofendido pq professor não tem a capacidade de se meter em assunto de jornalista?

Beatriz: O mais engraçado é vc falar que eu sou vulgar por ir olhar seu perfil mas veio numa Page feminista só pra causar briga.

Beatriz: Professor tao bom que não tem nd melhor pra fazer numa manhã de quarta feira além de brigar no facebook (?)

No exemplo 2, o embate é estabelecido apenas entre dois participantes da comunidade: Valmir e Beatriz. De modo diferente ao que ocorre no exemplo 1, nesse caso o “ataque metapragmático” ocorre já no início da interação, quando Beatriz reage ao comentário de Valmir, que instaura o conflito discursivo questionando a credibilidade da informação apresentada pelo moderador da comunidade (“30%????? Fonte: carta capital, quebrando o tabu, blablabla...”). A reação de Beatriz ocorre via ataque metapragmático quando ela mobiliza o valor da ordem de indexicalidade masculinidade/feminilidade, quebrando a regra gramatical que estabelece o uso do gênero não marcado para o masculino e utilizando deliberadamente o gênero marcado (normativamente estabelecido para o feminino) para se dirigir a Valmir (“Quem é a senhoriga”), de forma a atacar sua masculinidade e desacreditar seus argumentos, a exemplo do que costuma ocorrer nesses espaços-tempos.

O ataque é confirmado imediatamente na sequência interacional, pela reação de Valmir, que não apenas corrige explicitamente Beatriz (“É “senhor”, Beatriz”), mas também se vale do fato de ela ter subvertido a regra linguístico-gramatical de gênero para relacionar essa subversão à da norma identitária de gênero/sexualidade socialmente estabelecida (“Eu sei q vcs são confusos com a própria sexualidade e como devem tratar os gêneros”). Nesse momento, ideologias de gênero e ideologias linguísticas se

relacionam explicitamente, uma vez que, para Valmir, do mesmo modo que Beatriz subverte a norma linguística estabelecida para o gênero gramatical, ao usar a desinência de feminino para se referir a um sujeito tido como do sexo masculino, ela também subverte a norma de gênero e sexualidade estabelecida pela tradição – a que seria bem estabelecida e não permitiria “confusões” na forma de “tratar os gêneros”. O participante busca reafirmar sua masculinidade e sua posição contrária a essas subversões (“mas pela foto percebe-se que sou homem”). Beatriz, por sua vez, mantém-se em seu posicionamento e continua a dirigir-se a Valmir com o uso do gênero marcado, como se verifica em outros momentos da interação (“senhora”, “escrota”, “imunda”, “putinha”).

Valmir associa tais subversões, ainda, a uma postura política esquerdista (“com suas doenças mentais de esquerda”) – algo também bastante comum nas comunidades estudadas, em que se associam as posições feministas a uma ideologia político partidária de esquerda. Esta ideologia, aliás, parece incomodar Valmir ainda mais que os ataques metapragmáticos. Tanto o é que quando a participante feminista instaura outro ataque metapragmático, relacionado aos padrões linguísticos e de conhecimento intelectualmente “aceitos” pela ordem social escolarizada (padrões aos quais, inclusive, as próprias feministas costumam se alinhar, conforme vimos mostrando), ele não revida o ataque a partir do questionamento desses padrões, mas sim por ideologia político partidária. É o que ocorre quando Beatriz diz que ele não “estudou” e, portanto, não teria o direito de se posicionar, de opinar sobre os assuntos em discussão (“vc não é absolutamente ngm com intelecto e conhecimento o suficiente pra falar assim de alguém que estudou pra fazer o que faz”) e isso passa batido por Valmir, que volta a enquadrar a discussão no campo das ideologias partidárias (“Todo mundo sabe que a porra da Carta Capital é esquerdista”). Parece-nos, portanto, que também para os contrários aos ideais defendidos na comunidade há maior invisibilidade quando a questão é o ataque aos ideais de conhecimento/escolaridade tradicionalmente estabelecidos.

Chama a atenção ainda, nesse exemplo, o fato de que o ataque metapragmático, instaurado desde o início do embate, como forma de reação ao conflito discursivo iniciado por Valmir, desestabiliza e enfraquece todo o restante da interação, que passa a se estruturar basicamente por meio de xingamentos, tanto de Valmir (“vá à merda”; “escrota do caralho”; “retardada”; “imoral”; “cretina” etc.), quanto de Beatriz (“escrota”; “imunda”; “putinha” etc.). Ao ter sua masculinidade atacada, Valmir sente o ataque, explicita-o e se desestabiliza interacionalmente, agindo de forma passional ao mesmo tempo em que busca restabelecer o poder interacional, recorrendo a fontes que considera mais confiáveis que a apresentada pelo moderador (“<https://oglobo.globo.com/.../odebrecht-emprestou-verba...>”; “Folha tb noticiou, seu animal <http://www1.folha.uol.com.br/.../1875168-lula-e-mantega...>”), de forma a mobilizar discursos de autoridade e a se alinhar a uma ideologia político partidária contrária à que ele relaciona com os “doentes mentais” (“com suas doenças mentais de esquerda”) – ou seja, os defensores da pluralidade de gênero.

Nesse momento, uma vez mais, vemos as relações entre questões ideológicas ligadas ao gênero e outras ordens hegemônicas estabelecidas em nossa sociedade. Isso porque,

ao dizer que as feministas/esquerdistas são confusas com “a própria sexualidade” e com a forma de “tratar os gêneros”, com suas “doenças mentais”, o participante mobiliza valores da ordem de indexicalidade da homossexualidade ou qualquer subversão à norma tradicional do gênero como doença. Como sabemos, trata-se de valor bastante difundido, atualmente, pelas forças reacionárias que se opõem fortemente aos estudiosos do gênero e a todos aqueles que o tomam em perspectiva flexível e performativa.

O recurso aos discursos de autoridade e às ideologias político partidárias, porém, não é suficiente para que Valmir restabeleça o poder interacional, e a discussão se mantém enfraquecida em termos de argumentos até que se encerre, com a retirada interacional do participante Valmir (“Adios”). Como ocorre no exemplo 1 e em vários outros exemplos das comunidades, portanto, os ataques metapragmáticos costumam fortalecer os conflitos discursivos, enfraquecer a utilização de argumentos, aumentar a propensão ao uso de discursos de autoridade e, principalmente, enquadrar as interações no campo da passionalidade, por meio do uso de muitos vocábulos de conotação pejorativa e de retiradas interacionais de interlocutores.

Tais movimentos, parece-nos, revelam muitas das relações, estabelecidas nas comunidades ativistas investigadas, entre ideologias linguísticas e ideologias identitárias de gênero e de sexualidade, sobretudo no que se refere às: aproximações entre subversão de gênero e subversão da língua; aproximações entre ignorância linguística (e intelectual) e ignorância sobre questões de gênero e, finalmente, contradições entre o resistir às hegemonias de gênero e o reforçar de estruturas hegemônicas sobre a língua.

Considerações finais

Neste trabalho, trouxemos para discussão dois exemplos dos muitos embates estabelecidos nas comunidades ativistas de gênero do Facebook que vimos investigando desde 2013, em uma pesquisa de natureza etnográfica virtual. Com nova questão de investigação, que começou a se desenhar no final de 2015, focalizamos a função metapragmática que alguns comentários dos participantes dessas comunidades assumem, ao revelar ideologias de língua(gem) pautadas na descrição, na avaliação de usos linguísticos, bem como direcionadas a condicionar e a orientar esses usos, com base no que definiu Signorini (2008).

Conforme se pôde ver pelos exemplos analisados, são muitos os malabarismos de linguagem feitos pelos participantes, tanto com o objetivo de defender os ideais que são conclamados pelas páginas ativistas, quanto com o objetivo de derrubá-los. Isso, por meio da utilização de variados recursos sociolinguísticos e metadiscursivos, sobretudo pela retomada de enunciados anteriores, no sentido de questioná-los, reforçá-los ou reconduzir a interação em função de determinados interesses.

Os casos analisados são emblemáticos dessa dinâmica, que se instaura em grande parte nos embates e conflitos identificados nas páginas feministas. Uma dinâmica que se estrutura a partir de códigos e condutas socioculturalmente estabelecidos,

em performances linguísticas pautadas especialmente em dispositivos ideológicos relacionados aos ideais de masculinidade/feminilidade e de adequação/inadequação de usos linguísticos, em nossa sociedade.

Atravessando-se mutuamente, nesses espaços-tempos que dão muita visibilidade às noções de poder imbricadas ao estabelecimento de identidades e classes sociais e de estruturas de dominação, as hegemonias de gênero/sexualidade e as hegemonias linguísticas identificadas nas comunidades respondem aos objetivos sociointeracionais de (des)credibilizar argumentos, preservar ou não a face dos interlocutores e (re)orientar as interações. Diante desses objetivos, os comentários tanto instanciam modelos culturais tradicionalmente escolarizados sobre o uso da língua quanto estabelecem relação entre esse modelo e a capacidade dos sujeitos de compreensão das questões em discussão, sobre gênero e sexualidade. São esses modelos que parecem terminar por definir, nas páginas, quem está ou não autorizado a participar das discussões, e de que forma – a depender de critérios identitários e linguísticos baseados nas estruturas de poder de nossa sociedade.

BIONDO, F. Gender ideologies and language ideologies on facebook feminist pages. *Alfa*, São Paulo, v. 63, n.2, p.295-315, 2019.

- *ABSTRACT: The present study deals with issues of relations between gender ideologies and language ideologies, with a view to discussing the hypothesis of convergence of linguistic hegemonies and hegemonic order of gender, secured by Western ethnocentric tradition. It has been developed on the basis of examples extracted from two Facebook feminist activist communities. The latter have been subjected to investigation since 2013 by a virtual ethnographic study. This research focuses on the metapragmatic function exerted by comments made by participants of those communities. It is guided by understanding language as social action (BAUMAN and BRIGGS, 1990), the concepts of “language ideology” (WOOLARD, 1998), discursive conflict (BRIGGS, 1996), and “metapragmatic attack” (JACQUEMET, 1994), as well as by comprehending processes of identity construction in relation to power dispute and control within interaction and the social world (SIGNORINI, 1998; MOITA LOPES, 2010). Gender/sexuality hegemonies as well as linguistic hegemonies are co-articulated in space-time, thus fulfilling the purposes of (dis)crediting arguments, achieving (non)keeping of participants’ face, and (re)orientation of interactions. This particularly occurs in an attempt to render language use normative, which evokes a school-related cultural model and is capable of establishing relations between such a model and the ability individuals have to understand issues of gender and sexuality under discussion.*
- *KEYWORDS: Gender ideologies. Language ideologies. Metapragmatic attack. Discursive conflict. Facebook.*

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. **How to Do ings with Words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.
- BAGNO, M. Do galego ao brasileiro, passando pelo português: crioulização e ideologias linguísticas. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 319-338.
- BAUMANN, R.; BRIGGS, C. Poetics and performances as critical perspectives on language and social life. **Annual review of Anthropology**, Palo Alto, CA, v.19, n.1, p.59-88, 1990.
- BIONDO, F. P. Liberte-se dos rótulos: questões de gênero e sexualidade em práticas de letramento em comunidades ativistas do Facebook. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v.15, n.1, p.209-236, 2015.
- BIONDO, F. P.; SIGNORINI, I. (Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v.31 n. esp. 4, p. 169-197, 2015.
- BLOMMAERT, J. **Social linguistics scales**. London: King's College, 2006. (Working Papers Urban Language e Literacies).
- BRIGGS, C. **Disorderly discourse: narrative, conflict, & inequality**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003[1990].
- HINE, C. **Virtual ethnography**. London: Sage Publications, 2000.
- JACQUEMET, M. T-offenses and metapragmatic attacks: strategies of interactional dominance. **Discourse & society**, Stanford, v.5, n.3, p.297-319, 1994.
- LEANDER, K. M.; MCKIM, K. K. Tracing the everyday 'sitings' of adolescents on the internet: A strategic adaptation of ethnography across online and offline spaces. **Education, Communication & Information**, London, v.3, n.2, p.211-240, 2010.
- LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, Campinas, v.19, n.2, p.17-23, 2008.
- MOITA LOPES, L. P. Ideologia linguística: como construir discursivamente o português no século XXI. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 18-52.

MOITA LOPES, L. P. Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v.49, n.2, p.393-417, 2010.

MOITA LOPES, L. P. Se eu fosse mulher...: performances de gênero e sexualidade em Como gostais. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.) **Performances**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2007. p.79-102.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.11, n.3, p.647-654, 2006.

SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista. **Feminismo, Ciência e Tecnologia**, Salvador, v.8, n.1, p.1-35, 2002.

SIGNORINI, I. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Situar a língua[gem]**. São Paulo: Parábola, 2008. p.117-148.

SIGNORINI, I. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. *In*: SIGNORINI, I. (org.). **Língua(gem) e identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p.333-380.

SILVERSTEIN, M. Indexical order and dialectics of sociolinguistic life. **Language e communication**, Oxford, n.23, p. 193-229, 2003.

SILVERSTEIN, M. Language structure and linguistic ideology. *In*: CLYNE, P. R; HANKS, W. F.; HOFBAUER, C. L. **The elements: A parasection on linguistic units and levels**. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1979. p. 193-247.

WOOLARD, K. A. Language Ideology as a Field of Inquiry. *In*: WOOLARD, K. A. *et al.* **Language Ideology: Practice and Theory**. New York: Oxford University Press, 1998. p. 2-40.

Recebido em 28 de fevereiro de 2018

Aprovado em 11 de agosto de 2018

POLÍTICA LINGUÍSTICA NA OCEANIA: NAS FRONTEIRAS DA COLONIZAÇÃO E DA GLOBALIZAÇÃO

Diego BARBOSA DA SILVA*

- RESUMO: Neste artigo, apresentamos um panorama das políticas linguísticas dos países e territórios da Oceania após análise de legislações, planos e programas de governo. Com 22,9% de todas as línguas do mundo, a grande maioria falada por poucas pessoas e ameaçada de desaparecimento, esse continente sofreu uma intensa colonização linguística marcada pela instrumentalização das línguas indígenas por missionários religiosos e pela posterior imposição da língua europeia como única permitida durante o imperialismo europeu e o americano. Tal cenário ampliou a complexa situação linguística da Oceania e impôs aos países da região muitos desafios em torno de qual língua adotar após a independência frente a muitos problemas locais, fazendo com que os oceânicos buscassem diversas soluções políticas e se tornassem povos de fronteiras, fronteiras de línguas, fronteiras de sentidos, fronteiras de memórias entre as línguas colonizadoras, as autóctones e as línguas imigrantes.
- PALAVRAS-CHAVE: Política linguística. Oceania. Colonização linguística. Bilinguismo. Línguas em contato.

Introdução

Último continente a ser visitado pelos europeus, a Oceania, ainda hoje é um espaço geopolítico pouco conhecido no Ocidente. Formado atualmente por 14 Estados independentes, além de 17 territórios habitados, com maior ou menor autonomia político-administrativa — da França, do Reino Unido, do Chile, da Indonésia, dos Estados Unidos e das próprias Austrália e Nova Zelândia —, o continente oceânico tem 9.088.818 km², o que o faz um pouco maior que o Brasil. É habitado, porém, por apenas 46,9 milhões de pessoas (UNFPA, 2019), isto é, uma população um pouco superior a da Argentina.¹ E apesar de não muito conhecido, o continente é muitas vezes lembrado pelo seu maior país, a Austrália, que corresponde a 84,6% do território e concentra 52% de

* Arquivo Nacional do Brasil (AN), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. vsjd@uol.com.br. ORCID: 0000-0002-0838-1106.

¹ Como demonstram Kirch (2000) e Cochrane e Hunt (2018), delimitar as fronteiras do continente oceânico é algo complexo e varia de acordo com critérios arqueológicos, geológicos, antropológicos, linguísticos e (geo)políticos, podendo incluir algumas ilhas japonesas e até mesmo o Timor-Leste ou excluir o estado americano do Havai, Rapa Nui (Ilha de Páscoa) ou a parte ocidental da Ilha da Nova Guiné.

sua população. Tais números muitas vezes fazem com que o continente seja apresentado como um sinônimo de seu maior país, como se não houvesse outras 13 nações que se agrupam em três grandes regiões geográficas históricas como a Micronésia, a Melanésia e a Polinésia.² Contudo, sob o aspecto linguístico, a Austrália corresponde atualmente apenas a cerca de 13,5% das línguas do continente, de um total de 1630 línguas (ETHNOLOGUE, 2017).³ Isso significa que esses 13 países — Fiji, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Micronésia, Nauru, Nova Zelândia, Palau, Papua-Nova Guiné, Samoa, Tonga, Tuvalu e Vanuatu — e 17 territórios — Guam, Havai, Ilha Christmas, Ilha Norfolk, Ilhas Cocos (Keeling), Ilhas Cook, Ilhas Marianas do Norte, Ilhas Pitcairn, Niue, Nova Caledônia, Papua, Papua Ocidental, Polinésia Francesa, Rapa Nui (Ilha de Páscoa), Samoa Americana, Tokelau e Wallis e Futuna — apresentam aproximadamente 1400 línguas. Isso indica que 22,9 % de todas as línguas do mundo são originárias dos países e territórios do continente ou faladas neles, uma região que concentra apenas 0,5% da população mundial (UNFPA, 2019), tornando-se, assim, de acordo com Lynch (1998), linguisticamente a região mais complexa do mundo.

Todas essas línguas podem ser reunidas em seis grandes grupos: a) línguas austronésias; b) línguas trans-neo-guineanas; c) línguas indo-europeias; d) línguas australianas; e) línguas de sinais e f) línguas crioulas, que remetem a sua maioria às formas de povoamento humano do continente há milhares de anos (LYNCH, 1998; PAWLEY, 2013). De acordo com Ethnologue (2017), a família das línguas austronésias engloba aproximadamente 1256 línguas em um vasto território que inclui desde a ilha de Madagascar, na África, a Indonésia e Filipinas na Ásia, até parte da ilha Nova Guiné, a Micronésia, a Melanésia e a Polinésia na Oceania, incluindo a Nova Zelândia e o Havai.

A família das línguas trans-neo-guineanas é composta por cerca de 483 línguas e se estende pela Indonésia, Timor-Leste, Papua-Nova Guiné e Ilhas Salomão. Já a família das línguas indo-europeias engloba aproximadamente 449 línguas. Essas línguas chegaram ao continente por meio da colonização linguística e atualmente estão presentes

² Tal divisão do continente nessas regiões foi feita pelo explorador francês Dumont d'Urville baseada em critérios racistas e evolucionistas do século XIX em que os polinésios seriam os mais avançados em relação a micronésios e esses em relação aos melanésios por se organizarem em torno de chefias indígenas (COCHRANE; HUNT, 2018). Mas recentemente, levando em consideração critérios arqueológicos, antropológicos e linguísticos, Green e Pauley (*apud* COCHRANE; HUNT, 2018) dividiram a Oceania em duas regiões. A Oceania Próxima formada pela Nova Guiné, pelas ilhas Bismarck, Austrália e grande parte das Ilhas Salomão e a Oceania Remota formada pelas demais ilhas do continente. Enquanto a colonização da Oceania Remota ocorreu há cerca de três mil anos, a Oceania Próxima tem resquícios populacionais que datam de 50 mil anos.

³ Como sabemos, delimitar fronteiras linguísticas e culturais, assim como as de um continente, é algo bastante complexo, e diríamos inclusive político-ideológico, e já foi tratado por nós em outra oportunidade (BARBOSA DA SILVA, 2018). Desse modo, precisar quantas línguas são faladas no mundo ou na Oceania não é uma tarefa fácil e muitas vezes também controversa. Mühlhäusler (1996) menciona aproximadamente 1470 línguas; Lynch (1998), 1400; Kirch (2000), 1200; Lal e Fortune (2000), 1000; Pawley (2013), 1300. Decidimos tomar como referência os dados do Ethnologue pois, embora em sua história esteja o antigo *Summer Institute of Linguistics*, com finalidades religiosas, inclusive na Oceania, atualmente, seu banco de dados compila diversas pesquisas de linguistas a respeito das línguas do mundo, permitindo-nos, assim, ter um panorama mais geral sobre elas. Cabe lembrar que independentemente do número exato de línguas faladas no continente, não nos restam dúvidas de que, como em outras regiões colonizadas do planeta, muitas mais eram faladas na Oceania antes da colonização europeia.

em todos os países da região, com destaque para o inglês, e depois, o francês. Todas essas três famílias podem ser divididas em diversas famílias menores.

O quarto grupo é composto por cerca de 379 línguas da Austrália — metade já extinta — de diversas famílias linguísticas isoladas. O quinto grupo é formado por 142 línguas de sinais e está presente de forma dispersa pelo mundo. Na Oceania, destacam-se a língua australiana de sinais e a língua neozelandesa de sinais. O último grupo é composto pelas línguas crioulas e *pidgins*, formadas a partir do contato de línguas, possuindo geralmente uma base linguística europeia.⁴

Atualmente, as línguas crioulas e *pidgins* se estendem pela América, África, Ásia e Oceania, sendo que na Oceania existem quinze dessas línguas. Os crioulos e *pidgins* de base inglesa do continente são: o crioulo pijin (Ilhas Salomão), o *pidgin* havaiano, o crioulo do Estreito de Torres (Austrália), o crioulo bislama (uma das línguas oficiais de Vanuatu), o crioulo de Queensland, o crioulo ngatik (Micronésia), o crioulo norfuk (Ilha Norfolk), o crioulo pitkern (Ilhas Pitcairn) e o crioulo tok pisin, que é falado como segunda língua por quatro milhões de papuásios. De base francesa tem-se o crioulo tayo (Nova Caledônia) e o crioulo neocaladônio (já extinto) e de base alemã, o crioulo unserdeutsch (Papua-Nova Guiné). De base austronésia/asiática têm-se o crioulo malaio-papuásio (Papua e Papua Ocidental), o crioulo malaio das Ilhas Cocos e o crioulo hiri motu (Papua-Nova Guiné) (HOLM, 2000; ETHNOLOGUE, 2017).

Se levarmos em consideração a grande quantidade de línguas em relação à população e em comparação com os demais continentes, a Oceania apresenta a menor proporção de falantes por língua do mundo. Tal proporção fica ainda mais surpreendente se analisarmos separadamente alguns países do continente, como Vanuatu, onde essa proporção alcança uma língua para cada 2,5 mil habitantes em média.⁵ Por conta disso e pela elevação do nível do mar causada pelas mudanças climáticas,⁶ que ameaça muitos países insulares, de acordo com a Unesco (2010), 319 línguas da Oceania — a maior parte dessas do grupo de línguas australianas — correm o risco de extinção nos próximos anos.

Além desses fatores ecológico e demográfico (ou demolinguístico), Hamel (2008) apresenta outros que contribuem para o desaparecimento ou o deslocamento das línguas: a) a assimetria de poder entre comunidades linguísticas em contato; b) a falta de lealdade linguística no interior das comunidades subalternas; c) a expansão das

⁴ Para a diferenciação entre línguas crioulas e *pidgins*, conferir Couto (1996) e Holm (2000).

⁵ Segundo Lynch (1998) basicamente, a Micronésia e a Polinésia têm uma língua por ilha ou grupo de ilhas. Já a Melanésia, onde está Vanuatu, apresenta muitas línguas por ilha, concentrando assim, uma das maiores diversidades linguísticas do mundo. Isso se justificaria, de acordo com Lynch (2017), por conta do tempo de ocupação humana da Melanésia em relação às demais áreas; pela separação geográfica natural (rios, montanhas, florestas) em regiões da Melanésia ao contrário do oceano que permitiu vasto contato entre ilhas e atóis da Micronésia e Polinésia e pela diferente estrutura social das regiões, enquanto sociedades polinésias se organizavam em chefias indígenas, nas sociedades melanésias não havia hierarquia definida.

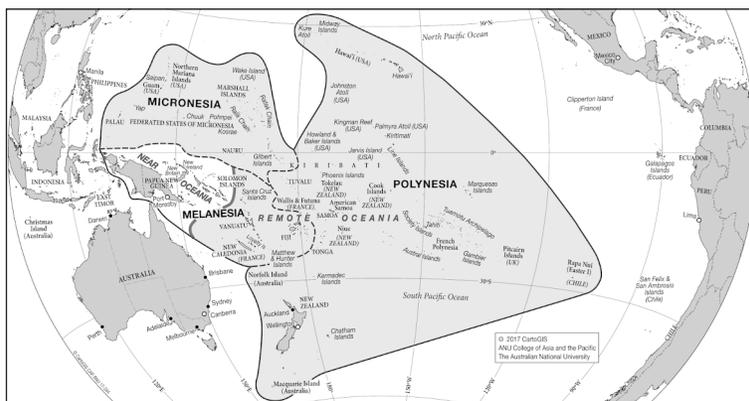
⁶ O aquecimento global causado pela emissão de gases poluentes ameaça diversas ilhas, atóis e arquipélagos da Oceania principalmente na Micronésia e na Polinésia, como em Tuvalu, Tokelau e Kiribati. Tuvalu, formado por nove atóis tem inclusive mantido uma postura bastante atuante nas Conferências Climáticas da ONU, condenando as emissões de gases dos países ricos (CORLEW, 2012; FRY; TARTE, 2016).

línguas dominantes, nacionais e internacionais através do Estado (educação pública), a mídia e o comércio; d) a falta de reconhecimento e apoio externo (estatal) e e) a repressão às línguas minoritárias.

Frente a tal contexto, neste artigo, buscamos justamente fornecer um panorama da situação política das línguas dos países e territórios da Oceania, a partir de uma análise de suas legislações e políticas para que possamos refletir sobre os desafios que o colonialismo e a globalização impõem não só a esses países, mas a todo o mundo. Acreditamos que nossa visão a partir de uma área geográfica que, apesar de não ter muita tradição ou pesquisas sobre essa região, também foi colonizada e encontra-se também na periferia do sistema mundial, como o Brasil, pode contribuir para a reflexão em torno dessa temática.

Vale ressaltar que essa não é uma tarefa fácil devido à diversidade de povos, línguas e contextos históricos de cada país e território da Oceania. Todavia, nosso objetivo, pelo menos neste momento, não é aprofundar tais políticas de acordo com as especificidades de cada país, mas sim nos concentrar em apresentar um cenário das políticas linguísticas do continente a partir da colonização.

Mapa 1 – Divisão da Oceania por regiões



Fonte: Skirgård e Cartogis (2019). Distribuído sob licença Creative Commons BY-SA License.

A colonização linguística na Oceania

O primeiro europeu a chegar à Oceania foi o português, a serviço da Espanha, Fernão de Magalhães durante a primeira viagem europeia de circunavegação do planeta, aportando nas Ilhas Marianas, que ele batizou de Ilhas de Lázaro em 06 de março de 1521 (CAMPBELL, 2003). Após esse primeiro contato, outros europeus de diversos países visitaram o continente, como o espanhol Alvaro de Mendaña que aportou nas Ilhas Salomão e na Polinésia em 1567, o neerlandês Abel Tasman na Tasmânia, Nova Zelândia, Tonga e Fiji em 1642-1643, o inglês James Cook em três viagens entre 1768

e 1779 quando visitou Austrália, Alasca, Havaí, Nova Zelândia e ilhas da Polinésia e o francês Louis Antonie de Bougainville entre 1766 e 1769 na Polinésia durante a primeira circunavegação francesa (CAMPBELL, 2003; QUANCHI; ROBSON, 2009). Mesmo com tantos registros de viagens europeias à região, até hoje prevalece no imaginário social como discurso dominante que o continente foi descoberto⁷ por James Cook, o primeiro europeu a chegar à Austrália em 1768 e reivindicá-la como possessão inglesa, ainda que tal fato seja questionado por Portugal.⁸

Cabe ressaltar que quando os europeus chegaram à Oceania, encontraram, assim como no Brasil, milhares de indivíduos divididos em centenas de etnias e culturas. Esses indivíduos se organizavam em chefias indígenas ou em outras sociedades não hierárquicas e, como dissemos, seus ancestrais teriam migrado para a Oceania pelas ilhas da Indonésia até a Nova Guiné há 50 mil anos e de lá e das Filipinas para as demais ilhas há cerca de três mil anos, desenvolvendo civilizações como, por exemplo, a cultura Lapita (1300-800 a.C.), na Melanésia; as cidades de Nan Madol (0-1700 d. C.) e de Leluh (500-1800 d.C.), na Micronésia; o Império de Tonga (950-1865 d.C.), e a mais conhecida no mundo, Rapa Nui/Ilha de Páscoa (1000-1400 d.C.) e seus moais, os dois últimos na Polinésia (KIRCH, 2000; CAMPBELL, 2015; COCHRANE; HUNT, 2018).

A história colonial europeia na Oceania pode ser dividida em duas fases bastante distintas como ocorreu na África e na Ásia.⁹ A primeira vai da chegada de Magalhães no século XVI até a segunda metade do século XIX e é a fase das expedições exploratórias e comerciais, relacionadas ao capitalismo comercial, quando a América passava por intenso colonialismo. A segunda fase vai do século XIX até a II Guerra Mundial e se insere no capitalismo industrial, marcada pelo imperialismo europeu, a anexação de territórios no continente e a formação de áreas de influência.

A colonização da Oceania não foi muito diferente daquela que os europeus aplicaram na América ou na África. Também houve forte violência na imposição da superioridade militar sobre os povos autóctones, deslocamentos forçados da população,¹⁰

⁷ Para refletir a respeito dos diversos sentidos possíveis sobre o contato entre europeus e povos indígenas por meio da colonização, sugerimos conferir Orlandi (2008) e Barbosa da Silva (2018) que demonstram mediante do aparato teórico-metodológico de Michel Pêcheux, as disputas ideológicas de sentido entre o discurso do descobrimento e o discurso da invasão.

⁸ Tal polêmica, em torno do discurso do descobrimento, também recai sobre o primeiro europeu a avistar a Austrália. Os portugueses defendem que foram dois compatriotas os primeiros a alcançar a Austrália: Cristóvão de Mendonça em 1522 e Gomes de Sequeira em 1525. Por ter sido o último continente habitado a ser “descoberto” pelos europeus foi chamado de Novíssimo Mundo. Inclusive, o nome Austrália é atribuído a outro português, Pedro de Queirós que chamou as atuais ilhas Vanuatu de Austrália do Espírito Santo, em relação a sua posição geográfica em 1605 (QUANCHI; ROBSON, 2009).

⁹ Mühlhäusler (1996), de forma mais detalhada, divide a história colonial da Oceania em quatro períodos: 1) de 1500 a 1750 — fase da exploração e comércio espanhóis; 2) de 1750 a 1830 — fase das descobertas científicas e antropológicas; 3) de 1830 a 1880 — fase da moderna exploração econômica e 4) de 1880 a 1975 — fase do contato colonial.

¹⁰ Segundo estimativas, entre 22 e 27 mil pessoas foram levadas forçosamente de Kiribati, Tuvalu, Vanuatu, Papua-Nova Guiné e Ilhas Salomão para Fiji entre 1864 e 1911, em uma prática que ficou conhecida como *blackbirding*. De 1863 a 1904, aproximadamente 62 mil pessoas foram levadas principalmente da Papua Nova Guiné, Vanuatu e Ilhas Salomão para Queensland, na Austrália. Entre 1862 e 1863 cerca de três mil pessoas — homens, mulheres e crianças — foram levadas de Niue, Rapa Nui, Tokelau e Tuvalu para o Peru e em 1879, 1.210 kitibatianos e vanuatuanos foram levados a

grande declínio populacional, introdução de doenças desconhecidas, instituição da propriedade privada, até então desconhecida pelos nativos, e o envio de missionários católicos e protestantes para cristianizar os habitantes das ilhas, visto como sinônimo de desenvolvimento (DENOON, 1997; CAMPBELL, 2003). Essa primeira fase é marcada, de início, pelo avistamento de diversas ilhas pelos europeus, pelos primeiros contatos e pela troca de presentes com povos nativos na tentativa de formar alianças que auxiliassem e permitissem a exploração das ilhas (FISCHER, 2013; CHAPPELL, 2013a). Nesse primeiro período, as ilhas do Pacífico foram utilizadas para a extração de fruta pão, para a pesca de pepinos do mar, ao final do século XVIII para a extração de sândalo e para a caça de baleia; e ainda como parada para as travessias do Oceano Pacífico, já que a princípio não apresentou recursos minerais satisfatórios como na América Latina (LAL; FORTUNE, 2000)¹¹.

A Austrália e a Nova Zelândia, no entanto, apresentam um capítulo à parte dentro dessa história colonial, com algumas peculiaridades que merecem destaque.

A Austrália foi alcançada por europeus tardiamente, em relação a muitas ilhas da Oceania, mas, ao contrário delas, foi ocupada imediatamente. Vinte anos após a chegada de James Cook, é fundada, em 1788, a cidade de Sidney, no sudeste do atual país, por William Bligh. Rapidamente, Sidney se tornou um importante entreposto comercial com indústria naval ao tempo em que crescia o comércio com o Havaí, os Estados Unidos e o Taiti (CAMPBELL, 2003).

Apesar de a Austrália ter apresentado também uma colonização de exploração com a formação de *plantations* em Queensland, no nordeste do país, utilizando mão de obra por deslocamento forçado da Melanésia, a colonização que prevaleceu foi a de povoamento como no Canadá e nos Estados Unidos. De início, o povoamento foi feito por pessoas que cometeram crimes no Reino Unido. Os condenados, após cumprirem pena na Austrália, recebiam uma pequena parcela de terra desabitada para cultivo, mas eram proibidos de retornar às Ilhas Britânicas. Tal política cessou apenas em 1968, quando o número de migrantes já era superior ao número de condenados (MACINTYRE, 2009).¹²

Samoa. Outros deslocamentos ainda foram feitos em direção à Nova Caledônia e ao Havaí. Todos esses deslocamentos tinham o mesmo objetivo: fornecer mão de obra barata para as *plantations* de açúcar, algodão e arroz e também para a mineração. Contudo, muitos morriam na travessia ou durante o trabalho nas *plantations* (SCARR, 1990; HORNE, 2007; GRAIG, 2011). Algumas áreas da Oceania também receberam imigrantes de outros continentes como indianos em Fiji e japoneses na Micronésia e no Havaí, muitos também para o trabalho nas *plantations*. Tal migração colaborou com a transformação da situação linguística dessas regiões.

¹¹ Apenas no final do século XIX, portanto já na segunda fase colonial, que os europeus descobriram reservas minerais consideráveis de fosfato em Nauru, Kiribati, Palau e Polinésia Francesa; ouro e cobre na Nova Caledônia e Papua Nova Guiné, níquel também na Nova Caledônia e ouro em Fiji (DENOON, 1997). Algumas minas trouxeram sérias consequências ambientais como em Nauru, onde o centro da ilha encontra-se hoje devastado e inabitado. Outras minas continuam em plena produção. Atualmente a Nova Caledônia é um dos seis maiores produtores de níquel do mundo (USGS, 2011). A Austrália e a Nova Zelândia também fogem a essa regra por terem passado por ciclos do ouro já na metade do século XIX.

¹² De acordo com estimativas, de 1788 a 1968, foram levados à Austrália aproximadamente 165 mil condenados (AUSTRALIA, 2008).

Quanto à Nova Zelândia, a colonização inglesa iniciou-se no final do século XVIII, com as primeiras missões exploratórias do território. Lá os ingleses encontraram os maoris, que povoaram a Nova Zelândia por volta de 1200 d.C., vindos da Polinésia Oriental. Diferentemente da Austrália, a Nova Zelândia era habitada por apenas um povo, que vivia sobretudo nas áreas mais quentes ao norte da Ilha do Norte. Porém, como na Austrália, a opção colonial da Nova Zelândia se deu pelo povoamento, primeiro com entrepostos para a caça a baleias e depois por missionários e pecuaristas para a criação de ovelhas. Tal povoamento intensificou-se a partir de 1840, quando foi assinado o Tratado de Waitangi, entre o Reino Unido e líderes maoris, em uma espécie de anexação formal do arquipélago. Os anos posteriores foram marcados por conflitos entre colonos e maoris por conta da ocupação forçada de terras indígenas e pela instituição de um autogoverno a partir da Constituição de 1852 (KING, 2003).

Ao contrário dos demais países do continente, a Austrália e a Nova Zelândia conquistaram suas independências ainda que mantendo uma união com o Reino Unido relativamente cedo em 1901 e em 1907 respectivamente, enquanto os demais países estavam passando pela segunda fase de colonização aqui citada. Isso permitiu, inclusive, que esses dois países assumissem do Reino Unido o papel de potência colonizadora após a I Guerra Mundial em muitos países como Samoa, Papua-Nova Guiné e Nauru, permanecendo até hoje na Ilha Norfolk, nas Ilhas Cook e em Niue.¹³

Na metade do século XIX, a Revolução Industrial que se iniciou na Inglaterra um século antes, se espalhava pelos demais países europeus como França, Países Baixos, Bélgica e Estados alemães. O capitalismo, assim, entrava na sua fase imperialista. Para prosseguir na acumulação de capital, os Estados europeus na busca cada vez maior por mercados consumidores e matérias primas, construíram vastos impérios coloniais (HOBSBAWM, 2011). Um importante marco simbólico desse acontecimento foi a Conferência de Berlim (1884-1885), em que os europeus partilharam a África e ocuparam quase todas as terras do continente.

Como a África, a Oceania passou por um período de ocupações imperiais pelas potências europeias, que agiam, de acordo com Ferro (1996), de “forma preventiva”, tomando posse de terras antes que o rival o fizesse, mas diferentemente do continente africano, a Oceania não foi partilhada por meio de um tratado específico ou ação deste gênero. Desse modo, em 1842, temendo perder mais espaço no Oceano Pacífico, após o Tratado de Waitangi, que incorporou a Nova Zelândia ao Reino Unido, a França anexou as Ilhas Marquesas na Polinésia, no primeiro ato calculado de imperialismo no continente (CAMPBELL, 2003). Por volta de 1850, a França também anexou as Novas Hébridas (Vanuatu) e a Nova Caledônia, na Melanésia. Temendo ataques de outras potências, chefes locais solicitaram que os britânicos assumissem a proteção de seus territórios em Tokelau, em 1877, e em Rotuma, em 1881 (GRAIG, 2011).

¹³ As Ilhas Cook e Niue têm um status diferente entre todos os territórios não independentes da Oceania. São Estados associados à Nova Zelândia, com total autonomia interna, porém dependentes em assuntos exteriores, embora atualmente tal regra venha sendo contrariada.

Entre os anos de 1884 e 1886, a Alemanha e o Reino Unido dividiram a Nova Guiné e as Ilhas Salomão, bem como criaram áreas de influência alemã nas Ilhas Carolinas (Micronésia) e britânica nas Ilhas Gilbert (Kiribati) e nas Ilhas Ellice (Tuvalu). A Alemanha anexou ainda as Ilhas Marshall (1885) e Nauru (1888), após fazer alianças com os governos locais e impôs um tratado a Samoa (LAL; FORTUNE, 2000; McINTYRE, 2014). O Reino Unido, por sua vez, percebendo o vácuo de poder na região e que as alianças alemãs com os governos locais favoreceriam o avanço do país, decidiu ocupar definitivamente as ilhas Gilbert e Ellice em 1892 (CAMPBELL, 2003).

Os Estados Unidos também temeram as conquistas alemãs sobre o Pacífico e questionaram a posse de Samoa, conseguindo que as ilhas fossem repartidas em 1899 entre os dois países (CAMPBELL, 2003). Em 1898, os Estados Unidos anexaram o Havaí e conquistaram Guam após a vitória na Guerra Hispano-Americana sobre a Espanha, que por sua vez vendeu as Ilhas Marianas, Carolinas e Palau para a Alemanha. O Chile ocupou Rapa Nui (Ilha de Páscoa) em 1888, e por fim a Inglaterra tomou completamente as Ilhas Salomão, em 1893; impôs um protetorado formal sobre Tokelau, em 1889; sobre as Ilhas Cook, em 1888; e sobre Niue e Tonga, em 1900; e estabeleceu um condomínio com a França sobre as Novas Hébridas, em 1906 (McINTYRE, 2014).¹⁴

Em relativamente pouco tempo, todo o continente foi anexado pelas potências europeias e pelos Estados Unidos.¹⁵ Iniciou-se, assim, a segunda e principal fase colonialista da Oceania. Fase essa também de intensa colonização linguística. Para Mariani (2004, p. 28),

[...] a colonização linguística [...] produz modificações em sistemas linguísticos que vinham se constituindo em separado, ou ainda, provoca reorganizações no funcionamento linguístico das línguas e rupturas em processos semânticos estabilizados. Colonização linguística resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos — línguas com memórias, histórias e políticas de sentidos desiguais, em condições de produção tais que uma dessas línguas — chamada de língua colonizadora — visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s).

¹⁴ O Japão também manteve uma política imperialista sobre a Oceania, anexando as Ilhas Ogasawara, em 1891 e ocupando grandes áreas do continente, principalmente na Micronésia, entre as duas guerras mundiais (LAL; FORTUNE, 2000).

¹⁵ A colonização europeia na Oceania encontrou diversas resistências entre os povos autóctones do continente como: a resistência dos indígenas australianos nos séculos XIX e XX; as guerras neozelandesas contra os maoris entre 1845 e 1872; a revolta durante a conquista de Fiji em 1878; a rebelião na Ilha Sokehs, em Pohnpei, contra a administração colonial alemã; as rebeliões em Rapa Nui (Ilha de Páscoa) em 1914 e 1964 por maior autonomia e direitos civis; a guerrilha kanak a partir de 1917 na Nova Caledônia; a rebelião em Malaita, nas Ilhas Salomão em 1927; a greve geral em Rabaul na Papua Nova Guiné em 1929; o movimento pela independência da Papua Ocidental a partir de 1965 e os movimentos de resistência em Samoa com a fundação da organização “O le Mau” em 1926, cujo lema era “Samoa para os samoanos”. Em 28 de dezembro de 1929, onze samoanos foram mortos pela polícia europeia durante uma manifestação, no acontecimento que ficou conhecido como “sábado negro”. Esse intenso movimento de resistência à colonização em Samoa, sem dúvidas, foi um dos fatores que fez com que o país fosse o primeiro no continente, depois da Austrália e da Nova Zelândia a conquistar sua independência em 1962 (FIRTH, 1997; CHAPPELL, 2013a; 2013b; GOTT, 2013; FOERSTER; PAKARATI, 2016).

Essa modificação nos sistemas linguísticos locais se iniciou com as missões religiosas, que, apesar de terem começado no século XVII, se intensificaram no século XIX, permanecendo em muitos países até hoje. De acordo com Mühlhäusler (1996) a quantidade de missões com a diversidade de credos e métodos empregados na cristianização da região é algo bastante complexo de estudar e descrever, sobretudo em um continente com alta diversidade linguística. As ilhas do Pacífico receberam missionários católicos e protestantes vindos da Europa, dos Estados Unidos e da própria Oceania que, assim como as potências coloniais, disputavam espaços de influência religiosa e também divergiam sobre a melhor forma de cristianizar a população local.¹⁶

Contudo, é possível levantar um ponto em comum entre todos os missionários do século XIX, ainda que a melhor forma de cristianizar fosse aquela que utilizasse as línguas locais: para eles as línguas da Oceania eram primitivas e por isso incapazes de serem empregadas para transmitir ensinamentos e conceitos cristãos. Mariani (2004, p. 25) observou o mesmo entre os missionários europeus no Brasil, o que denominou de “ideologia do deficit”, em que “ao mesmo tempo, é tanto já existente e prévia ao contato propriamente dito quanto serve para legitimar a forma como a dominação se processa”.

Para superar essa incapacidade das línguas indígenas, Mühlhäusler (1996) apontou três alternativas de colonização linguística que foram adotadas pelos missionários e que, por sua vez, afetaram completamente o ambiente linguístico do continente: a) a utilização de línguas francas locais; b) a utilização de pidgins e crioulos ou c) a utilização de línguas europeias.

A primeira alternativa a ser empregada consistia em escolher de forma arbitrária línguas que seriam utilizadas como francas, adaptá-las, modernizá-las para representar a realidade cristã e promovê-las entre os habitantes de uma determinada região. Tal iniciativa, de acordo com Mühlhäusler (1996), se baseava na adoção de um sistema de escrita utilizando o alfabeto latino, na elaboração de uma gramática e de um dicionário e na tradução da Bíblia, que muitas vezes ignoravam

[...] as intuições metalinguísticas dos falantes que distinguem um número de entidades diferentes (às vezes nomeadas); diferenças linguísticas que servem importantes funções sociais (como diferenças nas formas de tratamento entre pessoas); o fato de que a questão da inteligibilidade mútua depende de outros fatores além de falar uma mesma língua (MÜHLÄUSLER, 1996, p. 145, tradução nossa)¹⁷.

¹⁶ Para termos uma ideia sobre essa diversidade, entre os missionários católicos estavam jesuítas, maristas e dos Sagrados Corações de Jesus e de Maria e entre os protestantes havia membros da *London Missionary Society* (LMS) e da *American Board of Commissioners for Foreign Missions* (ABCFM) — formadas por protestantes anglicanos, presbiterianos e batistas — além de metodistas wesleyanos, anglicanos, presbiterianos, luteranos adventistas e mórmons. Cabe destacar que os missionários conseguiram a conversão de alguns reinos ao Cristianismo como Taiti (1815); Tonga, Havai (1830) e Fiji (1854) (LAL; FORTUNE, 2000; CAMPBELL, 2003; GRAIG, 2011; SNIJDERS, 2012).

¹⁷ No original: [...] “*the metalinguistic intuitions of the speakers that distinguish the number of different (sometimes named) entities; linguistic differences which serve important social functions such as indexing group differences; the*

Tais ações tiveram como consequência “a promoção de uma língua (ou variante) que tradicionalmente não era dominante; a criação de hierarquias entre as línguas; a modificação dos vernáculos locais; o silenciamento gradual daqueles que falavam outras línguas” (MÜHLÄUSLER, 1996, p. 150) e, acrescentaríamos, o extermínio gradual de línguas próximas. Como exemplo dessa forma de cristianização, Mühlhäusler (1996) aponta o emprego do taitiano na colonização de Rapa Nui e o emprego do samoano na colonização de Tuvalu, neste último criando uma situação diglôssica entre o tuvaluano e o samoano durante a colonização — em que o governo colonial local utilizava a segunda língua em seus atos oficiais — o que afetou o léxico e a gramática da língua tuvaluana tradicional.

A segunda alternativa era a utilização de um pidgin ou de um crioulo. De início essa alternativa foi bastante criticada pelos missionários devido à sua falta de padronização, à constante modificação, e até à concepção de que tais línguas poderiam trazer influências negativas do Ocidente para os nativos (MÜHLÄUSLER, 1996).¹⁸ No entanto, essa alternativa passou a ser mais aceita quando os missionários se depararam com a situação linguística da Melanésia que, como dissemos, tem uma das maiores diversidades linguísticas do mundo. Tais críticas foram-se reduzindo no avançar do século XX, com o aumento do número de falantes dessas línguas no continente.¹⁹

Já a terceira alternativa, a de utilização de línguas europeias, de acordo com Mühlhäusler (1996) tinha pontos positivos para os missionários. Ele levanta a capacidade dessas línguas em expressar a mensagem da Bíblia, a possível relação entre nacionalismo (linguístico) e os processos civilizatório e de cristianização, a capacidade de atrair mais missionários pela não necessidade de aprender a língua local e a redução dos custos na produção de materiais didáticos em um número bem menor de línguas. Além disso, tal alternativa tornou-se ainda mais atrativa para eles com o avanço do imperialismo — quando passaram a ganhar subvenções das metrópoles europeias para disseminar suas línguas nacionais.

Todavia, independentemente do método utilizado na colonização, se, por um lado, Mühlhäusler (1996) afirma que todos privilegiavam a comunicação, intervindo, inclusive, na constituição dessas línguas no pós-colonialismo, vamos mais adiante ao afirmar que a colonização linguística “se impõe pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua (europeia) escrita gramatizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador sobre a sua própria história e a sua própria língua” (MARIANI, 2004, p. 24). Todas as alternativas empregadas, assim, produziram modificações nas línguas locais, seja na simples adoção de uma

fact that questions of mutual intelligibility depend on factors other than having a common name” (MÜHLÄUSLER, 1996, p. 145).

¹⁸ Aqui, novamente, observamos o funcionamento da “ideologia do déficit”, que inferiorizava as línguas pidgins e crioulas.

¹⁹ Mühlhäusler (1996) atribui, inclusive, certa importância aos missionários para o desenvolvimento de alguns pidgins e crioulos (tanto quanto o sistema de *plantations*, empregado em diversas regiões, que promovia deslocamentos de nativos pelo continente), como o crioulo do norte da Austrália, o *unserdeutsch*, o *tayo* e a estabilização do *tok pisin*.

escrita ocidental,²⁰ ou na produção de alterações no campo semântico, que trazem essa memória do colonizador, produzindo outras redes de sentido entre o colonizado e o colonizador.²¹

Com o avanço do imperialismo europeu e estadunidense sobre o Pacífico e o estabelecimento de colônias por toda a região, foram criadas estruturas, entidades e instituições estatais para exercer o controle das metrópoles, como foi feito na África. No início do século XX, intensificaram-se, assim, a proibição no continente oceânico das línguas locais e a implantação de políticas de imposição das línguas europeias como únicas possíveis. Isso ocorre até a independência dos países nos anos 1960 e 1970 ou até o reconhecimento de direitos culturais e linguísticos em países já independentes, como a Austrália e a Nova Zelândia.

Tal mudança também ocorreu em outras partes do mundo, e só foi possível por meio dos movimentos de independência e descolonização no restante da Oceania, que ganharam força após o fim da II Guerra Mundial e após a criação da ONU em 1945, com a difusão do princípio da autodeterminação dos povos. Foi justamente na década de 1960 que a maioria dos países africanos conquistou sua independência e que os primeiros países da Oceania, após a Austrália e Nova Zelândia, conquistaram suas autonomias: Samoa, em 1962, e Nauru, em 1968.²²

Como em todos os outros países que conquistaram sua independência após um processo histórico de colonização, os novos países da Oceania encontraram pela frente muitos desafios de natureza econômica, política, social e também linguística. Qual língua oficial adotar para o novo país, muitas vezes forjado com base no colonialismo? Qual a melhor forma de promover o desenvolvimento social e erradicar o analfabetismo nos países com grande diversidade linguística da Melanésia e nos pequenos países com baixa diversidade linguística, mas com poucos falantes na Micronésia ou na Polinésia? Como promover as línguas indígenas como forma de expressão desses grupos? Como lidar com o legado da(s) língua(s) do colonizador e sua relação com a(s) língua(s) do colonizado? Como agir em um mundo cada vez mais globalizado, conectado por meio da internet e com transformações tecnológicas crescentes? Como vencer tais obstáculos

²⁰ Segundo Mugler e Lynch (1996), nenhuma língua da Oceania era escrita até os europeus chegarem.

²¹ Um exemplo dessas complexas redes de sentido de língua entre o colonizado e o colonizador é o movimento milenarista *cargo cult*, cujo estudo antropológico e sociolinguístico, inclusive, colaborou para o desenvolvimento de pesquisas na área de letramento e aquisição da escrita em outras partes do mundo. De acordo com Meggitt e Burridge (MÜHLHÄUSLER, 1996), esse movimento surgiu na Melanésia, sobretudo na Papua-Nova Guiné, a partir da observação por grupos autóctones de que missionários, comerciantes, latifundiários e oficiais coloniais recebiam carregamentos de alimentos e de produtos ocidentais, por meio de navios e aviões, após o envio de cartas e sem a necessidade imediata do uso de moeda ou mesmo escambo. A relevância de tal movimento para os estudos de letramento passa justamente pelo sentido dado à escrita pelos nativos e pelo questionamento de que o aprendizado da escrita não garantiria a eles por si só o poder de enviar cartas para receber produtos e objetos, como ocorria com missionários e oficiais europeus.

²² De acordo com MacLellan (2016), na última década, pode-se observar uma nova onda independentista no continente. O estado de Chuuk (Micronésia), o arquipélago de Bougainville (Papua-Nova Guiné) e a Nova Caledônia (França) poderão ser os próximos países independentes, após a decisão de seus habitantes em plebiscitos a serem realizados entre 2019 e 2020. Além disso, a Polinésia Francesa retornou à Lista da ONU de territórios não autônomos, em 2013, após intensa diplomacia dos países da Oceania.

com a escassez de recursos financeiros? Qual(is) a(s) melhor(es) política(s) linguística(s) a ser(em) adotada(s) para esse continente com situação linguística tão complexa?

São tais questões que nos inquietaram e nos estimularam a desenvolver a pesquisa.

A política linguística da Oceania no pós-independência

Como pudemos observar na primeira parte deste artigo, todas as línguas estão em constantes transformações sob intervenção humana. Calvet (2002) distingue essas transformações em dois processos de gestão: a gestão *in vivo* e a gestão *in vitro*. A gestão *in vivo* são as transformações ocorridas naturalmente em toda e qualquer língua, como variantes linguísticas, baseadas na idade, gênero ou região. Já a gestão *in vitro* ocorre quando é imposta a uma língua alguma mudança, geralmente pelo Estado. Essa imposição visa modificar o ambiente linguístico de uma situação linguística A para uma situação linguística B. E, ainda assim, Calvet (2002) afirma não haver garantias de sucesso, pois o êxito de uma política linguística para ele depende do grau de aceitabilidade do falante.

Tais ações políticas que visam modificar uma situação linguística, segundo Kloss (1969), podem ser classificadas como política linguística de *corpus* e política linguística de *status*. Enquanto a primeira está relacionada a uma planificação formal da língua, uma mudança no corpo da língua, isto é, quando uma língua é equipada, seja em seu léxico, gramática ou grafia para assumir outra função, a segunda relaciona-se às funções que uma língua pode ter em relação às outras e em um determinado ambiente linguístico. Cooper (1997) propõe uma terceira categoria: a política linguística de aquisição que, para ele, seriam as ações feitas para que se amplie o número de usuários de uma língua. Uma vez dito isso, passemos à análise da atual situação linguística da Oceania.

Para realizarmos esse levantamento sobre as políticas linguísticas do continente, consultamos diversas fontes, como a legislação e órgãos de estatísticas e de educação dos países e territórios da Oceania, além de vários autores listados na bibliografia, mas em especial Leclerc (2018). Depois, elaboramos a seguinte tabela, inspirada em outra feita por Ouane (2003) e Barbosa da Silva (2011) para a situação linguística dos países africanos, numa tentativa de apresentar de forma simplificada a conjuntura linguística nos países e territórios da Oceania.

Nas duas primeiras colunas, temos o nome do país ou território, com sua data de independência ou a informação de qual país é dependente e sua população com dados do UNFPA (2019). Na terceira coluna, temos o número de línguas faladas em todo o território, divididas em línguas alóctones e autóctones, além das principais, com dados do Ethnologue (2017). A quarta coluna apresenta uma lista com o nome das principais línguas, seja por ser a mais falada ou por ter caráter oficial.²³ As duas colunas seguintes

²³ Para nós, todo ato de nomear é um ato ideológico e o mesmo acontece com as línguas. Uma língua pode ter diversos nomes, de acordo com a posição ideológica de quem a nomeia, podendo ser chamada pela forma como a qual seus falantes a designam, pelo mesmo nome que se designa o seu grupo de falantes ou ainda pela forma como os europeus

Países (ano da independência ou país de qual é dependente)	População UNFPA (milhões)	Número de línguas Ethnologue 2017			Línguas principais	Percentual de falantes		Língua usada como				
		Autó- ctones	Aló- ctones	Princi- pais		Primeira língua	Segunda língua	Língua oficial	Língua Franca	Instrução média		
										Pré- primário	Primário	Médio
Ilhas Pitcairn ²⁶ (Reino Unido)	0,00055	1	1	2	Inglês Crioulo pitkern			X X (<i>de facto</i>)				
Ilhas Salomão (1978)	0,611	73	3	1	Inglês Pijin (crioulo) Kawara'ae 'Are'are Kiribatiano	2 6 8 4,5 1	37 76	X (<i>de facto</i>)	X	X X X	X	X
Kiribati (1979)	0,116	1	3	2	Inglês Kiribatiano Tuvaluano Chinês	2 97 0,5	26	X X (<i>de facto</i>)	X	X	X	X
Micronésia ²⁷ (1986)	0,105	18	2	1	Inglês Chuquês Pohnpeiano Kosraeano Yapês	1,8 52,3 25,9 7 5,6	45,1 4,8 6,9 0,5 0,3	X (<i>de facto</i>)	X	X X X X X	X	X
Nauru (1968)	0,011	1	7	2	Inglês Nauruano Kiribatiano Chinês Tuvaluano Marshallês Kosraeano	2 90 2 2 1	64 5	X X (<i>de facto</i>)	X	X X	X	X
Niue (Nova Zelândia)	0,0016	1	2	2	Inglês Niueano Tonganês	21,3 76,6	32,4 16	X X (<i>de facto</i>)	X	X X	X	X
Nova Caledônia (França)	0,276	34	7	1	Francês Wallisiano Drehu Italiano Nengone Paicî Taitiano Xârâcùù Ajië Iaai	25,7 8,8 4,9 3,9 3,2 2,8 2,6 2,1 2 1,7	70	X (<i>de jure</i>)	X	X	X	X
Nova Zelândia (1907)	4,7	2	+ de 70	2	Inglês Maori Samoano Hindi Chinês Francês Yue Alemão Tonganês Tagalo Africâner Espanhol Coreano Neerlandês Língua de sinais neozelandesa	81 3,7 2,2 1,7 1,3 1,2 1,1 0,9 0,8 0,7 0,7 0,6 0,6 0,6 0,5	15	X X (<i>de jure</i>)	X	X X X X	X X X	X X

²⁶ A pequena população das Ilhas Pitcairn não permite que se elabore estatística. Além disso, as ilhas apenas fornecem ensino escolar até os 12 anos de idade. Em diante, o jovem deve estudar na Nova Zelândia (LECLERC, 2018).

²⁷ A Micronésia está dividida administrativamente em quatro estados. Cada estado tem a sua língua oficial, sendo que o inglês é oficial em todos ao lado do chuquês no estado de Chuuk, do kosraeano no estado de Kosrae, do pohnpeiano no estado de Pohnpei e das línguas autóctones no estado de Yap.

Países (ano da independência ou país de qual é dependente)	População UNFPA (milhões)	Número de línguas Ethnologue 2017			Línguas principais	Percentual de falantes		Língua usada como				
		Autó- ctones	Aló- ctones	Princi- pais		Primeira língua	Segunda língua	Língua oficial	Língua Franca	Instrução média		
										Pré- primário	Primário	Médio
Palau ²⁸ (1994)	0,021	3	3	2	Inglês Palauano Tagalo Sonsorolês Angaur Japonês Tobiano	19 68 10 3 0,7 0,1	79	X X <i>(de jure)</i>		X X X	X X X	X X X
Papua (Indonésia)	3,67 (2016)	262	1	2	Indonésio Crioulo malaio- papuásio Dani ocidental Ekari ocidental Javanês	36,5 12,5 8,1 4,5 2,6	14	X <i>(de facto)</i>	X X	X X	X X	X X
Papua-Nova Guiné (1975)	8,2	839	2	3	Inglês Tok pisin Hiri motu Melpa Huli Língua de sinais da Papua Nova Guiné	1 2 3 2,4 2	5 64	X X X <i>(de facto)</i> X	X X	X X X X	X X	X X
Papua ²⁹ Ocidental (Indonésia)	1,36 (2016)	57	1	2	Indonésio Crioulo malaio- papuásio Javanês Mai Brat Hatam	69,7 22,5 6,2 3,5 2,6	27	X <i>(de facto)</i>	X X	X X	X X	X X
Polinésia Francesa (França)	0,283	7	2	2	Francês Taitiano Tuamotuano Chinês hakka Austral Norte- marquesano Sul- marquesano Mangarevano	30 44 8 4,7 2,6 1,4 1,3 0,8	35 30	X <i>(de jure)</i>	X X	X X	X X	X X
Rapa Nui /Ilha de Páscoa (Chile)	0,0077	1	1	2	Espanhol Rapa Nui	78 13,8	19 33	X <i>(de jure)</i>	X	X X	X X	X X
Samoa (1962)	0,196	1	3	2	Inglês Samoano Maori Chinês	5 93 0,1 0,1	57 6,7	X X <i>(de facto)</i>	X	X X	X X	X X

²⁸ Palau está dividido administrativamente em 16 estados. Cada estado tem a sua língua oficial, sendo que o inglês é oficial em todos ao lado do tobiano no estado de Tobi, do sonsorolês no estado de Sonsorol, do japonês e do angaur no estado de Angaur e do palauano nos demais estados.

²⁹ Sobre o percentual de falantes maternos de indonésio e do crioulo malaio-papuásio para os territórios da Papua e da Papua Ocidental coletamos dados, respectivamente, do Censo Indonésio de 2010 e de Kluge (2014). Mesmo que tais dados quando confrontados pareçam divergentes, optamos por mantê-los conforme essas referências.

Países (ano da independência ou país de qual é dependente)	População UNFPA (milhões)	Número de línguas Ethnologue 2017			Línguas principais	Percentual de falantes		Língua usada como				
		Autóctones	Alóctones	Principais		Primeira língua	Segunda língua	Língua oficial	Língua Franca	Instrução média		
										Pré-primário	Primário	Médio
Samoa Americana (EUA)	0,055	2	4	2	Inglês Samoano Tonganês Japonês Tagalo	2 91 3,2 3 1,3	96	X X (<i>de facto</i>)	X	X X X	X X	X
Tonga (1970)	0,108	2	2	2	Inglês Tonganês Chinês Niuafo'ou	1 96 2 1	87	X X (<i>de facto</i>)	X	X X	X X	X
Toquelau ³⁰ (Nova Zelândia)	0,0013	1	3	2	Inglês Toquelauano Samoano Tuvaluano	1 93,4 10,5 4,5	57,4 2,7 31,5 2,7	X X (<i>de facto</i>)	X	X	X	X
Tuvalu (1978)	0,011	1	2	2	Inglês Tuvaluano Kiribatiano	0,5 95 2	86 3	X X (<i>de facto</i>)	X	X X	X	X
Vanuatu (1980)	0,276	107	8	3	Inglês Francês Bislama Lenakel	2 3,7 4,1 6	60,3 29,4 83	X X X (<i>de jure</i>)	X X X	X X X X	X X	X X
Wallis e Futuna (França)	0,011	2	1	3	Francês Wallisiano Futunês	10,7 58,9 30	72	X (<i>de jure</i>)	X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria com base na legislação e websites de governos dos países e territórios da Oceania e em Leclerc (2018).³⁰

De imediato, observando a quantidade de línguas presente em cada país ou território e levando em consideração a história colonial do continente, podemos dividi-los em quatro grupos ou categorias:

- grupo do país com alta diversidade linguística (autóctone e alóctone) e que sofreu colonização de povoamento de base inglesa: Austrália;
- grupo do país e territórios com baixa diversidade linguística autóctone, mas alta ou considerável diversidade linguística alóctone e que sofreram colonização de povoamento de base inglesa: Nova Zelândia e as desabitadas até os primeiros europeus chegarem, Ilha Norfolk e Ilhas Pitcairn;
- grupo de países e territórios com baixo índice de diversidade linguística autóctone e que sofreram colonização de exploração: Guam, Havaí, Ilha Christmas, Ilhas Cocos, Ilhas Cook, Ilhas Marianas do Norte, Ilhas Marshall, Kiribati, Nauru, Niue, Palau, Polinésia Francesa, Rapa Nui, Samoa, Samoa Americana, Tokelau, Tonga, Tuvalu e Wallis e Futuna;
- grupo de países e territórios com alto índice de diversidade linguística autóctone e que sofreram colonização de exploração: Fiji, Ilhas Salomão, Micronésia, Nova Caledônia, Papua, Papua Nova Guiné, Papua Ocidental e Vanuatu.

³⁰ Nenhum dos três atóis de Tokelau tem uma instituição que fornece ensino médio. Os tokelauanos completam seus estudos em Samoa (LECLERC, 2018).

No primeiro grupo, aquele com alta diversidade linguística autóctone e também alóctone, que foi colonizado por povoamento, está a Austrália, com cerca de 195 línguas indígenas e mais de 150 línguas imigrantes. Como dissemos na seção anterior, a política australiana sofreu uma profunda transformação nos anos 1970, quando o governo do país foi pressionado por movimentos aborígenes a abolir tanto a política de assimilação quanto a *White Australia Policy*, que barrava a imigração de descendentes não-europeus. Tais medidas permitiram a chegada dos primeiros asiáticos à Austrália e culminaram mais tarde com a adoção do multiculturalismo como política de Estado (MACINTYRE, 2009).

É a partir desse momento que se observa uma série de iniciativas destinadas a valorizar a diversidade linguística, inclusive voltadas para os povos indígenas, tais como: a criação dos primeiros programas-piloto de educação bilingue para povos aborígenes, já nos anos 1970; a elaboração de políticas voltadas para o ensino de línguas imigrantes, como a *National Policy on Languages*, de 1987, que elegia um rol de línguas prioritárias a serem ensinadas; a formulação da *Aboriginal Education Policy*, com o objetivo de fornecer acesso dos aborígenes à educação, aumentar a frequência escolar e assegurar a participação deles nas políticas educacionais e a criação pelo governo da *Aboriginal and Torres Strait Islander Commission*, em 1990, com a função de aconselhar o governo no que tange à preservação do patrimônio cultural e linguístico aborígene (LECLERC, 2018).

Contudo, nos últimos anos, constata-se a consolidação de uma política linguística de supremacia do inglês em que escolas indígenas se mostram inexpressivas e línguas imigrantes são ensinadas apenas como disciplinas e restritas ao ambiente familiar. De acordo com o *Australian Curriculum*, para os dez primeiros anos escolares, conhecido como F-10, que vem sendo desenvolvido desde 2010, o sistema educacional deve proporcionar oito áreas de aprendizado, entre elas o inglês e demais línguas; sete capacidades gerais, entre elas o entendimento intercultural; e três prioridades transcurriculares, como a sustentabilidade, a história e cultura dos povos aborígenes e dos povos das ilhas do Estreito de Torres e o envolvimento da Austrália com a Ásia e da Ásia com a própria Ásia (AUSTRALIA, 2018).

Na área de línguas, são oferecidas aulas de alemão, árabe, chinês, coreano, espanhol, francês, grego, hindi, indonésio, italiano, japonês, língua australiana de sinais, turco, vietnamita e língua indígena como segundas línguas (não como línguas de instrução) com 2h por semana, mas apenas até os primeiros 10 anos do currículo escolar. Para Leclerc (2018), as línguas são ensinadas com o propósito de integrar os imigrantes e seus filhos ao país, facilitando, assim, a aquisição da língua inglesa para que possam participar da vida pública e, acrescentaríamos, sem se preocupar com a valorização ou a preservação dessas línguas.³¹ Isso pode ser comprovado no próprio F-10 onde se lê sobre o árabe e sua relação com o inglês:

³¹ Algo semelhante pode ser observado no Canadá, quando tivemos a oportunidade de analisar o funcionamento do discurso do multiculturalismo nesse país (BARBOSA DA SILVA, 2018).

O árabe é usado como meio para a interação da classe e para demonstrar e modelar a aquisição de novos idiomas. O inglês pode ser usado para explicar características do idioma e aspectos da cultura. *O inglês e o árabe podem ser usados* quando os alunos estão *se comunicando sobre semelhanças e diferenças entre o árabe e outras línguas e culturas e refletindo sobre como eles falam e se comportam nos contextos de língua árabe e de língua inglesa* (AUSTRÁLIA, 2018, tradução e grifo nosso)³²

Quanto ao segundo grupo, formado pelo país e territórios também com prevalência da colonização de povoamento, mas com baixa diversidade autóctone, tem como maior expoente a Nova Zelândia, país com apenas duas línguas autóctones, o maori e o moriori (nas Ilhas Chatham, quase extinto) e dezenas de línguas imigrantes. Assim como a Austrália, a Nova Zelândia reviu suas políticas de assimilação dos povos indígenas a partir dos anos 1970, após ampla mobilização de grupos maoris, iniciando uma política de valorização da cultura e da língua locais.

Entre as medidas criadas estavam o programa *Te Wiki o Te Reo Māori* (Semana da Língua Maori), em 1975, com uma série de eventos voltados para o reconhecimento do maori; o movimento *Kōhanga Reo* (Ninho de língua), que a partir de 1981, criou escolas pré-primárias de imersão para a cultura e língua maoris, depois estatizadas; a criação das *Kura Kaupapa Māori* a partir de 1985, complementares às anteriores, para o ensino primário e secundário; a adoção, em 1987, da língua maori como oficial da Nova Zelândia (NASCIMENTO; MAIA; WHAN, 2017) e no mesmo ano a criação da *Te Taura Whiri i te Reo Māori* (Comissão da Língua Maori), com a função de desenvolver políticas de promoção do maori. Todas essas ações tinham como objetivo reconhecer a importância da língua maori e colaborar na retomada da sua transmissão para as futuras gerações, já que como na Austrália, grande parte da população indígena do país tinha se tornado falante de inglês como primeira língua.

O movimento *Kōhanga Reo* conseguiu certo sucesso ao ampliar o número de falantes e acabou servindo de modelo para outros países e regiões como o Havai (com o *Pūnana Leo*, desde 1984) e também o Brasil no caso do ensino do kaingang (NASCIMENTO; MAIA; WHAN, 2017). Atualmente, o país desenvolve um programa que garante a utilização do maori e de línguas imigrantes como o samoano, o tonganês, o maori das Ilhas Cook e o niueano, como língua de instrução em dois níveis: de 51% a 80% e de 80% a 100% da grade curricular até o ensino secundário em escolas maoris e no ensino primário para imigrantes. Além disso, a Nova Zelândia apresenta iniciativas como a Semana de Línguas, semelhante a *Te Wiki o Te Reo Māori*, e investe na produção de material didático para atender às línguas imigrantes, sobretudo as

³² No original: *Arabic is used as the medium for class interaction and to demonstrate and model new language acquisition. English may be used to explain features of language and aspects of culture. Both English and Arabic may be used when learners are communicating about similarities and differences between Arabic and other languages and cultures and reflecting on how they talk and behave in Arabic-speaking and English-speaking contexts* (AUSTRÁLIA, 2018, grifo nosso).

polinésias, que sofrem com a escassez de material didático (NEW ZEALAND, 2018a; 2018b). Entretanto, ainda que os documentos do governo sejam elaborados nas duas línguas oficiais e que as ruas do país sejam visualmente bilíngues, Leclerc (2018) alerta que o bilíngüismo na Nova Zelândia está restrito ao povo maori e aos imigrantes porque poucos anglofalantes se interessam em aprender outras línguas.

O terceiro grupo é formado por países e territórios com colonização predominantemente de exploração e baixa diversidade linguística autóctone, sobretudo da Micronésia e da Polinésia, que, como Lynch (1998) afirma, apresentam uma língua por ilha ou grupo de ilhas. De imediato é possível perceber que tais países tendem a implementar uma política de *status* de tornar oficial a única ou as poucas línguas indígenas ao lado da língua colonizadora europeia. Já no quarto grupo que apresenta países e territórios também com colonização em que predomina a exploração, mas com grande diversidade linguística autóctone, reunindo sobretudo países da Melanésia, é possível observar uma tendência de tornar oficial a língua europeia colonizadora ao lado ou não de línguas crioulas.

Cabe ressaltar que os países e territórios do terceiro grupo poderiam, inclusive, adotar apenas a língua autóctone como oficial devido ao fato de quase toda a população ser falante dessa língua como em Kiribati ou em Tuvalu.³³ No entanto, tal medida esbarra em diversos problemas, como a falta de recursos para elaboração de materiais didáticos e para a formação de professores ou ainda a pequena população e a sua dispersão por muitas ilhas. Na maioria desses países, inclusive, o ensino superior fica a cargo da *University of the South Pacific*, com sede em Suva (Fiji), e é realizado a distância, via satélite, mas com polos apenas na capital ou ilha principal e há casos em que sequer existe a oferta de ensino secundário, como em Tokelau e nas Ilhas Pitcairn. Tal situação influencia a migração de jovens para países como a Austrália e Nova Zelândia, que acabam preferindo o ensino em língua inglesa na escola secundária para terem maiores chances profissionais (LEE; FRANCIS, 2009; CONNELL; RAPAPORT, 2013).³⁴

Já os países do quarto grupo, além desses problemas, enfrentam uma situação linguística mais complexa. Alguns deles com centenas de línguas locais, têm inclusive que implementar uma política linguística que mantenha a unidade nacional, fazendo com que toda a população possa se comunicar em uma única língua, seja europeia ou crioula, como em Vanuatu ou na Papua-Nova Guiné, que optaram por tornar oficiais línguas crioulas ao lado de línguas europeias. Em outros, entretanto, cabe registrar que ainda se observa certo preconceito com essas línguas crioulas, como nas Ilhas Salomão, que não tornaram o pijin a sua língua oficial ou mesmo no Havai (território do terceiro grupo) em que apenas recentemente, em 2016, acrescentou em seu censo linguístico a

³³ Nesses países, de acordo com a Unesco (2010) e o Ethnologue (2017), as línguas estão menos ameaçadas que na Melanésia, provavelmente por terem Estados responsáveis por suas políticas como Samoa, Tonga e Tuvalu.

³⁴ Dados dos censos nacionais mostram que, atualmente, na Nova Zelândia (2013) vivem cerca de 144 mil samoanos, 61 mil cookianos, 60 mil tonganeses, 23 mil niueanos (quinze vezes a população do território), 14 mil fijianos e 7 mil tokelauanos (cinco vezes a população do território) e na Austrália (2016), 61 mil residentes nasceram em Fiji, 24 mil em Samoa e 10 mil em Tonga.

opção de resposta para a língua crioula ou ainda nas províncias indonésias de Papua e Papua Ocidental que ainda não registram no censo nacional essa opção.

Quanto às línguas utilizadas na educação, de forma geral nesses dois grupos, podemos observar que a maioria dos países e territórios, entre eles Kiribati, Papua-Nova Guiné, Niue e Samoa, utilizam um bilinguismo de transição. Nesses lugares, a criança é alfabetizada e tem como língua de instrução das séries iniciais a sua primeira língua para depois ser introduzida à língua oficial colonizadora europeia. Muitas vezes segue-se a seguinte fórmula, com maior ou menor ênfase na língua materna: língua materna como língua de instrução + língua alóctone como disciplina => língua materna como língua de instrução e língua alóctone como língua de instrução => língua alóctone como língua de instrução + língua materna como disciplina. De maneira geral, tal medida teria como vantagem facilitar a aquisição da língua colonizadora, ampliando, conseqüentemente, a inserção internacional do país no mundo, mas acaba impedindo que as línguas locais alcancem as séries superiores do sistema educacional, restringindo-as aos ambientes familiar e religioso.

Contudo, cabe mencionar certa variedade ou especificidades de métodos no ensino bilíngue do continente. Aqueles países e territórios que não adotam o sistema de biliguismo de transição oferecem disciplinas para o ensino de línguas locais nas séries iniciais, por exemplo, como na Polinésia Francesa (de 2h a 2h:30 por semana) ou em Fiji (3h a 4h por semana). Para contornar as dificuldades apresentadas, outros implantam políticas e ações de forma territorializada, como na Micronésia, que oferece a língua local de acordo com regiões do país; de forma segmentada, como em Tonga, onde na capital se encontra maior oferta de escolas com ensino primário em inglês em relação aos locais mais afastados do país por conta do interesse dos pais; ou ainda políticas de caráter étnico, como no Havaí, que oferece instrução na língua havaiana para os descendentes de havaianos; ou por disciplinas como nas Ilhas Marshall, que oferecem disciplinas de estudos sociais, saúde e arte em marshallês e de matemática e ciências em inglês. Já em Palau, a educação bilíngue varia de acordo com a língua materna do professor, e nas Ilhas Marianas do Norte a ausência de recursos para a realização do ensino bilíngue fez com que o governo, a partir de 2004, exigisse proficiência em chamorro ou caroliniano para a conclusão do ensino médio (LECLERC, 2018).

Todavia, mesmo com tantas dificuldades, não se destacam alguns avanços voltados sobretudo para a política de *corpus* — antes mesmo da independência de alguns países, mas especialmente após —, que visam equipar as línguas para assumir espaços e funções de maior importância. Tais avanços poderiam, inclusive, servir de modelo para línguas indígenas brasileiras com maior número de falantes, como o tikuna, o guarani kaiowá, o kaingang, o xavante e o yanomami. Entre essas iniciativas estão a fundação da *Kumision I Fino' Chamorro*/Comissão da Língua Chamorro (1964), em Guam; a instituição do *Kiribati Language Board* (1970), em Kiribati; a criação dos programas *Pacific Languages Development Project* (1970), *Bilingual Education Teacher Training* (1974) e seus sucessores pela *University of Hawai'i*; a formação da *Académie tahitienne* (1974), na Polinésia Francesa; e do *Institute of Fijian*

Language and Culture (1986), em Fiji; a criação da *Chamorro/Carolinian Language Policy Commission* (1994), nas Ilhas Marianas do Norte; a constituição da *Faleula o fatuaiupu o le gagana samoa*/Comissão Internacional da Língua Samoa (2000), em Samoa e em Samoa Americana; e da *Te Kopapa Reo Māori*/Comissão da Língua Maori (2003), nas Ilhas Cook; a instituição da *Customary Law and Language Commission* (2004), nas Ilhas Marshall; da *Académie de langues kanak* (2007), na Nova Caledônia; e a constituição da *Niue Language Commission*, em Niue. Essas iniciativas criaram órgãos específicos dos governos e programas de universidades responsáveis em maior ou menor grau por elaborar e publicar dicionários bilíngues; padronizar a ortografia; descrever a gramática; atualizar o léxico; ampliar o número de professores; opinar sobre programas educacionais e elaborar materiais didáticos para as línguas locais, ou seja, realizar as políticas linguísticas de *corpus* e de *aquisição* desses países (SPENCER, 1996; LECLERC, 2018).

Considerações finais

Neste artigo, observamos que o colonialismo modificou o ambiente linguístico dessa região que já era a linguisticamente mais complexa do mundo antes dos europeus chegarem, introduzindo outras línguas bastante distintas com grafias e sentidos outros para além daqueles já conhecidos pelos povos indígenas da Oceania. Se por um lado, constatamos, ao longo da colonização do continente, o extermínio e a transformação de línguas locais por meio da imposição das línguas europeias; por outro, observamos um processo de descolonização linguística a partir dos anos 1970 em que se produz outra memória sobre as línguas colonizadas e também sobre as línguas colonizadoras, marcadas nas muitas línguas crioulas de base europeia ou ainda no inglês neozelandês e australiano que Holm (2000) inclusive classifica como semi-crioulo.

Tal situação fez com que os povos da Oceania se tornassem povos de fronteiras — fronteiras de línguas, fronteiras de sentidos, fronteiras de memórias sejam elas entre as línguas colonizadoras, as autóctones e as imigrantes. Não fronteiras rígidas, mas porosas, multilíngues, com muitas trocas e movimentos, com sentidos que vão e vêm e que afetam não apenas as línguas locais, mas também as línguas europeias, ainda que estejam restritas a espaços de uso da Igreja ou do Estado, respectivamente.

Ainda assim, há de se destacar que, apesar da escassez dos mais variados recursos, os países e territórios da região apresentam uma relevante política linguística de *status*, de *corpus* e de *aquisição*, garantindo o reconhecimento de línguas locais pelo Estado; fomentando alterações linguísticas gramaticais e lexicais para que possam ocupar outros espaços e ampliando a aquisição de habilidades escritas da população nessas línguas. Tais iniciativas são, assim, fundamentais para que se possa, se não reverter o desaparecimento de línguas, pelo menos reduzi-lo preservando de forma sustentável esse complexo e vivo ambiente linguístico.

BARBOSA DA SILVA, D. Language policy in Oceania: in the frontiers of colonization and globalization. *Alfa*, São Paulo, v. 63, n.2, p.317-347, 2019.

- *ABSTRACT: In this article, we present an overview of the language policies adopted in the Oceanian countries and territories after analysis of legislation, plans and government programs. Representing 22.9% of all languages in the world — the vast majority spoken by few people and endangered —, this continent suffered an intense linguistic colonization marked by the instrumentalisation of indigenous languages by missionaries and by the subsequent imposition of European languages as the only ones allowed during European and American imperialism. Such a scenario has broadened the complex linguistic situation in Oceania and has imposed on the countries of the region many challenges about languages to adopt after their independences, in view of the many local problems, which caused the Oceanian peoples to seek diverse political solutions and to become frontier peoples — frontiers of languages, frontiers of meanings, frontiers of memories, frontiers between colonizer languages, indigenous languages and immigrant languages.*
- *KEYWORDS: Language policy. Oceania. Linguistic colonization. Bilingualism. Languages in contact.*

REFERÊNCIAS

AUSTRÁLIA. Australian Bureau of Statistics. **Language spoken at home**. 2016. Disponível em: <https://profile.id.com.au/australia/language>. Acesso em: 24 ago. 2019.

AUSTRÁLIA. Australian Curriculum. Assessment and Reporting Authority (ACARA). **Understand how F-10 curriculum works**. 2018. Disponível em: <https://www.australiancurriculum.edu.au/f-10-curriculum/>. Acesso em: 26 ago. 2019.

AUSTRÁLIA. **Convict transportation registers database**. 2008. Disponível em: <http://blogs.slq.qld.gov.au/jol/2008/08/20/convict-transportation-registers-database/>. Acesso em: 05 set. 2019.

BARBOSA DA SILVA, D. Uma terra hospitaleira de muitos imigrantes vindos do mundo todo: a emergência do discurso do multiculturalismo no Canadá. **Interfaces Brasil/Canadá**, Florianópolis; Pelotas; São Paulo, v. 18, n. 1, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15210/interfaces.v18i1.13087>. Acesso em: 29 ago. 2019.

BARBOSA DA SILVA, D. Política lingüística en África: del pasado colonial al futuro global. **Estudios de Asia y África**, Ciudad de Mexico, v. 46, n. 1, p.65-95, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/261737711_Politica_Linguistica_en_Africa_del_pasado_colonial_al_futuro_global. Acesso em: 29 ago. 2019.

- CALVET, L.-J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola, 2007. Obra original de 1995.
- CALVET, L.-J. **Sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2002. Obra original de 1993.
- CAMPBELL, I. C. **Island Kingdom**: Tonga ancient and modern. Christchurch: University of Canterbury, 2015. Obra original de 1992.
- CAMPBELL, I. C. **Worlds Apart**: a history of the Pacific Islands. Christchurch: Canterbury University Press, 2003. Obra original de 1989.
- CHAPPELL, D. The Postcontact Period. *In*: RAPAPORT, M. **The Pacific Islands**. Honolulu: University of Hawaii Press, 2013a. p.138-146.
- CHAPPELL, D. **The Kanak Awakening**: The Rise of Nationalism in New Caledonia. Honolulu: University of Hawaii Press, 2013b.
- COCHRANE, E. E.; HUNT, T. L. (ed.). **The Handbook of Prehistoric Oceania**. New York: Oxford University Press, 2018.
- CONNELL, J.; RAPAPORT, M. Mobility to migration. *In*: RAPAPORT, M. **The Pacific Islands**. Honolulu: University of Hawaii Press, 2013. p.275-286.
- COOPER, R. L. **La planificación lingüística y el cambio social**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. Obra original de 1989.
- CORLEW, L. K. **The cultural impacts of climate change**: sense of place and sense of community in Tuvalu, a country threatened by sea level rise. Scotts Valley, CA: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2012.
- COUTO, H. H. do. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: UnB, 1996.
- DENOON, D. (ed.). **The Cambridge History of the Pacific Islanders**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- DRAGER, K. Pidgin and Hawaii English: an overview. **International Journal of Language, Translation and Intercultural Communication**, Igoumenitsa, v.1, n.1, p. 61-73, 2012. Disponível em: <<https://ejournals.epublishing.ekt.gr/index.php/lati/article/viewFile/2717/2485>>. Acesso em: 23 ago. 2019.
- ETHNOLOGUE. **Languages of the World**. 2017. Disponível em: <https://www.ethnologue.com>. Acesso em: 20 mar. 2018.
- FERRO, M. **História das colonizações**: das conquistas às independências. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Obra original de 1994.
- FIRTH, S. Colonial Administration and the Invention of the Native. *In*: DENOON, D. (ed.). **The Cambridge History of the Pacific Islanders**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p.253-288.

- FISCHER, S. R. **A History of the Pacific Islands**. London: Palgrave Macmillan, 2013. Obra original de 2002.
- FOERSTER, R.; PAKARATI, C. **More Manava**. Rapa Nui: Rapa Nui Press, 2016.
- FRY, G.; TARTE, S. **The New Pacific Diplomacy**. Canberra: Australian National University Press, 2016.
- GOTT, R. **El imperio británico**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2013. Obra original de 2011.
- GRAIG, R. D. **Historical Dictionary of Polynesia**. Plymouth: The Scarecrow Press, 2011.
- HAMEL, R. La globalización de las lenguas em el siglo XXI entre la hegemonía del inglés y la diversidad lingüística. *In*: HORA, D. da; LUCENA, R. (org.). **Política lingüística na América Latina**. João Pessoa: Ideia: Editora Universitária, 2008. p.45-78.
- HAVAÍ. Department of Business, Economic Development & Tourism. **Detailed Languages Spoken at Home in the State of Hawaii**, 2016. Disponível em: http://files.hawaii.gov/dbedt/census/acs/Report/Detailed_Language_March2016.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.
- HOBBSAWM, E. **A Era dos Impérios (1875-1914)**. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Obra original de 1988.
- HOLM, J. **An introduction to pidgins and creoles**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- HORNE, G. **The white Pacific**. Honolulu: University of Hawaii Press, 2007.
- HOUAISS. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KING, M. **The Penguin History of New Zealand**. Auckland: Penguin Books, 2003.
- KIRCH, P. V. **On the road of the winds: an archaeological history of the Pacific Islands before European contact**. Los Angeles: University of California Press, 2000.
- KLOSS, H. **Research possibilities on group bilingualism: a report**. Quebec: CIRB, 1969.
- KLUGE, A. J. H. **A grammar of Papuan Malay**. 2014. Thesis (Doctor in Linguistic) - Faculteit Geesteswetenschappen, Universiteit Leiden, Leiden, 2014.
- LAL, B. V.; FORTUNE, K. (ed.). **The Pacific Islands: an encyclopedia**. Honolulu: University of Hawaii Press, 2000.
- LECLERC, J. **L'aménagement linguistique dans le monde**. 2018. Disponível em: <http://www.tlfq.ulaval.ca/axl/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

- LEE, H.; FRANCIS, S. T. **Migration and Transnationalism**: Pacific perspectives. Canberra: The Australian National University, 2009.
- LYNCH, J. Multilingualism: language diversity. *In*: SATO, H.; BRADSHAW, J. (ed.). **Languages of the Pacific Islands**. Scotts Valley, CA: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017. p.63-71.
- LYNCH, J. **Pacifics languages**: an introduction. Honolulu: University of Hawaii Press, 1998.
- MACINTYRE, S. **A concise history of Australia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MACLELLAN, N. Pacific Diplomacy and Decolonisation in the 21st Century. *In*: FRY, G.; TARTE, S. **The New Pacific Diplomacy**. Canberra: Australian National University Press, 2016. p.263-284.
- MARIANI, B. **Colonização Linguística**. Campinas: Pontes, 2004.
- McINTYRE, W. D. **Winding up the British Empire in the Pacific Islands**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- MUGLER, F.; LYNCH, J. Language and education in the Pacific. *In*: MUGLER, F.; LYNCH, J. (ed.). **Pacific Languages in Education**. Suva: University of South Pacific, 1996. p.1-9.
- MÜHLHÄUSLER, P. **Linguistic Ecology**: Language change and linguistic imperialism in the Pacific region. London: Routledge, 1996.
- NASCIMENTO, M.; MAIA, M.; WHAN, C. Kanhgág vî jagfê: ninho de língua e cultura kaingang na terra indígena Nonoai (RS): uma proposta de diálogo intercultural com o povo Māori da Nova Zelândia. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p. 367-383, jan. 2017.
- NOVA ZELÂNDIA. New Zealand's Constitution. **2013 Census QuickStats about culture and identity**. Disponível em: <http://archive.stats.govt.nz/Census/2013-census/profile-and-summary-reports/quickstats-culture-identity.aspx>. Acesso em: 23 abr. 2018.
- NOVA ZELÂNDIA. Education Counts. **Māori Language in Education**. 2018a. Disponível em: <https://www.educationcounts.govt.nz/statistics/maori-education/maori-in-schooling/6040>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- NOVA ZELÂNDIA. Ministry for Pacific Peoples. **Pacific Language Weeks**. 2018b. Disponível em: <http://www.mpp.govt.nz/language-culture-and-identity/>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- ORLANDI, E. **Terra à vista**: Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. Campinas: Ed. da Unicamp, 2008. Obra original de 1990.

OUANE, A. (org.). **Towards a multilingual culture of education**. Hamburg: Unesco Institute for Education, 2003.

PAWLEY, A. Language. *In*: RAPAPORT, M. **The Pacific Islands**. Honolulu: University of Hawaii Press, 2013. p.159-171.

QUANCHI, M.; ROBSON, J. **The A to Z of the Discovery and Exploration of the Pacific Islands**. Lanham: The Scarecrow Press, 2009.

SCARR, D. **The History of the Pacific Islands: Kingdoms of the Reefs**. South Melbourne: Macmillan Company, 1990.

SKIRGÅRD, H.; CARTOGIS. **Map of Subregions of Oceania**. College of Asia-Pacific at the Australian National University, 2019. Disponível em: <https://sites.google.com/site/hedvigskirgard/pacific-maps>. Acesso em: 05 set. 2019.

SNIJDERS, J. **A mission too far...: Pacific Commitment (1835-1841)**. Adelaide: ATF, 2012.

SPENCER, M. And what of the languages of Micronesia? *In*: MUGLER, F.; LYNCH, J. (ed.). **Pacific Languages in Education**. Suva: University of South Pacific, 1996. p.10-35.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Atlas of the World's Languages in Danger**. Paris: Unesco, 2010.

UNITED NATIONS POPULATION FUND [UNFPA] **State of World Population 2010: From Conflict and Crisis to Renewal: Generations of Change**. Disponível em: http://www.unfpa.org/swp/2010/web/es/pdf/ES_SOWP10_DemSocialEcon.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY [USGS]. **Mineral Commodity Summaries**, 2011. Disponível em: <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/commodity/nickel/mcs-2011-nicke.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2019.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AUSTRÁLIA. Parliament of Australia. **The Australia Constitution**. Disponível em: https://www.aph.gov.au/About_Parliament/Senate/Powers_practice_n_procedures/Constitution. Acesso em: 05 set. 2019.

DEVERELL, G. Towards the formulation of a language policy for Pacific Preschools: a survey of language use by parents and teachers. **Directions: Journal of Educational Studies**, Suva, v.8, n.16, 1986, p. 73-86.

EARLY, R. A survey of educational language policies in the Pacific region. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LANGUAGE AND EDUCATION, 5., 2016, Bangkok. **Sustainable Development Through Multilingual Education**, Bangkok, Oct. 2016. Disponível em: http://www.lc.mahidol.ac.th/mleconf/2016/Documents/PresentedFiles/Parallel%20V/T1-7/12A-Robert_Early.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

FIJI. Parliament of Fiji Islands. **Constitutions of Fiji Islands**. Disponível em: <http://www.pacii.org/fj/Fiji-Constitution-English-2013.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

FIJI. Fiji Islands Bureau of Statistics. **2017 Census**. Disponível em: <https://www.statsfiji.gov.fj/index.php/census-2017>. Acesso em: 03 mai. 2018.

GABILLON, Z.; AILINCAI, R. Multilingual primary education initiative in French Polynesia. **Procedia: Social and Behavioral Sciences**, Amsterdam, v. 174, p.3595-3602, 2015. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01137595/document>. Acesso: 23 ago. 2019.

GUAM. Government of Guam's Statistical Information. **Guam 2010 Census Demographic Profile**. Disponível em: <https://sdd.spc.int/media/306>. Acesso em: 05 set. 2019.

HAVAÍ. **Hawaii State Department of Education**. Disponível em: <http://www.hawaiipublicschools.org/>. Acesso em: 15 abr. 2018.

ILHAS COOK. Cook Islands Statistics Office. **Census 2016**. Disponível em: <http://www.mfem.gov.ck/statistics/census-and-surveys/census/142-census-2016>. Acesso em: 05 set. 2019.

ILHAS MARIANAS DO NORTE. **Department of Commerce**. Disponível em: <http://commerce.gov.mp/>. Acesso em: 05 set. 2019.

ILHAS MARIANAS DO NORTE. **Department of Accountability, Research & Evaluation**. Disponível em: <https://www.cnmipsoare.org/>. Acesso em: 05 set. 2019.

ILHAS MARSHALL. Nitijela: The Parliament of the Republic of the Marshall Islands. **Constitution of the Republic of the Marshall Islands**. Disponível em: <https://rmiparliament.org/cms/constitution.html>. Acesso em: 05 set. 2019.

ILHAS MARSHALL. Economic Policy, Planning and Statistics Office. **RMI Census 2011**. Disponível em: <https://www.rmieppso.org/social/census-report>. Acesso: 05 set. 2019.

ILHAS SALOMÃO. Parliament of Solomon Islands. **Constitution of Solomon Islands**. Disponível em: <http://www.parliament.gov.sb/files/business&procedure/constitution.htm>. Acesso em: 20 mai. 2019.

ILHAS SALOMÃO. Solomon Islands National Statistics Office. **Census 2009**. Disponível em: <https://www.statistics.gov.sb/statistics/demographic-statistics/census>. Acesso em: 05 set. 2019.

INDONÉSIA. Badan Pusat Statistik. **Kewarganegaraan, Suku Bangsa, agama, dan Bahasa Sehari-hari Penduduk Indonesia**: hasil sensus penduruk 2010. 2011. Disponível em: <https://www.bps.go.id/publication/2012/05/23/55eca38b7fe0830834605b35/kewarganegaraan-suku-bangsa-agama-dan-bahasa-sehari-hari-penduduk-indonesia.htm>. Acesso: 24 abr. 2019.

KEPHAS, J. Prospects for the future: The case of Nauru. **Directions**: Journal of Educational Studies, Suva, v.27, n.1, p. 107-112, 2005. Disponível em: <http://www.directions.usp.ac.fj/collect/direct/index/assoc/D1175081.dir/doc.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

KIRIBATI. **The Constitution of Kiribati**. Disponível em: https://www.policinglaw.info/assets/downloads/1979_Constitution_of_Kiribati.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

KIRIBATI. Kiribati National Statistics Office. **2005 Census of Population**. Disponível em: http://www.mfed.gov.ki/sites/default/files/Census-Report-2005-Volume-1-Final-Report_0.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

KIEVIET, P. **A grammar of Rapa Nui**. Berlin: Language Science Press, 2017.

MICRONÉSIA. **The Constitution of the Federated States of Micronesia**. Disponível em: <http://www.fsmlaw.org/fsm/constitution/constitution.htm>. Acesso em: 20 mai. 2015.

MICRONÉSIA. Federated States of Micronesia Division of Statistics. **Population Statistics**. Disponível em: http://www.fsmstatistics.fm/?page_id=254. Acesso em: 05 set. 2019.

MÜHLHÄUSLER, P. From despised jargon to language of education Recent developments in the teaching of Norfolk. In: VOLKER, C. A. (ed.). **Education in Languages of Lesser Power: Asia-Pacific Perspectives**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2015.

NAURU. Parliament of Nauru. **The Constitution of Nauru**. Disponível em: <http://www.naurugov.nr/parliament/constitution.html>. Acesso em: 05 set. 2019.

NAURU. Nauru Bureau of Statistics. **2011 Census**. Disponível em: <https://nauru.prism.spc.int/nauru-documents>. Acesso em: 05 set. 2019.

NIUE. **Niue Statistics**. Disponível em: <http://niue.prism.spc.int/>. Acesso em: 05 set. 2019.

NOVA CALEDÔNIA. **Institut de La Statistique Eet des Études Économiques**. Disponível em: <http://www.isee.nc/>. Acesso em: 03 jan. 2015.

NOVA ZELÂNDIA. Tau Mai Te Reo. **The Māori Language in Education Strategy 2013 — 2017**. Disponível em: <https://education.govt.nz/assets/Documents/Ministry/Strategies-and-policies/TauMaiTeReoFullStrategy-English.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2018.

PALAU. **Palau Constitution**. Disponível em: <https://www.palau.gov.pw/about-palau/constitution/>. Acesso em: 05 set. 2019.

PALAU. Bureau of Budget and Planning: Office of Planning and Statistics. **2005 Census**. Disponível em: https://www.palau.gov.pw/wp-content/uploads/2013/07/DetailedPOP_tabs.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

PAPUA-NOVA GUINÉ. National Parliament of Papua New Guinea. **Constitution of The Independent State of Papua New Guinea**. Disponível em: <http://www.parliament.gov.pg/constitution-of-the-independent-state-of-papua-new-guinea>. Acesso em: 05 set. 2019.

PAPUA-NOVA GUINÉ. National Statistical Office of Papua New Guinea. **2011 Census**. Disponível em: <https://www.nso.gov.pg/>. Acesso em: 05 set. 2019.

PENE, F.; MUGLER, F. The language context of pacific countries: a summary. **Directions: Journal of Educational Studies**, Suva, v.27, n.1, p.134-143, 2005.

SALLABANK, J. Language ideologies, practices and policies in Kanaky/New Caledonia. In: JONES, M. (ed.). **Language Policy for Endangered Languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SAMOA. Parliament of Samoa. **The Constitution of the Independent State of Samoa**. Disponível em: <http://www.palemene.ws/new/wp-content/uploads/Document/2016-Constitution-of-Samoa-Eng.pdf>. Acesso em: 05 set. 2019.

SAMOA. Samoa Bureau of Statistics. **2011 Census**. Disponível em: <http://www.sbs.gov.ws/library/populationanddemography>. Acesso em: 05 set. 2019.

SAMOA AMERICANA. Department of Commerce. **American Samoa Statistical Yearbook 2011**. Disponível em: <http://doc.as.gov/research-and-statistics/statistical-yearbook/>. Acesso em: 17 abr. 2018.

TOKELAU. Tokelau National Statistics Office. **2016 Tokelau Census**. Disponível em: <https://www.tokelau.org.nz/Tokelau+Government/Government+Departments/Office+of+the+Council+for+the+Ongoing+Government+OCOG/Tokelau+National+Statistic+Office/census.html>. Acesso em: 05 set. 2019.

TONGA. **Act of Constitutions of Tonga**. Disponível em: <https://www.parliament.gov.to/parliamentary-business/documents/constitution-of-tonga/file/115-constitution-of-tonga-revised-1988>. Acesso em: 05 set. 2019.

TONGA. Tonga Department os Statistics. **Census 2006**. Disponível em: <https://tonga.prism.spc.int/census-population#reports>. Acesso em: 05 set. 2019.

TUVALU. **The Constitution of Tuvalu**. Disponível em: http://www.tuvaluislands.com/const_tuvalu.htm. Acesso em: 05 set. 2019.

TUVALU. Tuvalu Central Statistics Division. **Census 2017**. Disponível em: <https://tuvalu.prism.spc.int/index.php/tuvalu-documents>. Acesso em: 05 set. 2019.

VANUATU. **Constitution of the Republic of Vanuatu**. Disponível em: http://www.paclii.org/vu/legis/consol_act/cotrov406/. Acesso em: 05 set. 2019.

VANUATU. Vanuatu National Statistics Office. **2009 National Population and Housing Census**. Disponível em: <https://vnso.gov.vu/index.php/census-and-surveys/census/censuses>. Acesso em: 05 set. 2019.

WALLIS E FUTUNA. Service Territorial de La Statistique et des Études Économiques. **Recensement 2008**. Disponível em: <http://www.statistique.wf/recensements-et-enquetes/recensement-general-de-la-population/>. Acesso em: 05 set. 2019.

WILSON, W. H. Hawaiian language revitalization. *In*: SATO, H.; BRADSHAW, J. (ed.). **Languages of the Pacific Islands**. Scotts Valley, CA: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

Recebido em 15 de maio de 2018

Aprovado em 28 de janeiro de 2019

EXPRESSÕES NEGATIVAS NA FALA DE UMA CRIANÇA BRASILEIRA E UMA CRIANÇA FRANCESA: ESTUDO DE CASOS

Angelina NUNES DE VASCONCELOS*

Ester SCARPA**

Christelle DODANE***

- **RESUMO:** O trabalho é um estudo longitudinal de duas crianças, uma brasileira e uma francesa, e focaliza o desenvolvimento das expressões de negação na fala das duas. Objetiva mostrar que, no início, nas instâncias a que chamamos de “protonegações”, marcadas por gesto e vocalização, são indissociáveis e assumem sentido na interpretação do outro. As funções das primeiras partículas negativas produzidas pela criança foram construídas a partir do sistema de classificação sócio Pragmática das negações desenvolvido por Beaupoil-Hourdel (2013). As seguintes categorias são consideradas: *rejeição/recusa*; *expectativas insatisfeitas*; *ausência/desaparição*; *proibição/comando*; *oposição/correção*; *rogativa negativa*; *negação epistêmica*; *negação funcional*. Os resultados mostram que a rejeição/recusa é a primeira função a emergir na fala de ambas as crianças, ao passo que a ausência/desaparição é mais tardia. A complexificação progressiva das negações produzidas pelas duas crianças podem depender da inclusão de pronomes pessoais em seus enunciados, bem como da introdução de variações nas partículas negativas utilizadas. Por outro lado, ações e vocalizações infantis auxiliam na delimitação de um todo significativo, mesmo com um léxico bastante restrito.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Aquisição da linguagem. Negação. Prosódia. Português. Francês.

Introdução

O presente artigo focaliza as características de expressões de negação produzidas por uma criança brasileira e também por uma criança francesa dos 11 aos 32 meses de vida, em situação de interação com seus pais. O estudo do desenvolvimento da

* Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Instituto de Psicologia, Maceió - AL - Brasil. angelina.vasconcelos@ip.ufal.br. ORCID: 0000-0003-4376-4740

** Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas - SP - Brasil. ester.scarpa@gmail.com. ORCID: 0000-0002-9021-4285

*** Université Paul Valéry, Montpellier 3. Sciences du Langage, Institut des Technosciences et de la Communication (I.T.I.C.). Laboratoire Praxiling, Montpellier - Paris - França. christelle.dodane@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3733-1263

negação é relevante por ser esta uma instância privilegiada para observação da trajetória linguística, inicialmente através de gestos e vocalizações (durante o primeiro ano de vida) e, posteriormente, através do surgimento dos primeiros marcadores verbais de negação (BEAUPOIL-HOURDEL; MORGENSTERN; BOUTET, 2016).

Vasconcelos (2013) e Vasconcelos e Leitão (2016) investigaram as chamadas *condutas proto-opositivas*, isto é, ações produzidas pela criança ao longo do primeiro ano de vida, como choro e gestos, que foram interpretadas pelos adultos como oposição a desejos, vontades, propósitos e comandos. No presente trabalho, as características das produções negativas adultas e infantis da díade brasileira e francesa são investigadas, com foco nas características das protonegações. O prefixo ‘proto’ marca o caráter precursor das produções infantis (gestuais e vocais) em curso de desenvolvimento, as quais são interpretadas pelos adultos como protestos, oposições e negações. São estas produzidas antes dos primeiros não/non, entre 6 e 19 meses de idade. Com as primeiras lexicalizações na fala da criança, verificamos as diferentes funções negativas¹ produzidas pelas crianças (ordem de surgimento, relação entre as diferentes funções, entonações e gestos específicos). A atenção ao período chamado *proto-linguístico*, que antecede o estabelecimento de léxico inicial, busca demonstrar que, mesmo neste período, há modulações vocais, ou seja, variações em altura, duração e intensidade, que potencialmente integram a construção dos significados opositivos nesta fase inicial de aquisição.

“Pré-linguagem”

Desde seu nascimento (e ainda antes, na vida intrauterina) os bebês estão em contato constante com a língua falada em seu entorno, desenvolvendo progressivamente a capacidade de compreender e posteriormente produzir esta língua (BOYSSON-BARDIES, 1996; NAME, 2011). Nesse processo, adultos e criança ajustam-se mutuamente, mesmo antes do surgimento das primeiras palavras, realizando trocas comunicativas organizadas prosodicamente. Desde muito cedo, o adulto dirige-se ao bebê fazendo uso de linguagem com características diferenciadas.

Ainda no útero, por exemplo, o bebê é capaz de captar os sons da fala da mãe e ainda no primeiro ano de vida, processá-los, discriminando mudanças prosódicas ou no ordenamento de elementos (DECASPER *et al.*, 1994; NAME, 2011; BOYSSON-BARDIES, 1996). A precocidade do processamento prosódico, voltado a características de sua língua materna, é igualmente afirmado em outros resultados de pesquisas (FRIEDERICI; FRIEDRICH; CHRISTOPHE, 2007; NAZZI; JUSCZYK; JOHNSON, 2000), e supõe-se que tal capacidade seja fortemente relevante para a aquisição da linguagem no segundo ano de vida.

¹ Como veremos adiante, elas são: rejeição/recusa; expectativas insatisfeitas; ausência/desaparição; proibição/comando; oposição/correção; rogativa negativa; negação epistêmica; negação funcional.

Já do ponto de vista da produção, embora a fixação de etapas restritas relacionadas à idade cronológica seja difícil de ser realizada, o processo de desenvolvimento da linguagem é comumente separado em dois grandes momentos supostamente delimitados: o “pré-linguístico”, caracterizado por vocalizações reflexas como suspiros, bocejos e choro e pela produção de sons que se assemelham a nasais e vogais; e o período “linguístico” quando a criança começaria a produzir o balbúcio chamado “tardio”, caracterizado pela emissão não-sistemática de vocalizações e sílabas básicas, em trechos de extensão e prosódia variável, e um léxico inicial, vinculado a configurações morfo-sintaticamente reconhecíveis como tais pela comunidade de fala.

Este esquema geral de desenvolvimento termina por postular certa descontinuidade entre os períodos ‘pré’ e ‘linguístico’, delimitando o primeiro ano de vida enquanto etapa preliminar ao desenvolvimento da linguagem no qual a criança somente aperfeiçoaria mecanismos de percepção e produção de fala. Contudo, trabalhos apontam a continuidade entre o balbúcio e as primeiras palavras produzidas pela criança (VIHMAN, 1992; BOYSSON-BARDIES; HALLÉ; SAGART; DURAND, 1989), observando a existência de uma ‘protolíngua’ já em desenvolvimento. Estes trabalhos sugerem que este período vem sendo insuficientemente descrito. É esse período que a literatura contempla como proto-linguagem, aquele que antecede imediatamente a fase linguística propriamente dita (BLOOM, 1970). Assim é que alguns pesquisadores mostram como bebês de apenas nove meses de idade são capazes de produzir características rítmicas e entonacionais de sua língua materna (KONOPCZYNSKI, 1990, 1991). A partir dos 9 meses, o bebê já reproduz as configurações melódicas semelhantes foneticamente às das frases interrogativas, enunciativas e exclamativas de sua comunidade de fala, apresentando, portanto, um contraste entonacional básico (DODANE, 2015), embora tal semelhança fonética não indique necessariamente a mesma sistematicidade dos tons que caracteriza a fala da criança depois da introdução de um léxico primitivo (SCARPA, 1988; SCARPA; FERNANDES-SVARTMAN, 2012).

Investigando especificamente a emergência da negação, Dodane e Massini-Cagliari (2010) afirmam que a prosódia permite à criança posicionar-se na interação antes da emergência de marcadores morfossintáticos de negação e que, no momento da aparição destas marcas, complementa e dá suporte aos demais níveis linguísticos ainda insuficientemente desenvolvidos. Dodane e Martel (2009) já tinham relatado que, em produções de duas crianças francesas ainda mais jovens - 10 a 12 meses, observa-se diminuição na duração silábica e na média de F^0 , concluindo que a criança desde muito cedo regula suas produções.. Estas produções passam a ser mais curtas e estruturadas, atingindo um melhor nível de interface entre os níveis prosódico e segmental.

As primeiras negações produzidas pela criança foram classificadas segundo suas funções, baseadas num sistema de classificação sócio-pragmática, proposto por Beaupoil-Hourdel (2013), com as seguintes categorias: *Rejeição/recusa*, subdividida em recusa de uma pessoa, atividade, proposição, entidade, interrupção de uma ação ou continuidade de uma atividade. *Expectativas insatisfeitas*, que abrangem referências ao não/mau funcionamento de um objeto, bloqueio de uma atividade, desapontamento

e inabilidade (da criança de realizar uma atividade). *Ausência/desaparição* – objetos ou pessoas que estavam anteriormente presentes, ou habitualmente presentes ou das quais se antecipava a presença de alguma maneira, mas estão ausentes. *Proibição/comando* – ordens e/ou interdições que objetivam parar ou deter a criança ou ações nas quais ela está engajada. *Oposição/correção* – situações de desacordo entre interlocutores, negações utilizadas para indicar discordância ou contradição (somente possível para a criança quando esta começa a considerar a opinião, crenças e pressuposições de seu interlocutor). *Rogativa negativa* – termos com conotação negativa como onomatopeias e interjeições como eca! ou urg! ôxe! *Negação epistêmica* – expressão de falta de conhecimento ou afirmação de que não possui determinado conhecimento. *Negação funcional* – produção de uma declaração negativa para a qual se pode traçar um valor de verdade correspondente, negação dependente de interação com interlocutor, pode ocorrer como resposta a proposições, a perguntas do tipo sim/não, ou declarações.

A partir dessas categorias, procuramos, neste trabalho, discutir cada função negativa produzida pelas crianças, comparando sua emergência na fala da criança brasileira e francesa, observando quais marcadores negativos e gestos são utilizados na construção de cada função, bem como se há especificidades no desenvolvimento destas funções nas duas línguas. No que diz respeito às produções infantis, inicialmente objetivamos analisar as características das primeiras produções interpretadas como oposições, protestos e, posteriormente, como negações linguisticamente estruturadas, no período que antecede as primeiras produções da palavra ‘**não**’ foneticamente realizada enquanto tal (primeira partícula negativa produzida pela criança). Para tanto, estamos fundamentados na hipótese de que, embora não haja continuidade estrutural entre as primeiras produções infantis e suas construções linguísticas posteriores, há anterioridade funcional e significativa entre as primeiras produções interpretadas enquanto negações, e as negações que serão posteriormente estruturadas gramaticalmente.

Vasconcelos (2017) observou como as mesmas crianças observadas aqui, a partir de mais ou menos dois anos de idade, fazem uso de elementos prosódicos e não só sintáticos e morfológicos na construção de enunciados negativos. A análise dessas construções infantis num período em que há evidências de construções sintáticas mais elaboradas, com enunciados um pouco mais longos, dominam aspectos complexos de sua língua, realizando, por exemplo, proeminência entonacional de elementos deslocados e distinguindo elementos intercalados a partir de curvas prosódicas distintas, acoplados a gestos específicos (mão espalmada, gesto de apontar e outros). Nosso objetivo, aqui, é analisar os recursos utilizados pelas crianças para expressar a negação que antecedem o uso das marcas morfológicas e sintáticas de negação de sua língua materna.

Métodos e dados

O presente estudo dedica-se ao acompanhamento longitudinal de uma criança monolíngue brasileira (falante de português), registrada, em situações naturalísticas de interação com seus familiares, com duração variável de 30 minutos a uma hora, a partir de 04 semanas aos 2 anos e 8 meses de idade. As análises focalizam o período entre 11 e 32 meses, embora características gerais das negações produzidas entre 6 e 11 meses sejam citadas. A criança observada, V, é filho único de família de nível socioeconômico médio da cidade de Maceió-AL; além da criança-alvo, os participantes do estudo incluem adultos que interagiram com ele durante as observações.

Em seguida, dados de M., uma criança (sexo feminino) monolíngue francesa de família de nível socioeconômico médio da cidade de Paris-FR, foram também analisados. Os dados de M. foram registrados mensalmente entre os 11 e 32 meses de idade da criança². Cada registro possui uma hora de duração e também abarca situações naturalísticas cotidianas.

Aspectos distintos nos dois casos como a diferença de gênero e cultura entre as crianças, bem como no início do registro dos dados (6 meses para V. e 11 para M.) foram considerados; entretanto, as análises não são desenvolvidas com o objetivo de comparar diretamente o ritmo ou velocidade de desenvolvimento das duas crianças, mas cada percurso de desenvolvimento é analisado individualmente, especialmente considerando as particularidades das duas línguas em aquisição – português e francês. Análises comparativas foram realizadas longitudinalmente, isto é, contrapondo trechos dos vídeos iniciais com os de vídeos posteriores da mesma criança. Considerações que envolvem comparação entre as duas crianças foram realizadas, mas tendo tais especificidades como ressalva.

Ao todo foram analisados 43 vídeos a partir dos quais os episódios de protonegação e negação foram identificados. Destaca-se que as primeiras produções infantis não são consideradas negações em si mesmas, mas é somente a partir da interpretação adulta que tais produções são significadas estruturadas e alçadas ao nível linguístico, sendo, portanto, a partir delas que os episódios de negação são aqui delimitados.

Entretanto, mesmo segundo tal critério, a dificuldade de realizar recortes nos dados permanece, dada a indeterminação das primeiras produções infantis: indeterminação funcional (diferentes formas são empregadas aparentemente com a mesma função); indeterminação fonética (grande variação no sinal produzido pela criança); e indeterminação na significação (o mesmo significado pode ser veiculado por um número bastante variado de sinais) (SCARPA-GEBARA, 1984). Adicionalmente observam-se também variações nas interpretações realizadas pelos adultos. Estes, lidando com a gama indeterminada de sinais infantis, engajam-se em tentativas de transformação deste sinal em signo, integrando-as nas trocas dialógicas com a criança.

² Os dados pertencem ao grupo Colaje, coordenado pela Profa. Dra. Aliyah Morgenstern e estão disponíveis na plataforma CHILDES (MORGENSTERN; PARISSE, 2012).

Entretanto, estas tentativas iniciais de inserção linguística não são sempre organizadas de maneira explícita e consistente, mas a interpretação do adulto pode traduzir-se em gestos e reações às vezes ambíguas e indefinidas. Mesmo assim, é na fala adulta que os sinais indeterminados da criança encontram espaço de significação, razão pela qual são selecionadas aqui as situações nas quais o adulto interpreta as produções infantis enquanto negações.

Todos os dados aqui analisados foram transcritos a partir do programa CLAN, programa que permite o alinhamento entre cada enunciado transcrito e sua realização em vídeo e/ou áudio, possibilitando a visualização da relação entre elementos linguísticos e extralinguísticos. Os dados de M. encontram-se já transcritos na plataforma CHILDES em francês. Os dados de V. foram transcritos da mesma maneira no programa CLAN a partir do sistema CHILDES - “*Child language data exchange system*”, que normatiza regras de transcrição de dados de linguagem da criança, facilitando seu compartilhamento e análise em diferentes línguas. Cada transcrição contém linhas que correspondem à transcrição ortográfica das produções dos locutores (*CHI para “criança”; *MOT para “mãe”; yyy= sequência ininteligível) e linhas que se referem às demais situações de comunicação (%act para descrição das ações realizadas pelo adulto ou criança; %sit para a descrição da situação de interação). Posteriormente, todas as transcrições realizadas foram convertidas do formato CLAN para o formato PHON. O programa PHON (ROSE; WAUQUIER-GRAVELINES, 2007) tem como objetivo permitir a análise de dados fonológicos, possibilitando comparações sistemáticas entre a produção alvo e a fala efetivamente produzida do ponto de vista segmental e prosódico pela criança, além de exportar segmentos de áudio para o programa PRAAT para as análises acústicas.

As vocalizações, bem como os movimentos do corpo e os gestos infantis explicitamente interpretados pelos adultos como negações foram considerados. A partir do programa PHON realizou-se a notação das ações, direção do olhar, expressões faciais e gestos realizados durante cada oposição. O contexto de cada produção foi igualmente descrito.

Inicialmente, descrevem-se os protestos, oposições e negações, conforme interpretados pelos pais, produzidos pelas crianças no período que antecede o surgimento das primeiras negações linguisticamente estruturadas (por volta dos 16 meses de idade). Em seguida, classificam-se as primeiras negações produzidas pelas crianças em funções, conforme descritas por Beaupoil-Hourdel (2013), observando se as diferentes funções negativas produzidas pelas crianças apresentam uma ordem específica de surgimento durante a aquisição, bem como se é possível relacionar determinadas funções negativas ao uso de entonações e/ou gestos específicos.

Resultados

Primeiras produções infantis interpretadas como negações

Abordamos aqui o período de desenvolvimento de V. que recobre os momentos anteriores as suas primeiras negações linguisticamente estruturadas. Analisamos as produções iniciais infantis que são interpretadas como manifestações de desconforto, protestos, oposições e recusas pelos adultos, tais como choro, expressões faciais, gestos e vocalizações. As quais, embora possuam caráter indiferenciado e não arbitrário, sendo utilizadas em uma série de situações e contextos indistintos e de maneira não estruturada pela criança, são, desde muito cedo, interpretadas pelos adultos como expressões de ‘vontades’ e ‘intenções’ infantis, constituindo, portanto, antecedentes não verbais das construções negativas verbais em desenvolvimento. O prefixo *proto* marca, então, o caráter precursor (funcional e não estrutural) destas ações, interpretadas e significadas pelos adultos como *negações*. Deste modo, para as produções infantis aqui qualificadas como *negações* leia-se *protonegações*, salvo alguma consideração contrária tenha sido feita.

Resumidamente, no que diz respeito às negações produzidas a partir dos seis meses de idade, observam-se em 15 episódios nos quais o balbúcio infantil foi interpretado pelos pais da seguinte maneira:

- 5 produções interpretadas como *inabilidade* (situações nas quais V. tenta alcançar objeto e não consegue), e
- 10 produções interpretadas como *expectativas insatisfeitas* a partir do bloqueio de uma atividade (8 situações nas quais a mãe afasta objeto com o qual V. brincava e 2 nas quais sua mãe impede que V. leve objeto à boca, situações nas quais a criança reage movimentando-se e balbuciando).

Tais produções caracterizam-se pela repetição de vogais, notadamente centrais e anteriores, que muitas vezes se confundem com choro infantil. Em tais situações, a criança realiza produções semelhantes a vogais em repetição; são acompanhadas por expressão de choro, tensão corporal e agitação, muitas vezes jogando o corpo para trás. Tais elementos evidenciam o caráter instável dessas produções que não parecem ainda possuir o valor distintivo de traços fônicos para a criança (mesmo que possamos distinguir sons vocálicos em suas produções). Além disso, é possível observar o surgimento das primeiras produções multissilábicas, repetidas no contexto do balbúcio, embora estas pareçam apresentar o mesmo caráter indiferenciado, sem possuir ainda o valor distintivo, fonológico do adulto.

Voz e gesto são praticamente indissociáveis nessas emissões em seu efeito significativo; incluem elementos multimodais que acompanham as produções da criança como a presença de tensão corporal, movimentação do corpo e membros superiores e focalização do olhar infantil nos objetos presentes no ambiente, sem focalizar seu olhar sobre sua mãe ou pai, adultos com quem interage, mesmo quando estes se encontram diante dele.

As ilustrações a seguir são retiradas de vídeo realizado neste período e ilustram os elementos acima descritos. No próximo exemplo (Episódio 04), V. tenta alcançar brinquedo que sua mãe havia depositado intencionalmente fora de seu campo de alcance, na intenção de fazê-lo engatinhar para alcançá-lo. Como V. parece incapaz de fazê-lo, e não tem sucesso em obter o objeto, estende os braços, elevando seu corpo e o pescoço, olhando para o objeto e vocalizando, ações são interpretadas por sua mãe como protesto.

Episódio 04 – V. tenta alcançar brinquedos (16-06-12 / 6 meses)

- 1 - *CHI: 0.
- 2 - %act: CHI olha para o brinquedo e estica o braço enquanto balança o corpo em direção a ele.
- 3 - *MOT: cadê filho?
- 4 - *MOT: vai!
- 5 - *CHI: 0.
- 6 - %act: CHI olha para o brinquedo enquanto estica o braço e bate no chão
- 7 - *MOT: eita!
- 8 - *CHI: yyy .
- 9 - %act: CHI olha para o lado em direção a outro brinquedo, move o corpo em direção ao brinquedo e vocaliza
- 10 - %sit: o brinquedo para o qual CHI olha tem o desenho de um leão.
- 11 - *MOT: cadê o leão?
- 12 - *MOT: como é que o leão faz?
- 13 - %act: MOT imita o rugido de um leão
- 14 - *CHI: yyy .
- 15 - %act: CHI estica o corpo e toca em um brinquedo, afastando-o para mais longe
- 16 - *MOT: é!
- 17 - *MOT: diga eu não tô(estou) gostando não disso.

Figura 1 – V. tenta alcançar brinquedos (16-06-12 / 6 meses)³



Fonte: elaboração própria

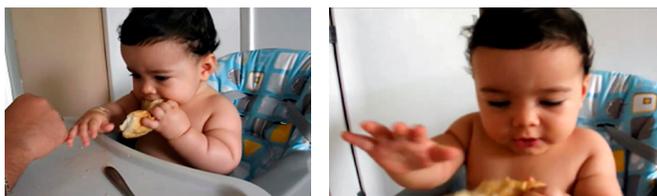
A mãe de V. interpreta que a criança está descontente com a situação (linha 17), incentivando-o a tentar alcançar o brinquedo. Destaca-se o modo como a mãe de V. inicia seu enunciado com o verbo ‘diga’ (linha 17). Deste modo, ela propõe à criança

³ Ilustração referente à transcrição apresentada acima no qual observa-se como V. tenta alcançar objeto sem sucesso (duas primeiras imagens da esquerda pra direita), elevando o corpo, focalizando o olhar sob o objeto e vocalizando (três últimas imagens)

um canal linguístico alternativo (um enunciado inteiro) para expressar negação, através da encenação de um pequeno diálogo entre a mãe (*diga*) e a criança (*eu não tô(estou) gostando não disso*), em que o ponto de vista de ambos se alternam na sua própria fala, atribuindo à criança uma fala negativa (CAVALCANTE, 1999). Deste modo, ações infantis indiferenciadas (vocalizações que se repetem de maneira mais ou menos regular em diferentes situações) são interpretadas e reinterpretadas de maneira constante pela mãe. Assim, às indeterminações funcionais, fonéticas e semânticas das produções infantis, aliam-se também variações nas interpretações realizadas pelos adultos. Estes, lidando com a gama indeterminada de sinais infantis, engajam-se em tentativas de transformação deste sinal em signo linguístico.

Dos 7 aos 9 meses, observam-se três situações nas quais V. começa a fazer uso de qualidade de voz diferenciada (rangido) em produções interpretadas por seus pais como negações. Por volta dos 07 meses de idade, as produções de V. parecem se complexificar, pois suas vocalizações começam a apresentar novas características (alteração da qualidade de voz) que as distanciam do choro, sendo acompanhadas por alteração na interpretação adulta, que atribuem intenção negativa a este tipo de produção da criança. Em adição, sua produção gestual também se modifica, pois passa a agir de maneira mais particularizada e adaptada a cada situação. Neste episódio, por exemplo, quando o pai de V. tenta tirar o pedaço de pão de suas mãos, V. puxa o pão com as duas mãos tirando-o da boca e afastando-o do pai, em reação que apresenta direção e intenção diretamente oposta à do pai.

Figura 2 – V. vocaliza e segura o pão⁴



Fonte: Elaboração própria.

Em tais situações, a criança reage de maneira integrada sincronizando produção vocal (voz rangida), ação (afastando o objeto ao mesmo tempo em que afasta a mão do adulto) e a direção do olhar (alternando seu olhar entre o objeto e o adulto), em produção complexa interpretada como negação.

Já com relação aos dados de M, como seus registros foram iniciados mais tardiamente, comparando-se aos de V. Só dois vídeos abarcam este período, um realizado aos 10 e um segundo aos 11 meses de idade.

⁴ Na primeira imagem (da esquerda para direita), V. vocaliza e segura o pão com a mão esquerda, ao mesmo tempo em que tenta afastar a mão do pai com sua mão direita. Na segunda imagem, de maneira semelhante, V. usa uma das mãos para segurar o pão e com a outra afasta a mão da mãe.

Episódio 10 – M. tenta subir as escadas (20-02-06/ 10 meses)

1. *CHI: 0.
2. %act: CHI engatinha em direção a escada.
3. *CHI: dada
4. %act: CHI engatinha em direção a escada.
5. %obs: MOT conversa com a observadora sobre um brinquedo da criança.
6. *CHI: 0.
7. %act: CHI para com uma mão do degrau da escada, apoiando-se nela e olha para a
8. Observadora.
9. *CHI: da # baba dada.
10. %act: CHI olha para frente novamente, começa a subir a escada
11. *MOT: Madeleine Madeleine
12. *OBS: subir as escadas⁵
13. *CHI: 0.
14. %act: para de subir as escadas, olha para a mãe.
15. *MOT: não⁶
16. %act: MOT faz gesto de negação com a cabeça.
17. *CHI: 0.
18. %act: Olha para frente, começa a descer as escadas.
19. *MOT: isso, descemos⁷
20. *OBS: Funciona como tobogã ao mesmo tempo, é bom⁸
21. CHI: 0.
22. %act: volta a subir as escadas, sobe o primeiro degrau, mas para e volta-se para a mãe.
23. *MOT: [=! risos] Ela passa todo o tempo subindo e descendo⁹
24. %act: olhando para a OBS.
25. *MOT: Não # nós descemos¹⁰
26. %act: realiza gesto de negação com a cabeça.
27. *CHI: 0.
28. %act: CHI desce as escadas.

A mãe de M. procura atrair a atenção da criança chamando-a pelo nome duas vezes utilizando entonação ascendente (linha 10), M. então se vira e olha para mãe (linha 13):

⁵ Original: *monter les escaliers*

⁶ Original: *non*

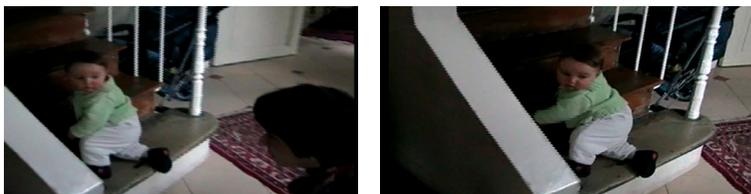
⁷ Original: *non # voilà on descend*

⁸ Original: *ça fait toboggan au meme temps #c'est bien.*

⁹ Original: *elle passe tout le temps à monter et à descendre*

¹⁰ Original: *Non # on descend*

Figura 3 – M. tenta subir as escadas (20-02-06/ 10 meses)¹¹



Fonte: Elaboração própria.

A mãe da criança enuncia ‘*non*’ com entonação plana e realiza gesto de negação com a cabeça (linha 14), em seguida repete a palavra ‘*non*’ (linha 18). M. reage descendo as escadas, como se compreendesse a negação da mãe (linha 17).

Logo em seguida M. volta a subir as escadas, mas interrompe a ação, vira-se e olha para a mãe novamente, como havia feito anteriormente, apesar de sua mãe não tê-la chamado. Neste momento, M. parece antecipar oposição da mãe já aos 11 meses de idade interrompendo sua ação e esperando pela reação da mãe (Linha 21), que efetivamente enuncia ‘*non*’ novamente realizando gesto negativo com a cabeça (Linha 24). M. então desce as escadas (Linha 28).

A mãe da criança interpreta que ela já compreende que não deve subir as escadas, por isso repete a ação tentando subir no primeiro degrau e descendo-o várias vezes durante o dia, segundo seus relatos. A criança parece de fato antecipar a oposição da mãe, interrompendo sua ação e olhando para ela, antes de sua negação.

No que diz respeito às produções de M., observa-se como a criança realiza pequenas ações interpretadas como negações, como por exemplo, puxar um livro e retirá-lo da mão de sua mãe. Nesta situação, a mãe da criança tenta folhear e mostrar o livro, enquanto M. tenta recuperá-lo.

Episódio 11 – M. tenta recuperar o livro que sua mãe segura (20-02-06/ 11 meses)

*MOT: ó, isto é amarelo # amarelo¹²

%act: abre o livro diante de CHI e mostra imagem da cor amarela.

*CHI: 0.

%act: com a mão esquerda pega o livro e o puxa, tentando o retirar de sua mãe, mas ela não o solta

*MOT: uma panela azul¹³

%act: vira a página do livro e mostra imagem da cor azul

*CHI: 0.

%act: puxa o livro novamente com a mão esquerda e o retira da mão da mãe.

¹¹ À direita, M. vira-se e olha para mãe que acaba de chamar sua atenção. À esquerda, M. sobe as escadas pela segunda vez, mas para e olha para sua mãe.

¹² Original: *oh ça c'est jaune # jaune*

¹³ Original: *une casserole bleu.*

Figura 4 – M. puxa o livro afastando-o de sua mãe.



Fonte: Elaboração própria.

Do mesmo modo como descrito em situação semelhante com V., quando os pais tentam retirar um pedaço de pão da criança, aqui também é possível interpretar que a produção gestual de M. se complexifica, visto que a criança age de maneira particularizada e adaptada à situação, puxando o objeto e ao mesmo tempo tentando afastar a mão da mãe, em reação que apresenta direção e intenção diretamente oposta à da mãe. M., fazendo uso neste momento de ações para exprimir negação, ocupa papel ativo na interação.

As produções de V. e M., aqui consideradas como manifestações de desconforto, protestos e oposições, dos 6 aos 16 meses de idade, inicialmente são caracterizadas por balbucios e ações genéricas. Embora não possuam ainda função especializada, não sendo nem mesmo necessariamente dirigidas aos pais, tais manifestações são, entretanto, sistematicamente interpretadas pelos pais como ‘reclamações e oposições infantis’. Chamamos tais produções de “protonegações”, constituindo parte inicial das produções negativas em desenvolvimento. Ao longo do período aqui analisado, estas produções passam por transformações, começando a apresentar novas características, como a adição de qualidade vocal distinta e produção gestual mais particularizada e adaptada a cada situação. Destaca-se, ainda nos momentos iniciais do processo de aquisição da linguagem, como essas crianças começam a coordenar ações verbais e não verbais, o que torna suas produções mais compreensíveis para o adulto. Esta observação corrobora as afirmações de Balog e Bretanti (2008), segundo os quais as crianças já coordenam suas produções verbais e não verbais nos níveis temporal e direcional no período de produção de uma palavra.

É possível, portanto, afirmar que, apesar de os dados de M. serem reduzidos quando comparados aos de V. durante o primeiro ano de vida, a partir deles é possível corroborar observações realizadas com V. As análises destacam pontos em comum como a observação de que por volta do fim do primeiro ano de vida, as duas crianças fazem uso de gestos mais particularizados e adaptados a cada situação, sincronizando produção vocal e gestual. Como exemplo, veja-se como tanto M. quanto V. passam a puxar objetos para afastá-los dos adultos ou afastar a mão do adulto de objetos, em ações que apresentam direção e intenção diretamente opostas às do adulto, às vezes acompanhadas de vocalizações, ações estas interpretadas como negações. Deste modo, passam a ocupar papel mais ativo na interação, agindo e não só reagindo aos pais. Por volta deste período, ambas as famílias parecem interpretar também que as crianças começam a compreender negações e proibições formuladas pelos adultos.

Objetivam-se classificar, nesta seção, as produções negativas verbais e gestuais produzidas pelas crianças de acordo com suas funções, conforme classificadas por Beaupoil- Hourdel, Morgenstern e Boutet (2016). A partir dessa classificação, observa-se como grande parte das produções de V. são classificadas como *rejeição/recusa* (40 produções), situações nas quais os pais interpretam que V. rejeita uma proposição como tomar banho ou emprestar um brinquedo, por exemplo. As rejeições de V. foram produzidas principalmente através da palavra ‘não’ ou aproximações desta palavra como ‘ã’ e ‘nã’. Somente a partir dos 29 meses de idade as funções das produções negativas de V. começam a diversificar-se. Neste momento surgem *oposição/correção* (14), *proibição/comando* (3), *negação epistêmica* (3) e *ausência/desaparição* (1). A seguir tabela resumida com as produções de V.:

Tabela 1 – Resumo da categorização funcional e prosódica das produções negativas de V

Produção (quantidade)	Função
Variações de sons próximos ao ‘não’ (28) Não (8) “rangido” (3) Esse não (1)	Rejeição/ Recusa
Não não (5) a não nenê foi não (em)bora um não não mamãe não não não vô parece um um um pinóquio não não não vou não não cai não cai não a mamãe a mamãe fez ti ti ti ti amo não não não fez ti ti ti amo ta mim não não fez ta mim	Oposição/ correção
Num sei A num sei mamãe Sei mamãe	Negação epistêmica
Assim não (2) É não abi a boca	Proibição/ comando
Sem a vaquinha	Ausência/ Desaparição

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – Resumo das produções negativas de V. por mês a partir dos 11 meses¹⁴

Mês (total de negações)	Funções negativas (quantidade)
14 meses (3)	Rejeição/recusa (3)
15 meses (13)	Rejeição/recusa (13)
16 meses (18)	Rejeição/recusa (18)
19 meses (3)	Rejeição/recusa (3)
29 meses (9)	Rejeição/recusa (3) Oposição/correção (2), ausência/ desaparição (1), negação epistêmica (3)
30 meses (3)	Proibição/comando (3)
31 meses (10)	Oposição/correção (10)
32 meses (2)	Oposição/correção (2)

Fonte: Elaboração própria.

De maneira geral, as negações de V. neste período são inicialmente utilizadas para rejeitar e opor-se às proposições e ações parentais; entretanto, posteriormente (a partir dos 29 meses de idade), a criança começa a produzir negações *epistêmicas*, *funcionais* e de *ausência/desaparição*, produzindo, portanto, *proposições* negativas e não somente *reagindo* às proposições de seus pais. Neste momento, a criança realiza constatações sobre si mesma e seu desconhecimento (negação epistêmica) e constatações sobre ausência de objetos do ambiente (ausência/desaparição). Observa-se então o desenvolvimento das negações infantis não somente a partir de sua complexificação linguística, mas também a partir do desenvolvimento das funções negativas utilizadas, que passam de *reações* às ações parentais a *proposições* negativas. Vasconcelos e Leitão (2016) chegam a resultados semelhantes a partir da análise de oposições infantis, concluindo que há deslocamento do lugar discursivo atribuído à criança, que deixa de ser posicionada apenas no lugar de oponente, para ocupar também o lugar de proponente na interação, agindo sobre o ambiente a partir de um ‘ponto de vista próprio’. Neste momento, a criança não só reage conforme as situações criadas pelos pais, mas toma a iniciativa de agir, mobilizando aspectos do ambiente em proposições muitas vezes negativas.

Quanto às produções da criança francesa, um grande número de negações pode ser observado. Para este trabalho, 462 negações de M. foram consideradas, ressaltando-se que este número elevado é também consequência da quantidade e tamanho dos vídeos franceses, que ultrapassam os brasileiros.

¹⁴ Ressalta-se que houve meses nos quais não foram registradas negações, por isso nem todos estão presentes na tabela, mas somente aqueles nos quais produções negativas foram registradas.

Grande parte das negações de M. são rejeição/recusa (115 negações), sendo esta também a função mais frequentemente produzida pela criança brasileira, seguida por expectativas insatisfeitas (inabilidade/falha) (86), *oposição/correção* (77), *negação funcional* (74), *negação epistêmica* (65), *ausência/desaparição* (29), *proibição/comando* (14) e *rogativa negativa* (2). Observa-se, deste modo, grande variedade nas funções negativas utilizadas pela criança. A seguir tabela que apresenta de maneira resumida as produções de M.

Tabela 3 – Resumo da categorização funcional e prosódica das produções negativas de M.

Produção (quantidade)	Função
Não (71) Enunciado com não (18) Enunciado sem não (16) Não em repetição (10)	Rejeição/ Recusa
Enunciado sem não (59) Não (21) Enunciado com não (5) Não em repetição (1)	Expectativas insatisfeitas
Não (30) Enunciado sem não (24) Enunciado com não (21) Não em repetição (2)	Oposição/ correção
Não (42) Enunciado sem não (31) Enunciado com não (1)	Negação funcional
Enunciado (56) Não (9)	Negação epistêmica
Enunciado (25) Não (4)	Ausência/ desapareição
Enunciado (11) Não (3)	Proibição/ comando
Berk Euh euh	Rogativa Negativa

Fonte: Elaboração própria.

Apresenta-se tabela resumida com as funções negativas de M. produzidas por mês:

Tabela 4 – Resumo das produções negativas de M. por mês¹⁵

Mês (total de negações)	Funções negativas (quantidade)
16 meses (2)	Rejeição/recusa (2)
19 meses (17)	Rejeição/recusa (9), ausência/desaparição (4), expectativas insatisfeitas (3), negação epistêmica (1)
21 meses (2)	Rejeição/recusa (2)
22 meses (24)	Rejeição/recusa (16), oposição/correção (3), ausência/desaparição (3), expectativas insatisfeitas (2)
23 meses (16)	Rejeição/recusa (14), expectativas insatisfeitas (1), oposição/correção (1)
25 meses (55)	Oposição/correção (14), ausência/desaparição (14), rejeição/recusa (12), Expectativas insatisfeitas (8), negação funcional (7)
26 meses (18)	Expectativas insatisfeitas (6), negação funcional (3), negação epistêmica (3), rejeição/recusa (3), oposição/correção (3)
27 meses (46)	Negação funcional (13), oposição/correção (11), negação epistêmica (7), expectativas insatisfeitas (6), rejeição/recusa (5), ausência/desaparição (2), proibição/comando (1)
28 meses (56)	Negação funcional (20), negação epistêmica (19), proibição/comando (6), rejeição/recusa (5), oposição/correção (5), ausência/desaparição (1)
29 meses (82)	Expectativas insatisfeitas (42), negação funcional (14), rejeição/recusa (11), oposição/correção (6), negação epistêmica (4), proibição/comando (2), ausência/desaparição (2), rogativa negativa (1)
30 meses (42)	Negação epistêmica (15), rejeição/recusa (13), expectativas insatisfeitas (7), oposição/correção (6), negação funcional (3)
31 meses (71)	Oposição/correção (23), negação epistêmica (13), negação funcional (12), expectativas insatisfeitas (9), rejeição/recusa (6), proibição/comando (5), ausência/desaparição (3)
32 meses (29)	Rejeição/recusa (16), oposição/correção (5), negação epistêmica (3), expectativas insatisfeitas (2), negação funcional (2), Rogativa negativa (1)

Fonte: elaboração própria

Observando as produções das duas crianças (brasileira e francesa), concluímos que, independentemente da língua, a função *rejeição/recusa* é a primeira a ser expressa, conforme também observado por estudos clássicos sobre a tipologia e aquisição da

¹⁵ Ressalta-se que houveram meses nos quais não foram registradas negações, por isso nem todos estão presentes na tabela, mas somente aqueles nos quais produções negativas foram registradas.

negação (BLOOM, 1970; PEA, 1980). De certo modo, esta conclusão é esperada, visto que funções como *ausência/desaparição*, por exemplo, muitas vezes necessitam de estruturas sintáticas complexas em sentenças com mais de uma palavra para serem expressas, enquanto a rejeição é frequentemente produzida através de gestos e marcadores linguísticos simples como ‘não’. Segundo Pea (1980) a rejeição pode ser observada de maneira não-verbal já a partir dos 8 meses de idade.

Nos dados aqui analisados, a rejeição é inicialmente expressa pela criança francesa a partir de marcadores simples como ‘non’. O marcador de negação ‘pas’ surge na expressão da rejeição a partir dos 23 meses em enunciados como “*non pas avec (bro) colis*” (= não com o brócolis) quando a criança rejeita comida oferecida pela mãe. Expressões mais complexas como “*je veux pas*” (= eu não quero) surgem aos 25 meses, com a utilização de pronome pessoal *je* (= eu). Ressalta-se que é exatamente aos 25 meses que o pronome pessoal *je* emerge nas produções de M. e que a utilização do pronome *moi* atinge seu pico (93 produções), conforme relatado por Dodane e Massini-Cagliari (2010), contribuindo para o desenvolvimento da negação, permitindo à criança posicionar-se na interação e construir seu ponto de vista.

Para a criança brasileira, a expressão da rejeição começa também com produções que se aproximam do *não* como ‘na’ e ‘ã’ e o ‘*não*’ que é foneticamente produzido aos 16 meses. A expressão da negação de V. se complexifica aos 29 meses com o enunciado ‘*esse não*’ quando a criança utiliza o pronome demonstrativo *esse* para fazer referência ao objeto específico que rejeita (neste caso um brinquedo oferecido por sua mãe). A utilização de pronomes pessoais nas negações registradas de V. é observada mais tardiamente, aos 29 meses, quando a criança enuncia “*a num sei mamãe*” utilizando a vogal ‘a’ como preenchedor (*filler*) que substitui o pronome pessoal ‘eu’.

A função *ausência/desaparição* é expressa apenas uma vez pela criança brasileira durante o período observado, e é bastante tardia¹⁶, : trata-se da expressão “*sem a vaquinha*”, aos 29 meses, quando V. procura por vaquinha de brinquedo sem encontrá-la. Neste momento a criança lança mão de recursos léxico-sintáticos num enunciado mais complexo do que aqueles utilizados na *rejeição/recusa*.

Em francês, a ausência é expressa a partir de marcadores simples como “*non*” e expressões mais complexas como ‘*a plus*’ em “*y a plus p(l)us poussin*” (não há mais pintinhos) quando M. procura por pintinhos de pelúcia aos 19 meses. São expressões bastante formulaicas ainda, isto é, não há fortes evidências de elaboração sintática mais sofisticada. Posteriormente, a criança utiliza expressões com o marcador ‘pas’ (*Il y a pas - y a pas toboggan* – não tem tobogã, só aos 25 meses) e combinações com outros itens lexicais ‘*y en a pas*’ e ‘*y a plus*’ (não há, não há mais). Apesar de ser capaz de uso intenso, vocal e gestualmente, vinculado à função rejeição/recusa, só mais tarde a criança usa recursos lexicais e morfossintáticos da língua materna para expressar tal função.

¹⁶ Diferentemente de outros sujeitos cuja fala foi analisada em trabalhos sobre o português brasileiro, como De Lemos (1987), com o par *ó/ô* (olha, acabou) para *aparição/ausência* surgindo bem cedo na fala da criança.

A expressão da função *expectativas insatisfeitas* não surgiu nos registros em português. Em francês, ela foi inicialmente expressa através do marcador ‘non’, sendo muitas vezes utilizada quando a criança não conseguia realizar determinada ação. *Negações epistêmicas* surgem nas produções da criança brasileira aos 29 meses através das expressões ‘*num sei*’ e ‘*a num sei mamãe*’¹⁷.

Nos dados de M. observamos inicialmente o enunciado “*sais pas*” como forma de expressão da negação epistêmica aos 19 meses de idade. Destaca-se ausência do pronome pessoal *je* e do marcador de negação ‘ne’ nesta sentença. Ressalta-se, entretanto, que no francês falado atualmente, de fato a partícula *ne* já não é produzida; isto é, a negação em francês está em processo de mudança linguística (ASHBY, 2001). M. parece ser sensível a essa mudança, pois aos 27 meses ela produz enunciados como “*moi je sais pas chanter*” (eu não sei cantar) acrescentando predicado através do qual especifica aquilo que ela afirma ‘não saber’. Aos 28 meses ela produz negações epistêmicas sobre o desconhecimento de terceiros, neste caso de seu irmão mais novo com apenas poucos meses de vida - *Comme i(l) sait pas encore parler* (ele não sabe ainda falar). Deste modo realiza suposições e afirmações sobre terceiros e não só sobre si mesma.

No que diz respeito à função *proibição/comando*, esta surge nas produções da criança brasileira quando V. repete proibições enunciadas por seu tio “*é não abi a boca*” e “*assim não*” aos 30 meses de idade. Nos dados de M., as proibições são majoritariamente produzidas através do uso da partícula ‘pas’ – ‘*pas là faut me faire au photo*’ (não aqui não pode tirar minha foto) aos 28 meses, quando proíbe a observadora de realizar filmagens na rua. Em português a *oposição/correção* é majoritariamente produzida a partir do marcador ‘não’ (sozinho ou em repetição), bem como enunciados complexos que buscam negar de maneira explícita o elemento afirmado pela mãe. Por exemplo, aos 29 meses, V. produz a seguinte negação “*nenê foi não (em)bora*” após a mãe afirmar que a chupeta da criança havia ‘ido embora’. Nas produções de M. a oposição é também produzida a partir do marcador “non”. Posteriormente a criança introduz o ‘pas’ também se opondo a afirmações do adulto como, por exemplo, “*i(l) dort pas*” (ele não está dormindo), produzida pela criança aos 25 meses de idade em oposição a afirmação da observadora de que o ursinho de pelúcia estava dormindo.

Por fim, a função *negação funcional* não foi observada nos dados registrados da criança brasileira. Nos dados de M., esta função foi majoritariamente produzida a partir do marcador ‘non’ em resposta a perguntas do tipo sim/não de sua mãe.

De maneira geral, observam-se semelhanças no desenvolvimento das produções das duas crianças como, por exemplo, a complexificação progressiva das negações produzidas através da inclusão de pronomes pessoais em suas sentenças, bem como através da introdução de variações nas partículas negativas utilizadas. No que diz

¹⁷ Ramos (2006) duas formas, uma “plena” (não) e outra “reduzida” (num) do marcador de negação; esta constitui a forma “fraca” ou “reduzida”, pois não ocorre em posição final na sentença, mas somente pré-verbal e em co-ocorrência com outros marcadores de negação (presença do item pleno *non* na mesma sentença e/ou presença de quantificadores do tipo “ninguém”, “nada” na mesma sentença).

respeito às funções utilizadas, observa-se também o surgimento da *rejeição/recusa* como primeira função produzida pelas duas crianças e o desenvolvimento das funções negativas utilizadas, que passam de *reações* às ações parentais a *proposições* negativas nos dois casos (VASCONCELOS; LEITÃO, 2016).

Considerações finais

A partir do estudo do desenvolvimento da negação na fala dos sujeitos, buscou-se entender melhor questões concernentes ao estatuto do período chamado *pré-linguístico* de desenvolvimento, que antecede o estabelecimento de léxico inicial, bem como entender como as funções de negação emergem e se tornam mais complexas e especializadas, mesmo com um léxico bastante restrito.

Neste período elementos multimodais acompanham as produções da criança como, por exemplo, presença de certa tensão corporal, movimentação do corpo e membros superiores e focalização do olhar infantil nos objetos presentes no ambiente (objeto com o qual brinca, objeto que tenta alcançar ou objeto que tenta levar à boca), sem focalizar seu olhar sobre o adulto com quem interage mesmo quando este se encontra diante da criança. Já as primeiras produções infantis que foram interpretadas como protestos, por volta dos 6 meses de idade, são caracterizadas pelo balbucio. Tais produções são semelhantes a vogais em repetição (/a/), acompanhadas por expressão de choro, tensão corporal e agitação e, embora apresentem caráter instável e não estruturado, são frequentemente interpretadas pelos adultos como expressões de “vontades” e “intenções” infantis.

A produção gestual e vocal da criança modifica-se. Os gestos tornam-se mais complexos, visto que as crianças passam a agir diretamente sobre objetos foco de seu interesse (puxando ou afastando objetos, por exemplo), bem como diretamente sobre os adultos (por exemplo, afastando a mão da mãe e pai em situações de rejeição), em reação que apresentava direção e intenção diretamente oposta à do adulto, agindo, portanto, de maneira mais especializada e adaptada às situações.

As vocalizações iniciais começam a apresentar novas características que as diferenciam do choro, como a utilização de diferentes qualidades de voz (por exemplo a voz rangida utilizada pela criança brasileira) e outros elementos como repetições silábicas. Ao longo do tempo, observou-se como as crianças passaram a sincronizar produção vocal (choro, grito, voz rangida), ação (afastar objetos, afastar-se dos pais) e direção do olhar (alternando olhar entre o objeto e o adulto) em produções interpretadas como negações. Estas observações parecem corroborar o trabalho realizado por Balog e Brentari (2008), mostrando como ainda nos momentos iniciais do processo de aquisição da linguagem, as crianças começam a coordenar ações verbais e não verbais, tornando suas produções mais diretamente compreensíveis. Conclui-se, deste modo, como as ações e vocalizações infantis auxiliam na delimitação de um todo significativo e no começo da estruturação que indicia o estabelecimento de uma ponte entre som e sentido.

Deste modo, as análises aqui construídas tocam especificamente no tema da continuidade/descontinuidade linguística, conforme formulado por Jakobson e discutido por Scarpa (2005). Conforme os dados aqui observados, embora não seja possível afirmar a existência de continuidade estrutural entre as primeiras produções infantis e suas construções linguísticas posteriores, há anterioridade funcional e significativa entre as primeiras produções interpretadas enquanto negações, e as negações que serão posteriormente estruturadas gramaticalmente. Tal anterioridade parece ser constituída pela interpretação adulta que atribui sentido e função simbólica às produções infantis. Essa estruturação ocorre na medida em que a mãe imprime/interpreta sentido às produções infantis a partir de elementos linguísticos. Quando a mãe diferencia, por exemplo, o que ela caracteriza como ‘choro’ - produzido de modo rítmico e duradouro, do ‘choramingo’ - semelhante ao choro, mas apresentando menor altura e duração, com elevações súbitas e ritmo descontínuo. Essa distinção fundamenta-se em critérios prosódicos de ritmo e duração, conforme apontado por Vasconcelos e Leitão (2016), Freitas (2012) e Cavalcante (1999), atribuindo função simbólica ao choro, na medida em que sistematiza critérios linguísticos de distinção e valoração, produzindo sentido a partir dele. Deste modo, o adulto já imprime função simbólica a partir de critérios linguísticos às primeiras produções infantis. Esse processo promove significativos impactos no desenvolvimento infantil, levando-nos a questionar a separação estrita entre períodos *pré-/proto-linguístico* e *linguístico*, bem como a compreensão de elementos extralinguísticos como ‘não-linguísticos’, visto que estes participam do processo de inserção do falante, via discurso materno, na língua.

NUNES DE VASCONCELOS, A.; SCARPA, E.; DODANE, C. Negative expressions in the speech of one Brazilian and one French child. Functions and prosodic characteristics. *Alfa*, São Paulo, v. 63, n.2, p.349-371, 2019.

- *ABSTRACT: This work is a longitudinal study of two children, one Brazilian and the other French. It focuses on the development of the expressions of negation in their early speech. It aims at showing that, in the beginning, gesture and vocalization are indissociable and they are provided with meaning through the other's interpretation. We call those expressions "proto-negation". The functions of the first negative particles uttered by the children are based on the socio-pragmatic classification system of negation developed by Beaupoil-Hourdel (2013). The following categories are considered: rejection/refusal; failed expectations; absence/disappearance; prohibition/command; opposition/correction; negative pleading; epistemic negation; functional negation. The results show that rejection/refusal was the first function to emerge in the speech of both children whereas absence/disappearance was rather late.. The progressive complexity of the negations may be dependent on, the introduction of personal pronouns in the child's utterances, and on more syntactic and lexical complexity, independently of the target language. On the other hand, actions and vocalizations by the children contribute to the delimitation of a meaningful whole, even with a rather restricted lexicon.,*
- *KEYWORDS: Language Acquisition. Negation. Portuguese. French.*

REFERÊNCIAS

- ASHBY, W. J. Un nouveau regard sur la chute du ne en français parlé tourangeau : s'agit-il d'un changement en cours ? **Journal of French Language Studies**, Cambridge, v. 11, n. 1, p. 1-22, 2001.
- BALOG, H. L.; BRENTARI, D. The relationship between early gestures and intonation. **First Language**, London, v. 28, n. 2, p. 141-163, 2008.
- BEAUPOIL-HOURDEL, P. A multimodal and corpus-based approach to children's expression of refusal and rejection. **International conference of the AFLiCO Empirical Approaches to Multi-modality and to Language Variation**, Lille, p. 15-17, 2013.
- BEAUPOIL-HOURDEL, P.; MORGENSTERN, A.; BOUTET, D. A Child's Multimodal Negations from 1 to 4: The Interplay Between Modalities. *In*: LEE, C. (org.). **Negation and Polarity: Experimental Perspectives**. Springer, 2016. p. 95-123.
- BLOOM, L. M. **Language development: form and function in emerging grammars**. Cambridge: M.I.T., 1970.
- BOYSSON-BARDIES, B. **Comment la parole vient aux enfants**. Paris: Odile Jacob, 1996.
- BOYSSON-BARDIES, B.; HALLÉ, P.; SAGART, L.; DURAND, C. A crosslinguistic investigation of vowel formants in babbling. **Journal of Child Language**, Cambridge, v. 16, n. 1, p. 1-17, fev. 1989.
- CAVALCANTE, M. C. B. **Da voz à língua: a prosódia materna e o deslocamento do sujeito na fala dirigida ao bebê**. 1999. 239p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- DECASPER, A. J. *et al.* Fetal reactions to recurrent maternal speech. **Infant behavior and development**, London, v.17, n.2, p. 159-164, 1994.
- DE LEMOS, C. T. G. **On Ser And Estar In Brazilian Portuguese**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1987.
- DODANE, C. A emergência da linguagem: da proto-língua as primeiras formas linguísticas. *In*: ENCONTRO NACIONAL SOBRE A LINGUAGEM DA CRIANÇA – SABERES EM CONTRAPONTO, 3., 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto Alegre, 2015. Conferência de abertura.
- DODANE, C.; MARTEL, K. Évolution de l'inventaire de contours de F⁰ chez deux enfants français de 10 à 12 mois: l'importance du contexte pour décrire le stade pré-linguistique. **Enfance**, London, v. 61, n. 3, p. 305-316, 2009.

DODANE, C.; MASSINI-CAGLIARI, G. La prosodie dans l'acquisition de la négation: étude de cas d'une enfant monolingue française. **ALFA: Revista de Linguística**, Araraquara, v. 54, n. 2, p. 335-360, 2010.

FREITAS, S. M. da C. **A internalização do sentido do não**: resposta à oposição por parte de uma criança em interações protoargumentativas. Recife, 2012. Relatório final de Prática de Pesquisa I.

FRIEDERICI, A. D.; FRIEDRICH, M.; CHRISTOPHE, A. Brain responses in 4 month-old infants are already language specific. **Current Biology**, Cambridge, v. 17, n. 14, p. 1208-1211, 2007.

KONOPCZYNSKI, G. **Le Langage Emergent II**: Aspects Vocaux et Mélodiques. Hambourg: Buske Verlag, 1991.

KONOPCZYNSKI, G. **Le Langage Emergent**: Caractéristiques Rythmiques. Hambourg: Buske Verlag, 1990.

MORGENSTERN, A.; PARISSÉ, C. The Paris Corpus. **Journal of French Language Studies**, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 7-12, 2012.

NAME, C. A aquisição da linguagem sob a ótica do processamento. *In*: CAVALCANTE, M. C. B.; FARIA, E. M. B.; LEITÃO, M. (org.). **Aquisição da linguagem e processamento linguístico**: perspectivas teóricas e aplicadas. João Pessoa, Ideia: Editora Universitária, 2011. p. 173-196.

NAZZI T.; JUSCZYK, P.; JOHNSON, E. Language discrimination by English-learning 5-month-olds: Effects of rhythm and familiarity. **Journal of Memory and Language**, Maryland Heights, v. 43, n. 1, p. 1-19, 2000.

PEA, R. The Development of Negation In Early Child Language. *In*: OLSON, D.R. (org.). **The Social Foundations of Language & Thought**. New York: W.W. Norton, 1980. p. 156-186.

RAMOS, J. O processo não > num na fala. *In*: RAMOS, J.; VITRAL, L. (org.). **Gramaticalização**: uma abordagem formal. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006. p.119- 132.

ROSE, Y.; WAUQUIER-GRAVELINES, S. French speech acquisition: The international guide to speech acquisition, *In*: McLEOD, S. (org.). **The international guide to speech acquisition**. Clifton Park: Thomson Delmar Learning, 2007. p. 364-384.

SCARPA, E. M. A criança e a prosódia: uma retrospectiva e novos desenvolvimentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 46, n. 2, p. 19-28, 2005.

SCARPA, E. M. Desenvolvimento da intonação e a organização da fala inicial. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 14, p. 65-84, 1988.

SCARPA, E. M.; FERNANDES-SVARTMAN, F. Entoação e léxico inicial. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 38-52, 2012.

SCARPA-GEBARA, E. **The development of intonation and dialogue processes in two Brazilian children**, 1984. 273f. Thesis (Doctor of Philosophy) - University of London, London, 1984.

VASCONCELOS, A. N. de. **Emergência da negação e prosódia**: estudo de casos de uma criança brasileira e uma criança francesa. 2017. 218f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

VASCONCELOS, A. N. de. **Argumentação e desenvolvimento cognitivo**: emergência e estabilização de condutas protoargumentativas. 2013. 141 f. + DVD. Dissertação (Mestrado em Psicologia cognitiva) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

VASCONCELOS, A. N. de; LEITÃO, S. Desenvolvimento da protoargumentação na interação adulto-bebê. **ALFA**: Revista de Linguística, Araraquara, n. 60, p. 119-146, 2016.

VIHMAN, M.M. Early syllables and the construction of phonology. *In*: FERGUSON, C.A.; MENN, L. C. (org.). **Phonological development**: Models, research, implications. York Press, Monkton, MD, 1992. Chapter 13.

Recebido em 20 de novembro de 2017

Aprovado em 12 de maio de 2018

REVISITAR O CONCEITO DE COMUNIDADE PARA DISCUTIR SUA APLICAÇÃO A CONTEXTOS TELECOLABORATIVOS

Laura RAMPAZZO*
Solange ARANHA**

- **RESUMO:** O objetivo deste artigo é discutir o conceito de comunidade em contextos multimodais de projetos telecolaborativos, especificamente o teletandem (TELLES, 2006). Comunidades discursivas (CD) são agrupamentos de indivíduos que se unem para atingir seus propósitos comunicativos por meio de gêneros (SWALES, 1990). Embora o conceito tenha sido extensivamente discutido em contextos acadêmicos, parece não haver estudos que envolvam o tema e sua importância para a telecolaboração. Uma tentativa nesse sentido é o trabalho de Silva (2012) sobre a comunidade teletandem (CT), no qual a autora investiga os estudantes que participam do projeto *Teletandem Brasil: Línguas Estrangeiras para Todos*. Partimos dos critérios elaborados por Silva para a definição de CT e nossa análise deriva de nossa observação intensa e criteriosa da prática de teletandem no laboratório de teletandem da UNESP – São José do Rio Preto. Os resultados indicam que os membros de comunidades que eventualmente se agrupam em contextos telecolaborativos tendem a serem regulados por regras locais e externas, engendram organizações complexas e compartilham gêneros para alcançarem seus objetivos.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Telecolaboração. Comunidade Discursiva. Comunidade Teletandem. Gêneros.

Introdução

O avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação facilitou o contato entre pessoas de diferentes línguas e culturas que provavelmente não teriam a chance de se comunicarem umas com as outras devido à distância geográfica. O desenvolvimento tecnológico também permitiu o uso de ferramentas de comunicação síncrona com propósitos pedagógicos, o que culminou na criação de projetos telecolaborativos, definidos por O’Dowd (2013) como projetos que promovem interação intercultural entre estudantes de línguas que estão localizados em lugares distintos.

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Barretos – SP – Brasil. laura.rampazzo@ifsp.edu.br. ORCID: 0000-0002-4736-9900

** Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto – SP – Brasil. Departamento de Letras Modernas. solange.aranha@unesp.br. ORCID: 0000-0002-8092-1875

Dentre as iniciativas telecolaborativas para a aprendizagem de línguas ao redor do mundo, há, no Brasil, o projeto *Teletandem Brasil: Línguas Estrangeiras para Todos* (TELLES, 2006). Desenvolvido desde 2006 na Universidade Estadual Paulista (UNESP), o projeto promove o contato entre estudantes universitários brasileiros aprendizes de uma língua estrangeira e estudantes universitários do exterior que estão estudando português. Os aprendizes se encontram semanalmente por meio de ferramentas de comunicação síncrona a fim de ajudarem o outro na aprendizagem de sua língua nativa (ou língua de proficiência).

O desenvolvimento desse projeto levou à formação de grupos de pessoas envolvidas na prática de teletandem no campus da Unesp de São José do Rio Preto, onde a modalidade de teletandem institucional integrado ocorre. Essa modalidade inclui os aprendizes, que desejam melhorar suas habilidades na língua estrangeira; seus professores, que podem se interessar por incorporar a prática de teletandem às suas aulas de línguas; e pesquisadores, que podem encontrar no teletandem um campo rico para pesquisas, que pode ser investigado sob múltiplas perspectivas teóricas (ARANHA; CAVALARI, 2014).

Considerando que são vários os indivíduos envolvidos na prática de teletandem e que eles parecem trabalhar em direção a objetivos comuns (prática de línguas, melhoria de oportunidades pedagógicas, trocas culturais e pesquisa), eles provavelmente formam uma comunidade discursiva nos termos de Swales (2016), uma vez que usam gêneros para alcançar seus propósitos comunicativos. Silva (2012) propôs uma investigação a respeito dos participantes de teletandem, no intuito de verificar se eles formariam uma comunidade ou não. Entretanto, a autora apenas considera a participação dos estudantes/aprendizes, não levando em conta o papel desempenhado por professores e pesquisadores nesse contexto. A esse respeito, Rampazzo (2017) já havia argumentado por uma revisão dos resultados de Silva (2012) a fim de que o conceito fosse ainda válido para descrever o que acontece atualmente entre os envolvidos nas atividades de teletandem.

O propósito deste trabalho é discutir o conceito de comunidade discursiva em contextos multimodais, multiculturais e telecolaborativos, especificamente, o contexto de teletandem. Defendemos que a relevância deste estudo reside no fato de que a noção de pertencer ou não a uma comunidade (LEVY, 1999) pode determinar o (in)sucesso de um indivíduo no que diz respeito ao atingimento de seus objetivos (ARANHA; TELLES, 2011) e também resultar na aculturação do comportamento de membros mais antigos. Além disso, parece haver uma lacuna de estudos que relacionam os conceitos de comunidades e telecolaboração.

Primeiramente, apresentamos uma revisão teórica do conceito de comunidade discursiva a partir de Swales (1990, 1998, 2016) e os critérios da comunidade teletandem desenvolvidos por Silva (2012), os quais incorporam as discussões de Swales (1990), Wenger (1998) e Levy (1999). Então, introduzimos os métodos usados neste estudo e damos mais detalhes sobre o contexto investigado. Em seguida, trazemos a análise e, por fim, a discussão.

Fundamentação teórica

O conceito de comunidade discursiva (CD) aparece, primeiramente, em Swales (1990). Inicialmente, essa definição aparece associada a dois outros conceitos: o de gênero e o de tarefa (para aprendizagem de línguas). Se, por um lado, poucos estudos com base na abordagem sociorretórica de gêneros se concentraram no conceito de tarefa, a comunidade discursiva não pôde ser definida sem uma estreita relação com o conceito de gênero, uma vez que é a comunidade que desenvolve e utiliza os gêneros para servirem a seus propósitos (SWALES, 1990).

Swales (1990) apresenta os gêneros como eventos comunicativos utilizados por um grupo de indivíduos – a comunidade discursiva –, que se une a fim de alcançar seus propósitos comunicativos públicos e compartilhados. Sua definição estabelece que os gêneros resultam das necessidades da comunidade, isto é, que os membros criam estruturas discursivas padronizadas como uma resposta às demandas de realização de tarefas e à necessidade de cumprir seus propósitos comunicativos.

Em relação à definição de gênero, Miller (1984) enfatiza que os gêneros moldam a ação social, ajudando a construir a substância da nossa vida cultural, uma característica também destacada por Swales (1990), que argumenta que os gêneros oferecem possibilidades e restrições em sua estrutura, conteúdo e estilo. Em 2004, Swales acrescenta que os gêneros moldam a forma como as pessoas interagem e oferecem regras que refletem aquilo que é social e retoricamente apropriado em certas situações sociais.

Com base no que foi exposto, podemos dizer que os gêneros cumprem as demandas de uma comunidade discursiva ao mesmo tempo em que organizam suas ações. A respeito dessa relação indissociável, Aranha (1996, p.21) afirma que

[...] o gênero se estabelece dentro de uma comunidade discursiva e ela se torna responsável por ele. Poderíamos sugerir que existe um processo de autoalimentação: a comunidade discursiva desenvolve determinados gêneros e a existência de gêneros específicos configura grupos sociais como comunidades discursivas por compartilharem propósitos comunicativos efetivados através dos gêneros pertinentes a ela.

Assim, podemos argumentar que os gêneros não existem se não há uma comunidade para fazer uso deles e vice-versa: se não se encontram gêneros em uma comunidade, ela não pode ser validada como tal.

Quanto à caracterização da comunidade discursiva (CD), Swales (1990) apresenta alguns critérios que validariam um grupo como CD. No entanto, como Hemais e Biasi-Rodrigues (2005) destacam, a definição de Swales (1990) não é suficiente para analisar o processo de formação de um grupo, uma vez que é válida tão somente para comunidades já estabelecidas e consolidadas. O próprio Swales (1993) admite que o conceito, como proposto inicialmente, não poderia ser encontrado no mundo real. Em 1998, ele concorda com as críticas que sugeriam que o conceito era utópico e idealista.

Além disso, em 2016, o autor declara que a primeira definição de CD era muito estática e não dava conta de explicar como as pessoas entravam ou saíam das comunidades. Em suas palavras:

[...] conceito de comunidade discursiva tal como concebido originalmente era excessivamente estático. Embora talvez isso não importasse muito em 1990, no mundo de hoje, mais instável e incerto, isso emerge como um problema; especificamente, o conceito não abordava como as pessoas ingressavam ou saíam das CDs (SWALES, 2016, p. 11, tradução nossa)¹.

Devido aos inúmeros comentários contrários à descrição estática do conceito, Swales (1998) propõe novos critérios para verificar se um grupo de indivíduos poderia ser descrito como uma CD. Os critérios deveriam ser exaustivos o suficiente para distinguir os grupos que detêm o status de comunidade daqueles que não o têm. O autor apresenta uma textografia dos três andares de um prédio na Universidade de Michigan para chegar aos conceitos de *comunidade discursiva de lugar* e *comunidade discursiva focal*. Naquele momento, ele se concentra no primeiro conceito, mas volta a discutir a comunidade discursiva focal em um artigo publicado recentemente (SWALES, 2016).

A *comunidade discursiva de lugar* é definida como um conceito nem tão vago nem tão restritivo. Em outras palavras, é uma definição que pretende não ser instável e confusa para que pudesse ser usada para descrever qualquer agrupamento de pessoas, nem tão perfeccionista a ponto de restringir os grupos que pudessem ser classificados como uma CD. Swales propõe que o conceito descreva um grupo de pessoas que trabalham juntas regularmente e explica que seus membros estão cientes de seus papéis e objetivos e desenvolvem gêneros orais e escritos a fim de atingirem seus propósitos comunicativos. O autor também declara que os gêneros possuem características retóricas e discursivas, que podem ser reconhecidas por membros mais antigos e funcionar como um sistema para validar as ações de uma comunidade também fora dela. Outro aspecto da comunidade discursiva de lugar é a criação de um léxico específico e um sistema de valor daquilo que pode ser considerado um bom (ou mau) trabalho. Além disso, uma comunidade discursiva de lugar tem ciência de sua história e tenta compartilhar suas tradições a novos membros para que estes saibam como participar apropriadamente de suas práticas discursivas.

Após quase 20 anos de sua última discussão sobre o tema (SWALES, 1998), em 2016, Swales explora três tipos de comunidades discursivas e então reflete a respeito dos critérios originais de 1990, atualizando-os e acrescentando outros dois. O primeiro tipo é a comunidade discursiva local, que apresenta várias semelhanças ao conceito de comunidade discursiva de lugar de 1998. Swales (2016) declara que os membros desse tipo de comunidade trabalham no mesmo local ou têm a mesma ocupação na

¹ No original: “[...] *the concept of discourse community as originally conceived was overly static. While this perhaps did not matter so much in 1990, in today’s more unsettled and uncertain world, it looms larger as a problem; in particular, the concept did not firmly or directly address how people either join or leave DCs*”. (SWALES, 2016, p. 11).

mesma área; desenvolveram uma terminologia que não é utilizada ou compreendida pelo público geral; e passam por um período de triagem, quando tentam assimilar os comportamentos de membros mais antigos.

O segundo tipo é a comunidade discursiva focal, mencionada anteriormente em 1998. Essa comunidade é tratada como uma associação que não se restringe a uma região, visto que seus membros podem ser de diferentes nacionalidades, idades, ocupações, circunstâncias econômicas e formações acadêmicas. De acordo com o autor, a comunidade discursiva focal pode ser informal ou formal, mas desenvolve um conjunto de regras. Comunidades discursivas focais podem se formar tanto por suas preferências recreacionais quanto por razões profissionais.

O terceiro tipo, a comunidade discursiva “folocal”, representa uma comunidade híbrida, que têm as características dos dois tipos anteriores. Swales (2016) propõe que os membros da CD folocal têm dois comprometimentos, sendo confrontados por pressões internas e externas. Em outras palavras, esses membros têm comprometimentos duplos porque se dedicam tanto a fatores locais quanto externos; eles precisam observar as demandas locais e focais.

Em vista da existência de diferentes tipos de comunidades discursivas e dos problemas que a definição original apresentou, em 2016, Swales apresenta uma reconsideração dos critérios para definição e reconhecimento de comunidades discursivas. Ele argumenta que: (1) um CD tem um conjunto de objetivos, os quais podem ser descobertos, formulados publicamente e reconhecidos por seus membros; (2) uma CD tem mecanismos de intercomunicação e atualmente podem contar com novas tecnologias digitais; (3) uma CD usa de seus mecanismos participatórios não apenas para oferecer *feedback*, mas também para gerenciar operações, promover recrutamento, mudanças e crescimento; (4) uma CD usa uma seleção de gêneros que se desenvolvem a medida em que são usados e reutilizados; (5) uma CD desenvolve uma terminologia específica que auxilia na promoção de eficiência; (6) existe uma hierarquia implícita ou explícita em uma CD que controla os processos de entrada e progressão e, por isso, alguns membros têm mais experiência discursiva; (7) uma CD desenvolve um senso de “relações silenciais”, o que significa dizer que há aspectos na comunidade que não precisam ser ditos ou explicados em detalhe; (8) uma CD tem uma percepção de sua história e um sistema de valor daquilo que pode ser considerado um bom ou mau trabalho.

A discussão de comunidade discursiva proposta por Swales ao longo dos anos teve como foco o nível acadêmico e os gêneros de pesquisa que são usados nesse contexto. No que diz respeito aos contextos telecolaborativos, ainda são poucos os trabalhos que refletem a respeito do conceito ou o utilizam para explicar as relações entre seus membros. Darhower (2007) conduz um estudo sobre um projeto telecolaborativo chamado *Bilingua Chat Community*, em que falantes de inglês e espanhol interagem por meio do *chat*. Ele argumenta que a telecolaboração é, por natureza, comunidades de aprendizagem virtuais e tenta identificar os comportamentos linguísticos e sociais que definem o processo de formação de uma comunidade e de se tornar um participante/

membro pleno. A partir da definição de comunidade de prática (LAVE; WENGER, 1991), o autor defende que os aprendizes idealmente desenvolveriam a habilidade de se comunicar na língua da comunidade e agir conforme suas regras.

A esse respeito, poderíamos argumentar que aprender como uma comunidade trabalha e como seus membros realizam suas ações é essencial para que os novatos sejam bem-sucedidos em sua tentativa de se tornarem membros plenos de uma comunidade. Em relação ao sucesso, Aranha e Telles (2011), um dos primeiros estudos a relacionar gêneros e teletandem, acreditam que o compartilhamento de propósitos comunicativos é vitalmente importante para que as parcerias não integradas sejam bem-sucedidas, ou seja, durem mais tempo. Os autores destacam que a variedade de textos produzidos no ambiente de teletandem pode corresponder a gêneros e que, se estes não são compartilhados pelos participantes, uma interrupção na parceria pode acontecer. Em razão disso, poderíamos sugerir que os argumentos desses autores já indicam uma possível formação de uma comunidade no contexto de teletandem, uma vez que um dos critérios proposto por Swales (1990, 1998, 2016) para validar uma comunidade é o fato que os participantes compartilham dos mesmos propósitos ou têm propósitos similares.

Silva (2012) investiga se o agrupamento de estudantes que participavam do projeto Teletandem Brasil tinha as características de uma comunidade – a comunidade de teletandem, com base nos conceitos de comunidade discursiva (SWALES, 1990), comunidade de prática (CP) (WENGER, 1998) e comunidade virtual (CV) (LEVY, 1999). De acordo com a autora, nenhuma definição por si só parecia ser suficiente para descrever a associação de estudantes no teletandem. A autora explica que nas três definições, os membros das comunidades: (i) compartilham propósitos em comum; (ii) têm mecanismos de intercomunicação; (iii) não se restringem a barreiras geográficas; (iv) compartilham relações de troca, reciprocidade e sentem que pertencem ao grupo; e (v) compartilham um conjunto de regras. Os três conceitos se distinguem no sentido de que a CD se situa no nível do discurso e seus membros compartilham gêneros para alcançar seus propósitos, enquanto que a CP se situa no nível da prática e os membros trabalham juntos a fim de melhorarem sua prática. Além disso, os membros de uma CP costumam estar em contato direto uns com os outros e os membros da CV estão sempre em contato virtual. Tanto na CP quanto na CD, os membros podem navegar em contatos físicos e virtuais.

A partir das semelhanças e diferenças entre os três conceitos de comunidade, Silva (2012) estabelece seis critérios para identificação da comunidade teletandem (CT):

1. Uma comunidade de teletandem se estabelece a partir de afinidades de interesses, objetivos em comum, compartilhamento de um mesmo conhecimento e de prática;
2. As interações entre seus membros são realizadas com frequência, tendo como base um processo de cooperação ou de troca (reciprocidade) (*feedback*) e a construção do conhecimento, provocando um sentimento de pertencimento;

3. Os membros de uma comunidade de teletandem são “não-presentes”, desterritorizados;
4. Uma comunidade de teletandem cultiva formas próprias de comunicação virtuais;
5. As comunidades de teletandem desenvolvem um conjunto de regras, coletivamente, que regem suas interações (“netiqueta”);
6. Os membros de uma comunidade de teletandem compartilham um léxico específico e uma comunicação bilíngue. (SILVA, 2012, p. 72).

Após estabelecer os critérios, Silva (2012) selecionou 86 participantes de teletandem, brasileiros e estrangeiros, realizou entrevistas semiestruturadas e solicitou que eles respondessem a um questionário². Seu objetivo era verificar se os critérios propostos eram válidos para descrever contextos de aprendizagem como o teletandem.

Em relação a seu primeiro critério, sobre o compartilhamento de objetivos, conhecimento e prática, Silva (2012) revela que a maioria dos participantes afirmou que seu objetivo principal no teletandem era aprender e melhorar sua habilidade na língua estrangeira. A segunda resposta mais comum foi a oportunidade de conhecer outra cultura. A autora acredita então que seu primeiro critério da CT é válido, uma vez que as respostas dos participantes demonstram que os membros possuem propósitos compartilhados.

O segundo item na sua definição da CT também se confirma. De acordo com as respostas dos participantes, eles trocam informações linguísticas e culturais e se sentem parte do contexto. Os estudantes também disseram que interagiam frequentemente e no horário previamente estabelecido com o parceiro, na modalidade não-integrada, ou pelos professores, se a prática era integrada à aula de língua.

Os critérios três e quatro da definição de CT também foram corroborados pelas respostas ao questionário. Eles estabeleciam que os membros da comunidade não tinham um território físico e entravam em contato de modo virtual.

O quinto critério estabelece que os membros criam um conjunto de regras que regulam as interações. Os participantes responderam que criavam regras e acreditavam que existiam demandas a ser cumpridas. Os estudantes salientaram que combinavam como iriam se corrigir, as datas para trocarem texto e obedeciam aos princípios de tandem (BRAMMERTS, 1996). A autora concluiu que esse critério também é válido.

Por fim, Silva (2012) argumenta que seu último critério também é legítimo, uma vez que os participantes confirmaram que a comunicação era bilíngue, por conta do princípio de separação de línguas, e que utilizavam *emoticons*, considerados pela autora como léxico especializado.

² A autora realizou três entrevistas e, embora tenha enviado o questionário a todos participantes dos três campi, apenas 67 responderam.

Em conclusão, pode-se afirmar que os membros da comunidade teletandem trabalham juntos para alcançarem objetivos comuns. A fim de fazê-lo, eles usam duas línguas e seguem as regras previamente estabelecidas.

Metodologia

A investigação apresentada aqui é um estudo qualitativo. Por conta de sua natureza aberta e flexível, esse paradigma permite que sejam feitos ajustes enquanto o estudo está em andamento. A esse respeito, Mason (2002) questiona se é possível planejar uma pesquisa qualitativa, dadas suas características fluidas e flexíveis. A autora aponta que os estudos qualitativos rejeitam um plano de pesquisa previamente fixo, dedutivo. Isso porque as decisões em relação ao planejamento são feitas ao longo da pesquisa, uma vez que os estudos qualitativos têm uma natureza exploratória, orientada pelos dados e sensíveis ao contexto. Além disso, Dörnyei (2007) destaca que as pesquisas qualitativas tentam capturar, em maiores detalhes, o contexto em que os dados são gerados e sustentam um contato intenso e duradouro entre pesquisador e dados.

Em relação à análise, os resultados são definidos pelo exame subjetivo das pesquisadoras, o que caracteriza este estudo como interpretativo. Segundo Moita-Lopes (1994), nos estudos interpretativos, a análise é conduzida indiretamente, isto é, é desenvolvida com base na interpretação dos diversos sentidos que constituem um fato. O autor também explica que o acesso aos sentidos ocorre por meio do uso de instrumentos que apresentam descrições do contexto social.

Quanto a este estudo, nossa interpretação dos fatos se baseia em nossa observação da prática de teletandem na UNESP- campus de São José do Rio Preto de diversos grupos. Foram examinadas as relações entre os participantes que se engajam na prática de teletandem (estudantes, mediadores e professores), e os trabalhos a respeito de ambientes telecolaborativos para a aprendizagem de língua. Posteriormente, foram descritas as características desse contexto a partir da teoria de gêneros de abordagem sociorrética. Em outras palavras, confirmamos quais aspectos do agrupamento que ocorre no teletandem podiam ser explicados pela teoria e se esse agrupamento podia ser definido em termos de uma comunidade discursiva.

O contexto de teletandem na UNESP

Como exposto acima, o teletandem é um projeto telecolaborativo que se desenvolve na UNESP, campi de São José do Rio Preto e Assis desde 2006 e Araraquara desde 2012. Os propósitos desse projeto são dois: pedagógico, com o objetivo de melhorar as competências linguística e cultural de estudantes universitários; e acadêmico³, com

³ A maioria dos estudos sobre teletandem podem ser encontrados no site: <http://www.teletandembrasil.org/publications.html>. Acesso em: 13 ago. 2019.

o objetivo de oferecer um contexto profícuo e propício para se estudar a aprendizagem de línguas sob diferentes abordagens dentro da Linguística Aplicada.

No teletandem, falantes nativos (ou proficientes) de línguas distintas formam pares que se encontram semanalmente como o intuito de aprender a língua do outro em um ambiente telecolaborativo mediado por tecnologia VoIP, como o *Skype*. Na UNESP, campus de São José do Rio Preto, cada encontro (nomeado SOT – Sessão Oral de Teletandem) dura aproximadamente 50 minutos e os participantes devem dedicar metade do tempo para a prática de cada língua. Fazer parte do projeto também implica na participação dos estudantes em sessões de mediação, definidas por Funo (2015) como encontros face-a-face ou virtuais, em grupos ou individualmente – participante(s) e mediador – com o objetivo de encorajar a autonomia e promover reflexão. No campus de São José do Rio Preto, as sessões de mediação ocorrem em grupos após as sessões orais e por meio dos diários reflexivos comentados pelos professores.

Essa divisão da sessão em duas línguas está em conformidade com os princípios de teletandem. Baseados no tandem (BRAMMERTS, 1996), os princípios de teletandem são (i) separação de línguas, (ii) autonomia e (iii) reciprocidade (VASSALLO; TELLES, 2006). Enquanto o primeiro estabelece que os participantes devem ter a mesma quantidade de tempo para praticar a língua um do outro, o princípio da autonomia estabelece que os estudantes devem ser autônomos o bastante para tomarem suas próprias decisões quanto ao seu processo de aprendizagem. Segundo o princípio da reciprocidade, os participantes devem investir igualmente no processo de aprendizagem de seu par e se alternarem nos papéis de tutores de sua própria língua e aprendiz da língua do outro. Esses princípios unem as ações telecolaborativas sob termo teletandem.

A prática de teletandem pode se organizar em diferentes modalidades. A esse respeito, Aranha e Cavalari (2014) e Cavalari e Aranha (2016) descrevem as modalidades institucional integrada e institucional não-integrada e Zakir (2015) e Cavalari (2018) apresentam uma breve descrição do teletandem institucional semi-integrado. No teletandem institucional não-integrado, estudantes voluntários têm o apoio da instituição, mas são responsáveis pela logística da parceria: marcar os encontros, determinar a duração da parceria, monitorar o uso de ambas as línguas, avaliar sua performance e resolver quaisquer conflitos. Aranha e Cavalari (2014) nomeiam teletandem institucional integrado (TTDii) a modalidade em que (1) os participantes estão matriculados em disciplinas de línguas nas duas instituições; (2) a participação no TTDii é obrigatória; (3) parte das tarefas são propostas pelos professores de línguas; e (4) os estudantes são avaliados quanto às tarefas que realizam colaborativamente. Nessa modalidade, cada estudante brasileiro é pareado com um estudante de uma universidade no exterior e todos participantes inscritos realizam suas sessões orais de teletandem no mesmo horário, durante suas aulas de língua e em um ambiente apropriado. Os professores precisam concordar a respeito do calendário de interações que incluem a duração e as datas de quando as sessões orais vão ocorrer. Eles ainda precisam decidir quais as tarefas que serão desenvolvidas pelos estudantes. Além disso, no TTDii, como exposto em Aranha,

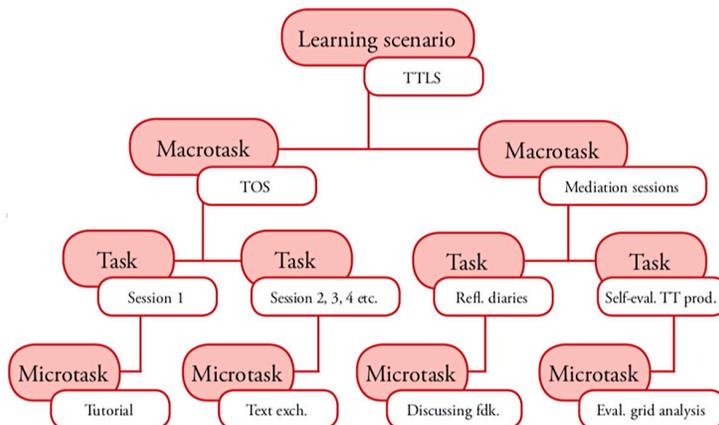
Luvizari-Murad e Moreno (2015), em Luvizari-Murad (2016) e em Aranha e Lopes (2019), a coleta de dados é feita de modo sistêmico em grupos cujos participantes autorizaram compartilhar seus dados para fins de pesquisa.

A modalidade de teletandem institucional semi-integrada (TTDisi) acontece na UNESP campus de São José do Rio Preto quando os calendários de aulas nas duas instituições envolvidas em uma parceria não coincidem e, como resultado, não é possível integrar a prática às aulas de línguas na universidade brasileira. Nesse contexto, a prática de teletandem é obrigatória aos estudantes matriculados nas aulas de português na universidade no exterior e os participantes brasileiros são voluntários. Embora seja outra modalidade, o TTDisi é bastante semelhante ao TTDii, uma vez que as sessões orais também se realizam no mesmo horário e local com todos os participantes e há o desenvolvimento de tarefas. O grupo de voluntários conta com um mediador, normalmente um estudante de pós-graduação, que irá guiá-los ao longo da prática, explicar as tarefas e oferecer qualquer apoio que possam precisar.

Em relação às tarefas, Cavallari e Aranha (2016) são as primeiras autoras a descrever aquelas que ocorrem na prática de TTDii. As autoras as chamam de tarefas integradoras e apresentam algumas características destas. Sua descrição explica cada tarefa sem apontar uma hierarquia entre elas, destacando que a prática de teletandem alimenta as tarefas e são alimentadas por elas. A esse respeito, Aranha e Leone (2016, 2017) propõem que a prática de teletandem é composta por cenários pedagógicos, uma noção definida por Foucher (2010) para descrever quais tarefas são didaticamente planejadas para determinado ambiente de aprendizagem. Um cenário pedagógico envolve os objetivos, as competências prévias e as que pretendem ser alcançadas, os recursos e instrumentos, as tarefas e os possíveis interagentes. No teletandem, o conceito vem sendo utilizado para descrever as macro e micro-tarefas definidas para uma parceria (ARANHA; LEONE, 2016).

Os cenários pedagógicos no teletandem são caracterizados por duas macro-tarefas: as sessões orais de teletandem (SOT) e as sessões de mediação. Apesar de os cenários variarem dependendo do que os professores definem fazer, essas duas macro-tarefas são parte de qualquer parceria de teletandem. As autoras explicam que usam os termos tarefas, macro-tarefas e micro-tarefas para ilustrar a prática de teletandem como um ambiente complexo. Baseadas em Mangenot e Soubrié (2010), elas usam *macro-tarefas* para descrever aquelas de maior escopo e *micro-tarefas* para descrever as que contribuem para a implementação geral de tarefas. As autoras oferecem uma figura para ilustrar um cenário pedagógico possível:

Figura 1 – A organização de um cenário pedagógico no Teletandem.



Fonte: Aranha e Leone (2017, p. 180).

Na figura, é possível observar que cada macro-tarefa dá origem a tarefas que têm micro-tarefas associadas a elas. A macro-tarefa SOT, então, compreende cada sessão oral que ocorre em uma parceria, isto é, os encontros virtuais e síncronos entre os parceiros. Relacionadas às sessões, Aranha e Leone (2017) incluem várias micro-tarefas, tais como o tutorial, uma reunião inicial em que o professor da disciplina e/ou pesquisadores do teletandem introduz o contexto telecolaborativo de aprendizagem de línguas, seus princípios e outras micro-tarefas relacionadas ao teletandem. Algumas informações sobre esses procedimentos podem ser encontradas em um site⁴ por meio de dicas em vídeo. Outra micro-tarefa ligada à SOT é a troca de texto que pode acontecer em uma parceria. De acordo com o cronograma de suas aulas, os estudantes devem escrever um texto na língua alvo sobre um tópico definido por seu professor e enviar aos parceiros, os quais devem revisá-lo, enviar de volta com sugestões para melhoria e discutir os resultados da escrita e revisão na sessão oral seguinte.

Na macro-tarefa de sessão de mediação, há outras micro-tarefas relacionadas. Uma delas é o diário de aprendizagem, que os estudantes precisam escrever após cada SOT a fim de refletir sobre sua experiência na prática de teletandem e pensar a respeito das estratégias que podem ser usadas para auxiliar seu desenvolvimento como aprendizes autônomos. Seus professores – no caso do TTDii – ou mediadores – no caso da modalidade semi-integrada – leem os diários e propõem questionamentos e tópicos de discussão para serem exploradas nas aulas de língua (TTDii). Cavalari e Aranha (2019, p. 562) argumentam que “uma combinação de diálogos individuais por meio de diários e discussão em sala pode enriquecer tanto as aulas de inglês como língua

⁴ Disponível em: <https://teletandemriopreto.wixsite.com/ibilce/informacoes-aos-participantes>. Acesso em: 5 ago. 2019.

estrangeira quanto a experiência telecolaborativa no TTDii”⁵. O conteúdo dos diários deve ainda alimentar as sessões de mediação orais, uma reunião na qual estudantes e mediadores refletem a respeito dos problemas vivenciados na prática e discutem as estratégias de aprendizagem que podem ser usadas. Outra tarefa relacionada às sessões de mediação são os procedimentos e autoavaliação realizados por meio do preenchimento de questionários, normalmente um inicial e um final. No questionário inicial, os aprendizes respondem sobre suas expectativas quanto à prática de teletandem, autoavaliam seu nível linguístico na língua alvo e estabelecem seus objetivos de aprendizagem. No questionário final, eles escrevem sobre a experiência como um todo, avaliando o cumprimento de seus propósitos. Eles também avaliam novamente seu nível linguístico. Atualmente, esses questionários são disponibilizados aos participantes por um link que redireciona a um arquivo do *Google Forms*.

Essa é a atual organização da prática de teletandem na UNESP-São José do Rio Preto e as tarefas apresentadas são aquelas que podem ocorrer em uma parceria de teletandem a depender as características do cenário pedagógico. Argumentamos que essas macro-tarefas, que incorporam as tarefas, dão origem a gêneros que podem ser estudados no contexto de teletandem. Como Miller (1984, p. 151) declara, “uma definição retoricamente válida de gênero precisa estar centrada não na substância ou na forma de discurso, mas na ação usada para sua realização”⁶. Essa ação “deve envolver situação e motivo”. No caso do teletandem, as tarefas são realizadas por ações de linguagem em uma situação de aprendizagem específica cujo objetivo é aprender e trocar língua e cultura.

A comunidade teletandem: uma revisão do conceito

Defendemos que os critérios que definem a comunidade teletandem precisam ser revisados a fim de que o conceito seja ainda válido para descrever o agrupamento de pessoas envolvidas no contexto de teletandem que agora também compreende um sistema de gêneros inter-relacionados (BAZERMAN, 2006a). Tais gêneros podem ocorrer em diversos cenários pedagógicos (como descrito acima), tanto nas modalidades integrada quanto semi-integrada. Rampazzo (2017) considera que o conceito deveria incorporar também os gêneros utilizados e os outros indivíduos engajados na prática – professores, mediadores, estudantes de pós-graduação.

Apresentamos agora a expansão de alguns dos itens propostos por Silva em 2012, o ajuste de outros e a inclusão de dois outros critérios para caracterizar a comunidade teletandem.

⁵ No original: “a combination of one-to-one dialog through diaries and class discussion may enrich both EFL lessons and the telecollaborative experience in iiTTD”.

⁶ Tradução de Judith Chambliss Hoffnagel publicada em DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (org.). **Gênero textual, agência e tecnologia**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 21-41.

Segundo Silva, o primeiro critério estava relacionado às razões pelas quais os membros se uniriam na comunidade teletandem: “Uma comunidade de teletandem se estabelece a partir de afinidades de interesses, objetivos em comum, compartilhamento de um mesmo conhecimento e de prática” (SILVA, 2012, p. 72). Seus critérios, porém, não incluíam os gêneros ou a multiplicidade de propósitos que podem existir entre os membros da CT. Como apresentado na seção de fundamentação teórica, os estudantes parecem compartilhar objetivos comuns, como os resultados de Silva demonstram. De fato, Aranha e Bragagnollo (2015) também destacam que os estudantes compartilham de um objetivo similar – o propósito pedagógico de aprendizagem de uma língua – o que se torna evidente por meios das discussões de língua que ocorrem durante as sessões orais (FRANCO, 2016; FRESCHI, 2017; RAMPAZZO, 2017).

A descrição de Silva desse critério revela que ela considera apenas os alunos como membros da comunidade teletandem, desconsiderando que os professores e pesquisadores também estão envolvidos na prática de teletandem e que esses membros certamente têm objetivos diferentes daqueles dos estudantes. Enquanto os alunos querem desenvolver suas competências linguísticas e culturais, os pesquisadores podem estar interessados na coleta de dados ou análise do ambiente de sala de aula, ou outros. O objetivo da coleta de dados pode não interessar aos alunos, apesar de eles darem seu consentimento para que pesquisadores utilizem os dados gerados no teletandem. Ainda em relação à multiplicidade de propósitos, se, por um lado, professores e pesquisadores podem valorizar a realização de certas tarefas, por outro, os participantes da modalidade semi-integrada, que não são avaliados por seu envolvimento, podem até ignorá-los por entender que não são relevantes para sua própria aprendizagem.

Conforme a abordagem sociorretórica de gêneros, a existência de objetivos comuns em uma comunidade leva ao uso e desenvolvimento de gêneros, os quais são compartilhados entre os membros (SWALES, 1990, 1998, 2016). Silva (2012) não inclui este aspecto em sua definição porque, quando apresenta seu estudo, investigações sobre a existência de gêneros na comunidade teletandem ainda não haviam sido conduzidos. Atualmente, Aranha (2014), Rampazzo e Aranha (2018) e Rampazzo e Aranha (2019), por exemplo, sugerem que a sessão oral de teletandem é um gênero. Rampazzo e Aranha (2018) investigaram os primeiros 15 minutos da sessão oral de teletandem inicial (SOTi) e identificaram nela um padrão retórico. A esse respeito, Aranha (2014) ainda sugere que as diferentes atividades que ocorrem no teletandem podem formar um sistema de gêneros inter-relacionados. De acordo com Bazerman (2006b, p. 23), “gêneros são os lugares familiares para onde nos dirigimos para criar ações comunicativas inteligíveis uns com os outros e são os modelos que utilizamos para explorar o não-familiar”, e as diversas atividades no teletandem provavelmente são esses lugares.

Identificamos a necessidade de expandir esse critério de modo que ele inclua a multiplicidade de propósitos entre os membros da comunidade teletandem e a criação e uso de gêneros para servir aos seus propósitos comunicativos. O primeiro critério passa então a ser “A comunidade teletandem se forma por conta de interesses similares, objetivos comuns e porque seus membros compartilham de conhecimento e prática

comuns. Eles desenvolvem gêneros para cumprir seus propósitos, os quais podem ou não ser os mesmos para cada membro”.

O segundo critério no trabalho de Silva (2012, p. 72) é “as interações entre seus membros são realizadas com frequência, tendo como base um processo de cooperação ou de troca (reciprocidade) (*feedback*) e a construção do conhecimento, provocando um sentimento de pertencimento”. Este critério não foi revisado porque as interações⁷ entre os membros ainda ocorrem regularmente. Durante o período estabelecido para uma parceria, os estudantes falam com seus parceiros semanalmente tanto durante as SOTs quanto por meio do e-mail; professores estão em contato com seus alunos, comentando nos seus diários, encontrando-se com eles para as sessões de mediação e, na modalidade integrada, para aulas de línguas; e os professores em cada instituição frequentemente conversam entre si para assegurar que os procedimentos estão tendo os resultados esperados e, ocasionalmente, fazer ajustes.

Esse aspecto de interação frequente corresponde à definição de Swales (1998) de comunidade discursiva de lugar, uma vez que ele declara que os membros dessas comunidades trabalham juntos regularmente como parece ser o caso do teletandem. Além disso, os membros de fato oferecem *feedback* aos seus pares: os estudantes aos parceiros durante as sessões orais; os professores aos estudantes; os professores entre si quando discutem as parcerias; e os pesquisadores quando estudam os trabalhos uns dos outros ou quando compartilham seus trabalhos nos eventos acadêmicos.

O terceiro critério de Silva (2012, p. 72) é provavelmente o mais alterado. Esse critério estabelece que “os membros de uma comunidade de teletandem são ‘não-presentes’, desterritorizados”. Em relação aos papéis de outros indivíduos na comunidade, além dos estudantes Luvizari-Murad (2016) destaca como o teletandem funciona com base na Teoria da Atividade (ENGESTRÖM, 1987) e nos envolvidos em uma parceria. Ela argumenta que a modalidade institucional integrada corresponde a uma variedade de sistemas de atividades inter-relacionados e organizados em um macro e um micro-contexto. O macro-contexto, segundo a autora, é composto por um sistema de atividade formado por uma comunidade de pesquisadores que incluem os professores-coordenadores, alunos de pós-graduação, orientações para a prática de teletandem e ferramentas. O micro-contexto, por outro lado, equivale ao sistema de atividade de cada par de estudantes e as tarefas que eles realizam. Ela menciona que, no teletandem institucional integrado, há

[...] múltiplas vozes, uma vez que possui todos os diferentes sujeitos citados como suas histórias, culturas e posições na divisão do trabalho, além da cultura institucional do ambiente de realização da atividade e a cultura teórica criada por toda a comunidade de pesquisadores e praticantes de TTD que antecederam o presente momento histórico. (LUVIZARI-MURAD, 2016, p. 16).

⁷ Por interações compreendemos todos os tipos de comunicação envolvidos na prática.

Luvizari-Murad (2016) destaca a participação engajada de estudantes, que estão em contato com seus parceiros, e a participação de professores e pesquisadores na atividade de teletandem

A esse respeito, considerando os papéis exercidos por professores e pesquisadores no teletandem, tanto na modalidade integrada quanto na semi-integrada, argumentamos que eles não podem ser excluídos da comunidade teletandem. Nesse caso, poderíamos dizer que há diferentes níveis de participação na comunidade: os estudantes, os professores responsáveis pelas aulas de línguas ou os mediadores; e os pesquisadores, os quais podem estar em níveis distintos de seus estudos acadêmicos também, desde estudantes de graduação até os de pós-doutorado.

Como os estudantes não são os únicos membros na comunidade teletandem, não podemos dizer que todos os membros da CT são “não-presentes”, já que a interação não necessariamente vai ser virtual, tal como é entre os parceiros – brasileiros e estrangeiros. Interações entre os membros ocorrem das seguintes maneiras: estudante – estudante (virtual); estudantes – professores/mediadores (virtual ou face-a-face); professor – professor (normalmente virtual); pesquisador(es) – pesquisador(es) (virtual ou face-a-face); pesquisadores – estudantes – professores (virtual ou face-a-face). Os membros da comunidade teletandem, então, navegam por meio de ambientes multimodais, os quais podem ou não ser virtuais. Entretanto, é importante destacar que independentemente de como a interação ocorre, os membros trabalham juntos regularmente, o que corrobora a definição de comunidade discursiva de lugar (SWALES, 1998) e comunidade discursiva local (SWALES, 2016). O terceiro critério para definir a CT agora inclui “A comunidade teletandem têm membros de diferentes status: estudantes, professores, mediadores e pesquisadores. Alguns desses membros podem ser ‘não-presentes’.”

O quarto item na definição de Silva (2012, p. 72) permanece o mesmo: “uma comunidade de teletandem cultiva formas próprias de comunicação virtuais”. Este não foi modificado porque os membros da comunidade teletandem usam recursos de comunicação online para realizar seus trabalhos, tais como *Skype*, *Zoom*⁸, *Google Docs*, *Google Drive*, *e-mails*⁹. Outros recursos também são utilizados, como documentos *PowerPoint* e vídeos para a apresentação do tutorial. Isso também confirma o segundo critério da comunidade discursiva proposto por Swales (2016), de que uma CD tem mecanismos de intercomunicação e atualmente fazem uso de tecnologias digitais para promoverem contato.

O quinto critério de Silva (2012, p. 72) destacou que há uma “netiqueta” entre os membros da comunidade teletandem. Ela menciona que “as comunidades de teletandem desenvolvem um conjunto de regras, coletivamente, que regem suas interações (‘netiqueta’)”. Esse critério foi expandido para incluir o conjunto de regras que regulam as interações face-a-face e também as relações silenciais que podem existir entre os membros da CT.

⁸ Disponível em: <http://zoom.us>. Acesso em: 5 ago. 2019.

⁹ Veja Cavalari (2018) para mais informações sobre o uso de ferramentas tecnológicas no teletandem.

Os parceiros desenvolvem um conjunto de regras que rege a comunicação virtual entre eles e, além disso, também precisam estabelecer os acordos em relação ao uso de línguas em cada metade da SOT, a forma de correção e o gerenciamento dos encontros para cumprirem os princípios do teletandem. Além de observarem os princípios, os estudantes devem estar atentos ao cronograma e aos prazos estabelecidos por seus professores, preencherem os questionários e participarem do tutorial e das sessões de mediação. Professores, mediadores e estudantes também estabelecem um conjunto de regras que regulam suas interações: (i) via e-mail (enviar e responder à informação), (ii) via Google Drive (permitir acesso a arquivos, comentar nos diários), (iii) face-a-face, nas sessões de mediação e aulas. Professores e mediadores precisam assegurar que fornecem todas as informações a tempo e os estudantes precisam responder a elas.

Além disso, acreditamos que os membros na CT estabelecem relações silenciosas, tácitas, segundo a definição de Swales (2016) que sugere que há um entendimento de que há coisas que não precisam ser ditas ou explicadas em detalhe. Os membros da CT parecem saber aquilo é que apropriado ou inapropriado dizer entre parceiros e professores. Sobre isso, Souza (2016) ressalta que os estudantes tendem a evitar corrigir seus parceiros com frequência porque tentam criar uma atmosfera amigável como uma forma de preservar a face. Rampazzo (2017) também aponta que os estudantes tendem a ser simpáticos e educados com seus parceiros em seu primeiro encontro como uma forma de assegurar uma boa relação. Professores, por sua vez, também precisam estar atentos ao que pode ser dito aos seus pares quanto à parceira e a como irão lidar com questões do dia-a-dia. Procedimentos de abordagem não são ditos ou ensinados aos membros, por isso, podemos argumentar que existem relações silenciosas na comunidade teletandem, já que parece haver um entendimento de que há coisas que não precisam ser ditas ou enfatizadas neste contexto telecolaborativo de aprendizagem. O quinto critério é então expandido para “A comunidade teletandem desenvolve coletivamente um conjunto de regras que rege suas interações, seja online (“netiqueta”) ou entre os membros que se encontram face-a-face. A comunidade teletandem também estabelece relações silenciosas, tácitas, daquilo que é (in) apropriado para dizer aos parceiros”.

O último item para descrever a comunidade teletandem, “os membros de uma comunidade de teletandem compartilham um léxico específico e uma comunicação bilíngue” (SILVA, 2012, p. 72), também foi revisto para incluir o que é entendido por “léxico especializado”. Em sua análise, Silva (2012) considera que o uso de emoticon nos chats durante as sessões orais é léxico especializado. Swales (2016) defende que a terminologia especializada usada por comunidades discursiva pretende tornar a comunicação mais efetiva e restringi-la aos membros. Quanto aos emoticons, ferramentas de comunicação típicas de ambientes virtuais¹⁰, pode ser compreendida como léxico especializado em qualquer comunicação virtual escrita, mas não apenas

¹⁰ Devido ao desenvolvimento tecnológico, o *chat* não é mais utilizado como ferramenta principal de comunicação síncrona.

eles, uma vez que existem outros termos na CT que poderiam ser considerados terminologia especializada.

Rampazzo (2017) argumenta que os nomes dados aos gêneros – sessão oral de teletandem, por exemplo – usados na comunidade teletandem poderiam também ser vistos como terminologia especializada porque são específicos desse contexto. De fato, mesmo o nome do projeto, teletandem, pode não representar muito àqueles que não parte da comunidade. Adicionalmente, os termos tutorial, diário de aprendizagem e sessão de mediação, por exemplo, podem assumir outro sentido em contextos distintos. Além disso, há também o uso de abreviações na comunidade teletandem, tais como TTD, para teletandem, TTDii, para teletandem institucional integrado, SOT, para sessão oral de teletandem, entre outros.

Quanto à comunicação, ela é bilíngue para atender um dos princípios do teletandem, o de separação de línguas. A comunicação é bilíngue entre os estudantes, que podem alternar o uso de língua durante as sessões orais, e pode ser bilíngue entre estudantes e professores também. O sexto critério é então adaptado para “Os membros da comunidade teletandem compartilham de léxico especializado e comunicação bilíngue. A terminologia especializada inclui não apenas a que é típica da comunicação virtual, mas também a nomenclatura dada aos gêneros e modalidades e o nome do projeto”.

Silva estabelece apenas seis critérios para descrever a comunidade teletandem. No entanto, defendemos a inclusão de dois outros para que se tenha uma caracterização mais completa da CT. O sétimo critério compreende a posição assumida pelos participantes. Propomos, então, incluir que “Há uma hierarquia entre os membros da comunidade teletandem, os quais estão cientes de sua história e tentam comunicar suas tradições para novos membros por meio de tutoriais e sessões de mediação.” Esse critério se baseia em Swales (2016), que argumenta que há uma hierarquia implícita ou explícita entre os membros de uma comunidade discursiva. Acreditamos que há uma relação de hierarquia na comunidade teletandem. Como indicado anteriormente, há três níveis de participação na CT: os estudantes, os professores e os pesquisadores. Em cada nível, há diferentes níveis de expertise, seja por conta do tempo de prática – há estudantes participando do teletandem pela primeira vez e outros que já participaram anteriormente –, ou por conta do tempo de observação e estudo do contexto – um novo pesquisador no teletandem provavelmente não terá o mesmo nível de expertise daquele que conduz estudos no contexto há anos. Sobre isso, poderíamos dizer que quanto mais estudos e práticas no contexto, maior é o nível de expertise de um membro.

Associado a essa hierarquia, os membros de um nível mais alto de expertise na CT preocupam-se em compartilhar sua história e prática a novos membros. Enquanto os estudantes podem não estar cientes da história do projeto em detalhes, eles têm a oportunidade de aprender um pouco nos tutoriais, quando o ambiente é apresentado, e nas sessões de mediação, quando têm a oportunidade de discutir sobre questões de aprendizagem e trocarem experiência. Os pesquisadores, por sua vez, têm mais consciência da história e desenvolvimento do projeto, assim como os professores –

pelo menos no Brasil – que estão envolvidos na prática há mais tempo e preparam os materiais para os tutoriais.

Por fim, o oitavo e último critério adicionado destaca que “na comunidade teletandem, há troca contínua de seus membros”. Isso pode ocorrer a cada semestre para os estudantes e a cada processo seletivo dos cursos de pós-graduação no caso dos pesquisadores. A cada semestre, os professores organizam parcerias com base no calendário acadêmico das instituições do Brasil e no exterior. O número total de sessões que ocorre cada vez varia, mas, geralmente, são realizadas entre 5 e 8 sessões para cada grupo por semestre. Durante esse período, há a participação de estudantes matriculados nas aulas de línguas – no caso da modalidade integrada – e de estudantes voluntários de diversos cursos de graduação – no caso da modalidade semi-integrada. Apesar de alguns desses estudantes poderem ter participado do teletandem anteriormente, indiferentemente da modalidade, normalmente, muitos estão participando pela primeira vez. Como resultado, há substituição parcial de membros da CT a cada semestre, o que também torna necessário a organização de tutoriais todo semestre. As chances de permanência na comunidade são maiores para os professores e pesquisadores no teletandem, uma vez que eles tendem a continuar envolvidos na prática por mais tempo. No entanto, pode haver flutuação no grupo dos pesquisadores conforme novos estudantes de pós-graduação juntam-se à equipe de pesquisadores e outros defendem suas dissertações e teses.

Finalmente, nesta seção, apresentamos os oito critérios organizados em uma lista:

1. A comunidade teletandem se forma por conta de interesses similares, objetivos comuns e porque seus membros compartilham de conhecimento e prática comuns. Eles desenvolvem gêneros para cumprir seus propósitos, os quais podem ou não ser os mesmos para cada membro.
2. As interações entre seus membros são realizadas com frequência, tendo como base um processo de cooperação ou de troca (reciprocidade) (*feedback*) e a construção do conhecimento, provocando um sentimento de pertencimento.
3. A comunidade teletandem têm membros de diferentes status: estudantes, professores, mediadores e pesquisadores. Alguns desses membros podem ser “não-presentes”.
4. A comunidade teletandem tem seus próprios mecanismos de comunicação virtual.
5. A comunidade teletandem desenvolve coletivamente um conjunto de regras que rege suas interações, seja online (“netiqueta”) ou entre os membros que se encontram face-a-face. A comunidade teletandem também estabelece relações silenciosas, tácitas, daquilo que é (in)apropriado para dizer aos parceiros.
6. Os membros da comunidade teletandem compartilham de léxico especializado e comunicação bilíngue. A terminologia especializada inclui não apenas a que é típica da comunicação virtual, mas também a nomenclatura dada aos gêneros e modalidades e o nome do projeto.

7. Há uma hierarquia entre os membros da comunidade teletandem, os quais estão cientes de sua história e tentam comunicar suas tradições para novos membros por meio de tutoriais e sessões de mediação.
8. Na comunidade teletandem, há troca contínua de seus membros.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo apresentar uma discussão sobre o conceito de comunidade discursiva em um contexto multimodal, multicultural e telecolaborativo chamado teletandem. Silva (2012) havia apresentado anteriormente uma definição de comunidade teletandem (CT) com base na associação de três conceitos: comunidade discursiva (SWALES, 1990), comunidade de prática (WENGER, 1998) e comunidade virtual (LÉVY, 1999). Considerando que as práticas telecolaborativas evoluem e mudam com o tempo, parecia haver a necessidade de rever os critérios a fim de que continuassem a ser válidos para descrever o agrupamento de pessoas envolvidas no teletandem.

Além de observar as características da CT que são típicas de comunidades online e comunidade de prática, a definição de comunidade discursiva discutida por Swales (2016) é eficaz para discutir o conceito de comunidade teletandem; entretanto, a redefinição de critérios sugerida aqui é ainda uma combinação dos três conceitos como apresentado em Silva (2012) devido à natureza prática e virtual da telecolaboração.

Nossa investigação das características da comunidade teletandem indica que as pessoas envolvidas na prática – seja como professor, pesquisador ou estudante – são membros de uma comunidade discursiva “folocal”, nos termos de Swales (2016). Isso porque os membros precisam observar tanto os aspectos que regem as relações locais – membros que se encontram pessoalmente no contexto do laboratório local – e os que controlam a comunicação virtual – membros que se encontram virtualmente ou trocam informações de modo virtual. Os membros da CT precisam estar cientes dos gêneros que ocorrem nos arranjos locais ou virtuais. Em outras palavras, eles precisam adequar seu comportamento, discurso e comunicação conforme aquilo que é esperado deles em situações sociais recorrentes e dos propósitos que objetivam atingir. As relações entre membros também diferem porque são organizadas por participantes distintos com papéis específicos.

Além disso, a própria natureza do projeto teletandem aponta para a organização de uma comunidade folocal, uma vez que a telecolaboração é situada em um mundo globalizado com o objeto de preparar aprendizes para operar em contatos multilíngues e multiculturais, como defendido por Helm e Guth (2010). As forças externas, portanto, têm tanta influência quanto as locais.

Ademais, além de compartilhar um conjunto de regras e serem localizados tanto regional quanto virtual e globalmente, os membros da comunidade teletandem (e, provavelmente, outros projetos telecolaborativos) desenvolvem terminologias especializadas. Eles também formam um grupo complexo e multifacetado de indivíduos

uma vez que existem membros de diferentes níveis (professores, pesquisadores e estudantes), há uma hierarquia entre um nível e outro e entre níveis (membros mais ou menos experientes) e substituição parcial de membros.

As práticas telecolaborativas estão frequentemente sendo ajustadas, não apenas porque são sustentadas por ferramentas de tecnologias digitais em constante mudança, mas também porque podem assumir dinâmicas organizacionais específicas. Por essa razão, acreditamos que as comunidades que ocasionalmente se formam nesses projetos precisam ser continuamente estudadas.

Agradecimento

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

RAMPAZZO, L.; ARANHA, S. Revisiting the concept of community to foster its applicability to telecollaboration. *Alfa*, São Paulo, v. 63, n.2, p.373-396, 2019.

- *ABSTRACT: The aim of this article is to discuss the concept of community in multimodal contexts of telecollaborative projects, specifically the one named teletandem. Discourse communities (DC) are groupings of individuals who get together in order to achieve their communicative purposes through genres (SWALES, 1990). Although the concept has been extensively discussed in academic settings, there seems to be a lack of studies involving the theme and its importance for telecollaboration. One attempt in doing so is Silva's (2012) account of the teletandem community, in which she investigates students who participate in the project Teletandem Brasil Foreign Languages for All (Teletandem Brasil: Língua Estrangeira para Todos). Our starting point is her criteria for defining such a community and our analysis derives from our intense observation of teletandem practice. The results indicate that members of communities that are occasionally gathered in telecollaboration contexts tend to be governed by local and external rules, form complex organizations and share genres to achieve their goals.*
- *KEYWORDS: Telecollaboration. Discourse Community. Teletandem Community. Genres.*

REFERÊNCIAS

ARANHA, S. Os gêneros na modalidade de teletandem institucional integrado: a primeira sessão de interação. In: NASCIMENTO, E. L.; ROJO, R. H. R. (org.). **Gêneros de texto/discurso e os desafios da contemporaneidade**. Campinas: Pontes, 2014. p. 97-117.

ARANHA, S. **A argumentação nas introduções de trabalhos da área de Química**. 1996. 104 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) – LAEL, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

ARANHA, S.; BRAGAGNOLLO, R. M. Genres and Teletandem: Towards a successful relationship. *In*: LIMA LOPES, R. E.; FISCHER, C. M.; GAZOTTI-VALIM, M. A. **Perspectivas em línguas para fins específicos**: Festschrift para Rosinda Ramos. Campinas: Pontes, 2015. p. 81-91.

ARANHA, S.; CAVALARI, S. M. S. A trajetória do projeto Teletandem Brasil: da modalidade Institucional Não-Integrada à Institucional Integrada. **The ESpecialist**, São Paulo, v. 35, n.2, p. 183-201, 2014.

ARANHA, S.; LEONE, P. The development of DOTI (Databank of oral teletandem interaction). *In*: FISHER, D.; BEIBWENGER, M. **Investigating computer-mediated communication corpus-based approaches to language in the digital world**. Ljubljana: Ljubljana University Press, 2017. p. 172-190.

ARANHA, S.; LEONE, P. DOTI: Databank of Oral Teletandem Interactions. *In*: JAGER, S.; KUREK, M. (ed.). **New directions in telecollaborative research and practice**: selected papers from the second conference on telecollaboration in higher education. Dublin: Research-publishing.net, 2016. p. 1-6.

ARANHA, S.; LOPES, Q. B. Moving from an internal databank to a sharable multimodal corpus: the MulTeC case. **The ESpecialist**, São Paulo, v. 40, n. 1, 2019.

ARANHA, S.; LUVIZARI-MURAD, L.; MORENO, A. C. A criação de um banco de dados para pesquisas sobre aprendizagem via teletandem institucional integrado (TTDii). **Revista (Con)textos Linguísticos**, Vitória, v. 9, p. 274-293, 2015.

ARANHA, S.; TELLES, J. Os gêneros e o projeto Teletandem Brasil: relação entre compartilhamento e sucesso interacional. *In*: SIGET: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 6., 2011, Natal. **Anais [...]**, Natal, 2011. Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br/Home/Departamentos/LetrasModernas/teletandem/os-generos-e-o-projeto-teletandem-brasil-relacao-entre-compartilhamento-e-sucesso-interacional-2.pdf>. Acesso em: 6 set 2019.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Trad.: Judith Chambliss Hoffnagel. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006a.

BAZERMAN, C. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006b.

BRAMMERTS, H. Tandem language learning via the internet and the International E-Mail Tandem Network. *In*: LITTLE, D.; BRAMMERTS, H. (ed.). **A Guide to Language Learning in Tandem via the Internet**. Dublin: Trinity College, 1996. p. 9-21. (CLCS Occasional Paper, 46).

CAVALARI, S. M. S. Integrating telecollaborative language learning into Higher Education: a study on teletandem practice. **BELT: Brazilian English Language Teaching Journal**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 417-432, 2018.

CAVALARI, S. M. S.; ARANHA, S. The Teacher's Role in Telecollaborative Language Learning: The Case of Institutional Integrated Teletandem. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 555-578, 2019.

CAVALARI, S. M. S.; ARANHA, S. Teletandem: integrating e-learning into the foreign language classroom. **Acta Scientiarum: Language and Culture**, Maringá, v. 38, n. 4, p. 327-336, Oct.-Dec. 2016.

DARHOWER, M. A Tale of Two Communities: Group Dynamics and Community Building in a Spanish-English Telecollaboration. **CALICO Journal**, Sheffield, v.24, n.3, p. 561-589, 2007.

DÖRNYEI, Z. **Research Methods in Applied Linguistics: Quantitative, Qualitative and Mixed Methodologies**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

ENGESTRÖM, Y. **Learning by expanding: An activity-theoretical approach to developmental research**. Helsinki: Orienta-Konsultit, 1987.

FOUCHER, A. **Didactique des Langues-Cultures et Tice: scénarios, tâches, interactions**. 2010. Disponível em: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00812813/document>. Acesso em: 5 set. 2019.

FRANCO, G. R. **Aspectos linguísticos emergentes em sessões de Teletandem: uma análise a partir da conscientização da linguagem**. 2016. 172f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016.

FRESCHI, A. C. **A avaliação por pares no teletandem institucional integrado: um estudo de caso sobre o feedback linguístico nas sessões orais em português**. 2017. 120f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2017.

FUNO, L. B. A. **Teletandem: um estudo sobre identidades culturais e sessões de mediação da aprendizagem**. 2015. 190f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2015.

HELM, F.; GUTH, S. The multifarious goals of telecollaboration 2.0: theoretical and practical implications. In: HELM, F.; GUTH, S. (ed.). **Telecollaboration 2.0: Language Literacies and Intercultural Learning in the 21st century**. New York: Peter Lang, 2010. p. 69-106.

HEMAIS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. A proposta de John Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 108-129.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: Legitimate peripheral participation**. New York: Cambridge University Press, 1991.

- LÉVY, P. **Cyberculture**. Trad. de Carlos Iriney da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LUVIZARI-MURAD, L. **Ciclos de aprendizagem expansiva no processo de reorganização da coleta de dados em TTDii**. 2016. Relatório final de pesquisa (Pós-Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016.
- MANGENOT, F.; SOUBRIÉ, T. Créer une banque de tâches Internet: quels descripteurs pour quelles utilisations? *In*: FOUCHER, A.-L.; POTHIER, M.; RODRIGUES, C.; QUANQUIN, V. (dir.). **La tâche comme point focal de l'apprentissage**. Clermont-Ferrand, 2010. Disponível em: <https://edutice.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/495054/filename/Mangenot.pdf>. Acesso em: 5 set. 2019.
- MASON, J. **Qualitative Researching**. London: Sage Publications, 2002.
- MILLER, C. R. Genre as social action. **Quartely Journal of Speech**, Philadelphia, v.70, p. 151-167, 1984.
- MOITA-LOPES, L. P. Pesquisa interpretativista em linguística aplicada: a linguagem como condição e solução. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 329-338, 1994.
- O'DOWD, R. (ed.). **Online Intercultural Exchange: Policy, Pedagogy, Practice**. New York; London: Routledge, 2013.
- RAMPAZZO, L. **Gêneros textuais e telecolaboração: uma investigação da sessão oral teletandem inicial**. 2017. 134 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2017.
- RAMPAZZO, L.; ARANHA, S. Telecollaboration and genres: a new perspective to understand language learning. **Journal of Virtual Exchange**, Dublin, v.2, 1-22, 2019.
- RAMPAZZO, L.; ARANHA, S. A sessão oral de teletandem inicial: a estrutura retórica do gênero. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 34, n.1, p. 449-473, 2018.
- SILVA, J. M. **Projeto Teletandem Brasil: As relações entre as comunidades virtuais, as comunidades discursivas e as comunidades de prática**. 2012. 152f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.
- SOUZA, M. G. **Teletandem e mal-entendidos na comunicação intercultural online em língua estrangeira**. 2016. 170f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016.

SWALES, J. M. Reflections on the concept of discourse community. **Asp**, Bordeaux, v.69, p. 7-19, 2016.

SWALES, J. M. **Research Genres**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SWALES, J. M. **Other floors, other voices: a textography of a small university building**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.

SWALES, J. M. Genre and Engagement. **Revue Belge de Philologie et d'Histoire**, Brussels, n.3, p. 687-698, 1993.

SWALES, J. M. **Genre Analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TELLES, J. A. **Projeto Teletandem Brasil: Línguas Estrangeiras para Todos: Ensinando e Aprendendo línguas estrangeiras in-tandem via MSN Messenger**. Assis: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 2006. Projeto enviado à Fapesp. Não publicado.

VASSALLO, M. L.; TELLES, J. A. Foreign Language learning in-tandem: Theoretical principles and research perspectives. **The ESPECIALIST**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 1-37, 2006.

WENGER, E. **Communities of Practice: learning, meaning and identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ZAKIR, M. A. **Cultura e(m) telecolaboração: uma análise de parcerias de teletandem institucional**. 2015. 232f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2015.

Recebido em 8 de junho de 2018

Aprovado em 25 de março de 2019

SOBRE A SEMÂNTICA DE ‘DE VOLTA’: UM EXERCÍCIO EM CONTRADIRECIONALIDADE¹

Renato Miguel BASSO*

- **RESUMO:** Neste artigo, nosso objeto é apresentar uma análise, dentro dos moldes da semântica e da pragmática formal das línguas naturais, da expressão ‘de volta’ no português brasileiro, considerando-a como um modificador de eventos de um tipo particular, um modificador contradirecional. Para tanto, lançamos mão de uma semântica de eventos neo-davidsoniana e da semântica de trajetórias proposta por Zwarts (2005, 2008), aliada a uma análise de modificadores de eventos. Na primeira parte deste artigo, apresentamos o domínio da contradirecionalidade, suas distinções e a proposta de Zwarts e Basso (2016), que trata também do português brasileiro. Na sequência, apresentamos diversos dados relacionados às interpretações de ‘de volta’ para então, na seção seguinte, desenvolvermos nossa proposta específica de análise semântica para essa expressão. Como resultado, propomos uma análise unificada de ‘de volta’ que dá conta de suas interpretações retornativa, responsiva, restitutiva e repetitiva. Além disso, apresentamos uma revisão das conclusões de Zwarts e Basso (2016) sobre ‘de volta’. Concluímos o presente texto com alguns problemas em aberto.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Contradirecionalidade. Modificadores. Semântica de eventos. Semântica formal. Pressuposição.

Introdução

Entre os modificadores verbais, há um domínio que pode ser identificado como “contradirecional”, seguindo uma sugestão de Fabricius-Hansen (2001), e que apenas recentemente vem recebendo atenção sistemática por parte de pesquisadores em semântica, pragmática e sintaxe das línguas naturais, como Beck e Gergel (2015), Abrusán (2016), Zwarts e Basso (2016) e Zwarts (2019). Esse domínio é composto por modificadores que indicam que um dado movimento ou evento é feito em resposta a um movimento ou evento prévio, em sentido contrário ao usual ou convencional. Conforme defendem Zwarts e Basso (2016), tal domínio pode ser organizado em

* Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos - SP - Brasil. Departamento de Letras. rmbasso@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2580-0365.

¹ Este artigo é resultado de pesquisa realizada na Universidade de Utrecht, entre julho e dezembro de 2018, sob supervisão do Prof. Joost Zwarts.

diversos significados que se relacionam entre si. Como exemplo de significados que pertencem ao domínio da contradirecionalidade, podemos pensar, no caso do português brasileiro (PB), em predicados verbais que se combinam com itens como ‘ao contrário’ (‘fazer ao contrário’), ‘de trás para frente’ (‘contar de trás para frente’), ‘para trás’ (‘andar para trás’), ‘de volta’ (‘caminhar de volta’) e em vários usos do prefixo ‘re-’, como em ‘retornar’, ‘recolocar’, etc. (cf., CHUMAN, 2015).

Neste artigo, nosso objetivo é oferecer uma caracterização semântica de um dos elementos do domínio contradirecional do PB, a saber, a expressão ‘de volta’. Para tanto, na primeira seção, caracterizaremos o domínio contradirecional, apresentando alguns dos significados que pertencem a ele, e de que modo o PB, o inglês e o holandês organizam tal domínio, para ilustrar diferentes possibilidades de caminhos de lexicalização. Na seção seguinte, traremos alguns dados referentes ao uso e interpretação de ‘de volta’, que motivarão a análise semântica a ser desenvolvida e defendida na seção “Uma análise semântica para ‘de volta’”. Na conclusão deste artigo, retomaremos o caminho percorrido e apresentaremos alguns dos problemas em aberto.

Sobre o domínio contradirecional

A investigação do domínio da contradirecionalidade partiu da constatação, por diversos pesquisadores, que trabalham em linhas distintas e em momentos diferentes, de que certos itens lexicais, em diferentes línguas do mundo, agregavam uma série de significados aparentemente díspares que, sob um olhar mais detalhado, compartilhavam características em comum. Um exemplo disso é o item ‘back’ do inglês – um item polissêmico, e que, em suas várias interpretações e usos, participa de diferentes classes gramaticais, sendo tratado como preposição, advérbio, partícula verbal e nome. Notemos, por exemplo, as sentenças abaixo:

(1) Dunworthy stepped *backward* and crashed into a six-year-old holding a plush Santa. (Connie Willis – The Doomsday Book)

Dunworthy recuou (i.e., caminhou para trás) e colidiu com uma criança de seis anos segurando um Papai Noel de Pelúcia.

(2) I counted *backwards* from 10.

Eu contei de trás para frente a partir de 10.

(3) I ran *back* a few blocks.

Eu corri de volta alguns quarteirões.

(4) Someone kicked a ball to John, and he kicked it *back*.

Alguém chutou uma bola para John e ele a chutou de volta.

(5) The explosion made him *back* awake.
A explosão o fez acordar de novo/de volta.

(6) The door closed *again*.
A porta fechou de novo.

Com exceção do exemplo (6), *back* (ou uma forma derivada desse item) aparece com interpretações diferentes em todos os casos. Contudo, há algo em comum entre essas interpretações, que é justamente o que motiva a existência de um domínio “contradirecional”: todas as interpretações envolverem uma trajetória ou um evento que se dá em direção contrária (ou em resposta, em sentido contrário) a uma trajetória ou evento convencional ou inicial.

Assim, em (1) temos um movimento feito em direção contrária ao natural, pois o sujeito caminha na direção para a qual suas costas estão voltadas – normalmente, caminhamos para frente, na direção para a qual os olhos apontam e não para a qual as costas apontam, mas em (1) é justamente isto o que acontece: um caminho contra a direção convencional, e na direção para a qual as costas apontam. Esse significado pode ser chamado de **retaguarda**, e pode ser ilustrado por predicados do PB como ‘andar para trás’ ou ‘caminhar de costas’.

A sentença em (2) ilustra um evento feito no sentido contrário ao que é o usual; no caso, contar “de trás para frente” é exatamente o contrário do que normalmente fazemos quando contamos. Estamos diante do significado **retrogrado**, encontrado em exemplos do PB como ‘contar de trás para frente’ (contagem regressiva) e ‘pedalar ao contrário’; tal significado pode envolver trajetória ou simplesmente a maneira de um evento se desenrolar.

O significado **retornativo** refere-se a um movimento de retorno a um lugar anterior, considerando uma trajetória prévia. O exemplo (3) traz o significado retornativo, ao indicar que o sujeito voltou, correndo, alguns quarteirões (na trajetória previamente percorrida), e exemplos do PB seriam ‘voltar’, ‘retornar’, e combinações com ‘de volta’, que veremos com cuidado neste artigo. Por sua vez, a sentença (4) exemplifica o significado **responsivo**, que ocorre quando um evento é feito em resposta a um evento prévio, e, nesse sentido, é feito em direção oposta – se A faz algo para B ($A \rightarrow B$), a resposta será algo feito de B para A ($B \rightarrow A$), ou seja, na direção contrária à do primeiro evento. Para o caso do PB, mais uma vez, ‘de volta’ desempenha um importante papel na expressão desse significado.

O exemplo (5) ilustra o significado **restitutivo**, que se dá quando uma situação prévia é reestabelecida, ou seja, novamente, temos um movimento contrário, de volta a uma situação anterior, ainda que num domínio mais abstrato pois aqui lidamos com estados-de-coisas². O exemplo (6) traz o significado **repetitivo**, em que se

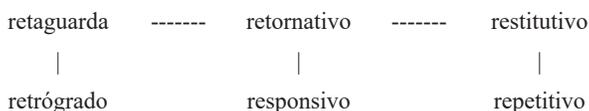
² Não entraremos na complexa questão filosófica de definir o que são “estados-de-coisas” neste artigo. Mas é interessante notar, como veremos mais adiante, que podemos tomar “estados-de-coisas” como uma organização específica de particulares e universais que tornam verdadeiras as sentenças de uma língua, segundo uma perspectiva de verdade por

pressupõe a existência de um evento prévio da mesma natureza ao qual se retorna, e é assim repetido. A presença do significado repetitivo é importante no domínio da contradirecionalidade porque em diversas línguas o item que expressa esse significado expressa também o significado restitutivo. No caso do PB, para a expressão desses dois significados, os recursos mais comuns são ‘de novo’, ‘outra vez’, e, em algumas situações, ‘de volta’.

Em resumo, considerando o caso de *back*, temos uma série de significados diferentes, expressos por um mesmo item lexical, que tem como cerne uma noção (abstrata) de retorno, que é, por sua vez, um movimento³ contrário à direção normalmente assumida – só pode haver retorno se previamente houve um movimento, e o retorno tem que ser, necessariamente, em direção contrária.

Zwarts e Basso (2016, p.28) propõem o seguinte quadro para mostrar as relações entre os significados do domínio contradirecional, baseados em relações de significado entre esses vários significados e em padrões de lexicalização atestados:

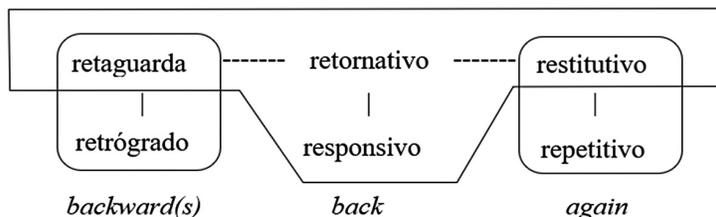
Ilustração 1 – Organização dos significados contradirecionais



Fonte: Elaboração própria.

Nesse mesmo trabalho, os autores oferecem a seguinte proposta de organização para a expressão desses significados em inglês, holandês e português brasileiro, que serve como amostra das possibilidades de organização lexical dentro da contradirecionalidade:

Ilustração 2 – Lexicalização dos significados contradirecionais em inglês

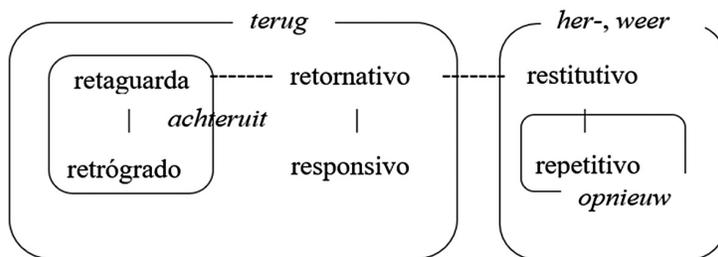


Fonte: Zwarts e Basso (2016, p.28).

correspondência. Como esperamos que fique claro, os detalhes filosóficos, por mais importantes que sejam, não terão impacto em nossa análise semântica.

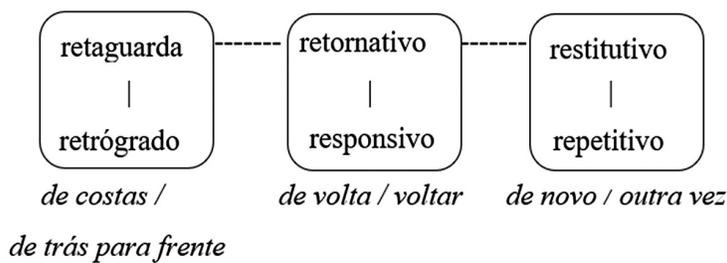
³ Argumentamos, ao longo deste texto, que “movimento” deve ser entendido não somente como movimento espacial, mas também movimento em domínios mais abstratos como eventos e estados-de-coisas. É também por essa generalidade que o domínio contradirecional é interessante.

Ilustração 3 – Lexicalização dos significados contradirecionais em holandês



Fonte: Zwarts e Basso (2016, p.41).

Ilustração 4 – Lexicalização dos significados contradirecionais no PB



Fonte: Zwarts e Basso (2016, p.41).

Cada uma dessas línguas seguiu caminhos diferentes na lexicalização desses significados, mas é interessante notar que, para os quatro primeiros significados (retaguarda, retrógrado, retornativo e responsivo), os itens mobilizados pelas três línguas têm clara origem em partes do corpo e em orientação corporal – costas, ‘back’, ‘terug’, trás, frente, voltar, ‘-wards’, ‘achter’⁴. Os significados restitutivo e repetitivo, por sua vez, são mais comumente compostos por itens que envolvem a ideia de ocorrência, como ‘vez’, ‘time’, e ‘weer’.

Neste artigo, como dissemos, nosso foco é a expressão ‘de volta’ e sua caracterização semântica. Assim, uma vez exposto o domínio contradirecional e seus principais significados, na seção seguinte, exploraremos alguns dos usos de ‘de volta’ com o intuito de verificar se a classificação de Zwarts e Basso (2016) é suficiente ou se há outros significados contradirecionais que ‘de volta’ expressa. Feito isso, na seção “Uma análise semântica para ‘de volta’”, com base na análise dos dados a seguir, propomos uma análise semântica para ‘de volta’.

⁴ Back, em inglês, tem origem na palavra que se refere às costas, assim como ‘rug’ (que aparece em ‘terug’) e ‘achter’ do holandês, que se referem às costas, ou à parte de trás de algo.

‘De volta’ e seu significado

Há uma série de itens com os quais ‘de volta’ se combina, que são de natureza verbal e nominal. Começamos por investigar ‘de volta’ combinado com nomes, como nos exemplos abaixo, que não têm pretensão de serem exaustivos:

- (7) jogo de volta
- (8) caminho/trajetória/percurso/rota de volta
- (9) passagem/ticket/bilhete de volta

Para todos esses casos, há o pressuposto de um evento anterior, que, num sentido intuitivo, motiva e licencia o uso da expressão ‘de volta’. Dessa forma, podemos apenas ter o “jogo de volta” se já houver também o “jogo de ida”, que é o contrário do jogo de volta; o mesmo se dá, *mutatis mutandis*, com os exemplos em (8), que falam da existência de uma trajetória prévia, na direção contrária daquela mencionada pela expressão ‘de volta’, e com os exemplos em (9), que só são felizes se houver uma passagem (ou ticket, ou bilhete) de ida, que envolve uma trajetória contrária à da volta⁵.

É importante notar também a simetria presente nesses casos: o jogo da volta só pode ocorrer se envolver os mesmos times (ainda que possa haver variação entre os jogadores); o caminho de volta tem que terminar justamente no ponto em que a ida começou; e uma passagem de volta tem que ter como ponto de chegada justamente a saída da passagem de ida – ainda que haja alguma variação na trajetória total; por exemplo: alguém pode ir de São Paulo a Brasília por Belo Horizonte, mas pode fazer um caminho de volta (para São Paulo) sem necessariamente passar por Belo Horizonte.

Sendo assim, para os casos em (8) e (9), se convencionarmos o início de uma trajetória p como $p(0)$ e seu final como $p(1)$, temos que qualquer trajetória pA , com final $pA(1)$, terá uma contraparte “de volta”, pB , cujo final será $pB(1)=pA(0)$, ainda que possa haver pontos diferentes no meio da trajetória – voltaremos a essas questões mais adiante, bem como a uma formalização mais bem desenvolvida e explícita. Além disso, ainda que tenhamos um nome superficialmente expresso é interessante notar a natureza eventiva dos exemplos – temos ‘jogar’ para (7) e algum verbo de movimento para os casos de (8) e (9), o que evidencia que ‘de volta’ é um modificador que tem eventos como argumentos⁶.

Passando aos predicados verbos propriamente ditos, ‘de volta’ se combina com praticamente todos os verbos que indicam movimento no PB, como exemplifica a lista abaixo, que também não tem pretensão de ser exaustiva (cf., MEIRELLES; CANÇADO, 2017; RAMMÉ, 2012):

⁵ A oposição com ‘ida’ fica clara também quando consideramos que podemos trocar ‘de volta’ por ‘da volta’ nos exemplos de (7) a (9).

⁶ Certamente uma análise mais aprofundada cabe aqui, até pelo fato de que diferentes nominalizações podem levar a diferentes significados contradirecionais. Por exemplo, ‘jogo de volta’ é responsivo, mas ‘nado de volta’ pode ser retornativo. Seja como for, nos interessa aqui apenas notar que há sempre um evento envolvido nessas interpretações.

- (a) verbos de maneira de movimento: ir, caminhar, nadar, voar, dirigir, rastejar, engatinhar, pedalar, pilotar, navegar, correr, andar, pular, acompanhar, seguir, conduzir
- (b) verbos que envolvem movimento (inerentemente direcionado)/deslocamento: jogar, chutar, trazer, levar, carregar, embarcar, cair, arremessar

Os verbos na linha (a) podem ser associados a trajetórias e seu conteúdo lexical veicula diferentes modos de cumprir, desenrolar e chegar ao fim de tais trajetórias (PINKER, 1989; TALMY, 2000). Ao combinarmos quaisquer um desses verbos com ‘de volta’, o resultado é o inverso da trajetória percorrida, ou seja, novamente, se considerarmos que a trajetória denotada por um uso particular do verbo ‘navegar’ como pN, seu começo como pN(0) e seu fim como pN(1), o resultado da combinação com ‘de volta’, ‘navegar de volta’, envolverá a trajetória pNV, que terá a seguinte característica: $pNV(1)=pN(0)$. É importante notar que a trajetória pNV não precisa ser composta por todos os pontos que compõe a trajetória pN – alguém pode navegar por uma dada rota (pN) e voltar por outra (pNV), mas só consideramos como uma volta (e podemos usar ‘de volta’) se o fim de pNV for igual ao início de pN, do mesmo que vimos com os exemplos (8) e (9) acima⁷.

Ainda com relação a esses verbos, é interessante notar que ‘de volta’ impõe restrições sobre as trajetórias envolvidas e sua direcionalidade, mas não sobre como elas foram percorridas, como demonstra o exemplo a seguir:

(10) João foi para a escola de ônibus, mas caminhou de volta.

Em (10), considerando que João saiu e voltou para sua casa, a trajetória de ir para a escola, pE, foi percorrida de ônibus, e a trajetória contrária, de volta/retorno, pEV, foi percorrida a pé; além disso, é bem provável que as rotas percorridas sejam diferentes, pois o caminho do ônibus não precisa ser o mesmo que se faz a pé. De fato, o que importa para licenciar o uso de ‘de volta’ é que $pEV(1)=pE(0)$.

Talvez uma das principais características dos verbos em (a) é que eles sejam agentivos (não-causativos) e envolvam o deslocamento do sujeito da sentença. Os verbos em (b), por sua vez, envolvem movimento de seu objeto, com um sujeito que causa ou desencadeia tal movimento⁸. Apesar dessa diferença, o que parece estar envolvido aqui, como nos casos em (a), é existência de um deslocamento anterior da denotação do objeto da sentença, numa certa direção; em todos esses usos temos deslocamento

⁷ Considere um caso em que João foi do ponto A (inicial) ao ponto B (final), passando pelo ponto C, no meio dos dois outros pontos. Suponha agora que ele tenha que ir ao ponto C; mesmo que possamos dizer que João voltou ao ponto C a partir de B, não seria adequado dizer que ele fez uma trajetória ‘de volta’. Note a diferença entre (a) ‘João fez o caminho de volta’ e (b) ‘João fez o caminho de volta até C’. Na situação descrita, somente (b) seria aceitável, e isso se dá porque uma trajetória ‘de volta’ considera o ponto de partida fornecido (ou contextualmente recuperado). Para que esse não seja o caso, é preciso dizer explicitamente qual o novo ponto a ser então considerado.

⁸ Há várias outras maneiras de caracterizar os verbos em (a) e (b), como dizer que os em (a) são do tipo PATH-ROUTE, e os em (b) do tipo GOAL. Notamos que essas classificações são ortogonais, e compatíveis, com nossa análise do componente contradirecional.

concreto, no sentido de envolver mudança de localização espacial – o resultado de ‘de volta’ é uma trajetória espacial contrária à que ocorreu primeiro.

Tomemos, por exemplo, a sentença abaixo:

(11) João chutou a bola de volta para o Pedro.

A sentença (11) só é feliz se houver um evento anterior em que a bola parte de Pedro e vai até João – idealmente, Pedro chuta a bola para João. Somente em tais condições podemos falar que João chutou a bola de volta para o Pedro. Contudo, é importante notar que, novamente, os eventos não precisam ser necessariamente idênticos. Considere um caso em que Pedro lança a bola, com as mãos, para João, e, ao devolvê-la para Pedro, João usa os pés, chutando a bola. Ainda nesse tipo de situação, (11) é uma sentença adequada; o que importa é que a bola parta de Pedro, e volte a ele – ou seja, considerando a trajetória que a bola percorreu de Pedro para João como pBPJ, e seu início como pBPJ(0), a sentença em (11) fala de um evento cuja trajetória, pBJP, tem a seguinte característica: pBJP(1)=pBPJ(0).

Em termos mais técnicos, o uso de ‘de volta’ com verbos de movimento, e com os exemplos nominais com os quais lidamos, (i) pressupõe um evento de movimento anterior, que se desenrola no espaço⁹, com uma direcionalidade específica, e (ii) resulta num evento de movimento com direção contrária ao primeiro, ainda que nem a rota nem o modo do movimento precisem ser os mesmos. Diante dessas características, podemos concluir que as interpretações de ‘de volta’ que vimos até aqui se encaixam no significado contradirecional **retornativo**, e sua descrição semântica envolve a pressuposição de um evento prévio e a realização posterior de um evento em direção contrária¹⁰.

Antes de explorarmos as pressuposições relevantes e definirmos mais explicitamente o que deve ser tomado como “direção contrária” (ou “reversa”), é importante notar, como os exemplos abaixo mostram, que ‘de volta’ não se combina apenas com verbos de movimento. Considere-se a lista a seguir, que também não tem pretensão de ser exaustiva:

(c) escrever, ligar, mandar, comprar, transferir, receber, remeter, chamar, enviar, falar, bater, olhar

⁹ Obviamente, verbos como ‘jogar’ têm interpretações não-espaciais, como em “João jogou o argumento de volta para o Pedro”, mas esses casos podem ser interpretados como extensões metafóricas, do domínio espacial para o domínio eventivo ou argumentativo, e seriam assim, como veremos abaixo, casos de sentidos **responsivos**. Pensamos aqui, contudo, em casos espaciais apenas para salientar justamente que a interpretação espacial pode ser usada, via analogia, em outros domínios (cf. PONTES, 1992; TALMY, 2000; JACKENDOFF, 1983, 1996, entre vários outros). Seja como for, em todos os casos, conforme argumentaremos, o papel de ‘de volta’ será sempre o mesmo.

¹⁰ Alguns verbos, como ‘rastejar’, ‘embarcar’, ‘cair’, podem ter também interpretações restitutivas e repetitivas, algo esperado dado que todos esses significados são instâncias do domínio contradirecional, e, como argumentaremos, podem ser expressos por ‘de volta’.

De fato, ‘escrever de volta’, ‘ligar de volta’, ou mesmo ‘comprar de volta’, entre outros, não envolvem uma dimensão espacial. Mas envolvem, num sentido mais abstrato, uma diferença de direcionalidade que pressupõe a existência de um evento anterior. Tomemos a sentença abaixo para ilustrar esse ponto:

(12) João escreveu de volta para a Maria.

A sentença (12) pressupõe que houve em evento anterior de escrita que partiu de Maria e chegou ao João, ou seja, o evento de escrita, simplificando as coisas, tem uma trajetória que começa em Maria e termina em João, de modo bastante similar ao que vimos com o exemplo (11), acima. Estamos aqui propondo uma extensão de significado para ‘de volta’ – ele passaria a atuar também em domínios eventivos e não apenas espaciais, mas oferecendo a mesma contribuição semântica contradirecional. Se considerarmos tal caracterização, podemos também dizer que ‘escrever de volta’, em (12), fala de um evento que começa em João e termina em Maria – como nos casos dos verbos em (a) e (b), temos a contradirecionalidade garantida nesses casos.

Qual é a semelhança, para os casos dos verbos (c), entre o evento anterior (pressuposto) e o evento contradirecional (veiculado por ‘de volta’)? Eles podem ser diferentes como nos exemplos anteriores? Dito de outra forma, é estritamente necessário, para o uso adequado e feliz de (12), que Maria tenha *escrito* para João, ou ela pode ter *falado* com ele, por exemplo?

Pelo menos para o caso de ‘escrever’, parece ser o caso que os eventos envolvidos têm que ser de “escrita”, e o seguinte exemplo ilustra isso:

(13) A Maria deixou uma mensagem para o João, e ele escreveu de volta.

A intuição diante de (13) é a de que Maria tenha deixado uma mensagem escrita para o João, e por isso ele *escreveu* de volta. Suponha agora que Maria tenha deixado uma mensagem de voz para João, e ele tenha escrito de volta para Maria – em tal caso, (13) não parece ser adequada.

Mudando para o verbo ‘telefonar’, suponha que Maria tenha ligado para o João – podemos agora usar (13), ou sua variação (13a)?

(13a) ? A Maria telefonou para o João, e ele escreveu de volta.

Novamente, esse não parece ser o caso. Assim para os verbos em (c), os eventos envolvidos exigem um grau de semelhança¹¹ maior do que aqueles envolvidos nos casos de (a) e (b)¹².

Usando a descrição dos significados contradirecionais que expusemos na seção 1, podemos ver que os verbos do grupo (c) devem ser classificados como expressando o significado **responsivo**, que se refere a uma ação (ou evento) feita em resposta a uma outra ação prévia. Não estamos diante de eventos que se desenvolvem no espaço, mas sim num ambiente mais abstrato que envolve eventos e uma certa direcionalidade na relação entre os participantes desses eventos. Assim, se João transfere dinheiro de volta para Pedro, é porque Pedro primeiro transferiu dinheiro para João, ou seja, de Pedro para João e depois de João para Pedro – é sobre essa direcionalidade que ‘de volta’ opera quando combinado com verbos do conjunto (c), e podemos falar aqui, *grosso modo*, de ações que se dão em direções opostas. Considerando que “Pedro transfere dinheiro para João” tem a trajetória pTPJ, e que “João transfere dinheiro de volta para Pedro” tem a trajetória pTJP, o resultado é $pTJP(1)=pTPJ(0)$ – mobilizando a ideia de (contra)direcionalidade para eventos, conseguimos manter um mesmo significado básico para ‘de volta’ e explicar os casos apresentados.

Contudo, diferentemente do que afirmam Zwarts e Basso (2016), os exemplos abaixo, em (d), mostram que ‘de volta’ expressa também o significado contradirecional **restitutivo**:

(d) pegar, pedir, pagar, dar, mudar, enfiar, atrair, colocar

Considere a sentença (14), abaixo:

(14) João₁ pegou seu₁ livro de volta.

Para entendermos (14), não é o caso pensarmos numa trajetória espacial (como num significado **retornativo**) nem num evento de “reposta” (como num significado

¹¹ É importante falar em “semelhança” e não em “identidade”, porque Maria pode ter deixado um bilhete em papel para o João, e ele pode ter escrito de volta para ela um e-mail, por exemplo, mas os dois casos são caracterizados como eventos de “escrita”. Como notou um parecerista anônimo, a quem agradecemos pela observação, pode ser possível aceitar casos como o de (13a); a razão para tanto é provavelmente porque consideramos, ainda que diferentes, que os eventos descritos fazem parte de uma todo composto por eventos com “direções” diferentes. Assim, se estivermos considerando uma mesma conversa entre João e Maria, podemos aceitar que uma dos eventos seja via telefone e o outro via carta, por exemplo.

¹² Uma possível explicação para tanto pode estar no fato de que os casos em (a), (b), e os casos nominais que vimos estão claramente ligados à dimensão espacial, e é uma trajetória espacial (e seu reverso) que garantem o uso de ‘de volta’, mais do que a especificidade do evento realizado. Ao passarmos para o domínio de eventos que não envolvem movimento no espaço, não temos mais uma trajetória espacial “concreta” para assegurar a semelhança entre as trajetórias envolvidas, e assim tal semelhança deve ser garantida também pelos tipos de eventos envolvidos, que devem ter um alto grau de semelhança. Outra possibilidade é que os eventos envolvidos para os casos em (a) e (b) são todos de movimento, e assim caem sob um mesmo evento “guarda-chuva” de movimento, o que não é caso para os itens em (c). Obviamente, tais explicações são apenas esboços, que precisam ser mais bem desenvolvidas, mas que ilustram alternativas possíveis para essa questão.

responsivo) – para João pegar seu livro de volta basta que o livro não esteja com João. Assim que João pegar o livro de volta, o estado de “João estar com seu livro” será restituído, conforme descrevemos ser o funcionamento desse significado contradirecional. Em outras palavras, voltamos a um estado anterior – considere o momento t_0 em que João tem seu livro (JL) e considere o momento posterior t_1 em que João não tem seu livro (J~L); o que ‘de volta’ faz é indicar que o estado t_0 é novamente o caso, ou seja, indica que “percorremos” de volta uma rota de estados indo de $t_1(J\sim L)$ para $t_0(JL)$. Tomando t_0 como o início de uma trajetória pJL e t_1 como seu fim, a trajetória com ‘de volta’, $pJLV$, terá como característica $pJLV(1) = pJL(0)$, ou seja, ao final de $pJLV$ João terá seu livro de volta, como era em t_0 .

Uma descrição semelhante vale para ‘atrair de volta’, ‘colocar de volta’, ‘mudar de volta’ etc. – em todos esses casos, o resultado é a restituição de um estado anterior/prévio, mas sem envolver trajetória espacial ou uma “resposta” a um evento prévio. Verbos como ‘pagar’ e ‘dar’ podem ter tanto interpretação **responsiva** como **restitutiva**, a depender de informações contextuais. Contudo, essa fluidez de significados não deve ser vista como um problema: nossa análise de ‘de volta’ garantirá que ele tem sempre um mesmo significado básico e todas essas possibilidades de interpretação estão dentro do domínio contradirecional.

A literatura em semântica reconhece a tempos a ambiguidade que existe entre os itens que expressam o significado restitutivo e o significado **repetitivo** (cf. DOWTY, 1979; KLEIN, 2001, entre vários outros). De fato, um item como ‘de novo’ no PB apresenta tal ambiguidade, como podemos ver no exemplo abaixo:

(15) A porta abriu de novo.

Com (15), podemos ter a leitura de que a porta novamente se abriu (repetição de evento), ou de que a porta está novamente aberta (restituição de estado). Dado que ‘de volta’ tem interpretação restitutiva, e dado a íntima relação entre esses dois significados, podemos nos perguntar se ‘de volta’ tem também interpretação de repetição. A resposta é positiva, ainda que esse significado talvez não seja o mais comum para ‘de volta’. Considere-se o exemplo abaixo:

(16) O exercício tá todo errado! Faz de volta!

A interpretação mais usual para (16) é a de repetição, segundo a qual o exercício deve ser feito novamente – note que não há trajetória espacial, resposta ou mesmo restituição de estado anterior, mas simplesmente repetição de evento. Sempre que há **restituição** há **repetição**, e nesse sentido uma repetição envolve a ideia de algo irá começar novamente, e para começar novamente, devemos retornar ao início de uma trajetória, seja ela no domínio espacial ou no domínio dos eventos, o que coloca a repetição dentro domínio da contradirecionalidade.

Finalmente, para encerrarmos essa descrição preliminar dos dados, há ainda três casos interessantes que devemos considerar, são eles: ‘estar de volta’, ‘ter de volta’ e ‘querer de volta’. Considere as sentenças abaixo, retiradas de canções brasileiras populares:

(17) Estou de volta pro meu aconchego... (Dominguinhos, “De volta pro aconchego”)

(18) ... quem me dera ao menos uma vez ter de volta todo o ouro... (Legião Urbana, “índios”)

A sentença (17), e obviamente variações com a estrutura ‘estar de volta’, envolve trajetória espacial e pode ser agrupada com os exemplos em (a). A peculiaridade de (17) é que ela envolve o alcance de um ALVO de um verbo de movimento que não é pronunciado – não sabemos qual foi a trajetória p original nem como a trajetória de volta, pV, foi percorrida, mas sabemos que (17) expressa que $pV(1)=p(0)$ ¹³.

Por sua vez, a construção ‘ter de volta’, em (18) e em demais estruturas, tem uma interpretação próxima ao que vimos para os casos em (d), ou seja, temos aqui um significado contradirecional restitutivo – ‘ter de volta’ é restaurar um estado anterior, que pode envolver ou não algum tipo de posse (cf., ‘ter de volta minha poupança’ vs. ‘ter de volta toda a minha paz’).

Para o caso de ‘querer de volta’, a análise que propomos para essa estrutura é que ela traz um verbo elidido, que pode pertencer a qualquer uma das classes que distinguimos acima, e por isso não podemos analisar somente ‘querer de volta’:

(19) querer ir de volta – retornativo/repetitivo

(20) querer chutar de volta – responsivo

(21) querer ter de volta – restitutivo

(22) querer fazer de volta – repetitivo

Como resumo dessa análise descritiva, podemos dizer que ‘de volta’ tem usos retornativos, responsivos, restitutivos e, talvez menos comumente, repetitivos, cobrindo uma grande quantidade das possibilidades do domínio contradirecional que mostramos acima. Além disso, ‘de volta’ pressupõe eventos semelhantes àqueles com os quais se combina¹⁴ que ocorrem em momentos anteriores. Um outro componente importante e ao qual já aludimos é o fato de ‘de volta’ falar de eventos que se dão em direção contrária ao evento pressuposto, e, para podermos capturar todos os seus usos, devemos definir o que temos que entender por “direção contrária” ou “reversa”.

¹³ Há uma série de usos e extensões metafóricas aqui, e provavelmente em outros casos com ‘estar de volta’, que envolvem a pessoa retornar à sua casa, sua origem, suas raízes, etc., que nem sempre são espaciais, mas ainda assim envolvem uma ideia de percurso ou jornada, que pode ser subsumida no que chamamos de trajetória. Uma definição mais clara e precisa desses casos é certamente interessante, mas nos levaria para muito longe da tarefa de fornecer uma descrição abrangente para ‘de volta’ e seus usos contradirecionais.

¹⁴ O mesmo vale, como dissemos, para os casos de ‘de volta’ combinados com nomes.

Lidamos com esse tópico na próxima seção, com o objetivo de oferecer uma descrição semântica para ‘de volta’.

Uma análise semântica para ‘de volta’

A formalização que usaremos para descrever o significado de ‘de volta’ envolve a noção de trajetória, a ideia de contrário (aplicado a trajetória) e certas pressuposições. Portanto, talvez o primeiro ponto sobre o qual precisamos nos deter seja justamente uma teoria sobre trajetória.

Em seu influente trabalho, Zwarts (2005), com base em noções advindas da “teoria de vetores espaciais”¹⁵ (VSS, na sigla em inglês; cf., ZWARTS, 1997; ZWARTS; WINTER, 2000), assume que uma trajetória é uma sequência ordenada de pontos espaciais, que pode ser capturada formalmente como uma função contínua, no intervalo dos números reais, entre $[0,1]$; o ponto inicial de uma trajetória p é formalizado como $p(0)$ e o ponto final como $p(1)$, e quaisquer pontos entre 0 e 1 são partes intermediárias da trajetória. Assim como o conjunto de pontos mobilizado para lidar com preposições locativas na VSS, as trajetórias p fazem parte do domínio espacial P , ao lado do domínio E (para indivíduos e eventos¹⁶) e T (para valores de verdade). A denotação de preposições direcionais, como ‘para o parque’, ‘pelo hospital’ e ‘do trabalho’, são conjuntos específicos de trajetórias.

Para relacionar trajetórias aos eventos de movimentos, Zwarts (2005), em consonância com ideias de Verkuyl (1993) e Krifka (1998), entre outros, postula a função temática TRACE – se e é um evento e p uma trajetória, TRACE(e) relaciona o desenvolvimento do evento e à trajetória p (que é denotação do PP direcional). Esquemáticamente, temos o seguinte (ZWARTS, 2005, p.17):

$$(23) [[V PP]] = \{e \in [[V]]: \text{TRACE}(e) \in [[PP]]\}$$

Além disso, como defende Zwarts (2008), há diversos tipos de trajetórias que podem ser tomadas como a denotação de sintagmas preposicionais direcionais, e suas propriedades têm reflexos em características aspectuais de predicados verbais. Não entraremos, contudo, nessas discussões pois precisamos apenas de uma definição de trajetória e de como relacioná-la com predicados verbais, como em (23). Como pode ser notado, na seção acima, já utilizamos um pouco dessa formalização que aqui foi apenas explicitada.

¹⁵ A teoria dos vetores espaciais é uma abordagem proposta para lidar com a semântica de expressões espaciais locativas simples e modificadas por sintagmas de medida, como ‘3 metros atrás da casa’. Muitas das noções da proposta teórica que apresentamos aqui são oriundas da VSS e, portanto, têm com ela uma série de relações.

¹⁶ Trata-se de uma simplificação ontológica considerar eventos e indivíduos num mesmo domínio. Uma ontologia mais rica, contudo, é perfeitamente compatível com a análise que oferecemos aqui.

Considerando que ‘de volta’ indica direção contrária no domínio espacial e eventivo, o próximo passo na descrição dessa construção é explorar o que devemos entender por “contrário” ou “reverso”. Estamos diante do que Zwarts (2019, p. 224) chama de relação REVERSE, e define como adaptamos abaixo:

- (24) para quaisquer duas trajetórias p e p' , REVERSE(p, p') se somente se
- (i) $p(0)=p'(1)$; e
 - (ii) há um ponto $j \in (0,1]$ e um ponto $i \in [0,1)$ tal que $p(j)=p'(i)$

Já vimos, ainda que informalmente, a primeira das condições na seção acima, e ela garante que uma trajetória reversa (i.e., que se dê ao contrário de uma trajetória prévia) deve terminar onde a trajetória original se inicia. Por sua vez, o ponto (ii) demanda que haja um outro ponto j não-inicial em p que coincida com algum outro ponto não-final em p' – isso garante, por exemplo, a leitura de “looping”, em que alguém refaz um percurso ($p(0)=p'(1)$ e $p(1)=p'(0)$), e também que as trajetórias não sejam necessariamente idênticas¹⁷.

Como podemos notar, de posse de uma teoria sobre trajetórias, podemos defini-las bem como definir operações sobre elas, e foi o que fizemos até aqui. Devemos agora tratar das pressuposições associadas à expressão ‘de volta’. Para tanto, é preciso também explicitar o tratamento dado aos significados contradirecionais mobilizados. Seguindo o que mobilizamos até aqui, Zwarts (2019, p.218) sugere que podemos tratar cada um dos significados vistos na seção 1 como modificadores de eventos:

RETAGUARDA, RETRÓGRADO, ... = $\lambda E \lambda e [E(e) \wedge \dots(e) \dots]$

“E” representa o conjunto de eventos denotado por um dado predicado verbal e “e” representa um subconjunto desses eventos que tem a propriedade contradirecional selecionada – tudo isso se dá numa representação semântica neo-davidsoniana. Ou seja, cada um dos significados contradirecionais é um modificador que toma eventos e retorna eventos com alguma especificação contradirecional – assim, [[RETAGUARDA]], por exemplo, denota um conjunto de conjuntos de eventos, ao passo que ‘andar’ denota um conjunto de eventos. Se considerarmos ‘de costas’ como uma expressão que “atualiza” **retarguarda**, a expressão ‘andar de costas’ denota o conjunto de eventos de andar em sentido contrário ao usual, com as costas “indo na frente”.

Usando as ferramentas da VSS, como os eixos axiais e a função FRONT, que opera sobre um vetor ligado ao movimento (concreto ou abstrato) relacionado ao verbo, aliados a uma função de direção DIR(e,t), como abaixo, mais algumas assunções

¹⁷ Conforme nota Zwarts (2019, p.223-224), em uma sentença como “João saiu de São Paulo, mas veio de volta para Porto Alegre” o ponto inicial da trajetória para São Paulo não precisa ser Porto Alegre, que é o ponto final da trajetória da volta. Mas, em casos como esse, podemos assumir que algum elemento contextual irá fornecer a informação de que a trajetória relevante tem, de fato, início em Porto Alegre.

básicas da semântica de eventos, é possível definir em (25), em princípio, o significado de RETAGUARDA, como em (26) (cf. ZWARTS, 2019, p. 221):

(25) $\forall t [t \in \tau(e) \rightarrow \neg \text{FRONT}(\text{TEMA}(e), t) = \text{DIR}(e, t)]$

(26) $\text{RETAGUARDA} = \lambda E \lambda e [E(e) \wedge \forall t [t \in \tau(e) \rightarrow \neg \text{FRONT}(\text{TEMA}(e), t) = \text{DIR}(e, t)]]$

Com (25), temos que o desenrolar de um evento e ($\tau(e)$) se dá com o TEMA do evento tendo as costas à frente ($\neg \text{FRONT}(\text{TEMA}(e), t)$), “guiando” a direcionalidade do evento ($\text{DIR}(e, t)$)¹⁸.

Juntando as peças, e ignorando o tempo, a sentença (27) é analisada com em (27’):

(27) João andou de costas.

(27’) $[[\text{João andou}]] = \exists (e)[\text{ANDAR}(e) \wedge \text{TEMA}(e, \text{joão})]$ ¹⁹

$[[\text{de costas}]] = \lambda E \lambda e [E(e) \wedge \forall t [t \in \tau(e) \rightarrow \neg \text{FRONT}(\text{TEMA}(e), t) = \text{DIR}(e, t)]]$

$[[\text{de costas}]]([\text{João andou}]) =$

$\lambda E \lambda e [E(e) \wedge \forall t [t \in \tau(e) \rightarrow \neg \text{FRONT}(\text{TEMA}(e), t) = \text{DIR}(e, t)]](\exists (e)[\text{ANDAR}(e) \wedge \text{TEMA}(e, \text{joão})]) =$

$\exists (e)[\text{ANDAR}(e) \wedge \text{TEMA}(e, \text{joão}) \wedge \forall t [t \in \tau(e) \rightarrow \neg \text{FRONT}(\text{TEMA}(e), t) = \text{DIR}(e, t)]]$

(em prosa: há um evento de andar, cujo tema é João, e durante o desenrolar desse evento, sua direção está orientada para as costas do seu tema).

Ao considerar o significado **retornativo**, Zwarts (2019, p.223-224) propõe a seguinte caracterização (abaixo mostramos uma versão adaptada):

$\text{RETORNATIVO} = \lambda E \lambda e: \exists e' [e' < e \wedge E'(e') \wedge \text{REVERSE}(\text{LPATH}(e), \text{LPATH}(e'))].$
 $[E(e)]$

Na fórmula acima, o trecho entre os dois pontos e o ponto final é pressuposto, e, como podemos ver, há três informações pressupostas, que explicitamos a seguir:

$\exists e' [e' < e =$ esta primeira parte fala da existência de um evento e' que é anterior ao evento e sobre o qual se assera²⁰ na fórmula;

$E'(e') =$ esta linha afirma que o evento e' é do tipo E' ; trata-se de dizer que os eventos e e e' são próximos ou semelhantes. Isso é importante para dar conta de casos como (10),

¹⁸ Para aplicar “FRONT” ao TEMA, é preciso primeiramente considerar as coordenadas espaciais do TEMA numa semântica de vetores, por exemplo, pois “FRONT”, sendo uma função espacial, pode aplicar-se somente a vetores ou a pontos do domínio P. Tais operações são previstas na VSS e compatíveis com a análise aqui desenvolvida. De modo semelhantes, podemos dizer que a direção do evento e é determinada por um vetor que relaciona o desenrolar desse evento com um tempo; no caso, o vetor se caracteriza por ter como início “as costas” (i.e., “-FRONT”).

¹⁹ O fechamento existencial se deve ao morfema temporal do verbo; novamente, uma assunção comum da semântica de eventos que não tem relação direta com nosso tema.

²⁰ Usamos aqui “asserar” em oposição a “pressupor”.

em que precisamos de eventos que envolvem movimento sem serem necessariamente idênticos, e (13) em que precisamos de eventos mais semelhantes, como eventos que sejam identificados como “escrever”;

$REVERSE(LPATH(e), LPATH(e')) =$ esta linha garante que o evento assertado se dá ao contrário daquele pressuposto, como o que vimos em (24). Além disso, “LPATH” indica explicitamente que se trata de uma trajetória espacial – voltaremos a esse ponto adiante.

Finalmente, a parte da asserção simplesmente traz a existência de um evento e que tem a propriedade de ser **retornativo**.

Usando a fórmula sugerida, analisemos o seguinte exemplo:

(28) João dirigiu de volta.

(28') $[[\text{João dirigiu}]] = \exists(e)[\text{DIRIGIR}(e) \wedge \text{AGENTE}(e, \text{joão})]$

$[[\text{de volta}]] = \lambda E \lambda e: \exists e'[e' < e \wedge E'(e') \wedge REVERSE(LPATH(e), LPATH(e'))]. [E(e)]$

$[[\text{de volta}]]([\text{João dirigiu}]) =$

$\lambda E \lambda e: \exists e'[e' < e \wedge E'(e') \wedge REVERSE(LPATH(e), LPATH(e'))]. (\exists(e)[\text{DIRIGIR}(e) \wedge \text{AGENTE}(e, \text{joão})])$

$\exists(e). \exists e'[e' < e \wedge \text{movimento}^{21}(e') \wedge REVERSE(LPATH(e), LPATH(e'))]. [\text{DIRIGIR}(e) \wedge \text{AGENTE}(e, \text{joão})]$

(em prosa: existe um evento e, e existe um evento pressuposto e' anterior semelhante a e que se dá direção contrária de e e é um evento de dirigir cujo agente é João)

Ademais, podemos testar a existência do conteúdo pressuposicional através do teste conhecido como “p-família” (cf., CHIERHIA, 2003, p.186), ou seja, se A pressupõe B, então (i) uma interrogação feita com A pressupõe B, (ii) a negação de A pressupõe B, e (iii) uma sentença condicional que A em seu antecedente pressupõe B. Tomando a sentença (29) como A, e (29a) como o pressuposto B, podemos ver que (29b), (29c) e (29d) pressupõe B assim como (29):

(29) João caminhou de volta.

(29a) Houve um evento anterior de deslocamento de João, que pode ter ou não ter sido uma caminhada, e que se deu numa certa direção.

(29b) João caminhou de volta?

(29c) João não caminhou de volta.

(29d) Se João caminhou de volta, então não veio ninguém com ele.

Propomos que essa análise dá conta dos casos nominais que vimos na seção anterior, bem como dos verbos em (a) e (b) – obviamente, com os devidos ajustes, mas em todos os casos, temos uma trajetória espacial envolvida.

²¹ Aqui e nos outros exemplos de derivação, deixaremos o evento em minúsculo para representar que se trata de um evento pressuposto cujas especificidades só serão contextualmente resolvidas.

Ao passarmos para os casos em (c) apresentados na seção “‘de volta’ e seu significado”, notamos que não temos mais uma trajetória espacial, mas sim dois eventos relacionados de modo que um se dá como resposta e em direção contrária a um evento prévio; trata-se do significado **responsivo**. Para capturar essa diferença, e manter a mesma denotação de ‘de volta’ que usamos no exemplo (28’), Zwarts (2019, p.225) sugere que o que se altera são os tipos de trajetória relacionados por REVERSE, que agora não mais se dão no espaço (i.e., LPATH) mas sim no domínio dos eventos, ou seja, teríamos aqui APATH (“A” para ‘action’, ação). A fórmula oferecida pelo autor é a seguinte:

$$\text{RESPONSIVO} = \lambda E \lambda e: \exists e'[e' < e \wedge E'(e') \wedge \text{REVERSE}(\text{APATH}(e), \text{APATH}(e'))]. [E(e)]$$

Tal estratégia, ainda que certamente bastante simplificada, dá conta da intuição de que mudamos do domínio espacial para o dos eventos, e por isso temos um tipo diferente de trajetória para esses casos, mas com ‘de volta’ desempenhando o mesmo papel. Vejamos a análise do exemplo a seguir:

(30) Pedro telefonou de volta para a Maria.

(30’) [[Pedro telefonou para a Maria]] = $\exists (e)[\text{TELEFONAR}(e) \wedge \text{AGENTE}(e, \text{pedro}) \wedge \text{TEMA}(e, \text{maria})]$

[[de volta]] = $\lambda E \lambda e: \exists e'[e' < e \wedge E'(e') \wedge \text{REVERSE}(\text{APATH}(e), \text{APATH}(e'))]. [E(e)]$

[[de volta]]([[Pedro telefonou para a Maria]]) =

$\lambda E \lambda e: \exists e'[e' < e \wedge E'(e') \wedge \text{REVERSE}(\text{APATH}(e), \text{APATH}(e'))]. (\exists (e) [\text{TELEFONAR}(e) \wedge \text{AGENTE}(e, \text{pedro}) \wedge \text{TEMA}(e, \text{maria})])$

$\exists e: \exists e'[e' < e \wedge \text{telefonar}'(e') \wedge \text{REVERSE}(\text{APATH}(e), \text{APATH}(e'))]. [\text{TELEFONAR}(e) \wedge \text{AGENTE}(e, \text{pedro}) \wedge \text{TEMA}(e, \text{maria})]$

(em prosa: existe um evento e, e existe um evento pressuposto e’ anterior semelhante a e que se dá direção contrária de e, ou seja, trata-se de um evento de telefonar que “parte” de Maria e “chega” em Pedro, e e é um evento de telefone que “parte” de Pedro e “chega” em Maria)²²

Como apontado na seção anterior, a principal diferença entre casos como (28) e (30) é que os eventos relacionados em (30) devem ter um grau maior de semelhança, e por isso o evento pressuposto em (30) deve poder também ser classificado como “telefonar”.

Uma estratégia semelhante pode ser usada para tratarmos do significado **restitutivo**, ou seja, devemos novamente pensar em qual domínio se encontram as trajetórias relevantes. Para esse caso, sugeriremos um domínio de estado-de-coisas, e que as

²² Poderíamos, por exemplo, sugerir que os papéis temáticos de AGENTE e TEMA estão sistematicamente associados ao que chamamos de início (“partir”) e fim (“chegar”) das trajetórias abstratas presentes aqui. Contudo, tal afirmação, ainda que razoável, carece de uma investigação mais aprofundada que não faremos aqui.

trajetórias desse domínio sejam denominadas EPATH, seguindo a descrição que fizemos para esses casos anteriormente. Assim, definimos o significado **restitutivo**, simplesmente, como²³:

$$\text{RESTITUTIVO} = \lambda E \lambda e: \exists e' [e' < e \wedge E'(e') \wedge \text{REVERSE}(\text{EPATH}(e), \text{EPATH}(e'))]. \\ [E(e)]$$

O que está em jogo aqui é retornar a um estado-de-coisas anterior, mas a análise é um pouco mais complexa, pois é necessário relacionar o evento realizado com o estado-de-coisas que ele restaura, e é justamente esse o papel que atribuímos a EPATH. Tomemos o exemplo a seguir:

(31) Maria pegou seu livro de volta.

A interpretação que buscamos aqui é algo como: Maria pegar seu livro de volta restaura o estado-de-coisas de Maria estar com seu livro. Intuitivamente, (31) pressupõe: (i) o livro já esteve com a Maria e (ii) o livro não está (mais) com a Maria. Ao proferir (31), afirma-se que o livro está com a Maria novamente, restabelecendo um estado anterior. O evento e' pressuposto é um evento de posse²⁴, cujo EPATH consiste em:

$$\text{EPATH}(e') = p(0)\text{ter_o_livro} / p(1)\text{n\~{a}o_ter_o_livro}$$

Em outras palavras, seu começo é ter posse do livro, e seu final é não ter mais posse do livro. Como nos outros casos, REVERSE resulta num EPATH para e que é o contrário do EPATH para e' :

$$\text{EPATH}(e) = p(0)\text{n\~{a}o_ter_o_livro} / p(1)\text{ter_o_livro}$$

Conforme a paráfrase intuitiva dada acima sugere, ao proferir (31) num contexto feliz, o EPATH do evento e' pressuposto foi “percorrido”, ou seja, Maria não tem mais o livro; por sua vez, a asserção de (31) envolve um evento e , similar ao pressuposto, cuja trajetória se dá em direção contrária ao evento pressuposto e' , ou seja, ao final do EPATH de e Maria tem o livro.

²³ Essa não é, por exemplo, a saída proposta por Zwarts (2019) nem por Beck e Gergel (2015) para lidar com o sentido restitutivo; esses pesquisadores propõem lidar com escalas e eventos escalares. Aqui, optamos por lidar com estados-de-coisa pois nem todo sentido restitutivo está combinado com predicados (verbais) escalares; nosso exemplo (31) mostra isso.

²⁴ Uma alternativa seria considerar estados separados de eventos na ontologia, e assim ao invés de falar em “evento de posse”, poderíamos falar em “posse” ou “estado de posse”. Novamente, essa distinção ontológica não é contrária à nossa análise, pois ‘de volta’ teria o mesmo papel, porém, segundo esta alternativa, teríamos uma trajetória percorrida num domínio de eventos. Nossa opção aqui, contudo, é continuar a falar somente em eventos para ressaltar a semântica de ‘de volta’ sem uma exploração mais aprofundada de questões ontológicas.

(31') [[Maria pegou seu livro]] = $\exists(e)[\text{PEGAR}(e) \wedge \text{AGENTE}(e, \text{maria}) \wedge \text{TEMA}(e, \text{livro_da_maria})]$
 [[de volta]] = $\lambda E \lambda e: \exists e'[e' < e \wedge E'(e') \wedge \text{REVERSE}(\text{EPATH}(e), \text{EPATH}(e'))]$. [E(e)]
 [[de volta]]([[Maria pegou seu livro]]) =
 $\lambda E \lambda e: \exists e'[e' < e \wedge \text{ter_o_livro}'(e') \wedge \text{REVERSE}(\text{EPATH}(e), \text{EPATH}(e'))]$. ($\exists(e)$
 [PEGAR(e) \wedge AGENTE(e, maria) \wedge TEMA(e, livro_da_maria)])

O papel de ‘de volta’, mais uma vez, é o mesmo, o que vai mudar, como nos outros casos, é o domínio em que se desenrolam as trajetórias envolvidas – agora em um domínio mais conceitual, mais abstrato.

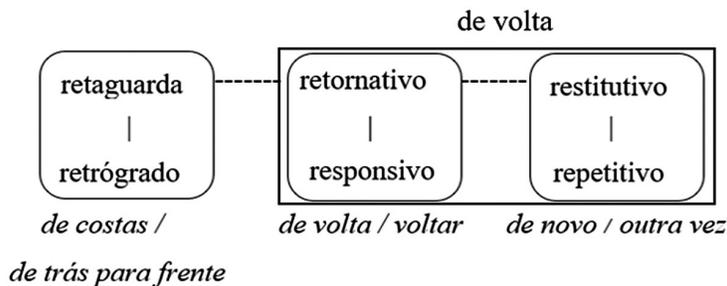
O último caso que devemos investigar é aquele em que ‘de volta’ pode ser usado para expressar o significado **repetitivo**, que é sempre muito próximo do **restitutivo**. Como mencionamos, esse provavelmente não é o significado contradirecional mais usualmente associado à expressão ‘de volta’, mas sua existência pode ser também entendida nos mesmos moldes que vimos acima; seguindo uma sugestão de Zwarts (2019, p.226-227), podemos representar o significado **repetitivo**, como:

REPETITIVO = $\lambda E \lambda e: \exists e'[e' < e \wedge E'(e')]$. [E(e)]

A ênfase não é mais no estado-de-coisas que um dado evento traz à tona, mas sim a realização de um dado evento que pressupõe a existência de um evento similar prévio. Nesse caso, já não há mais trajetórias envolvidas, mas ainda assim devemos considerar que o significado **repetitivo** faz parte do domínio contradirecional pois, em várias línguas os itens que expressam o significado **repetitivo** expressam também vários dos outros significados desse domínio. Ainda assim, é possível conceber que refazer um evento significa voltar ao início de um dado processo e começá-lo novamente, ou seja, há, ainda que de um modo mais distante, um caminho sendo percorrido ao contrário na concepção de fazer de novo, refazer ou ainda recomençar. Em nossa análise, repetir um evento impõe menos restrições do que, por exemplo, retornar um evento de movimento, responder a um evento que não envolve necessariamente movimento espacial, ou mesmo restabelecer um estado.

Diante do exposto, podemos retomar o esquema para o PB proposto por Zwarts e Basso (2016), e refazê-lo como abaixo, em que os significados **retornativo**, **responsivo**, **restitutivo** e **repetitivo** podem ser expressos por ‘de volta’:

Ilustração 5 – Lexicalização dos significados contradirecionais no PB



Fonte: Elaboração própria.

Com relação à análise semântica, podemos oferecer uma única análise para os significados **retornativo**, **responsivo** e **restitutivo** abstraindo os diferentes tipos de trajetória envolvidos na relação pressuposto REVERSE, notada somente como PATH, chegando à seguinte estrutura:

$$[[\text{de volta}]] = \lambda E \lambda e: \exists e' [e' < e \wedge E'(e') \wedge \text{REVERSE}(\text{PATH}(e), \text{PATH}(e'))]. [E(e)]$$

Nos três usos, ‘de volta’ é um modificador de eventos que carrega pressuposições específicas relacionando o evento pressuposto e o assertado, de modo que a trajetória de um deles, em algum domínio conceitual, ocorre no sentido reverso da trajetória do outro.

A interpretação **repetitiva**, por sua vez, de modo simplificado, é uma extensão metafórica que “apaga” a necessidade de relacionar trajetórias diferentes de dois eventos, mas mantém o restante das pressuposições. Num certo sentido, um evento de repetição é um tipo menos restrito de evento retornativo, no qual a restrição de reversão de trajetória não é observada.

Passemos às conclusões e aos problemas em aberto.

Conclusão

Neste artigo, lidamos com a interpretação semântica da expressão ‘de volta’ no português brasileiro. Oferecemos uma análise desse item dentro da semântica de eventos das línguas naturais, que situa ‘de volta’ como um tipo particular de modificador de evento – um modificador contradirecional. Dentre as seis possibilidades de modificação contradirecional que expusemos, ‘de volta’ pode realizar quatro delas. Propusemos que três (retornativo, responsivo e restitutivo) dos significados contradirecionais de ‘de volta’ estão relacionados de forma próxima, e que o significado repetitivo é uma versão com menos restrições desses significados.

Nossa análise unifica diversos significados aparentemente diferentes de forma clara e orgânica, sem lançar mão de noções *ad hoc*, mobilizando conceitos e ideias independentemente motivadas. Chegamos assim a uma descrição formal simples e composicional, dentro dos moldes da semântica formal, de uma estrutura bastante comum do português brasileiro. Além disso, nossa análise pode ser vista como um argumento a favor da ideia de que os domínios espaciais, eventivos e de estados-de-coisas estão ligados por relações como, por exemplo, metáforas e analogias, e assim um mesmo item pode atuar em “camadas” diferentes da hierarquia espaço < tempo/ evento < estados-de-coisas/situação.

Entre os problemas em aberto, podemos mencionar que seria interessante explorar as condições que permitem a leitura repetitiva de ‘de volta’ e quais são as relações entre essa expressão e os usos contradirecionais do verbo ‘voltar’, bem como explorar possíveis diferenças de interpretação relacionadas à posição sintática de ‘de volta’. São temas que certamente merecem uma investigação futura.

Agradecimento

Esta pesquisa foi financiada pela FAPESP (2017/21110-0).

BASSO, R. On the semantics of ‘de volta’: an exercise on counterdirectionality. *Alfa*, São Paulo, v.63, n.2, p.397-419, 2019.

- *ABSTRACT: Within the framework of formal semantics and pragmatics of natural languages, the aim of this paper is to analyse the expression ‘de volta’ in Brazilian Portuguese, considering it as an event modifier of a particular type, a counterdirectional modifier. In order to do this, we develop our analysis using Neo-Davidsonian Event Semantics and the Semantics of Trajectories proposed by Zwarts (2005; 2008), allied to an analysis of event modifiers. First, we present the domain of counterdirectionality, its main distinctions and the proposal of Zwarts and Basso (2016), which also deals with Brazilian Portuguese. Next, we present several data related to the interpretations of ‘de volta’; in the following section, we develop our specific proposal for the semantic analysis of ‘de volta’. As a result, we propose a unified analysis of ‘de volta’ which accounts for its returnative, responsive, restitutive, and repetitive interpretations. We also present a review of the conclusions of Zwarts and Basso (2016) about ‘de volta’. We conclude this paper with some open issues.*
- *KEYWORDS: Counterdirectionality. Modifiers. Event semantics. Formal semantics. Presupposition.*

REFERÊNCIAS

- ABRUSÁN, M. Presupposition cancellation: explaining the ‘soft-hard’ trigger distinction. **Natural Language Semantics**, Dordrecht, n.24, n.2, p.165-202, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11050-016-9122-7>. Acesso em: 05 fev. 2019.
- BECK, S.; GERGEL, R. The diachronic semantics of English again. **Natural Language Semantics**, Dordrecht, n.23, n.3, p.157-203, 2015.
- CHIERHIA, G. **Semântica**. Campinas: Ed. da Unicamp; Londrina: Eduel, 2003.
- CHUMAN, C. **A contradirecionalidade e o prefixo re-**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.
- DOWTY, D. **Montague grammar and word meaning**. Dordrecht: Reidel, 1979.
- FABRICIUS-HANSEN, C. Wi(e)der and again(st). In: FERY, C.; STERNEFELD, W. (ed.). **Audiatu vox sapientiae**: a festschrift for Arnim von Stechow. Berlin: Akademie Verlag, 2001. p.101-130.
- JACKENDOFF, R. The architecture of the linguistic-spatial interface. In: BLOOM, P.; PETERSON, M. A.; NADEL, L.; GARRETT, M. F. (org.). **Language and space**. Cambridge: MIT Press, 1996. p.1–30.
- JACKENDOFF, R. **Semantics and cognition**. Cambridge: MIT Press, 1983.
- KLEIN, W. Time and again. In: FERY, C.; STERNEFELD, W. (ed.). **Audiatu vox sapientiae**: a festschrift for Arnim von Stechow. Berlin: Akademie-Verlag, 2001. p.267–286.
- KRIFKA, M. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, S. (ed.). **Events and grammar**. Dordrecht: Kluwer, 1998. p.197-235.
- MEIRELLES, L. L.; CANÇADO, M. A propriedade semântica movimento na representação lexical dos verbos do português brasileiro. **Alfa**, São Paulo, v.61, n.2, p.425-450, 2017.
- PINKER, S. **Learnability and cognition**: the acquisition of argument structure. Cambridge: MIT Press, 1989.
- PONTES, E. **Espaço-Tempo na língua portuguesa**. São Paulo: Pontes, 1992.
- RAMMÉ, V. **A expressão do deslocamento nas línguas naturais**: análise da estrutura [V_{maneira} + Prep_{loc}]. 2012. 144f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- TALMY, L. **Toward a cognitive semantics**. Cambridge: MIT Press, 2000.

VERKUYL, H. **A Theory of Aspectuality**: the interaction between temporal and atemporal structure. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ZWARTS, J. Aspects of a typology of direction. *In*: ROTHSTEIN, S. (ed.). **Theoretical and crosslinguistic approaches to the semantics of aspect**. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p.79-106.

ZWARTS, J. From 'back' to 'again' in Dutch: the structure of the 're' domain. **Journal of Semantics**, Oxford, v.36, n.2, p.211-240, 2019.

ZWARTS, J. Prepositional aspect and the algebra of paths. **Linguistics and Philosophy**, Dordrecht, n.28, n.6, p.739-779, 2005.

ZWARTS, J. Vector as relative positions: a compositional semantics of modified PPs. **Journal of Semantics**, Oxford, n.14, p.57-86, 1997.

ZWARTS, J.; BASSO, R. M. Counterdirectionality crosslinguistically: comparing Brazilian Portuguese and Dutch. **Revista da ABRALIN**, [s. l.], v.1, p.19-44, 2016.

ZWARTS, J.; WINTER, Y. Vector space semantics: a model-theoretic analysis of locative prepositions. **Journal of Logic, Language and Information**, Dordrecht, n.9, p.169-211, 2000.

Recebido em 5 de fevereiro de 2019

Aprovado em 31 de março de 2019

O PAPEL DOS NÚCLEOS BAIXOS NA INTERPRETAÇÃO DE CAUSALIDADE EM PORTUGUÊS BRASILEIRO: ALGUMAS NOTAS SOBRE DECOMPOSIÇÃO DE EVENTOS, F-SEQ E NANOSSINTAXE

Thayse Letícia FERREIRA*
Valdiléna RAMMÉ**

- **RESUMO:** Neste trabalho, investigamos o processo de causativização no português brasileiro, buscando compreender as restrições e generalizações que permitem explicar os dados aparentemente caóticos de nossa língua. Para tal, utilizamos o método hipotético-dedutivo e partimos da tese de que são elementos do domínio acional que determinam o comportamento dos verbos em relação à incidência de causalidade. Como consequência, apresentamos neste artigo uma revisão teórica das classes acionais, utilizando ferramentas de um modelo decomposicionista recente denominado Nanossintaxe (STARKE, 2009). Com isso, será possível entender as restrições mais rigorosas que as classes ‘estado’ e ‘accomplishment’, por exemplo, impõem para o fenômeno da causativização, levando em conta conceitos sintático-semânticos mais finos, como Iniciação, Processo, Resultado e Limite. Concluimos, deste modo, que para um predicado ser interpretado enquanto causativo faz-se necessário que o evento por ele denotado seja de natureza dinâmica. Além disso, demonstramos que a sequência funcional (*f-seq*) da forma como é proposta dentro do modelo nanossintático permite explicar a associação de mais de um nóculo sintático a um mesmo argumento verbal, assim como a sua desassociação e consequente identificação com um núcleo causativo nulo.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Causativização. Decomposição de eventos. Classes acionais. Nanossintaxe. Hierarquia funcional do domínio verbal.

Introdução

Desde meados da década de 1960, tem-se reconhecido em linguística a necessidade de assumir a existência de elementos em nossa ontologia relacionados a conceitos

* Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos – SP – Brasil. tleticiaf@gmail.com. ORCID: 0000-0003-2883-8721

** Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA). Foz do Iguaçu – PR – Brasil. Departamento de Linguística e Letras Modernas. val.ramme@gmail.com. ORCID: 0000-0003-1794-3278.

mais amplos da percepção humana sobre o mundo. Nesse sentido, certos componentes que integram os domínios espacial e temporal, por exemplo, aparecem como traços sintático-semânticos que atuam na construção das gramáticas de língua natural de um modo sistemático. Embora atualmente haja um consenso de que elementos como trajetória, maneira e causalidade sejam relevantes para a construção de sentenças nas línguas naturais, o debate a respeito do *locus* exato de atuação desses elementos é, ainda, bastante expressivo (RAMCHAND; SVENONIUS, 2014).

Considerando esse quadro, neste trabalho pretendemos investigar um fenômeno relacionado à expressão de causalidade nas línguas naturais, visando, sobretudo, compreender (i) um dos modos pelos quais as diferentes línguas do mundo podem veicular esse tipo de relação e (ii) o papel de diferentes módulos da gramática na construção de um significado causativo. Nomeadamente, investigaremos o fenômeno da causativização, que consiste, *grosso modo*, em um processo que licencia a atribuição de uma interpretação causativa para predicados ou construções que não veiculam causalidade inerentemente, tal como se observa nos pares de sentença abaixo, em que (a) marca a versão não causativa dos predicados ‘pular’ e ‘emagrecer’ e (b) a contraparte causativa dessas mesmas estruturas.

- (1) a. O menino pulou pela cerca.
b. A mãe pulou o menino pela cerca.
- (2) a. João emagreceu.
b. O remédio emagreceu o João.

Nas sentenças de índice (a), os processos descritos pelos predicados ‘pular’ e ‘emagrecer’ ocorrem de um modo “natural” ou “espontâneo”, ou seja, nossa interpretação para essas sentenças é simplesmente a de que houve um evento no qual “o menino pulou” e “João emagreceu”. Nas sentenças de índice (b), por outro lado, temos uma configuração um tanto quanto inesperada, dado que, nesse caso, interpretamos que os processos denotados por ‘pular’ e ‘emagrecer’ não aconteceram de forma natural, mas foram causados pelo argumento localizado na posição de sujeito sintático. Ou seja, entende-se em (1b) que a mãe fez, de algum modo, o menino pular pela cerca e, em (2b), que o remédio fez o João emagrecer. Nessas sentenças, portanto, o evento denotado pelo predicado é, na verdade, o resultado de um outro evento (de causa) desempenhado pelo sujeito.

Esse processo parece ser bastante pervasivo entre as línguas naturais (RAMCHAND, 2008; HORVATH; SILONI, 2011; LYUTIKOVA; TATEVOSOV, 2014), no entanto, é importante notar que: (i) não é a totalidade dos predicados de uma dada língua que pode veicular uma relação de causalidade entre dois eventos (cf. contraste entre as sentenças (1) e (3)); (ii) parece haver restrições específicas de cada língua que bloqueiam a incidência de causalidade sobre seus verbos (cf. sentenças (3) e (4), do português brasileiro (PB) e finlandês, respectivamente); e (iii) a possibilidade de veicular uma

relação de causalidade se aplica para um certo conjunto de verbos apenas em alguns contextos (cf. sentenças em (5))¹.

- (3) a. As crianças riram.
b. *O palhaço riu as crianças.
- (4) a. *Sami naura-tti tyttö-jä.*
Sami.nominativo rir-CAUSE.passado meninas-objeto
“Sami riu as meninas” (= Sami fez as meninas rirem)
(Exemplo adaptado de PYLKKÄNEN, 2008)
- (5) a. Pedro caiu de cima do muro.
b. *Joana caiu Pedro de cima do muro.
c. O Brasil caiu o índice de analfabetismo.

Ao contrastar os dados exibidos de (1) a (5), podemos nos perguntar qual é a fonte das assimetrias observadas em relação à causativização. Isto é, por que nem todos os verbos (intra ou translinguisticamente) podem ser interpretados enquanto causativos em qualquer situação? Considerando, por exemplo, o contraste entre as sentenças (1) e (3), por um lado, e (3) e (4), por outro, o fenômeno em discussão se torna ainda mais interessante. Dado que tanto o predicado ‘pular’ quanto o predicado ‘rir’ pertencem à classe dos verbos inergativos e denotam eventos semelfactivos (ROTHSTEIN, 2004), por que o primeiro pode ser causativizado em português brasileiro sem ruídos na interpretação, ao passo que o segundo é sistematicamente bloqueado a causativizar nessa língua? Ou seja, por que verbos que parecem compartilhar um mesmo conjunto de traços sintático-semânticos exibem um comportamento irregular em relação à incidência de causalidade?

Neste trabalho, objetivamos buscar algumas propriedades sintático-semânticas mais finas dos verbos do PB e dos eventos por eles denotados que talvez possam contribuir para a compreensão do funcionamento do processo de causativização no português brasileiro, visando responder às questões acima elencadas. Para tanto, utilizamos o método hipotético-dedutivo como meio de investigação e aventamos como hipótese de trabalho a tese de que é a arquitetura do segmento da sequência funcional (*f-seq*) que corresponde ao domínio de composição de eventos (“*little-v*”) o fator que restringe a possibilidade de um determinado predicado ser interpretado enquanto causativo

¹ Conforme um parecerista anônimo observou, é importante destacar o fato de que não há uniformidade interdialetoal em relação aos juízos de boa formação das sentenças causativizadas. Além disso, em certos casos a estrutura causativizada é bastante semelhante a construções de tópico-sujeito. Apesar de tal fato, as sentenças aqui discutidas exibem legitimamente uma interpretação causativa, relacionada ao fato de haver um novo argumento na estrutura que *causa* o *efeito*. O principal argumento para defendermos uma leitura causativa para essas sentenças provém justamente de seu significado, que pode ser parafraseado por “x fez VP”. Note-se que (5c) pode ser parafraseado por “o Brasil fez o índice de analfabetismo cair”, ao passo que em uma construção de tópico-sujeito como “o relógio soltou o ponteiro do minuto” ou “o carro faltou freio” a mesma parafrase não se aplica: “*o relógio fez o ponteiro do minuto (se) soltar” e “*o carro fez freio faltar”.

em nossa língua-objeto, o PB. Para investigarmos nossa hipótese e alcançarmos os objetivos delineados, inserimos a pesquisa no quadro teórico da Nanossintaxe (STARKE, 2009), haja vista que, ao integrar pressupostos do Minimalismo e da Cartografia, o modelo nos oferece um ferramental de trabalho bastante rico, elegante e com poder preditivo, que nos permite olhar para os menores átomos de composição linguística, ensejando, assim, uma compreensão fina da estrutura e do funcionamento do domínio de composição de eventos e de sua relação íntima com as generalizações sobre a estrutura argumental.

Tendo explicitado nossa questão de pesquisa, hipótese e a teoria adotada, apresentamos, na próxima seção, o processo de causativização, discutindo os principais problemas que encontramos na compreensão do fenômeno. Na sequência, exibimos o quadro mais geral da Nanossintaxe (STARKE, 2009; RAMCHAND, 2008; CAHA, 2009) e os principais pressupostos da teoria que embasam nossa análise, desenvolvida na seção “Investigando a causativização no PB dentro da Nanossintaxe”, em que confrontamos nossa hipótese de partida com sentenças da língua sob investigação, que terão sua estrutura traduzida para a nomenclatura nanossintática. Ao explorarmos os dados, que aparentam corroborar nossa assunção inicial, argumentamos que são elementos localizados em uma posição baixa na hierarquia funcional que parecem fazer a diferença no comportamento verbal em relação à incidência de causalidade. Além disso, explicamos com as regras de operação nanossintáticas como um significado causativo pode ser alcançado e como a estrutura verbal é reorganizada para tanto. Por fim, demonstramos que há distintos módulos gramaticais atuando para a construção de um significado causativo. Na sequência, tecemos algumas conclusões sobre as ideias discutidas neste trabalho. Com isso, esperamos contribuir com a descrição do PB e com os estudos sobre a expressão de causalidade nas línguas naturais, abrindo, também, uma nova perspectiva para a investigação da causativização.

Licenciando uma interpretação causativa para predicados não causais: o fenômeno da causativização

A relação de causalidade tem sido um tópico de investigação constante nos estudos linguísticos. Conforme é possível observar em textos seminais tais como Dowty (1979), Parsons (1990), Levin e Rappaport-Hovav (2005), Kratzer (2005), Ramchand (2008) e Higginbotham (2009), essa relação parece ser central para nossa compreensão a respeito de questões sobre o domínio acional e sobre a interface entre sintaxe e semântica. De acordo com Copley e Wolff (2014, p.11, tradução nossa), “[...] muito da estrutura frasal é organizada em torno dos eventos (ou entidades semelhantes aos eventos, tais como as situações) e de suas relações causais”². Como consequência dessa afirmação,

² No original: “[...] *much of phrase structure is arranged around causal relationships between events (or event-like entities such as situations)*”.

pautada em observações empíricas, podemos dizer que investigar os mecanismos utilizados pelas diferentes línguas para expressar causalidade é um passo importante para a compreensão de diversos fenômenos.

A causalidade, aqui, pode ser entendida como uma relação entre dois eventos: uma *causa* e um *efeito* (DAVIDSON, 1967; LEWIS, 1973), organizados de tal modo que o efeito não deve preceder naturalmente a causa. Isto é, a menos que tratemos de viagens no tempo ou de eventos quânticos, casos em que se manipula explicitamente a sequência dos acontecimentos, a ordenação natural dos *relata* causais é dada por “*causa* → *efeito*”. Se, por exemplo, admitimos que uma sentença como “Joana quebrou a janela” expressa uma relação de causalidade, então devemos entender que Joana fez algo em *t1* que teve como resultado “o quebrar da janela” em *t2*. Ou seja, não importa se Joana arremessou uma pedra em direção à janela ou deu uma martelada nesse objeto; dado um evento de *causa*, sua ocorrência deve ser anterior ao *efeito*, explicitado, nesse caso, por “o quebrar da janela”. Tal fato, ainda que apresentado brevemente, nos leva a inserir um parâmetro de temporalidade na definição do que seja causalidade, em consonância com os trabalhos de Aguiar (2003), Schaffer (2016) e Neeleman e van de Koot (2012)³.

Em linguística, a relação de causalidade é normalmente representada pelo predicado CAUSA (JACKENDOFF, 1983; PINKER, 1989) e a ordenação temporal entre os eventos pode ser garantida por um par ordenado como <*causa*, *efeito*>. Desse modo, quando se fala em uma interpretação causativa das sentenças, assume-se que um elemento do tipo CAUSA<*causa*, *efeito*> integra o conjunto de itens que compõem sua estrutura. Quando ocorre o processo de causativização, portanto, é todo esse componente que passa a ser computado no significado global da sentença. Conforme discutimos na introdução, não são todos os verbos de uma dada língua que podem ser interpretados enquanto causativos, ou seja, nem todos os verbos permitem a inserção de um elemento CAUSA<*causa*, *efeito*> em sua composição. Considerando esse fato, tomemos as sentenças abaixo para compreendermos quais são os problemas encontrados na análise da causativização em PB.

- (6) a. Joana acordou.
b. O despertador/Pedro acordou a Joana.
- (7) a. A nota do programa subiu.
b. Os professores subiram a nota do programa.

Os predicados ‘acordar’ e ‘subir’ pertencem à classe dos verbos inacusativos, dado que permitem um uso adjetival em construções de particípio passado (PPA constructions) (SILVA, 2009) (cf. (8) abaixo) e bloqueiam a formação de nominalizações em ‘-(d)or’

³ Há, ainda, alguns autores que admitem que a relação de causalidade depende, também, de um parâmetro de contrafactualidade, dado que a temporalidade parece ser condição necessária, mas não suficiente para definir essa relação. Entende-se, manipulando-se um parâmetro de mundo possível, que se a *causa* não ocorre, o evento de *efeito* também não ocorre ($\neg O(c) \boxplus \rightarrow \neg O(e)$). Neste trabalho, não exploramos a contrafactualidade, no entanto, remetemos o leitor interessado aos trabalhos de Dowty (1979), Eckardt (2000) e Kratzer (2005).

(cf. (9) abaixo), mecanismo que opera livremente sobre predicados inergativos, que exibem em sua estrutura um único argumento externo, normalmente associado a um papel de agentividade no desenrolar do evento.

- (8) a. A Joana acordada fica muito irritada.
b. Os arquivos subidos pelos usuários são criptografados.
- (9) a. *Pedro é acordador de gente preguiçosa.
b. *Os subidores de arquivo chegaram⁴.

Esses testes indicam que o único argumento que esses verbos contêm em sua estrutura - (6a) e (7a) - é um objeto direto, um argumento interno à camada do VP. Quando essas sentenças são causativizadas, contudo, nota-se que um novo argumento surge na sentença na posição de sujeito sintático. Tendo em vista esse fato, poderíamos, em princípio, aventar a hipótese de que inacusativos causativizam porque contêm um núcleo sintático disponível para receber um novo argumento ([spec-vP] ou [voiceP]), desencadeando assim, uma interpretação de causalidade. No entanto, esse não é sempre o caso, dado que não são todos os predicados inacusativos que podem causativizar - cf. (10) - e, além disso, verbos inergativos, que já contêm um argumento na posição de spec-vP ou voiceP, podem licenciar o processo em questão, conforme as sentenças em (11) demonstram, com o verbo ‘mergulhar’⁵.

- (10) a. Joana saiu de casa.
b. *Alice saiu Joana de casa.
- (11) a. A criança mergulhou no rio.
b. Tétis mergulhou a criança no rio.

Observando os exemplos oferecidos, explicar o processo de causativização de inergativos parece ser um tanto mais complicado do que compreender a causativização de predicados inacusativos, pois há uma reorganização transparente da estrutura argumental do verbo: em (11b), com o surgimento do argumento ‘Tétis’ na sentença, o argumento original do verbo, ‘a criança’, é, de algum modo, deslocado para a posição de objeto direto, a qual é, alegadamente, um espaço funcional não disponível para esse

⁴ Em uma pesquisa rápida em motores de busca como o *Google*, é possível, na verdade, encontrar alguns usos de ‘subidor’. No entanto, é importante notar que os falantes normalmente utilizam essa nominalização entre aspas, o que indica que o uso em questão é feito por meio de uma manipulação consciente de regras subjacentes da língua. Um exemplo dessa ocorrência pode ser dada por “[a] capacitação é voltada para os ‘subidores’ de coqueiro [...]”, disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/709551/trabalhadores-sao-capacitados-para-coleta-do-coco/>. Nesse caso, é interessante notar também que o uso de ‘subir’ se assemelha ao de um verbo inergativo, em que o indivíduo atua no evento com intencionalidade e controle sobre suas ações ou, mais especificamente, o indivíduo que inicia o evento é o mesmo que é afetado por ele.

⁵ Prova de que o verbo ‘mergulhar’ é, verdadeiramente, um predicado inergativo é o fato de permitir a criação de um substantivo em ‘-(d)or’, como ‘mergulhador’, e bloquear a formação de participio passado com uso adjetival, como em “*a criança mergulhada sorriu”.

tipo de predicado⁶. Além disso, nesse caso, o argumento deixa de desempenhar um papel agentivo no evento e passa a ser afetado, de algum modo, pelo evento desempenhado pelo sujeito.

O que os exemplos de (8) a (11) evidenciam, portanto, é que embora a causativização pareça envolver algum tipo de alternância argumental, o que temos é, na verdade, um fenômeno distinto, que independe da grade argumental intrínseca dos verbos. Apesar desse fato, não podemos negar que o fenômeno em análise apresenta claramente um problema de estrutura argumental, pois quando a causativização é licenciada, há (i) a inserção de um novo evento na estrutura, interpretado como a causa que leva ao evento denotado pelo predicado; (ii) surge um novo argumento com o papel de “causador” ou “iniciador” da eventualidade descrita pelo predicado principal, associado ao evento causa; e, como consequência do aparecimento desse outro argumento, (iii) relações temáticas atípicas são estabelecidas entre o sujeito e o objeto direto do predicado. Como explicar a existência de todas essas novas relações quando um dado predicado é causativizado?

Em português brasileiro, trabalhos anteriores já buscaram responder a essa mesma questão, contudo, apesar de isolarem algumas propriedades descritivas do processo de causativização nessa língua, acabam não alcançando um nível explicativo de fato sobretudo para as relações observadas (AMARAL, 2009; CAMBRUSSI, 2009; SILVA, 2009; FERREIRA; RAMMÉ, 2014). As pesquisas desenvolvidas por Cambrussi (2009, 2015) e Amaral (2009), por exemplo, ambas elaboradas no quadro da semântica léxico-conceitual de Jackendoff (1983) e Levin e Rappaport-Hovav (2005), destacam certas propriedades temáticas como sendo responsáveis pelo comportamento dos verbos do PB em relação à causativização, mas não demonstram quais são as regras necessárias para que uma interpretação causativa possa ser alcançada nesse quadro de trabalho. A título de exemplificação, podemos tomar o trabalho de Cambrussi (2009, 2015) como arquétipo desse tipo de pesquisa: ao investigar a causativização de inergativos, a autora propõe que apenas verbos que denotam um *estado internamente causado* e que permitem indução externa, mantendo a relação semântica de desencadeador entre o verbo e seu único argumento da versão intransitiva, podem ser interpretados enquanto causativos. No entanto, além de encontrarmos contra-exemplos para a restrição sugerida, conforme as sentenças abaixo ilustram, Cambrussi (2009, 2015) não discute quais regras podem explicar a manipulação pela qual os predicados inergativos passam para que adquiram uma estrutura que será interpretada enquanto causativa, o que é essencial para que se compreenda o fenômeno da causativização em sua completude.

- (12) a. *Joana tossiu o bebê.
b. *Pedro chorou o João.

⁶ Para uma visão contrária à ideia de que inergativos têm um único argumento do tipo externo, ver Hale e Keyser (1993).

Considerando que tanto ‘tossir’ quanto ‘chorar’ sejam verbos inergativos que denotam estados internamente causados, por se tratarem de processos corporais, o papel de desencadeamento do evento seria necessariamente mantido para o argumento original do predicado. Afinal, para que os eventos de ‘tossir’ e ‘chorar’ ocorram, obrigatoriamente quem os desencadeia e desempenha é a pessoa que ‘tosse’ e ‘chora’. Ou seja, por mais que as sentenças em (12) respeitem as propriedades elencadas por Cambrussi (2009) como sendo suficientes e necessárias para o licenciamento do processo de causativização, o fenômeno é bloqueado para esse tipo de predicado. Ademais, não há uma explicação para como um novo argumento pode ser inserido e computado nesse tipo de estrutura, em que alegadamente tem-se apenas uma posição argumental a ser preenchida.

Neste trabalho, além de buscarmos propriedades mais finas do evento como sendo responsáveis pelo comportamento dos verbos em relação à causativização, que podem não estar relacionadas a propriedades temáticas do verbo, tal como defendido por trabalhos anteriores (CAMBRUSSI, 2009, 2015; AMARAL, 2009), pretendemos preencher a lacuna explicativa a respeito da composição das estruturas que podem ser interpretadas como causativas. Por conta disso, acreditamos que mobilizar uma teoria que trate de eventos e da organização sintática dos argumentos verbais, considerando uma relação direta entre semântica e sintaxe, possa ser mais vantajoso para nos ajudar a clarificar o funcionamento da causativização e compreender por que apenas alguns verbos podem licenciar esse fenômeno. O modelo explorado nesta pesquisa, a ser discutido na próxima seção, se apresenta como um modelo promissor para que alcancemos os objetivos delineados, pois dispõe de regras para a derivação da estrutura, que são independentemente motivadas, além de tratar-se de uma abordagem computacionalmente mais econômica em relação aos modelos mais clássicos existentes no âmbito da sintaxe gerativa. Conforme veremos na sequência, a Nanossintaxe (STARKE, 2009) desloca uma série de hipóteses auxiliares do gerativismo, tais como as teorias temática e de caso, para a sequência funcional universal (*f-seq*). Desse modo, como se assume no modelo a existência de um grande conjunto de ingredientes de composição linguística, seria esperado encontrar nas línguas naturais tantas estruturas quanto combinações de traços possíveis. Para evitar essa sobregeração de estruturas, o modelo postula regras rígidas para a derivação adequada da hierarquia, o que torna a teoria empiricamente adequada. Tendo em vista algumas das vantagens em se explorar a Nanossintaxe como modelo de gramática, na próxima seção, apresentamos o quadro teórico no qual esta investigação se insere.

O quadro teórico: nanossintaxe e decomposição de eventos

A Nanossintaxe é uma nova teoria sobre a arquitetura da gramática que busca em níveis granulares os diferentes blocos de composição linguística. A questão fundamental que levou à criação dessa teoria no “Centro para Estudos Avançados em Linguística

Teórica” (CASTL)⁷, da Universidade de Tromsø, consiste na observação empírica de que as representações sintáticas desenvolvidas nos últimos trinta anos têm utilizado ingredientes cada vez menores em sua composição, dando origem a estruturas cada vez maiores e mais articuladas. De acordo com Starke (2009), esse fato contradiz um dos dogmas fundamentais do campo, a saber, a conjectura de que a sintaxe é apenas um modo de organizar o léxico em estruturas complexas. Assim, considerando a existência de tal contradição e o fato de que diversas pesquisas demonstraram nas últimas décadas que a sintaxe opera, na verdade, com elementos não lexicais, menores do que um morfema (HALLE; MARANTZ, 1993; MARANTZ, 1997; EMBICK, 2015, entre outros), a Nanossintaxe assume que a natureza dos ingredientes de composição linguística é submorfêmica.

Note-se que a ideia central da Nanossintaxe não é inaugural da teoria. Desde meados da década de 1990 a Cartografia desenvolvida por Rizzi (1997), Cinque (1999), Belletti (2004) e Cinque e Rizzi (2008) já trabalha com a mesma concepção. Por conta disso, a Nanossintaxe pode ser tomada como um modelo de inspiração cartográfica que acaba assumindo como metodologia de trabalho a heurística proposta por Kayne (2005), conhecida pela máxima “um traço-um núcleo”. Essa observação pode levar a crer que não há qualquer vantagem em se utilizar a Nanossintaxe para a investigação dos fenômenos linguísticos, uma vez que esse modelo se preocupa em mapear a hierarquia dos núcleos funcionais que compõem os mais diversos domínios linguísticos, tais como DP, CP, IP, vP e KP, analogamente ao trabalho desenvolvido em Cartografia (SHLONSKY, 2010). No entanto, essa total coincidência entre os modelos é apenas aparente, pois a Nanossintaxe (CAHA, 2009) ultrapassa a Cartografia ao propor regras de derivação rígidas que irão se impor sobre a hierarquia funcional universal (*f-seq*). Se metodologicamente a Nanossintaxe se aproxima da Cartografia, quando pensamos em seu diferencial, isto é, nas regras de composição estrutural, encontramos paralelos entre esta e a Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993).

Para Caha (2009), o principal fundamento teórico da Nanossintaxe consiste na ideia de que a sintaxe não é apenas um modo de construir sintagmas complexos e sentenças com base em uma lista de itens arquivados no léxico (morfemas e palavras); pelo contrário, nesse modelo, a sintaxe é tida como o único e verdadeiro componente gerativo que aplica uniformemente as mesmas regras aos traços submorfêmicos, morfemas, palavras e sintagmas, podendo, desse modo, construir elegantemente sentenças em língua natural, utilizando apenas um pequeno maquinário que garante a adequação explanatória da teoria. Como consequência dessa centralidade da sintaxe na computação, a Nanossintaxe é, assim como a Morfologia Distribuída (MD), um sistema de inserção tardia, e é por esse motivo que os paralelos técnicos estabelecidos entre esses dois modelos são inevitáveis (CAHA, 2018). Apesar desses pontos em comum entre os modelos, a Nanossintaxe é distinta da MD, *grosso modo*, por excluir do sistema a necessidade de se postular regras e operações pós-sintáticas, tais como

⁷ Center for Advanced Study in Theoretical Linguistics (CASTL).

a fissão, fusão, o empobrecimento e a deleção de traços, o que torna todo o sistema mais simples e econômico do ponto de vista computacional. Além disso, a perspectiva do que seja o léxico é também distinta nesses dois modelos: enquanto a MD trabalha com feixes de traços distribuídos em diferentes listas no léxico, a Nanossintaxe toma apenas os traços submorfêmicos individualmente armazenados como sendo os blocos de composição básica. Como a sintaxe nesse modelo constrói os morfemas, não há como tomar uma porção de morfemas armazenados em um léxico pré-sintático como primeiro *input* de composição.

Muito provavelmente, a concepção de léxico da Nanossintaxe seja o fator que mais possa distinguir esse modelo de outros já bem estabelecidos em sintaxe gerativa. De acordo com Ramchand (2008), o léxico passa a ser nessa teoria um *locus* de unificação transmodular, pois, por não apresentar regras próprias de derivação, tal como modelos lexicalistas propõem (JACKENDOFF, 1983; PINKER, 1989; LEVIN; RAPPAPORT-HOVAV, 2005), apenas arquiva informações construídas em outros componentes. Especificamente, uma entrada lexical é uma tripla ordenada do tipo </informação fonológica/, informação estrutural SMS, informação enciclopédica>, sendo que a “informação estrutural SMS” corresponde a pedaços da *f-seq* universal construída pela sintaxe, de tal modo que carrega informação sintática (PP=preposição), morfológica (KP=caso) e semântica (EvtP=evento). Note-se que o fato de o léxico ser um repositório de informações (e não um componente da gramática dinâmico com regras de composição) não exclui sua importância para a derivação, posto que a informação que ele armazena deve ser compatível com a estrutura construída pela sintaxe para que um dado item possa identificar uma dada sequência de núcleos funcionais na estrutura. Como neste trabalho estamos buscando propriedades do domínio de construção de eventos que possam ser relevantes para o licenciamento da causativização, podemos entender melhor como a derivação ocorre na Nanossintaxe e o papel que o léxico desempenha nessa teoria discutindo, primeiramente, a hierarquia nanossintática que tem sido proposta para esse domínio.

De acordo com Tenny e Pustejovsky (2000), podemos dizer que foi em meados dos anos 1990 que os sintaticistas passaram a se preocupar em compreender o papel da estrutura do evento na organização da estrutura sintática. Nesse quadro, trabalhos como os de Travis (1994) e Ramchand (2008) argumentaram que a estrutura acional estava diretamente codificada na estrutura sintática e propuseram, assim, que o significado dos verbos fosse construído composicionalmente a partir de primitivos ligados aos núcleos funcionais sintáticos e às raízes verbais abstratas (DÖLLING, HEYDE-ZYBATOW; SCHÄFER, 2007). Embora essa ideia seja amplamente aceita atualmente, por considerar o papel central da composicionalidade na construção das sentenças de língua natural e a existência de uma hierarquia funcional rígida, ainda há um grande debate na literatura a respeito de quais elementos da estrutura do evento devem ser representados na estrutura sintática, enquanto núcleos funcionais, e quais elementos devem ser vistos ou como um epifenômeno da composição estrutural ou como pertencendo a outros domínios da gramática e da cognição humana de um modo mais geral.

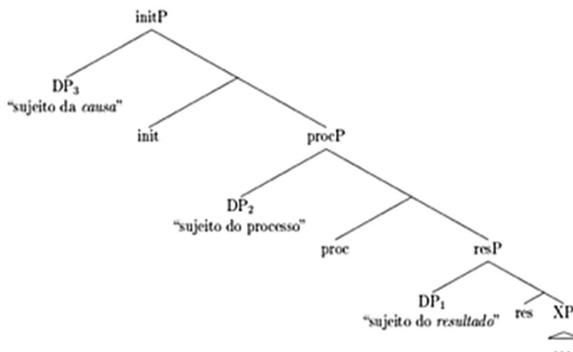
No âmbito da Nanossintaxe, é o trabalho de Ramchand (2008, 2011, 2017) que busca uma solução para os problemas elencados acima. Com base na observação de que a camada sintagmática “verbo” é, na verdade, uma abreviação para uma estrutura funcional muito mais rica (D’ALESSANDRO; FRANCO; GALLEGU, 2017), Ramchand (2008) propõe a existência de uma estrutura mais articulada para o domínio verbal (vP), o qual é, segundo a autora, “[a] parte da representação de língua natural que corresponde [...] ao núcleo de construção de eventos” (RAMCHAND, 2017, p. 233, grifo do autor, tradução nossa)⁸. A estrutura do vP arquitetada por Ramchand (2008) se configura, assim, como um modelo para o domínio de construção de eventos, denominado pela autora como “Sintaxe de Primeira Fase”, haja vista que há uma prioridade lógica da porção de construção do evento denotado por uma proposição em relação à computação de outros elementos, como concordância e marcação de caso, por exemplo.

Na Primeira Fase, as generalizações seletivas são vistas como submissas à representação em termos de uma sintaxe articulada com uma interpretação semântica sistemática. Como esse sistema é desenvolvido com base em pressupostos da Nanossintaxe, há uma simplificação radical da arquitetura da gramática, uma vez que o léxico é eliminado como um módulo independente, com regras e operações próprias, e o núcleo computacional é deslocado integralmente para a sintaxe, o que limita a flexibilidade do item verbal e as generalizações a seu respeito a esse único componente. Podemos dizer, desse modo, que a competência linguística é representada por um único sistema combinatório a partir do qual as sentenças são construídas com apenas um conjunto de traços primitivos e um conjunto de operações.

Para Ramchand (2017), a tarefa de apreender adequadamente quais itens compõem esse conjunto de traços formais da computação deve ser semanticamente baseada, afinal, o núcleo computacional da linguagem humana não apenas concatena sintagmas respeitando a ordenação sintática específica de línguas particulares, mas há, também, um componente de interpretação que atua fortemente sobre esse núcleo estabelecendo, sobretudo, uma relação entre o processamento linguístico prescrito pela gramática universal (GU) e os fatos do mundo. Por conta disso, a autora propõe que os traços acionais submorfêmicos sejam baseados na noção de causação. Segundo a autora, como os falantes percebem os eventos em termos de um desencadeamento que causa um processo e culmina em um resultado, parece ser seguro pensar na configuração dos traços do domínio verbal como uma generalização dessa intuição, baseada em uma dinâmica de forças (TALMY, 2000). Desse modo, Ramchand (2008) propõe três elementos aspectuais fundamentais para a composição eventiva: iniciação [init], processo [proc] e resultado [res], que são organizados hierarquicamente em uma representação sintática, tal como se observa na Figura 1.

⁸ No original: “[...] *part of the natural language representation corresponds to [...] the core event building domain*”.

Figura 1 – A Nanossintaxe do domínio acional



Fonte: Ramchand (2008, p. 39).

Essa representação arbórea é, conforme dissemos anteriormente, uma geometria de traços articulada para o domínio de construção de eventos⁹. Os traços [init], [proc] e [res] e suas projeções são análogos aos diferentes “sabores de vezinho (v)” (*flavors of v*) e a denotação do *v*P pode ser dada por um conjunto de eventos, representado pelos sintagmas “initP”, “procP” e “resP”. A projeção initP rotula, desse modo, qualquer estado inicial ou evento de causa que possa desencadear um processo, descrito por procP, núcleo de um predicado dinâmico, que expressa uma mudança de propriedade. Quando essa mudança pode levar à existência de um estado final (que é consequência necessária do processo em questão), a estrutura pode também ser identificada pelo sintagma resP.

Considerando que a motivação semântico-conceitual é fundamental, mas não se sustenta sozinha, Ramchand (2008) discute também evidências morfossintáticas de línguas não relacionadas para respaldar sua proposta e promover os traços apresentados. Segundo a autora, uma motivação sintática para o traço iniciação [init] se encontraria nas alternâncias de transitividade que são licenciadas por certos verbos. Por exemplo, verbos como “quebrar” permitem uma versão transitiva (13a) e outra intransitiva (13b), enquanto que verbos como “jogar” bloqueiam a estrutura em que a informação sobre a iniciação do processo [init] estaria ausente, como (14b) abaixo:

(13) a. Joana quebrou o pauzinho.

b. O pauzinho quebrou.

(14) a. Joana jogou o pauzinho.

b. *O pauzinho jogou.

⁹ De acordo com Ramchand (2008, 2019), essa complexidade interna dos eventos é motivada e apoiada por trabalhos como os de Vendler (1957), Parsons (1990), Pustejovsky (1991), Krifka (1998) e Higginbotham (2009), que procuram evidenciar a existência de traços mais finos na composição de cada classe acional, tais como [±dinamicidade], [±duratividade], e [±tético].

Além disso, Ramchand (2008) apresenta dados do hindi em que observamos como o sentido de causa/iniciação pode ser acrescentado a um evento, através da realização sintática de um morfema com o traço [Init] junto à raiz do verbo, sem que um novo argumento seja, necessariamente, incluído na equação:

- (15) a. *makaan ban-aa*
house make-PERF.M.SG
'The house was built.'
- b. *anjum-ne (*mazdur~o-se) makaan ban-aa-yaa*
Anjum-ERG (*labourers-INSTR) house make-aa-PERF.M.SG
'Anjum built a house.'
- c. *anjum-ne (mazdur~o-se) makaan ban-yaa-yaa*
Anjum-ERG house make-vaa-PERF.M.SG
'Anjum had a house built (by the labourers).'

Já a motivação morfossintática para a existência de um subevento denominado processo encontra-se nas diferentes possibilidades de modificação que certos predicados dinâmicos permitem, como é evidenciado, por exemplo, pelo teste da inserção do adjunto 'por x tempo' em uma estrutura, possibilitando a interpretação de um evento que se desenrola no tempo:

(16) Joana dançou por horas.

(17) *Joana soube por horas.

Finalmente, uma das evidências morfossintáticas para a proposta de uma projeção resP abaixo de procP vem de línguas como o inglês, em que também são encontrados morfemas ou partículas que, quando acrescentados a eventos dinâmicos, indicam que o limite ou estado final de um evento foi necessariamente atingido. Nas sentenças de índice (b) abaixo, por exemplo, a partícula "up" indica que a mesa foi limpa ou que o *cheesecake* foi comido na sua totalidade.

(18) a. *Joana cleaned the table.*

Joana limpou a mesa.

b. *Joana cleaned the table up.*

Joana limpou a mesa todinha.

(19) a. *Joana ate the cheesecake.*

Joana comeu o cheesecake.

b. *Joana ate the cheesecake up.*

Joana comeu o cheesecake todinho.

Em adição à tripartição eventiva apresentada acima, é possível que os predicados apresentem ainda complementos que atuam como modificadores das projeções centrais, embora não carreguem um conteúdo eventivo ou acional, tal como [init], [proc] e [res]. Esses modificadores, que atuam na estrutura como parte da descrição do evento, podem ser de dois tipos, segundo Ramchand (2008): trajetória [*path*] e rema [*rheme*]. O primeiro núcleo pode ser encontrado como complemento do componente dinâmico (procP) e é interpretado como uma propriedade que determina a trajetória/rota de mudança pela qual o argumento de procP passa, estabelecendo, desse modo, uma relação mereológica (de parte-todo) com o evento. O segundo, rema, pode aparecer como complemento das projeções [init] e [res], acrescentando à estrutura propriedades que têm relação com o estado inicial ou final do objeto que carrega ou sofre o estado/processo denotado pelo verbo.

Como, neste trabalho, somente os complementos de procP serão explorados, deixaremos de lado, por questão de espaço, um aprofundamento na discussão das motivações morfossintáticas e semânticas do modificador rema¹⁰. Contudo, é importante destacar as características do argumento trajetória, uma vez que ele ocupa a posição de modificador de procP. Para Ramchand (2008), a existência de [*path*] é justificada pela necessidade de se fazer a distinção entre complementos de verbos dinâmicos que podem ora ser rotulados como argumentos de procP e ora como argumentos de pathP, uma vez que ambos podem ser encontrados na mesma sentença, além de serem interpretados, sistematicamente, de forma distinta. Assim, em (20) abaixo, observamos que, enquanto “Joana” é o argumento que desempenha (*undergoes*) o processo denotado pelo verbo, o complemento direto “duas piscinas” é interpretado com uma trajetória que se relaciona homomorficamente ao argumento UNDERGOER (Joana) e define, assim, o tempo e espaço do evento:

(20) Joana nadou duas piscinas.

Tendo apresentado e motivado empiricamente os elementos que compõem o domínio acional, os testes que podem capturar a presença desses traços na estrutura do evento são aqueles reconhecidos na literatura tempo-aspectual: como os estados representam a única classe não dinâmica [-processo] na tipologia dos eventos, somente essa classe é incompatível com a expressão ‘fazer o mesmo’ (BASSO, 2007) e gera sentenças agramaticais com o verbo aspectual ‘continuar’ (LUNGUINHO, 2005), conforme podemos observar nas sentenças abaixo¹¹. Consequentemente, na Nanossintaxe, estados

¹⁰ Como observado, a distinção entre ‘path’ e ‘rheme’ consiste no tipo de núcleo com o qual esses elementos podem se combinar. O elemento ‘path’ pode entrar em composição com predicados dinâmicos, que exibam [proc] na estrutura, ao passo que ‘rheme’ é uma espécie de modificador de núcleos não dinâmicos [init, res], trazendo informações novas, que complementam o significado do evento, mas não necessárias para sua construção. A parte “remática” da estrutura, portanto, pode ser preenchida apenas por adjuntos que possam modificar eventos. Para maiores detalhes sobre essa distinção, sugerimos a leitura de Ramchand (2008, 2017), que desenvolve detalhadamente as ideias aqui expostas.

¹¹ Todos os testes apresentados são veiculados no perfectivo e com objetos singulares. A composição, por exemplo, de adjuntos como ‘em x tempo’ em sentenças imperfectivas e com objetos plurais leva a uma série de outras interpretações

contêm apenas o traço de iniciação, podendo ter um complemento não dinâmico do tipo rema, e todos os demais eventos, dinâmicos, carregam o núcleo de processo [proc], adequadamente capturado pelos testes sugeridos.

- (21) *Joana sabe inglês e Pedro faz o mesmo. [estado]
(22) Joana corre no parque e Maria faz o mesmo. [atividade]
(23) *Joana continuou a saber inglês. [estado]
(24) Joana continuou a construir a casa. [accomplishment]

O traço de duratividade, relacionado à ausência do núcleo de resultado [res], pode ser capturado por outro teste, nomeadamente, a inserção na sentença de um adjunto como ‘por x tempo’ (BASSO, 2007; BASSO; PIRES DE OLIVEIRA, 2010):

- (25) #Pedro caiu por 10 minutos. [achievement]¹²
(26) Pedro estudou por 10 minutos. [atividade]

A respeito do traço de telicidade, Ramchand (2008) não propõe uma posição específica na hierarquia para esse terminal. Na verdade, no trabalho da autora, [res] exerce uma dupla função dentro da estrutura, estando ora responsável por veicular a telicidade do evento e ora a ideia de pontualidade existente em predicados *achievements* e semelfactivos. A proposta da autora nos traz explicitamente três problemas: (i) os verbos semelfactivos são, na verdade, atéllicos (SMITH, 1997) (cf. “*a Maria tossiu em 10 minutos”), (ii) não há como saber quando o terminal [res] veicula exclusivamente telicidade e quando veicula exclusivamente pontualidade e (iii) considerando que a Nanossintaxe é um ramo da Cartografia (CINQUE, 1999), assumir que um mesmo núcleo carrega dois traços ([+téllico] e [+pontual]) fere a máxima “um traço, um núcleo”, central para o desenvolvimento das hierarquias. Por conta desses fatos, propomos neste trabalho uma pequena modificação da estrutura de Ramchand (2008) e inserimos o traço [bound] na hierarquia acional¹³, logo abaixo do traço [res], o que mapeia a hierarquia apresentada em (27) e pode ser capturado pelo teste da inserção do adjunto ‘em x tempo’ na estrutura (BASSO, 2007).

- (27) initP > procP > resP > boundP

Essa proposta se adéqua, teoricamente, à preocupação nanossintática em representar cada elemento relevante para a composição linguística enquanto um núcleo funcional

para a estrutura do evento que não são alvo de investigação neste trabalho.

¹² Há uma interpretação possível para a sentença (25), na qual o advérbio opera sobre uma espécie de fase resultante do evento, que captura a ideia de que “Pedro caiu e ficou caído por 10 minutos”. Essa possibilidade de leitura para uma sentença pontual com ‘por x tempo’ foi observada por Basso (2007, p. 147).

¹³ Rotular esse núcleo como “limite” e não “telicidade” não é uma manobra gratuita, pois trajetórias e escalas apresentam, analogamente à telicidade, uma fronteira final (*upper-bound*).

independente e, empiricamente, à existência de uma série de morfemas encontrados em diferentes línguas que introduzem telicidade na sentença (PIÑON, 2001; RAMCHAND, 2008; BORER, 2005; entre outros), como ‘z-’ no polonês, certos verbos leves como ‘jana’ no hindi (BHATT; PANTCHEVA, 2005) e ‘-eci’ no coreano (LIM; ZUBIZARRETA, 2012). Com isso, é possível explicar, por exemplo, a possibilidade de predicados que denotam *degree achievements* poderem ora exibir telicidade e ora não (cf. sentenças em (27)).

- (27) a. A roupa secou por duas horas. [atélico]
 b. A roupa secou em duas horas. [télico]

O fenômeno apresentado pode ser justificado à medida que a Nanossintaxe assume uma versão “leve” da cartografia, permitindo, assim, que alguns terminais possam ser ignorados na computação, desde que respeitem uma série de regras rígidas do processo de *Spell-out*. A regra que explicaria a omissão de [bound] na estrutura é denominada Condição de Âncora (*The Anchor Condition*) e estabelece justamente que o traço mais baixo de uma determinada hierarquia atua como a âncora da estrutura, devendo ser necessariamente identificado na operação de *Spell-out* (CAHA, 2009; PANTCHEVA, 2011). Essa condição pode ser facilmente observada nos diferentes significados atribuídos ao verbo ‘dar’, exemplificados abaixo, em que é possível ocultar os núcleos mais altos da estrutura, o que resulta em diferentes interpretações, mas não o mais baixo, o que torna a sentença (29) agramatical.

- (28) a. Joana deu um chute na porta. [iniciação > processo > resultado]
 b. 10 menos 2 dá 8. [processo > resultado]
 c. Deu duas horas. [resultado]
- (29) *10 menos 2 dá. [processo]

Alegadamente, o traço mais baixo de um evento *degree achievement* seria o núcleo de escala [scale], presente também em adjetivos dimensionais, como ‘alto’ e ‘baixo’. Logo, esse núcleo não pode ficar sem computação na derivação, devendo ser realizado obrigatoriamente, o que permite que [bound] seja ocultado. Essa operação que ignora itens na derivação é denominada *Subassociação (Underassociation)* (RAMCHAND, 2008) e será explorada na explicação do fenômeno da causativização no PB.

Conforme dissemos anteriormente, na Nanossintaxe, hipóteses auxiliares do gerativismo, como a teoria dos papéis temáticos, são deslocadas para a *f-seq*. Desse modo, a arquitetura apresentada é também delineada para capturar estruturalmente um conjunto de papéis semânticos que identifica a função que cada argumento desempenha no desenrolar do evento. De acordo com Ramchand (2017), as generalizações a respeito do domínio acional e da estrutura temática convergem e esse fato seria uma verdadeira conspiração caso ambos os tipos de generalização não seguissem dos mesmos fatos

sobre a estrutura sintática. Tendo isso em vista, a autora propõe que os papéis que os argumentos desempenham no evento sejam atribuídos localmente, a depender da posição estrutural que o argumento ocupa. Com isso, as projeções de iniciação (initP), processo (procP) e resultado (resP) formam sua própria estrutura predicacional, sendo a posição de especificador preenchida pelo argumento que desempenha o subevento (INITIATOR, UNDERGOER e RESULTEE, respectivamente) e a posição de complemento saturada pelo sintagma que descreve (“oferece o conteúdo”) (d)esse subevento. Coordenação de Apoio à Pesquisa

Esses papéis predicacionais podem ser acumulados por um único argumento e essa possibilidade surge como consequência de uma outra regra nanossintática: a operação de *Spell-out Sintagmático (Phrasal Spell-Out)* que também distingue a Nanossintaxe de modelos como a Cartografia e a Morfologia Distribuída. O *Spell-out Sintagmático* prevê que nódulos não terminais sejam também alvo do processo de *Spell-out*. A motivação para a postulação de tal operação é a existência de línguas em que um único morfema carrega a informação de diferentes núcleos funcionais, como ocorre com a desinência verbal no português brasileiro, em que toda a informação estrutural ‘[tempo] > [aspecto] > [modo]’ é realizada por meio de um único sufixo. Outro exemplo é o morfema ‘-lǖü’ do mongol, que carrega os terminais espaciais de ‘[escala] > [alvo] > [lugar] > [AxPart]’ (PANTCHEVA, 2011, p. 98). Pensando no domínio acional, em eventos de atividade inergativos, por exemplo, o argumento não apenas desencadeia o evento denotado pelo predicado, como também o desempenha. Desse modo, em uma sentença como “Joana correu”, Joana receberia o papel composto de [INITIATOR_i, UNDERGOER_i]. Em um evento *achievement*, como “Joana quebrou o vaso”, Joana é responsável por dar início à eventualidade, no entanto, é “o vaso” que passa por uma mudança que culmina em um estado final, compreendido normalmente como “quebrado”. Nesse caso, o objeto da sentença recebe o papel de [UNDERGOER_i, RESULTEE_i].

É possível observar, com essa exposição sobre a Sintaxe de Primeira Fase, que a Nanossintaxe nos oferece um sistema bastante elegante para tratar de questões do domínio dos eventos e de sua relação com a estrutura argumental, eliminando, por exemplo a necessidade de se postular relações semânticas no léxico e regras de ligação desse nível da gramática com a sintaxe superficial. Assim, com base no que foi discutido, podemos derivar as classes acionais por meio das seguintes estruturas¹⁴:

- A) Estados: [initP {HOLDER}];
- B) Atividades: [initP {INITIATOR_i} > procP {UNDERGOER_i} > pathP];
- C) Achievements: [(initP {INITIATOR_i}) > procP {UNDERGOER_i} > resP {RESULTEE_i} > boundP];
- D) Degree achievements: [(initP {INITIATOR_i}) > procP {UNDERGOER_i} > boundP > scale];

¹⁴ Os conceitos apresentados entre chaves ({}) correspondem aos papéis aspectuais de cada projeção; o símbolo ‘>’ indica que o elemento à esquerda é hierarquicamente superior ao que aparece à sua direita e as chaves delimitam a estrutura.

- E) Accomplishments: [initP {INITIATOR} > procP {UNDERGOER_i} > boundP > pathP];
- F) Semelfactivos: [initP {INITIATOR_i} > procP {UNDERGOER_i} > resP {RESULTEE_i}]

Antes que passemos à investigação da causativização no PB, uma última questão precisa ser mencionada a respeito da estrutura dos itens de vocabulário e sobre o modo como esses elementos são inseridos na estrutura. Seguindo Starke (2009), podemos dizer que as árvores construídas pela sintaxe, exemplificadas pelas diferentes configurações das classes acionais apresentadas acima, são estocadas no léxico e pareadas com informação fonológica e conceitual, que corresponde ao conteúdo enciclopédico ou de conhecimento de mundo. Um verbo como ‘correr’, por exemplo, que pertence à classe dos verbos de atividade, teria uma entrada lexical como </correr/, [initP > procP > pathP], modo de movimento>.

Nesse modelo, o léxico pode ser acessado após a inserção de cada traço na estrutura (i.e., nas projeções intermediárias), o que configura um ciclo. Nesse sentido, a operação de *Spell-out* é cíclica e regida por algumas regras. Um item de vocabulário, por exemplo, só pode identificar um determinado terminal caso seja compatível em diferentes níveis com aquela posição: (i) o elemento deve conter em sua entrada um constituinte que contenha o terminal-alvo, podendo ser um *Superconjunto* da estrutura pretendida (contrariamente ao que se postula em MD); (ii) todo terminal sintático deve estar lexicalizado ao final de cada ciclo (*Princípio da Lexicalização Exhaustiva Cíclica*); e, (iii) em caso de competição, o item que contiver o menor número de terminais não utilizados vence (*Princípio do lixo minimizado*). Além disso, para Ramchand (2008), o conteúdo enciclopédico da entrada precisa ser compatível com o conteúdo do traço que pretende lexicalizar.

Com isso, temos um maquinário bastante simples que nos permite investigar a fundo as estruturas dos diferentes eventos em língua natural. Assim, podemos chegar até os elementos subatômicos das classes acionais e explorar, nesse domínio, quais são os fatores que licenciaram um determinado predicado a receber uma interpretação de causalidade. Na próxima seção, investigaremos algumas sentenças do PB com base nos pressupostos aqui delineados. Esperamos, desse modo, oferecer um tratamento interessante para o processo de causativização no PB, que isole propriedades mais finas do domínio acional e permita a explicação de um amplo conjunto de dados.

Investigando a causativização no PB dentro da Nanossintaxe

Nesta seção, investigaremos qualitativamente sentenças que passaram pelo processo de causativização a partir de predicados não causais. Como trabalhamos com o método hipotético-dedutivo, muitas das sentenças investigadas foram construídas por nós, com base em nossa intuição enquanto falantes do PB, porém, apresentamos também algumas

construções advindas do português escrito para ratificar a existência do fenômeno, uma vez que, conforme dito na introdução deste trabalho, podemos encontrar variação dialetal em relação aos julgamentos oferecidos. Tendo isso em vista, antes de iniciarmos a discussão, é importante relembrarmos os objetivos desta pesquisa: pretendemos compreender (i) o funcionamento do processo de causativização; (ii) o papel de diferentes módulos da gramática na construção de um significado causativo; (iii) as restrições específicas do PB sobre esse fenômeno; e (iv) as relações novas e atípicas que são desencadeadas entre o sujeito e o objeto dos predicados causativizados nessa língua. Para alcançarmos os objetivos assim delineados, tomemos as seguintes sentenças.

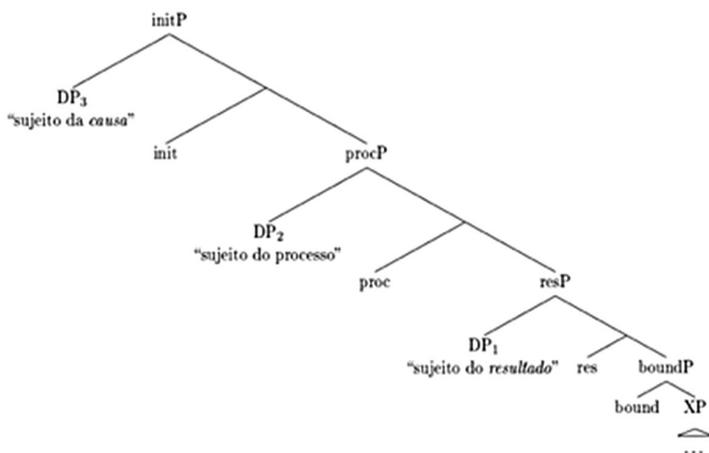
(30) O piloto voou o avião por debaixo de uma camada de nuvens a cerca de 1.000 ft de altura AGL e isto numa região montanhosa¹⁵.

(31) A agência desfilou suas melhores modelos em Paris.

Em ambas as sentenças, a composição do verbo com seus argumentos denota um evento de atividade, que pode ser interpretado basicamente como um processo de ‘voar’ e um processo de ‘desfilar’ desencadeado pelo argumento em posição de sujeito. Parafraçando o significado das sentenças dadas, em (30) entendemos que “o piloto fez o avião voar”, e tal fato, inclusive, parece ir contra as expectativas do falante, dado que a sentença é finalizada com a construção “e isto numa região montanhosa”. Essa observação, de nível pragmático, pode evidenciar uma pista sobre o contexto no qual a causativização pode ser licenciada: o argumento original do verbo parece ser forçado a desempenhar o evento, não sendo capaz de iniciá-lo ou desenvolvê-lo sozinho. Em (31), analogamente interpretamos que “a agência fez as modelos desfilar”, ou seja, o argumento INITIATOR afeta, de algum modo, o argumento UNDERGOER que é de algum modo compelido a desempenhar o evento denotado. De um ponto de vista semântico-conceitual, tanto ‘voar’ quanto ‘desfilar’ são predicados que indicam um modo de movimento; considerando a configuração do modelo nanossintático, essa informação deve ser, necessariamente, especificada no nível enciclopédico. Desse modo, a entrada lexical de ‘voar’ e ‘desfilar’ deve ser representada pela seguinte tripla genérica, sendo que apenas o conteúdo fonológico seria distinto entre ambas: </ informação fonológica/, [initP, > procP > pathP], *modo de movimento*>. Dado que os verbos em questão são inergativos, na Nanossintaxe sua estrutura seria distinta da dos verbos inacusativos por exigir a presença do núcleo de iniciação [init], desse modo, o argumento que inicia o evento é o mesmo que toma parte em seu desenvolvimento, por esse motivo, INITIATOR e UNDERGOER seriam coindexados na estrutura desses verbos, por meio da operação de *Spell-out Sintagmático*. Assim, com base nessas informações, podemos decompor os exemplos citados (de um modo simplificado) do seguinte modo:

¹⁵ Disponível em: <http://www.aopa.pt/52-operacional/cronicas-de-seguranca-aeronautica/726-seguranca-aeronautica-no357>. Acesso em: 2 set. 2019.

Figura 2 – A Nanossintaxe do domínio acional:
uma modificação de Ramchand (2008)



Fonte: Adaptado de Ramchand (2008, p. 39).

Com essa estrutura, é possível explicar alguns dos problemas encontrados na análise da causativização em PB, elencados na segunda seção deste trabalho. Conforme dissemos na seção anterior, a classe das atividades é identificada pelos sintagmas de iniciação, processo e trajetória (initP > procP > pathP). Além disso, afirmamos, seguindo Ramchand (2008), que os papéis de INITIATOR e UNDERGOER devem ser coindexados na estrutura, dado que o argumento que desempenha uma atividade inergativa não apenas participa do processo denotado pelo predicado, como também dá início ou desencadeia esse evento. Assim, como os verbos em (30) e (31) são predicados inergativos, para que haja a causativização é necessário, primeiramente, que a posição de INITIATOR obrigatória nesses verbos fique livre para receber um novo argumento que atuará como causador da eventualidade. Na Nanossintaxe, essa manobra é permitida por meio da subassociação do núcleo relacionado a esse especificador, que deve ser independentemente identificado dentro da fase. Como [init] é o terminal mais alto da hierarquia, ele pode ser ignorado na computação sem ferir a Condição de Âncora, desse modo, subassociando-se o núcleo de iniciação da raiz, toda a estrutura de initP fica livre para o *Spell-out*. No PB, o evento de causa, representado na Primeira Fase pela iniciação, é externalizado por um item morfofonologicamente nulo (\emptyset_{CAUSA}), que línguas como o japonês e o finlandês identificam com morfemas explicitamente realizados. Por conseguinte, sendo o núcleo de iniciação realizado no *Spell-out*, considerando-se o Princípio da Lexicalização exaustiva cíclica, a posição de especificador pode ser também preenchida por um novo argumento.

Ou seja, a relação de causalidade entre dois eventos *causa* [init] e *efeito* [proc] pode emergir quando initP não é identificado pela mesma raiz verbal que denota o

“*resultado*” da *causa*, o *efeito*. Com isso, não se afirma de modo algum que o processo de causativização depende exclusivamente da disponibilidade de uma posição estrutural para um argumento causador. Note-se que o que está em primeiro plano na discussão é a identificação do núcleo de iniciação, isto é, a causativização depende, sobretudo, da inserção de um novo evento do tipo *causa* na estrutura, ao qual, acidentalmente, o PB exige a associação de um argumento causador (INITIATOR). Quando falamos, portanto, da causativização de predicados que já possuem um argumento externo (=INITIATOR), a ideia que temos a respeito de o argumento “original” do predicado parecer ser deslocado para a posição de objeto direto é, na verdade, uma ilusão. Afinal, a menos que se trate de uma eventualidade de estado, cujo único terminal de identificação é [init], o argumento de um predicado intransitivo já estará também na posição de UNDERGOER, relacionada tradicionalmente ao objeto direto do verbo. Em suma, quando o processo de causativização ocorre, o único argumento de um verbo intransitivo não muda de posição na estrutura sintática, ele apenas subassocia seu traço mais alto de iniciação, quando se trata de um verbo inergativo. Com isso explicamos elegantemente a reorganização argumental que parece ocorrer quando um verbo não causativo é interpretado enquanto causal.

Tendo explicado como um novo argumento pode ser inserido e computado nesse tipo de estrutura, que teria apenas uma posição de argumento externo a ser preenchida, não esclarecemos, contudo, quais são as restrições para que um inergativo causativize, apenas demonstramos o que ocorre na sintaxe quando o fenômeno é licenciado. Para tanto, podemos investigar a estrutura de verbos pertencentes a essa classe que bloqueiam sistematicamente uma interpretação causativa. Conforme as sentenças abaixo demonstram, de um modo geral, predicados que especificam em seu conteúdo léxico-enciclopédico algum tipo de movimento ou mudança ou, então, que identificam os núcleos de [place] e [path] licenciam uma interpretação causativa, ao passo que predicados que não denotam essas noções bloqueiam sistematicamente a causativização, como é o caso de ‘sorrir’, ‘tossir’ e ‘piscar’, todos predicados que denotam eventos semelfactivos.

(32) *O palhaço sorriu a plateia (com a piada).

(33) *O remédio tossiu a Joana.

(34) *Joana piscou sua filha.

Os eventos semelfactivos são identificados pela hierarquia [initP > procP > resP], uma vez que são iniciados pelo indivíduo que desempenha a eventualidade e são pontuais. Qualquer leitura durativa que essas eventualidades possam apresentar é derivada por *s-summing* (ROTHSTEIN, 2004). Estruturalmente, a única distinção entre as atividades anteriormente discutidas e os semelfactivos reside no núcleo mais baixo de cada classe: como há uma troca de [path] por [res], tal fato poderia nos levar a crer que o que bloqueia os predicados apresentados de (32) a (34) de serem causativizados é o núcleo de resultado, que contribui para a interpretação pontual do evento. No entanto,

encontramos alguns semelfactivos, que conteriam o núcleo [res], por serem pontuais, mas que licenciam uma interpretação causativa.

(35) A mãe pulou a criança por cima do muro.

(36) A treinadora saltou o cavalo.

Apesar da presença de [res], essas sentenças são legitimamente interpretadas enquanto causativas, pois podemos parafraseá-las por “a mãe fez a criança pular por cima do muro” e “a treinadora fez o cavalo saltar”. Analogamente às sentenças de atividade, esses semelfactivos apresentam em seu conteúdo léxico-enciclopédico uma noção de mudança no espaço, associada também ao sintagma de trajetória ‘por cima do muro’, e de modo de movimento. Ou seja, parece que mais do que uma restrição estrutural relacionada a algum núcleo da *f-seq*, o que está envolvido para que os predicados sob investigação possam ser causativizados é um elemento do componente gramatical que trata de nosso conhecimento de mundo. Note-se que esse tipo de informação é também armazenada na entrada lexical dos predicados verbais. Para averiguarmos se essa noção não estrutural é de fato relevante para que a causativização seja licenciada, tomemos mais alguns exemplos, dessa vez de predicados inacusativos, os quais são identificados por nanossintaticamente não conterem o núcleo de iniciação [init] e denotarem, usualmente, eventos da classe dos *achievements*.

(37) *Maria caiu o Pedro de cima do muro.

(38) *Joana chegou Alice na festa.

(39) *Saíram Alice da festa.

Esses predicados, por denotarem eventos *achievement*, ou seja, eventos pontuais e télicos, carregam o seguimento [(initP) > procP > resP > boundP]¹⁶ da *f-seq* acional e, além disso, por serem eventos de movimento, codificam uma informação conceitual do tipo “mudança no espaço”. O que observamos com esses exemplos, portanto, é que o traço [res] no caso dos *achievements* bloqueia sistematicamente a causativização, o que acaba sendo independente de esses predicados exibirem uma informação enciclopédica que parece relevante para os inergativos. Muito provavelmente, [res] não permite que os *achievements* sejam causativizados por essa noção ser incompatível com uma definição de causalidade que leve em conta uma relação temporal extensiva entre a *causa* e o *efeito*. Outros verbos inacusativos que não contêm em sua entrada lexical o núcleo [res] permitem a causativização livremente:

(40) Suco verde afina a cintura.

¹⁶ O traço de iniciação aparece como opcional por conta da estrutura inacusativa. Note-se que *achievements* podem compor estruturas transitivas sem maiores restrições.

(41) O próprio Sigma evoluiu o vírus¹⁷.

(42) O corticóide engordou o Pedro.

Tanto ‘afinar’ quanto ‘evoluir’ e ‘engordar’ são verbos que denotam eventos de mudança gradativa (contêm [scale], uma noção derivada de [path]), exibindo, assim, a propriedade de monotonicidade. Isto é, cada subparte dessas eventualidades está diretamente relacionada a uma subparte de seu argumento interno e essa relação produz um mapeamento homomórfico que pode ser desencadeado por um indivíduo “causador” (INITIATOR). A propriedade da monotonicidade, no entanto, não é suficiente para licenciar a causativização para esses predicados, pois a classe dos *accomplishments*, que também exibe essa propriedade, relacionada à incrementabilidade do objeto, não causativiza, basta pensar na agramaticalidade de sentenças como “*Joana construiu Alice a casa” (= Joana fez Alice construir a casa) e “*a mãe desenhou a criança um círculo” (= a mãe fez a criança desenhar um círculo). Os *achievements*, que parecem bloquear sistematicamente a causativização, podem ser interpretados enquanto causativos quando a propriedade da monotonicidade é computada na sentença a partir de algum elemento que possa introduzir a noção de escala, assim como ocorre com os *degree achievements*. As sentenças abaixo evidenciam esse fato.

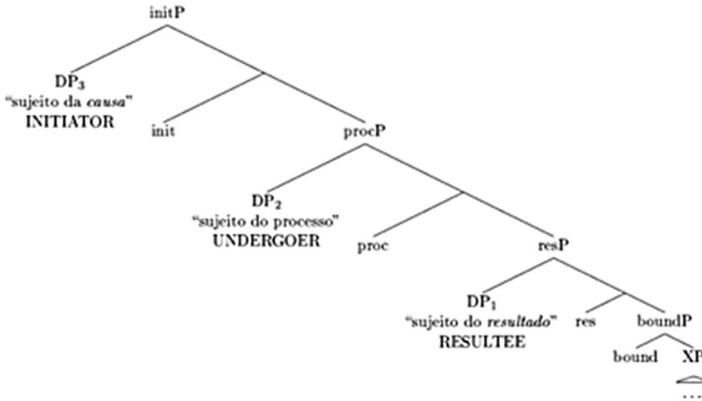
(43) O Brasil caiu o índice de analfabetismo

(44) A alta do dólar despencou o número de viagens ao exterior.

Os dados parecem bastante caóticos, porém, é possível pensar em algumas generalizações para compreender as restrições do PB para o processo sob investigação. Para tanto, é importante lembrar que dentro da Nanossintaxe o léxico não projeta as estruturas, mas é “combinado” a elas a depender de sua informação sintática e de conteúdo enciclopédico, que são pareadas no léxico com a informação fonológica. Por esse motivo, precisamos saber qual é a mínima estrutura necessária para a obtenção de uma interpretação causativa e então investigar quais itens da língua podem ser candidatos a alcançar essa interpretação. Considerando a discussão feita até este momento, assumimos que a causalidade pode ser interpretada com base na seguinte árvore, haja vista que eventos causativos denotam uma relação causal entre um processo de mudança dinâmico desencadeado por um indivíduo INITIATOR distinto do argumento UNDERGOER.

¹⁷ Disponível em: <http://alvanista.com/solidrenan/posts/3022101-o-triste-mundo-protetido-por-x-e-zero-na-serie-megaman>. Acesso em: 2 set. 2019.

Figura 3 – Relações “temáticas” atribuídas aos argumentos em spec-XP



Fonte: Elaboração própria.

Como a Nanossintaxe (CAHA, 2009) assume o princípio do superconjunto, qualquer evento que contenha mais projeções do que iniciação e processo é um candidato para ser interpretado enquanto causativo. Ou seja, a primeira exigência para que um dado predicado causativize é que o evento por ele denotado contenha em sua estrutura a hierarquia [initP > procP], ou apenas o núcleo [proc], dado que essa é a contribuição original do predicado para a interpretação de causalidade: note-se que quando um verbo causativiza, como em “Joana acordou o Pedro”, quem de fato desempenha o processo denotado pelo evento é o argumento UNDERGOER, desse modo, o *efeito* provocado pelo evento de iniciação está necessariamente associado à raiz do verbo que causativiza. Conforme defendemos anteriormente, o núcleo de iniciação [init] é identificado por um morfema nulo, por conta disso, pode entrar na composição junto a eventos que não o identifiquem de saída.

É interessante notar que a existência de um morfema nulo (\emptyset_{CAUSA}) na estrutura, pode, inclusive, sustentar nossa intuição de que a natureza do evento de iniciação – a *causa* – não é especificada: não sabemos o que exatamente o INITIATOR faz para desencadear o evento desempenhado pelo UNDERGOER. Na sentença dada acima, por exemplo, Joana pode ter atirado algum objeto em Pedro ou então pode ter gritado para que ele acordasse. Ou seja, o que exatamente o INITIATOR faz não é relevante, a grande questão é que ele faz alguma coisa que tem um *efeito* sobre o UNDERGOER, o “obrigando” a participar do evento denotado pelo predicado. Dadas essas observações, podemos prever que estados bloqueiam sistematicamente uma interpretação causativa, por identificarem apenas o núcleo de iniciação na estrutura armazenada no léxico. Além disso, como esse é o terminal mais baixo da hierarquia no caso dessa classe acional, a operação de subassociação seria bloqueada pela Condição de Âncora, impedindo que um núcleo causativo nulo distinto da raiz verbal fosse inserido nessa posição. As sentenças abaixo exemplificam a agramaticalidade de estados causativizados.

- (45) *Joana soube o Pedro matemática. (= Joana fez o Pedro saber matemática)
 (46) *Pedro teve Maria uma casa. (= Pedro fez a Maria ter uma casa)
 (47) *Joana amou Alice a Maria. (=Joana fez Alice amar a Maria)
 (48) *Joana gostou a Maria de brigadeiro. (=Joana fez Maria gostar de brigadeiro)

Com exceção dos estados, portanto, todas as outras classes acionais são candidatas à causativização por apresentarem o núcleo de dinamicidade [proc]. No entanto, a incidência desse fenômeno sobre atividades, *achievements*, *accomplishments*, *degree achievements* e semelfactivos parece ser bastante irregular, dependendo de questões específicas a cada classe. As atividades, que exibem o terminal [pathP] logo abaixo de [procP] causativizam amplamente, apesar de exigirem por vezes um argumento UNDERGOER com baixa volição, conforme pode ser atestado pela comparação entre “o piloto voou o avião até ao chão” e “*o piloto voou o passarinho”. Os *achievements*, que são eventos pontuais [resP], bloqueiam sistematicamente a causativização a menos que um elemento de escala [scale] entre na composição da estrutura, alterando, de certo modo, a acionalidade desses eventos para a classe dos *degree achievements*, que permitem a causativização sem qualquer outra restrição. Os semelfactivos, que, assim como os *achievements*, são eventos pontuais, bloqueiam a causativização, a menos que o conteúdo léxico-enciclopédico do predicado exiba alguma noção de mudança espacial, conforme observamos nas sentenças (35) e (36). Os *accomplishments*, por fim, não permitem uma interpretação causativa em nenhum contexto, muito provavelmente porque sua relação de monotonicidade, dada por [path], dependa mais diretamente de propriedades do UNDERGOER, como definitude. O quadro abaixo busca resumir algumas das propriedades encontradas que parecem ser relevantes para o funcionamento da causativização no português brasileiro¹⁸.

Quadro 1 – Propriedades relevantes para o processo de causativização

	CLASSE ACIONAL	ESTRUTURA NANOSSINTÁTICA	LICENCIA CAUSATIVIZAÇÃO?
INERGATIVOS	ATIVIDADES	[init > proc > path]	SIM
	SEMELFACTIVOS	[init > proc > res]	apenas quando denotam movimento espacial
INACUSATIVOS	ACHIEVEMENTS	[proc > res > bound]	apenas quando denotam mudança em uma dada escala
	DEGREE ACHIEVEMENTS	[proc > bound > scale]	SIM

Fonte: Elaboração própria.

¹⁸ Dado que os *accomplishments* são denotados por verbos transitivos, não os colocamos no quadro; de todo modo esse tipo de evento não licencia uma interpretação de causalidade em nenhum contexto, assim como os estados.

Tomando os dados apresentados, podemos dizer, como síntese, que dentro desta proposta, inacusativos e inergativos apresentam estruturas que se distinguem pela presença ou não de [init] em suas nanoestruturas. Assim, verbos inacusativos codificariam estruturas como [procP {UNDERGOER_i} > resP {RESULTEE_i} > boundP] ou [procP {UNDERGOER} > boundP > scale], enquanto verbos inergativos codificariam estruturas como [initP {INITIATOR_i} > procP {UNDERGOER_i} > resP {RESULTEE_i}], quando se trata da classe dos semelfactivos, ou [initP {INITIATOR_i} > procP {UNDERGOER_i} > pathP], quando se trata de eventos de atividade. A variação observada nos casos de causativização de tais classes poderia ser explicada, então, a partir da convergência de diferentes características: a ausência de [init] na raiz verbal de inacusativos poderia justificar a maior facilidade de se causativizar esse tipo de predicado; no entanto, os *achievements*, que pertencem a essa classe, não causativizam em qualquer contexto, tal como os *degree achievements*. Note-se que é a presença do núcleo [res] que parece impor uma forte restrição para o licenciamento de causativização sobre esses predicados. Tanto os semelfactivos quanto os *achievements* só podem obter uma interpretação causativa em um contexto bastante específico, relacionado a questões um tanto distintas: semelfactivos causativizam quando no nível enciclopédico denotam um evento de movimento espacial, provavelmente também ligado a alguma noção formal de trajetória, ao passo que *achievements* causativizam sob uma propriedade de monotonicidade disparada pela presença de um núcleo [scale] na estrutura.

Uma explicação para as restrições encontradas pode ser dada considerando-se a definição de causalidade exposta no início deste trabalho. Dado que uma relação de causalidade exige um evento dinâmico composto por *causa* e *efeito*, relacionados temporalmente, a presença de [res], que torna o evento pontual, ou seja, sem extensão temporal, é incompatível com um parâmetro exigido pela causalidade. As atividades e os *degree achievements*, identificados pelos traços formais de trajetória [path] e escala [scale] causativizam por apresentarem núcleos compatíveis com o parâmetro temporal obrigatório. Tanto [path] quanto [scale] trazem de algum modo para a estrutura um mapeamento homomórfico entre o objeto direto e a extensão do desenrolar do evento. Tendo explicitado algumas das restrições para a causativização em PB, concluímos o trabalho na próxima seção, discutindo alguns dos problemas a serem resolvidos em pesquisas futuras.

Considerações finais

Neste trabalho, investigamos o processo de causativização no português brasileiro, buscando compreender (i) como se dava a estruturação de uma interpretação causativa decorrente desse fenômeno; (ii) o papel de diferentes módulos da gramática na construção de um significado causativo; (iii) as restrições específicas do PB sobre a causativização; (iv) como seria possível a inserção de um novo evento na estrutura, interpretado como a causa que leva ao evento denotado pelo predicado; (v) o surgimento

de um novo argumento com o papel de “causador” ou “desencadeador” da eventualidade descrita pelo predicado, associado ao evento causa; e (vi) as relações temáticas atípicas estabelecidas entre o sujeito e o objeto direto do verbo. Para esboçarmos uma resposta a essas indagações, utilizamos o método hipotético-dedutivo e partimos da hipótese de que eram elementos do domínio acional que faziam a diferença no comportamento dos verbos em relação à incidência de causalidade.

Utilizando o ferramental teórico da Nanossintaxe (STARKE, 2009; CAHA, 2009; PANTCHEVA, 2011; RAMCHAND, 2008, 2011, 2017), demonstramos que para um predicado ser interpretado enquanto causativo é necessário que o evento por ele denotado seja de natureza dinâmica, isto é, apresente pelo menos o traço nanossintático [proc]. A relação de causalidade exige dinamicidade e uma conexão entre dois subeventos identificados por raízes verbais distintas ou por argumentos distintos. Como resultado, a classe dos estados bloqueia sistematicamente a causativização, o que é, certamente, a generalização mais poderosa encontrada em nossa análise. Outra questão estrutural interessante é que o evento de *causa* precisa ser localizado na posição do núcleo de iniciação, desse modo, quando essa posição já está preenchida pela raiz verbal, é necessário que o processo de subassociação ocorra, deixando não apenas [init] livre para receber um item que seja identificado como o evento de *causa*, como também o especificador INITIATOR livre para receber um argumento causador. É por meio da operação de subassociação, portanto, que as relações temáticas que aparentam ser atípicas são desencadeadas.

Quando pensamos nas restrições específicas do PB para a causativização, o quadro parece ser um tanto quanto confuso e não sistemático. No entanto, é interessante notar que de fato elementos do domínio acional parecem bloquear ou permitir uma interpretação causativa para certos predicados, o que corrobora nossa assunção inicial. Além disso, as restrições formais (relacionadas aos traços funcionais) que se aplicam a classes acionais específicas, discutidas na seção anterior, podem ser compreendidas com base em uma única generalização: são os núcleos baixos da *f-seq* que corresponde ao domínio de construção dos eventos que licenciam o processo de causativização. A presença do terminal [path] e a noção de [scale] permitem amplamente que os predicados sejam interpretados enquanto causativos, ao passo que o núcleo [res] impede sistematicamente o fenômeno da causativização. Outro elemento que interfere na possibilidade de um predicado causativizar ou não é a noção genérica de mudança, presente no nível do conteúdo léxico-enciclopédico, decorrente do conhecimento de mundo dos falantes. Ou seja, há regras, elementos estruturais e elementos advindos da cognição humana mais ampla que, atuando conjuntamente, licenciam o processo de causativização no PB.

Com essa discussão, esperamos ter lançado uma nova luz sobre o fenômeno da causativização, que ainda carece de trabalhos descritivos sobre línguas específicas, como o PB, e de trabalhos translinguísticos que procurem sistematizar as diferenças entre os processos de causativização de distintas línguas. Nesse sentido, a Nanossintaxe aponta um caminho muito interessante para explicar as diferenças translinguísticas

observadas, tendo em vista que línguas diferentes estocam partes diferentes das estruturas nanossintáticas em seus verbos e morfemas. Logo, enquanto que, em uma língua como o português, um verbo como ‘rir’ pode carregar uma estrutura [init > proc > res], no finlandês, talvez o item identificado como ‘rir’ carregue somente [init > proc]. Para que o funcionamento da causativização seja clarificado e melhor sistematizado, defendemos que é necessário adotar um posicionamento teórico e metodológico que considere a articulação da sintaxe, da semântica e do conhecimento de mundo.

Agradecimentos

As autoras agradecem aos professores Renato Miguel Basso e Aquiles Tescari Neto pela leitura de versões anteriores deste trabalho. Também agradecemos aos pareceristas anônimos pelos comentários e à Coordenação de Apoio à Pesquisa (CAPES) pelo apoio financeiro.

FERREIRA, T.; RAMMÉ, V. The role of low heads in the causative interpretation in brazilian portuguese: some notes on event composition, f-seq and nanosyntax. *Alfa*, São Paulo, v. 63, n.2, p.421-452, 2019.

- *ABSTRACT: In this paper, we investigate the causativization process in brazilian portuguese, seeking to understand the constraints and generalizations that allow us to explain the apparently chaotic data of this phenomenon in this language. In order to reach our goal, we explore the hypothetico-deductive method and hypothesize that there are elements from the aktionsarten domain that determine the verbal behavior in relation with a causative meaning. Consequently, we present a theoretical review of aspectual classes, employing the tools of a recent approach to the architecture of grammar named Nanosyntax (Starke, 2009). Thereby, it will be possible to understand the more fine-grained constraints that the classes of ‘states’ and ‘accomplishments’, for instance, impose for the causativization, taking into account ‘nano’ syntactic and semantic features, such as Initiation, Process, Result and Boundness. We conclude, therefore, that for a predicate to be interpreted as a causative one, the event denoted by it needs to be dynamic in its nature. In addition, we show that the functional sequence (F-seq), in the way it is proposed within the nanosyntactic model, allows us to explain the possible association of more than one syntactic node with the same verbal argument, as well as its underassociation and consequent identification with a null causative nucleus, as it happens to be the case in brazilian portuguese causativization.*
- *KEYWORDS: Causativization. Event composition. Aktionsarten. Nanosyntax. Functional hierarchy of the verbal domain.*

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, T. Assimetria causal: um estudo. **Kriterion**, Belo Horizonte v. 44, n. 108, p.279-289, 2003.
- AMARAL, L. **A causativização de verbos inacusativos**. Belo Horizonte, 2009. Relatório Final de Iniciação Científica na Faculdade de Letras da UFMG.
- BASSO, R. **Telicidade e detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual**. 2007. 288f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- BASSO, R. M.; PIRES DE OLIVEIRA, R. Em x tempo e por x tempo no domínio tempo-aspectual. **Revista Letras**, Curitiba, n. 81, p. 77-97, 2010.
- BHATT, R.; PANCHEVA, R. **Aspect**. 2005. LSA Summer Institute, Class Notes.
- BELLETTI, A. Aspects of the low IP area. **Structure**, Cambridge, v. 2, p. 16-51, 2004.
- BORER, H. **Structuring Sense: An Exo-Skeletal Trilogy**. New York: Oxford University Press, 2005.
- CAHA, P. Notes on insertion in Distributed Morphology and Nanosyntax. *In*: BAUNAZ, L. *et al.* (ed.). **Exploring Nanosyntax**. New York: Oxford University Press, 2018. p. 57-87.
- CAHA, P. **The nanosyntax of case**. 2009. 321f. Thesis (Doctor in Philosophiae) - Faculty of Humanities, Social Sciences and Education, University of Tromsø, 2009.
- CAMBRUSSI, M. F. Verbos inergativos itens lexicais de alternância causativo-incoativa. **Domínios de Lingu@gem**, Uberlândia, v. 9, n. 1, p. 13-24, 2015.
- CAMBRUSSI, M. F. **Alternância causativa de verbos inergativos no português brasileiro**. 2009. 196f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- CINQUE, G. **Adverbs and Functional Heads: A Cross-Linguistic Perspective**, New York: Oxford University Press, 1999.
- CINQUE, G.; RIZZI, L. The cartography of syntactic structures. **Studies in linguistics**, London, v. 2, p. 42-58, 2008.
- COPLEY, B.; WOLFF, P. Theories of causation should inform linguistic theory and vice versa. *In*: COPLEY, B.; MARTIN, F. (ed.). **Causation in Grammatical Structures**. New York: Oxford University Press, 2014. p. 11-57.
- D’ALESSANDRO, R.; FRANCO, I.; GALLEGO, A. **The verbal domain**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

- DAVIDSON, D. Causal Relations. **Journal of Philosophy**, New York, n. 64, p. 691-703, 1967.
- DÖLLING, J.; HEYDE-ZYBATOW, T.; SCHÄFER, M. (ed.). **Event Structures in Linguistic Form and Interpretation**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.
- DOWTY, D. **Word Meaning and Montague Grammar**. Dordrecht: Reidel, 1979.
- ECKARDT, R. Causation, contexts and event individuation. *In*: HIGGINBOTHAN, J. *et al.* **Speaking of events**. New York: Oxford University Press, 2000. p. 105-121.
- EMBICK, D. **The Morpheme: A Theoretical Introduction**. Berlin: Walter de Gruyter, 2015.
- FERREIRA, T. L.; RAMMÉ, V. Causativização de verbos de maneira de movimento no PB. *In*: ENCONTRO DO CELSUL, 11., Chapecó. **Anais [...]**, Chapecó: UFFS, 2014. p. 1-19.
- HALE, K.; KEYSER, S. On argument structure and the lexical expression of syntactic relations. *In*: HALE, K.; KEYSER, J. L. (ed.). **The view from building 20**. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 53-109.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. *In*: HALE, K.; KEYSER, J. L. (ed.). **The view from building 20**. Cambridge: MIT Press, 1993. p.111-176.
- HIGGINBOTHAM, J. **Tense, aspect and indexicality**. New York: Oxford University Press, 2009.
- HORVATH, J.; SILONI, T. Causatives across components. **Natural Language & Linguistic Theory**, Dordrecht, v. 29, n. 3, 2011, p. 657–704.
- JACKENDOFF, R. **Semantics and Cognition**. Cambridge: MIT Press, 1983.
- LEVIN, B.; RAPPAPORT-HOVAV, M. **Argument Realization**. New York: Cambridge University Press, 2005.
- LEWIS, D. Causation. **Journal of Philosophy**, New York, n. 70, p. 556–567, 1973.
- LIM, D.; ZUBIZARRETA, M. L. The syntax and semantics of inchoatives as directed motion: the case of korean. *In*: DEMONTE, V.; MCNALLY, L. **Telicity, Change, and State: A Cross-Categorial View of Event Structure**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 212-251.
- LYUTIKOVA, E.; TATEVOSOV, S. Causativization and event structure. *In*: COPLEY, B.; MARTIN, F. (ed.). **Causation in Grammatical Structures**. New York: Oxford University Press, 2014. p. 279-327.

LUNGUINHO, M. V. **A ordem dos verbos auxiliares**: uma análise em termos de traços. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

KAYNE, R. S. **Movement and silence**. New York: Oxford University Press, 2005.

KRATZER, A. Building resultatives. *In*: MAIENBAUM, C.; WÖLLSTEIN-LEISEN, A. (ed.). **Event arguments in syntax, semantics, and discourse**. Tübingen: Niemeyer, 2005. p. 177-202.

KRIFKA, M. The origins of telicity. *In*: ROTHSTEIN, S. (ed.) **Events and grammar**. Dordrecht, Netherlands: Kluwer, 1998. p.197-235.

MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. **Working Papers in Linguistics**, Philadelphia, p.201-225, 1997.

NEELEMAN, A.; Van de KOOT, H. The Linguistic Expression of Causation. *In*: EVERAERT, M.; MAREJI, M.; SILONI, T. **The Theta System: Argument Structure at the Interface**. New York: Oxford University Press, 2012. p. 20-51.

PANTCHEVA, M. **Decomposing Path: The Nanosyntax of Directional Expressions**. 2011. 285f. Thesis (Doctor in Philosophiae) - Faculty of Humanities, Social Sciences and Education, University of Tromsø, 2011.

PARSONS, T. **Events in the semantics of English: A study of subatomic semantics**. Cambridge: MIT Press, 1990.

PINKER, S. **Learnability and Cognition: The Acquisition of Argument Structure**. Cambridge, MA: MIT Press, 1989.

PIÑÓN, C. A finer look at the causative-inchoative alternation. **Semantics and Linguistic Theory**, Ithaca, NY, v.11, 2001.

PUSTEJOVSKY, J. The syntax of event structure. **Cognition**, Amsterdam, v. 41, p.47–81, 1991.

PYLKKÄNEN, L. **Introducing Arguments**. Cambridge: MIT Press, 2008.

RAMCHAND, G. Event structure and verbal decomposition. *In*: TRUSWELL, R. (ed.) **The Oxford Handbook of Event Structure**. Oxford: Oxford University Press, 2019. p. 2-35.

RAMCHAND, G. The event domain. *In*: D'ALESSANDRO, R.; FRANCO, I.; GALLEGO, A. **The verbal domain**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 233-254.

RAMCHAND, G. Minimalist Semantics. *In*: BOECKX, C. (org.) **The Oxford Handbook of Linguistics Minimalism**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 1-17.

RAMCHAND, G. **Verb Meaning and the Lexicon**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

RAMCHAND, G.; SVENONIUS, P. Deriving the functional hierarchy. **Language sciences**, Oxford, v. 46, 2014.

RIZZI, L. The Fine Structure of the Left Periphery. *In*: HAEGMAN, L. **Elements of Grammar**. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer, 1997. p. 281-337.

ROTHSTEIN, S. **Structuring Events**: a study in the semantics of lexical aspect. Oxford: Blackwell, 2004.

SCHAFFER, J. The Metaphysics of Causation. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Stanford, Fall 2016. Available at: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/causation-metaphysics/>. Access on: 3 Sept. 2019.

SHLONSKY, U. The cartographic enterprise in syntax. **Language and Linguistics Compass**, Chichester, v. 4, p. 417-429, 2010.

SILVA, Y. R. B. **As causativas sintéticas no português do Brasil**: novas evidências a favor da estrutura bipartida do VP. 2009. 134f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SMITH, C. S. **The parameter of aspect**. Dordrecht, The Netherlands: Kluwer, 1997.

STARKE, M. Nanosyntax: A short primer to a new approach to language. **Nordlyd**, Tromsø, v. 36, n. 1, 2009. Special issue on Nanosyntax.

TALMY, L. **Toward a cognitive semantics**. Cambridge: MIT Press, 2000.

TENNY, C.; PUSTEJOVSKY, J. **Events as grammatical objects**: The converging perspectives of lexical semantics and syntax. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

TRAVIS, L. Event Phrase and a theory of functional categories. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN LINGUISTIC ASSOCIATION, 1994, Toronto. **Proceedings** [...], Toronto: Working Papers in Linguistics, 1994. p. 559-570.

VENDLER, Z. Verbs and Times. **The Philosophical Review**, Durham, v. 66, n. 2, p. 143-160, 1957.

Recebido em 28 de abril de 2018

Aprovado em 11 de outubro de 2018

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Aquisição da linguagem, p. 349
- Argumentação, p. 265
- Aristóteles, p. 265
- Ataque metapragmático, p. 295
- Bakhtin e o Círculo, p. 265
- Bernardo Kucinski, p. 243
- Bilinguismo, p. 317
- Causativização, p. 421
- Classes acionais, p. 421
- Colonização linguística, p. 317
- Comunidade Discursiva, p. 373
- Comunidade Teletandem, p. 373
- Conflito discursivo, p. 295
- Contradirecionalidade, p. 397
- Decomposição de eventos, p. 421
- Enunciados de resistência, p. 243
- Estilística discursiva, p. 243
- Facebook, p. 295
- Francês, p. 349
- Gêneros, p. 373
- Heterodiscurso, p. 243
- Hierarquia funcional do domínio verbal, p. 421
- Ideologias de gênero, p. 295
- Ideologias de linguagem, p. 295
- Línguas em contato, p. 317
- Modificadores, p. 397
- Nanossintaxe, p. 421
- Negação, p. 349
- Oceania, p. 317
- Paratexto, p. 243
- Platão, p. 265
- Política linguística, p. 317
- Português, p. 349
- Pressuposição, p. 397
- Prosa brasileira, p. 243
- Prosódia, p. 349
- Retórica, p. 265
- Semântica de eventos, p. 397
- Semântica formal, p. 397
- Telecolaboração, p. 373

SUBJECT INDEX

- Aktionsarten*, p. 421
- Argumentation*, p. 265
- Aristotle*, p. 265
- Bakhtin and the Circle*, p. 265
- Bernardo Kucinski*, p. 243
- Bilingualism*, p. 317
- Causativization*, p. 421
- Counterdirectionality*, p. 397
- Discourse Community*, p. 373
- Discourse Stylistics*, p. 243
- Discursive conflict*, p. 295
- Event composition*, p. 421
- Event semantics*, p. 397
- Facebook*, p. 295
- Formal semantics*, p. 397
- French*, p. 349
- Functional hierarchy of the verbal domain*, p. 421
- Gender ideologies*, p. 295
- Genres*, p. 373
- Heterodiscourse. Brazilian prose*, p. 243
- Language Acquisition*, p. 349
- Language ideologies*, p. 295
- Language policy*, p. 317
- Languages in contact*, p. 317
- Linguistic colonization*, p. 317
- Metapragmatic attack*, p. 295
- Modifiers*, p. 397
- Nanosyntax*, p. 421
- Negation*, p. 349
- Oceania*, p. 317
- Paratext*, p. 243
- Platon*, p. 265
- Portuguese*, p. 349
- Presupposition*, p. 397
- Rhetoric*, p. 265
- Telecollaboration*, p. 373
- Teletandem Community*, p. 373
- Utterances of resistance*, p. 243

ÍNDICE DE AUTORES
AUTHOR INDEX

- ARANHA, S., p. 373
BARBOSA DA SILVA, D., p. 317
BASSO, R. M., p. 397
BIONDO, F. P., p. 295
BRAIT, B., p. 243
DODANE, C., p. 349
FERREIRA, T. L., p. 421
NUNES DE VASCONCELOS, A., p. 349
PISTORI, M. H. C., p. 265
RAMMÉ, V., p. 421
RAMPAZZO, L., p. 373
SCARPA, E., p. 349

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS DA

Alfa: Revista de Linguística

1. Informações gerais

A *Alfa*: Revista de Linguística, financiada pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –, Brasil, publica, em edições *online*, bilíngues e quadrimestrais, trabalhos inéditos de professores e pesquisadores, com titulação mínima de doutor, e de doutorandos em coautoria com professores e pesquisadores doutores vinculados a instituições de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais. O número máximo de coautores não deve ser maior que três. Os números regulares são organizados com base no sistema de fluxo contínuo, e os números especiais, quando editados, são organizados em chamadas específicas, de acordo com a conveniência do(s) organizador(es). A revista publica artigos, resenhas, entrevistas e traduções vinculados a todas as linhas de pesquisa dos estudos linguísticos.

A contribuição dos artigos deve ser original e inédita e não pode ser avaliada simultaneamente para publicação por outra revista. As resenhas devem referir-se somente a obras recentemente publicadas: no Brasil, nos dois últimos anos e, no exterior, nos quatro últimos anos; as traduções devem ser, de preferência, de artigos científicos e de capítulos de livros publicados até doze meses antes da data da submissão; as entrevistas devem ser realizadas com pesquisadores de prestígio

acadêmico reconhecido tanto no Brasil quanto no exterior.

Sem o conhecimento da autoria, dois membros do Conselho Editorial emitem parecer sobre os trabalhos. Em caso de um parecer ser favorável e outro contrário, o trabalho é enviado a um terceiro parecerista, que também não tem acesso ao nome do(s) autor(es). Depois da análise, cópias dos pareceres são encaminhadas ao(s) autor(es) juntamente com instruções para modificações, quando for o caso.

Os trabalhos podem ser redigidos em português, francês, inglês, espanhol ou italiano. Para artigos escritos em português, *TÍTULO, RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* precedem o texto e *TITLE, ABSTRACT* e *KEYWORDS* sucedem o texto. Para artigos escritos em outros idiomas, *TÍTULO, RESUMO* e *PALAVRAS-CHAVE* que precedem o texto devem ser escritos no idioma do artigo; os que sucedem o texto devem ser em português, no caso de artigos em inglês; e em inglês, no caso de artigos em francês, espanhol ou italiano.

Todos os artigos são publicados num formato bilíngue tendo, necessariamente, o inglês como língua da segunda versão. Os autores que submeterem à aprovação um artigo originalmente em inglês devem, caso ele seja aceito, providenciar sua versão em português, seguindo as mesmas orientações indicadas para a versão em língua inglesa. Só são publicados os artigos que tiverem aceitas as versões em português (ou outra língua escolhida)

e em inglês. A não aceitação de uma das versões por parte dos revisores implica a não publicação do artigo.

Os trabalhos que não se enquadrarem nas normas da revista são devolvidos aos autores, ou são solicitadas adaptações, indicadas em carta pessoal.

Dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

2. Apresentação dos trabalhos

Encaminhamento: O(s) autor(es) deve(m) realizar o cadastro (Login/Senha) no site da revista, na seção Submissões Online, preencher corretamente o perfil e escolher a opção “AUTOR”. Após haver realizado esses passos, deve(m) ir para “SUBMISSÕES ATIVAS” e iniciar o processo de submissão através do link “CLIQUE AQUI PARA INICIAR O PROCESSO DE SUBMISSÃO”, no qual irá realizar os cinco passos básicos:

1. Início: Iniciar o processo de submissão, confirmando se está(ão) de acordo com as condições estabelecidas pela revista (marcando as caixas de seleção das condições e da declaração de direito autoral) e selecionar a seção artigos;
2. Inclusão de metadados: indicar os dados principais – nome, sobrenome, e-mail, instituição, resumo da biografia com a titulação completa do(s) autor(es), título e resumo;
3. Transferência de manuscritos: realizar a transferência do arquivo para o sistema;
4. Transferência de documentos suple-

mentares: realizar a transferência de arquivos com informações suplementares, que funcionam como um apêndice do texto principal ou como anexo a ele, tais como instrumentos de pesquisa, conjuntos de dados e tabelas, que seguem os padrões de ética de avaliação, fontes de informação normalmente não disponíveis para leitores, ou figuras e/ou tabelas que não podem ser integradas ao texto em si;

5. Confirmação: concluir a submissão.

Após concluir os cinco passos descritos, o(s) autor(es) deve(m) aguardar o e-mail do editor e, nesse ínterim, pode(m) acompanhar todo o fluxo de seu trabalho, da submissão, aceite, avaliação, reedição do original até a publicação. Os artigos, após a submissão, são designados aos avaliadores definidos pelo conselho ou pelos editores da revista. A política de seleção dos artigos é definida pelos membros do Conselho Editorial, Consultivo e Editores da revista, disponibilizadas na seção “Sobre a Revista”, “Processo de Avaliação por Pares”.

3. Preparação dos originais

3.1. Apresentação

A preparação do texto deve obedecer aos seguintes parâmetros: *Word for Windows*, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, espaçamento 1,5 no corpo do texto, papel tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm), margens esquerda e superior 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm e extensão mínima de 15 e máxima de 30 páginas, incluindo referências e anexos e/ou apêndices. O texto deve atender

as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que passou a ser obrigatório no Brasil a partir de janeiro de 2016. Devem ser submetidas duas versões do trabalho: uma contendo o nome e a filiação do(s) autor(es) e outra em que estejam apagadas todas as menções ao(s) autor(es), inclusive citações e referências bibliográficas.

3.2. Estrutura do trabalho

Para elaboração do artigo, o(s) autor(es) deve(m) obedecer à seguinte sequência:

Título: o título do artigo deve aparecer em caixa alta e em negrito, centralizado no alto da primeira página, em espaçamento simples;

Nome do(s) autor(es): o(s) nome(s) do(s) autor(es) devem vir à direita da página, na terceira linha abaixo do título, com asterisco remetendo à nota de rodapé para apresentação dos metadados do(s) autor(es). Esses metadados correspondem às seguintes informações, na ordem: sigla e nome por extenso da instituição a que o(s) autor(es) está(ão) vinculado(s); cidade; estado; país; CEP; e-mail;

Resumo: texto, de, no mínimo, 150 palavras e, no máximo, 200, contendo resumo do artigo, que indique seus objetivos, referencial teórico utilizado, resultados obtidos e conclusão, precedido da palavra RESUMO, em caixa alta, na terceira linha abaixo do nome do autor, sem adentramento e em espaçamento simples;

Palavras-chave: inserir um máximo de sete palavras-chave, separadas por ponto, precedidas do termo PALAVRAS-CHAVE, em caixa alta, mantendo-se o espaçamento simples, na segunda linha abaixo do resumo. Para maior facilidade

de localização do trabalho em consultas bibliográficas, as palavras-chave devem corresponder a conceitos mais gerais da área do trabalho;

Texto: o corpo do texto inicia-se na terceira linha abaixo das palavras-chave, em espaçamento um e meio;

Subtítulos: os subtítulos correspondentes a cada parte do trabalho, referenciados a critério do(s) autor(es), devem estar alinhados à margem esquerda, em negrito, sem numeração, com dois espaços de 1,5 depois do texto que os precede e um espaço 1,5 antes do texto que os segue;

Agradecimentos: quando houver, os agradecimentos seguem a mesma diagramação dos subtítulos, precedidos da palavra “**Agradecimentos**” destacada em negrito;

Título do artigo em inglês: para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano, insere-se o título em inglês duas linhas abaixo do final do texto, em espaçamento simples, sem caixa alta e negrito;

Abstract: versão do resumo, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da palavra *ABSTRACT*, em caixa alta e em itálico, em espaçamento simples, na terceira linha depois do título do artigo em inglês;

Keywords: versão das palavras-chave, em inglês (para artigos redigidos em português, francês, espanhol e italiano), em itálico, precedida da expressão *KEYWORDS*, em caixa alta e em itálico, em espaçamento simples, na terceira linha depois do abstract;

OBS.: No tocante às três últimas instruções, artigos redigidos em inglês devem inserir a versão em português do título, do *resumo* e das palavras-chave.

Referências: sob o subtítulo **REFERÊNCIAS, em caixa alta**, alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, devem ser mencionadas as referências em ordem alfabética e cronológica, indicando-se as obras de autores citados no corpo do texto, separadas por espaço simples, na terceira linha abaixo das palavras-chave em inglês (cf. 3.3.1 a seguir);

Bibliografia consultada: na terceira linha abaixo das referências, se considerado imprescindível, sob o subtítulo **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**, em caixa alta, alinhado à esquerda, em negrito e sem adentramento, na terceira linha abaixo das Referências, podem ser indicadas, também em ordem alfabética e cronológica, obras consultadas ou recomendadas, não referenciadas no texto.

3.3. Outras instruções

3.3.1. Normas para referências

As referências devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT, de agosto de 2002: espaço simples e um espaço entre cada obra. Caso a obra seja traduzida, é necessário informar o nome do tradutor.

Exemplos:

Livro

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas:** as não coincidências do dizer. Tradução de Cláudia Pfeiffer et al. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

CORACINI, M. J.; BERTOLDO, E. S. (Org.). **O desejo da teoria e a contin-**

gência da prática. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

LUCHESE, D. **Sistema, mudança e linguagem:** um percurso na história da linguística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Capítulos de livro

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso.** Tradução de Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p.15-50.

Dissertações e tese

BITENCOURT, C. M. F. **Pátria, civilização e trabalho:** o ensino nas escolas paulista (1917-1939). 1998. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

Artigos em periódicos

SCLIAR-CABRAL, L.; RODRIGUES, B. B. Discrepâncias entre a pontuação e as pausas. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.26, p.63-77, 1994.

Artigos em periódicos online

SOUZA, F. C. Formação de bibliotecários para uma sociedade livre. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n.11, p.1-13, jun. 2001. Disponível em: <...>. Acesso em: 30 jun. 2001.

Artigos em jornal

BURKE, P. Misturando os idiomas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 abr. 2003. Mais!, p.3.

EDITORA plagiou traduções de clássicos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 4 nov. 2007. Ilustrada, p.6.

Documento eletrônico

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. Normalização Documentária para a produção científica da UNESP: normas para apresentação de referências. São Paulo, 2003. Disponível em: <...>. Acesso em: 15 jul. 2004.

Trabalho de congresso ou similar (publicado)

MARIN, A. J. Educação continuada. In: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 1., 1990. **Anais...**São Paulo: UNESP, 1990. p.114-118.

Filmes

Macunaíma. Direção (roteiro e adaptação) de Joaquim Pedro de Andrade. Filmes do Serro/Grupo Filmes/Condor Filmes. Brasil: 1969. Rio de Janeiro: Videofilmes, 1969. Versão restaurada digitalmente, 2004. 1 DVD (105 minutos), color.

Pinturas, fotos, gravuras, desenhos:

ALMEIDA JÚNIOR. **Caipira picando fumo**. 1893. Óleo sobre tela. 17 cm X

23,5 cm. Pintura pertencente ao acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. PICASSO, Pablo. [**Sem título**]. [1948]. 1 gravura. Disponível em: <<http://belgaleria.com.br>>. Acesso em 19 ago. 2015.

Discos e partes de discos:

CALAZANS, T. **Teca Calazans canta Villa Lobos**. Rio de Janeiro: Kuarup Discos, 1999. 1 CD.

CALAZANS, T. Modinha. In: CALAZANS, T. **Teca Calazans canta Villa Lobos**. Rio de Janeiro: Kuarup Discos, 1999. 1 CD.

3.3.2. Citação no texto

O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em letras maiúsculas, separado, por vírgula, da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: “Morais (1955) assinala...”.

Quando for necessário especificar página(s) (citações diretas), esta(s) deve(m) seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de “p.” (MUNFORD, 1949, p.513).

As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a; 1927b). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos podem ser indicados, separados por ponto e vírgula (OLIVEIRA; MATEUS; SILVA, 1943), e quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de “et al.” (GILLE et al., 1960).

Citações diretas com mais de três linhas devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra tamanho 11, sem aspas e espaçamento simples. Citações com menos de três linhas devem seguir o fluxo normal do texto e vir destacadas apenas entre aspas. As citações de textos estrangeiros devem ser traduzidas para o português. Usar, sempre que possível, as traduções já existentes. O original deve aparecer em nota de rodapé.

3.3.3. Uso de recursos tipográficos: **itálico, negrito, sublinhado e aspas**

Itálico: deverá ser utilizado em três situações: palavras de língua estrangeira, citação de títulos de obras no corpo do texto, ênfase ou destaque de palavra ou trecho do texto.

Negrito: evitar esse recurso tipográfico. Utilizá-lo apenas no título do artigo, nas seções e subseções.

Sublinhado: evitar esse recurso tipográfico.

Aspas: podem ser usadas para destacar partes de obras principais, como títulos de poemas, artigos, capítulos. As obras principais devem ser destacadas em itálico conforme a indicação acima. As aspas devem ser empregadas no corpo do texto para citações de trechos de obras.

Exemplo:

A linguística é uma disciplina que “[...] se baseia na observação dos factos e se abstém de propor qualquer escolha entre tais factos, em nome de certos princípios estéticos e morais.” (MARTINET, 1972, p.3).

3.3.4. Notas

Notas devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página; remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior, após o sinal de pontuação, quando for o caso.

3.3.5. Ilustrações

Ilustrações compreendem figuras, desenhos, gráficos, quadros, mapas, esquemas, fórmulas, modelos, fotografias, radiografias. As legendas devem ser inseridas abaixo das ilustrações, numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e centralizadas, na mesma fonte e tamanho do corpo do texto. As figuras, os desenhos, os gráficos, os quadros, os esquemas, as fórmulas e os modelos devem ser enviados em arquivo separado, no programa em que foram gerados. Os mapas, as fotografias e as radiografias também devem ser enviadas em arquivos separados e em alta resolução (300 dpi). As ilustrações devem ser designadas, no texto, na forma abreviada da palavra “Figura”: Fig. 1, Fig. 2 etc. É inteiramente do(s) autor(es) a responsabilidade pela veiculação de imagens, inclusive as que envolvem direitos autorais.

3.3.6. Tabelas e quadros

Tabelas devem ser usadas para apresentação de informações tratadas estatisticamente e quadros para sintetizar e organizar informações textuais. O título de tabelas insere-se na parte superior, centralizado, iniciado pela expressão “**Tabela 1**” em negrito, seguido por hífen e pelo título sem destaque,

na mesma fonte e tamanho do corpo do texto; o título de **ilustrações e quadros** deve ser apresentado na parte superior, centralizado, iniciado pela expressão designativa, como por exemplo, “**Quadro 1**” em negrito, seguido por hífen e pelo título sem destaque, na mesma fonte e tamanho do corpo do texto. A numeração é consecutiva, em algarismos arábicos; caso seja necessário especificar a fonte de dados, esta deverá ser colocada abaixo da tabela ou do quadro e o texto, alinhado à esquerda. Tabelas devem ser construídas com as bordas laterais abertas e sem linhas de separação de colunas. Quadros devem ter as bordas fechadas e apresentarem linhas de separação de colunas.

3.3.7. Anexos e/ou Apêndices

Quando imprescindíveis à compreensão do texto, e dentro do limite de 30 páginas, **Anexos e/ou apêndices**, seguindo a formatação dos subtítulos, devem ser incluídos no final do artigo, após as referências ou a bibliografia consultada.

3.3.8. Formato da resenha

A resenha deve conter, no início, a referência completa da obra resenhada, incluindo o número de páginas, em fonte *Times New Roman*, tamanho 14, espaçamento simples, sem título, sem resumo, sem palavras-chave. O(s) nome(s) do(s) autor(es) da resenha, em corpo 12, deve(m) vir na terceira linha abaixo da referência da obra resenhada, precedido(s) pela expressão “Resenhado por [nome(s) do(s) autor(es)]”. Deve(m) ser seguido(s) de asterisco(s) que remeta(m) a uma nota de rodapé contendo as seguintes informações: sigla e nome por extenso da

instituição a que o(s) autor(es) está(ão) vinculado(s); cidade; estado; país; CEP; e-mail. O texto da resenha deve vir na terceira linha abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es) em *Times New Roman*, corpo 12 e espaço 1,5.

A configuração da página é a seguinte: tamanho do papel: A4 (21,0x 29,7 cm); margens esquerda e superior 3,0 cm, direita e inferior 2,0 cm; extensão mínima de 4 e máxima de 8 páginas, incluindo referências bibliográficas e anexos e/ou apêndices; adentramento: 1,25cm para assinalar início de parágrafo; espaçamento: 1,5.

3.3.9. Formato da tradução

Os artigos traduzidos são submetidos ao processo de avaliação pelos pares, que decidem sobre a oportunidade e a conveniência de sua publicação. Devem seguir o formato de artigo, no que couber. Na segunda linha abaixo do nome do autor do texto traduzido, alinhado à direita, deve(m) aparecer o(s) nome(s) do(s) tradutor(es) no seguinte formato: “Traduzido por [nome(s) do(s) tradutor(es)]”, com asterisco que remeta a uma nota de rodapé com as seguintes informações: sigla e nome por extenso da instituição a que o(s) tradutor(es) está(ão) vinculados; cidade; estado; país; CEP; e-mail.

3.3.10. Formato da entrevista

As entrevistas são submetidas ao processo de avaliação pelos pares, que decidem sobre a oportunidade e a conveniência de sua publicação. A configuração formal da entrevista é a mesma que se requer para artigos, mas o título deve conter, além do tema geral, a expressão “Entrevista com [nome do entrevistado]”, sem destaque, com asterisco remetendo a uma

nota de rodapé que contenha uma breve resenha da biografia do entrevistado, que demonstre claramente sua relevância científica. O(s) autor(es) da entrevista deve(m) aparecer em seguida, de acordo com as normas estabelecidas para Artigos.

3.3.11. Normas para a versão em inglês

O(s) autor(es) de artigo aceito para a publicação em português, francês, espanhol ou italiano deve(m) providenciar a versão em inglês do texto até o dia estipulado no e-mail de notificação da aceitação. As normas para citação de autores no corpo do texto e para as referências bibliográficas da versão em inglês são as mesmas da versão em português. A *Alfa* designa revisores para a avaliação da versão em inglês do artigo. A revisão se restringe a conferir a qualidade da tradução, isto é, sua adequação ao padrão de uso da língua inglesa no gênero artigo científico.

Nas citações no corpo do texto de obras que têm edição publicada em língua inglesa, deve ser utilizada essa edição tanto no corpo do texto como nas referências bibliográficas. Em caso de não haver edição em inglês, o texto citado deve receber versão em inglês, e o texto na língua original da edição utilizada deve constar em nota de rodapé. Todas as traduções da versão em língua inglesa são de inteira responsabilidade do autor do texto.

Quando o artigo contiver figuras digitalizadas de anúncios em jornais e revistas ou similares, em português ou em outra língua, é necessário incluir a versão em inglês dos textos em nota de rodapé.

Quando o texto contiver exemplos cuja compreensão envolva a necessidade de

esclarecer traços morfossintáticos, é necessário incluir uma versão literal deles em glosa, seguida pela tradução em inglês comum entre aspas simples. Exemplo:

(1) isso signific-a um aument-o de vencimento-s(D2-SP-360)
this mean-IND.PRS.3.SG a.M raise-NMLZ of salary-PL
'this means a raise in salary.'

Convenções para as glosas: ***The Leipzig Glossing Rules: conventions for interlinear morpheme-by-morpheme glosses***, editada pelo Departamento de Linguística do Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology (Bernard Comrie, Martin Haspelmath) e pelo Departamento de Linguística da University of Leipzig (Balthasar Bickel); disponível em <http://www.eva.mpg.de/lingua/resources/glossing-rules.php>.

3.3.12. Transferência de direitos autorais – Autorização para publicação

Caso o artigo submetido seja aprovado para publicação, JÁ FICA ACORDADO QUE o(s) autor(es) AUTORIZA(M) a UNESP a reproduzi-lo e publicá-lo na *Alfa*: Revista de Linguística, entendendo-se os termos “reprodução” e “publicação” conforme definição respectivamente dos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98. O ARTIGO poderá ser acessado pela rede mundial de computadores (WWW – Internet), sendo permitidas, A TÍTULO GRATUITO, a consulta e a reprodução de exemplar do ARTIGO para uso próprio de quem a consulta, desde que haja a citação ao texto consultado. ESSA autorização de publicação não tem limitação de tempo, FICANDO A UNESP responsável pela manutenção da identificação DO(S) AUTOR(ES) do ARTIGO.

3.3.13. Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista são usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275
e-mail: laboratorioeditorial.fclar@unesp.br
site: <http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



